

ANAIIS

3^o CONSAMU



RESUMOS SIMPLES E EXPANDIDOS

3.º Consamu
19, 20 e 21 de dezembro de 2025

JÚNIOR RIBEIRO DE SOUSA
JOSIANE MARQUES DAS CHAGAS
CARLOS EDUARDO DA SILVA BARBOSA
MARIANA INGRID DA CONCEIÇÃO ALMEIDA SILVA

ANAIS DO 3º CONGRESSO NACIONAL EM SAÚDE DA MULHER

DOI: <https://doi.org/10.58871/ed.academic.consamu2026>

ISBN: 978-65-83124-40-1

2ª Edição

EDITORA ACADEMIC

Campo Alegre de Lourdes – Bahia, 15 de fevereiro de 2026

Copyright© dos autores e autoras. Todos os direitos reservados.

Esta obra é publicada em acesso aberto. O conteúdo do e-book, os dados apresentados, bem como a revisão ortográfica e gramatical são de responsabilidade de seus autores, detentores de todos os Direitos Autorais, que permitem o download e o compartilhamento com a devida atribuição de crédito, mas sem que seja possível alterar a obra de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais. Revisão e normalização: os autores e autoras.

Preparação e diagramação: Júnior Ribeiro de Sousa

FICHA CATALOGRÁFICA

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
A532	Anais do 3º Congresso Nacional em Saúde da Mulher [livro eletrônico] / organização Júnior Ribeiro de Sousa... [et al.]. – 2. ed. – Campo Alegre de Lourdes, BA: Editora Academic, 2025. Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-65-83124-40-1 1. Saúde da mulher – Congressos. 2. Ginecologia e obstetrícia – Brasil. 3. Mortalidade materna – Políticas públicas. 4. Saúde mental feminina – Estudos. 5. Violência doméstica – Enfrentamento. I. Sousa, Júnior Ribeiro de. II. Chagas, Josiane Marques das. III. Barbosa, Carlos Eduardo da Silva. IV. Silva, Mariana Ingrid da Conceição Almeida. CDD 618
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

APRESENTAÇÃO

É com grande satisfação que apresentamos os anais do 3º Congresso Nacional em Saúde da Mulher, realizado nos dias 19, 20 e 21 de dezembro de 2025. Este evento contou com a participação ativa de profissionais e pesquisadores que submeteram resumos simples, expandidos e capítulos de livro, abordando uma ampla gama de temas dentro dos seguintes eixos:

1. Ginecologia e Obstetrícia;
2. Infecções Sexualmente Transmissíveis – IST's;
3. Câncer de Colo Uterino e de Mama;
4. Mortalidade Materna;
5. Climatério;
6. Gestão na Saúde Materna e Neonatal;
7. Assistência à Saúde da Mulher no Pré-Natal de Baixo e Alto Risco;
8. Saúde Mental da Mulher;
9. Gênero e Sexualidade Feminina;
10. Enfrentamento da Violência Doméstica;
11. Assistência Fisioterapêutica em Ginecologia e Obstetrícia;
12. Assistência Fisioterapêutica nas Disfunções Sexuais Femininas;
13. Saúde Bucal da Mulher;
14. Assistência Multiprofissional à Saúde da Mulher;
15. Nutrição e Dietética Materna e Neonatal;
16. Fisioterapia na Saúde da Mulher;
17. Saúde Laboral da Mulher;
18. Ensino, pesquisa, extensão e tecnologias.

Estamos entusiasmados em compartilhar os anais que reúnem os resumos aprovados e apresentados durante o evento. Desejamos a todos uma excelente leitura e que o conhecimento aqui compilado contribua para avanços significativos na área da saúde da mulher.

CONSELHO AVALIADOR

1. Adriane dos Santos Miranda Lobato
2. Adriny dos Santos Miranda Lobato
3. Alyssia Daynara Silva Lopes
4. Amilton de Lima Barbosa
5. Anderson Martins Silva
6. Antônia Mylene Sousa Almeida Lima
7. Bianca Sermarini
8. Bárbara de Paula Andrade Torres
9. Carlos Eduardo da Silva-Barbosa
10. Claudia Aparecida Godoy Rocha
11. Daiane Mendes Ribeiro
12. Edson Bruno Campos Paiva
13. Emanuelle Lima Javeta
14. Felipe Renato de Castro Rodrigues
15. Guilherme Henrique Borges
16. Iacara Santos Barbosa Oliveira
17. Joana Pereira Medeiros do Nascimento
18. José Gledson Costa Silva
19. Julyana Martins Rodrigues
20. Jéssica Batista dos Santos
21. Júnior Ribeiro De Sousa
22. Karla Caroline Barbosa Dote
23. Maria da Conceição Cavalcante Rodrigues Soares
24. Maria Eysianne Alves Santos
25. Mariana Ingrid da Conceição Almeida Silva
26. Matheus Mendes Pascoal
27. Monik Cavalcante Damasceno
28. Márcia Gabrielly Ferreira de Santana
29. Patricia Cavalcante Castro do Nascimento
30. Renata Benigno Ribeiro
31. Rômulo Evandro Brito de Leão
32. Thays Helena Araujo da Silva
33. Vanessa Sousa Bastos

COMISSÃO DE MONITORES

1. Maria Mileny Alves de Lima
2. Jamilly Ferreira da Silva
3. Tanilson Alberto Gonçalves Dos Santos
4. Juliana Barbosa da Silva
5. Livia Carvalho da Silva
6. Rayliane Bezerra Costa Paz
7. Steffanny Geovanna Da Silva
8. Maria Emília Dantas Oliveira
9. Jéssica Rodrigues Alves Barbosa
10. Samita Samara Silva de Sousa
11. Kallyne Lima de Carvalho
12. Camila de Cintra Reis
13. Maria Clara Moraes da Silva
14. Sabrinna Kaionara de Silva
15. Márcia Gabrielly Ferreira de Santana
16. Juliana vitória cordeiro Barbosa
17. Thainá Pereira da Silva

RESUMOS SIMPLES

ADENOMIOSE: ATUAÇÃO DA ENFERMAGEM NA DETECÇÃO E CUIDADO INTEGRAL À MULHER	13
DESAFIOS EMOCIONAIS ENFRENTADOS POR MULHERES DURANTE A GESTAÇÃO DE ALTO RISCO: REVISÃO SISTEMÁTICA	14
DISFAGIA NA MULHER IDOSA COM DOENÇA DE PARKINSON: EXPERIÊNCIA EM UMA INSTITUIÇÃO DE LONGA PERMANÊNCIA PARA IDOSOS	15
A ASCENSÃO DA LIDERANÇA FEMININA NA GESTÃO HOSPITALAR: DESAFIOS, CONQUISTAS E IMPACTO NA QUALIDADE DA ASSISTÊNCIA	16
IMPACTO DA IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA DE STEWARDSHIP PARA PREVENÇÃO DA RESISTÊNCIA BACTERIANA NA UNIDADE DE TERAPIA INTENSIVA	17
IMPACTO DA IMUNOSSUPRESSÃO NO RISCO DE INFECÇÕES EM PACIENTES TRANSPLANTADOS: UMA REVISÃO INTEGRATIVA	18
AÇÃO DA LIGA ACADÊMICA DE SAÚDE DA MULHER (LASM) SOBRE CÂNCER DE MAMA E ÚTERO	19
CUIDADOS DE ENFERMAGEM NA PRIMEIRA CONSULTA DE PRÉ-NATAL: REVISÃO INTEGRATIVA	20
FATORES DETERMINANTES DA TRANSMISSÃO VERTICAL DA SÍFILIS: UMA REVISÃO DE LITERATURA	21
ASSISTÊNCIA À SAÚDE DA MULHER NO PRÉ-NATAL DE BAIXO RISCO: DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA A ATENÇÃO INTEGRAL	22
INFECÇÕES SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS EM MULHERES: DESAFIOS NA PREVENÇÃO E NO ACESSO AO DIAGNÓSTICO PRECOCE	23
ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER: DESAFIOS E ESTRATÉGIAS NO CONTEXTO DA ATENÇÃO À SAÚDE	24
ATUAÇÃO DA ENFERMAGEM NA PROMOÇÃO DA SAÚDE MENTAL DA MULHER NO PERÍODO PUERPERAL	25
FLOR DA ALDEIA: CONSCIENTIZAÇÃO E PROMOÇÃO DE SAÚDE DA MULHER INDÍGENA NA PREVENÇÃO DO CÂNCER DE COLO UTERINO.	26
BENEFÍCIOS DA PRÁTICA DE EXERCÍCIOS FÍSICOS NA GESTAÇÃO: UMA REVISÃO NARRATIVA	27
INTERVENÇÃO EM EDUCAÇÃO EM SAÚDE EM ESCOLAS PÚBLICAS: UM RELATO DE ACADÊMICAS DE ENFERMAGEM	28

DEFICIÊNCIA DE FERRO E ANEMIA EM GESTANTES: ESTRATÉGIAS NUTRICIONAIS DE PREVENÇÃO	29
NUTRIÇÃO E SAÚDE MENTAL DA MULHER NO PERÍODO GESTACIONAL E PÓS-ARTO	31
INFLUÊNCIA DA DIETA MATERNA NA COMPOSIÇÃO DO LEITE MATERNO E NO DESENVOLVIMENTO INFANTIL	32
PRESCRIÇÃO FARMACÊUTICA DE ANTICONCEPCIONAIS HORMONAIS: AVANÇOS, DESAFIOS E O PAPEL DO FARMACÊUTICO NA SAÚDE REPRODUTIVA	33
MEDICAMENTOS SEGUROS NA GRAVIDEZ: AVALIAÇÃO DE RISCO E PRÁTICAS PARA A SEGURANÇA MATERNO-FETAL	34
O PAPEL DO ENFERMEIRO NA PREVENÇÃO DO CÂNCER DE COLO DO ÚTERO	35
INDICADORES COMO ESTRATÉGIA PARA FORTALECER AÇÕES DE PREVENÇÃO DO CÂNCER NA SAÚDE DA MULHER	36
VIVÊNCIA DE RESIDENTE NA PROMOÇÃO DE SAÚDE DA MULHER POR MEIO DA CONSULTA DE ENFERMAGEM	37
BENEFÍCIOS DO USO TÓPICO DE RETINOIDES NA MELHORIA DOS SINAIS DO ENVELHECIMENTO CUTÂNEO EM MULHERES	38
USO DE COSMÉTICOS NO MANEJO DA RADIODERMITE EM MULHERES COM CÂNCER DE MAMA	39
COMPLICAÇÕES MATERNO-FETAIS DECORRENTES DA HIPERTENSÃO GESTACIONAL	40
NANOTECNOLOGIA APLICADA AO TRATAMENTO DO MELASMA	41
MORTALIDADE MATERNA ENTRE MULHERES NEGRAS NO RIO GRANDE DO NORTE: ANÁLISE DESCRITIVA DOS ÓBITOS EM 2024	42
INTERNAÇÕES POR HEMORRAGIA PÓS-ARTO NO RIO GRANDE DO NORTE: ANÁLISE DO ÚLTIMO TRIMESTRE DE 2024	43
PERFIL DE REALIZAÇÃO DE MAMOGRAFIAS NO ÚLTIMO TRIMESTRE DE 2024 NO RIO GRANDE DO NORTE: UM ESTUDO ECOLÓGICO	44
FISIOTERAPIA OBSTÉTRICA: OS EFEITOS DA MASSAGEM PERINEAL NA PREVENÇÃO DE LACERAÇÕES DURANTE A GRAVIDEZ	45
ENFERMAGEM HUMANIZADA E ALÍVIO DA DOR NO PARTO: RELATO DE EXPERIÊNCIA DE UMA AÇÃO EXTENSIONISTAS EM ANANINDEUA-PA	46

ENFERMAGEM E DESENGASGO NEONATAL: RELATO DE EXPERIÊNCIA DE UMA AÇÃO EXTENSIONISTAS EM ANANINDEUA-PA	47
ALEITAMENTO MATERNO EM PAUTA: EXPERIÊNCIA EXTENSIONISTA NA FORMAÇÃO E NO CUIDADO EM ENFERMAGEM.	48
ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL EM EQUIPE MULTIPROFISSIONAL EM TERAPIA INTENSIVA NA SAÚDE DA MULHER: RELATO DE EXPERIÊNCIA	49
RISCOS E BENEFÍCIOS DO USO DE PSICOFÁRMACOS NA GESTAÇÃO PARA A SAÚDE MATERNA	50
INFECÇÕES SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS EM MULHERES ENCARCERADAS.	51
A ATUAÇÃO DA ENFERMAGEM NA COBERTURA VACINAL DO HPV: DESAFIOS E ESTRATÉGIAS	52
AS EVIDÊNCIAS DA SUPLEMENTAÇÃO DE CARBONATO DE CÁLCIO NA GESTAÇÃO	53
SAÚDE MENSTRUAL COMO DIREITO: O PAPEL DA ENFERMAGEM SOBRE A POBREZA E OS FATORES SOCIOCULTURAIS	54
MÉTODOS DE INVESTIGAÇÃO E DIAGNÓSTICO DA ADENOMIOSE	55
ENFERMAGEM NA EDUCAÇÃO EM SAÚDE PARA O PLANEJAMENTO FAMILIAR	56
INDICADORES DE SAÚDE MATERNA: DESAFIOS PARA A REDUÇÃO DA MORTALIDADE MATERNA E O PAPEL DA ENFERMAGEM	57
FATORES SOCIODEMOGRÁFICOS ASSOCIADOS À MORTALIDADE MATERNA ..	58
GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA NO CONTEXTO HOSPITALAR	59
O PLANEJAMENTO NOS CUIDADOS DE ENFERMAGEM ÀS MÃES DE CRIANÇAS COM CÂNCER: REVISÃO INTEGRATIVA.	60
PAPEL DA ENFERMAGEM FRENTE A PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA (VO): UMA REVISÃO NARRATIVA	61
PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DA MORTALIDADE MATERNA NO BRASIL ENTRE OS ANOS DE 2014 E 2023	62
VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: O PAPEL DO/A ASSISTENTE SOCIAL NA PROTEÇÃO E GARANTIA DE DIREITOS	63

ATUAÇÃO DOS DISCENTES DE ENFERMAGEM NO CONTEXTO DA SAÚDE DA MULHER: RELATO DE EXPERIÊNCIA	64
ANÁLISE EPIDEMIOLÓGICA DA MORTALIDADE POR INFARTO AGUDO DO MIOCÁRDIO EM MULHERES NO ESTADO DE PERNAMBUCO, 2013-2023	65
ATUAÇÃO DO FARMACÊUTICO NA PREVENÇÃO E MANEJO DA DIABETES GESTACIONAL	66
EDUCAÇÃO EM SAÚDE NA PREVENÇÃO DO CÂNCER DO COLO DO ÚTERO: UMA REVISÃO DE LITERATURA	67
DIABETES MELLITUS GESTACIONAL E TRANSTORNOS ALIMENTARES: RISCOS PSICOLÓGICOS E METABÓLICOS ASSOCIADOS DURANTE A GESTAÇÃO	68
MÉTODOS DIAGNÓSTICOS NA IDENTIFICAÇÃO DA INSUFICIÊNCIA LÚTEA - REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	69
BOAS PRÁTICAS NA ASSISTÊNCIA AO PARTO NORMAL E O PROTAGONISMO DA ENFERMAGEM OBSTÉTRICA	70

RESUMOS EXPANDIDOS

A VISITA DOMICILIAR COMO INSTRUMENTO DE PROMOÇÃO DA SAÚDE: RELATO DE EXPERIÊNCIA	71
ESTRATÉGIAS TERAPÊUTICAS PARA O TRATAMENTO DO VAGINISMO: UMA REVISÃO INTEGRATIVA DA LITERATURA	75
EFEITOS DE INTERVENÇÕES FISIOTERAPÊUTICAS NA DISMENORREIA PRIMÁRIA: UMA REVISÃO INTEGRATIVA	79
ABORDAGENS E DESAFIOS EM TRANSPLANTES DE ÓRGÃOS EM POPULAÇÕES ESPECIAIS: UMA REVISÃO INTEGRATIVA.	83
TECNOLOGIA EM SAÚDE PARA SUPORTE À AUTOGESTÃO EM PACIENTES TRANSPLANTADOS	87
A TRAMA DO TEMPO: GÊNERO, SUBJETIVIDADE E O ENVELHECER NO FEMININO	91
ABANDONO DA PESSOA IDOSA: TENDÊNCIAS SOCIAIS, JURÍDICAS E FAMILIARES NUM MUNDO ENVELHECIDO	95
ATUAÇÃO DA ENFERMAGEM NO PLANEJAMENTO FAMILIAR NO CONTEXTO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE	99
VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER E SEUS IMPACTOS NA SAÚDE: CONSEQUÊNCIAS FÍSICAS E PSICOLÓGICAS.	103

ESCUTA E COMUNICAÇÃO: CAMINHOS PARA UM CUIDADO DE ENFERMAGEM HUMANIZADO DIANTE DA VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA	707
PRÁTICAS ASSISTENCIAIS FORENSES: ATUAÇÃO DO ENFERMEIRO À MULHER VÍTIMA DE VIOLÊNCIA SEXUAL	111
MORTALIDADE EM IDOSOS POR CÂNCER DO COLO DO ÚTERO DE 2018-2023 EM BELÉM	115
EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E DIREITOS DAS MULHERES: CONSTRUÇÃO E DIVULGAÇÃO DE UM GUIA INFORMATIVO	119
FITOTERAPIA NO CUIDADO FEMININO: VIVÊNCIAS DO MINICURSO ERVAS NA SAÚDE DA MULHER	123
EXPERIÊNCIAS DE MULHERES COM ESTOMIA: O IMPACTO NO DIA A DIA	127
USO DA TIRZEPATIDA NO MANEJO DA SÍNDROME DO OVÁRIO POLICÍSTICO: UMA REVISÃO NARRATIVA	131
ALEITAMENTO MATERNO EXCLUSIVO, VULNERABILIDADE SOCIAL E INFECÇÕES RESPIRATÓRIAS AGUDAS EM LACTENTES: UMA REVISÃO DE ESCOPO	135
ENVELHECIMENTO FEMININO E TRANSFORMAÇÕES FISIOLÓGICAS: DESAFIOS E CAMINHOS PARA A ASSISTÊNCIA INTEGRAL À MULHER IDOSA	140
MANEJO NÃO HORMONAL DOS SINTOMAS DO CLIMATÉRIO: UMA REVISÃO INTEGRATIVA	143
ATUAÇÃO DO ENFERMEIRO NAS ESTRATÉGIAS DE PREVENÇÃO, DIAGNÓSTICO E TRATAMENTO DO CÂNCER CERVICAL	147
ANÁLISE DA FUNÇÃO SEXUAL EM MULHERES CLINICAMENTE DIAGNOSTICADAS COM SÍNDROME DE MAYER-ROKITANSKY-KUSTER HAUSER (MRKH)	151
MENOPAUSA E O RISCO CARDIOVASCULAR: ALTERAÇÕES HORMONAIS E PREVENÇÃO	155
CUIDANDO DE QUEM CUIDA: RELATO DE EXPERIÊNCIA DE UMA OFICINA COM ACOMPANHANTES DE PACIENTES ONCOLÓGICOS	159
ESCALA NEONATAL DE HAMMERSMITH - FERRAMENTA PARA IDENTIFICAÇÃO DO COMPROMETIMENTO NEUROLÓGICO EM PREMATUROS	162
APLICABILIDADE DA ULTRASSONOGRAFIA TRIDIMENSIONAL NA IDENTIFICAÇÃO DAS ANOMALIAS DOS DUCTOS DE MÜLLER	166

QUANDO A ENDOMETRIOSE AFETA O SONHO DA MATERNIDADE: REPERCUSSÕES NA FERTILIDADE	170
AUTOMEDICAÇÃO EM GESTANTES E A ATUAÇÃO DO FARMACÊUTICO: REVISÃO DE LITERATURA	174
ATUAÇÃO DO ENFERMEIRO NAS ESTRATÉGIAS DE PREVENÇÃO, DIAGNÓSTICO E TRATAMENTO DO CÂNCER CERVICAL	178
QUANDO O SILÊNCIO ENCONTRA ESCUTA: O ACOLHIMENTO PSICOLÓGICO A MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA	182

ADENOMIOSE: ATUAÇÃO DA ENFERMAGEM NA DETECÇÃO E CUIDADO INTEGRAL À MULHER.

Maria Ivone do Nascimento Rodrigues¹; Rayrla de Sousa Mendes²; Fabricy Fernandes Mota³.

Graduanda em enfermagem pela Faculdade ViaSapiens,¹ Graduanda em enfermagem pela Faculdade ViaSapiens², Especialista em Saúde da Mulher (FAVENI)³.

ivonerodrigues8906@gmail.com

INTRODUÇÃO: A adenomiose é uma alteração ginecológica caracterizada pela presença de tecido endometrial no miométrio, em formas focalizadas ou difusas, afetando até 30% das mulheres em idade reprodutiva (Brasil, 2013). Entre seus sintomas está a menorrágia, tratada frequentemente com o sistema intrauterino de levonorgestrel. O enfermeiro, na consulta de enfermagem, atua no diagnóstico precoce e na orientação terapêutica, além de promover cuidados específicos que visam reduzir o sofrimento físico e emocional da paciente. **OBJETIVO:** Compreender as manifestações clínicas, o diagnóstico e as opções terapêuticas da adenomiose, destacando a atuação da enfermagem na orientação e no cuidado às mulheres afetadas por essa condição. **METODOLOGIA:** Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, realizada nas bases SciELO, PubMed e LILACS. Foram selecionados sete artigos com base em critérios de inclusão (idioma português e inglês, publicação entre 2015 e 2024, texto completo disponível) e exclusão (artigos duplicados ou que não abordavam diretamente a adenomiose). A análise dos estudos priorizou as abordagens diagnósticas, manifestações clínicas e alternativas terapêuticas da adenomiose, bem como o papel da enfermagem nesse contexto. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** A adenomiose apresenta desafios diagnósticos e terapêuticos que impactam diretamente a qualidade de vida das mulheres, especialmente devido à dor pélvica crônica, sangramentos intensos e dificuldades reprodutivas. O diagnóstico precoce por meio do ultrassom transvaginal tem sido essencial para o manejo adequado da doença. As estratégias terapêuticas variam conforme a gravidade dos sintomas e o desejo de fertilidade: os anti-inflamatórios não esteroides (AINES) auxiliam no alívio da dor, enquanto os progestágenos, o DIU com liberação de levonorgestrel e os agonistas de GnRH são indicados para o controle hormonal. Em casos mais graves, a histerectomia é considerada definitiva. Nesse contexto, a atuação da enfermagem torna-se essencial desde o acolhimento e a escuta qualificada até a orientação sobre as opções terapêuticas e a adesão ao tratamento. O enfermeiro contribui para o enfrentamento emocional da paciente, esclarecendo dúvidas, promovendo educação em saúde e acompanhando as repercussões físicas, psicológicas e sociais da doença. **CONCLUSÃO:** A atuação da enfermagem no diagnóstico precoce da adenomiose é essencial para a escolha do tratamento mais adequado, contribuindo para a prevenção de complicações, como a infertilidade. Além disso, o profissional de enfermagem desempenha um papel fundamental no suporte emocional às mulheres afetadas por essa condição ginecológica, promovendo uma melhora significativa na qualidade de vida das pacientes.

Palavras-chave: Saúde Reprodutiva; Diagnóstico Precoce; Assistência de Enfermagem.

DESAFIOS EMOCIONAIS ENFRENTADOS POR MULHERES DURANTE A GESTAÇÃO DE ALTO RISCO: REVISÃO SISTEMÁTICA

Fabírcia Araújo de Oliveira¹; Gustavo Iltemberg Sousa Silva²

Graduanda em enfermagem pela Universidade Federal de Campina Grande¹, Mestrando em Psicologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro²

fabriciao395@gmail.com

Introdução: A gestação é um fenômeno fisiológico e natural do corpo, marcado por diversas mudanças físicas, mentais e sociais. Apresenta também uma série de adaptações, o que facilita e ocasiona alterações psicológicas e hormonais. A vivência dos sentimentos pela gestante varia a cada trimestre, oscilando entre dúvidas, alegria, ansiedade, angústia e medo, pois é um momento de muitas incertezas. Muitas delas não sabem lidar com as mudanças que afetam negativamente o seu equilíbrio emocional. Dessa forma, uma gravidez é considerada de alto risco quando a vida da mãe, do feto ou de ambos é colocada em risco devido a complicações obstétricas ou médicas que surgem durante a gravidez, parto ou após o parto. **Objetivo:** Identificar e sintetizar as evidências científicas disponíveis na literatura acerca dos desafios emocionais enfrentados por mulheres durante a gestação de alto risco. **Metodologia:** Trata-se de uma revisão sistemática da literatura. Utilizou-se bases de dados científicas amplamente reconhecidas, como PubMed, LILACS, SciELO e CINAHL, buscando artigos publicados nos últimos dez anos. **Resultados e Discussão:** Nessa perspectiva, ao serem diagnosticadas com uma gestação de alto risco, algumas mulheres apresentam dificuldade de aceitação e adaptação à nova realidade, o que pode desencadear reações emocionais negativas, como estresse, ansiedade e tristeza, interferindo no bem-estar materno e na vivência da gravidez. Gestantes em condição de alto risco precisam de cuidados sofisticados, incluindo modificação do estilo de vida, suporte médico e técnico e até mesmo hospitalização. Elas podem experimentar sentimentos de vulnerabilidade e estresse que afetam sua saúde mental, por exemplo, ansiedade e depressão. Assim, esses sentimentos estão diretamente relacionados à preocupação com a saúde do bebê, ao risco de complicações obstétricas e à possibilidade de perda gestacional. Evidencia-se a importância do envolvimento do parceiro e da rede de apoio familiar durante o pré-natal. Ademais, as ações de acolhimento e escuta ativa são fundamentais para a humanização do cuidado. **Conclusão:** Portanto, a gestação de alto risco está fortemente associada a desafios emocionais significativos. Compreender esses aspectos vivenciados é essencial para a elaboração de planos de cuidado individualizados, capazes de minimizar o sofrimento psicológico, fortalecer o vínculo materno-fetal e contribuir para melhores desfechos maternos e neonatais.

Palavras-chave: Gravidez de alto risco; Saúde mental; Complicações na gravidez.

**DISFAGIA NA MULHER IDOSA COM DOENÇA DE PARKINSON: EXPERIÊNCIA EM
UMA INSTITUIÇÃO DE LONGA PERMANÊNCIA PARA IDOSOS**

Karla Carolline Barbosa Dote¹; Karla Maria Carneiro Rolim²

Doutoranda em Saúde Coletiva pela Universidade de Fortaleza - UNIFOR¹, Doutora em Enfermagem
pela Universidade Federal do Ceará - UFC²

karlacllf@gmail.com

Introdução: A Doença de Parkinson (DP) configura-se por uma patologia de origem neurológica e é considerada a segunda maior doença neurodegenerativa mais comum entre a população idosa. Suas principais manifestações incluem tremor, rigidez, bradicinesia e instabilidade postural. Devido sua cronicidade e tempo médio prolongado, diversos aspectos da vida sofrem modificações graduais e secundárias, entre os quais elencam-se distúrbios cognitivos, constipação crônica, disartria e os transtornos de deglutição, a chamada disfagia. A disfagia é definida como qualquer dificuldade no trânsito dos alimentos e/ou líquidos entre a boca e o estômago. Não é considerada uma patologia, porém um sintoma importante, encontrado em vários níveis e em diversas doenças. **Objetivo:** Relatar a experiência da assistência fonoaudiológica em um grupo de mulheres idosas disfágicas com Doença de Parkinson. **Metodologia:** Trata-se de estudo descritivo, com abordagem qualitativa, do tipo relato de experiência, acerca dos apontamentos registrados em diário de campo advindos dos atendimentos fonoaudiológicos realizados com um grupo de idosas disfágicas com DP. Os atendimentos aconteceram durante o mês de agosto de 2025, duas vezes por semana. O perfil compreendeu quatro mulheres idosas, com idades entre 68 e 80 anos, moradoras de uma Instituição de Longa Permanência para Idosos (ILPI), na cidade de Fortaleza-CE. Devido ao tipo de estudo, dispensou-se submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa, todavia foram respeitados os princípios bioéticos das pesquisas em saúde. **Resultados e Discussão:** A assistência versou sobre o monitoramento da disfagia, objetivando melhorar e readequar a fisiologia da deglutição, tornar o início de fase faríngea mais eficaz e promover subsídios para a manutenção dessa função à longo prazo. Como plano terapêutico, as sessões envolviam técnicas e exercícios miofuncionais orais em estruturas do sistema estomatoglossognático, exercícios vocais e associação à estimulação sensorial térmica e tátil gustativa, bem como readequação da dinâmica alimentar, com modificação de consistências dos alimentos, espessamento de líquidos e readequação de posturas e utensílios utilizados durante as refeições. Realizou-se medidas de Educação em Saúde com cuidadoras e com as próprias idosas, promovendo uma melhora na autoestima, autonomia e empoderamento de sua própria condição de saúde. Elas relataram mais segurança e mobilidade na alimentação, bem como diminuição de engasgos e entalhos. **Considerações Finais:** A experiência relatada reforça a importância da atuação precoce e de estratégias individualizadas quanto às abordagens de intervenção para a disfagia na DP. É preciso envolver pacientes e cuidadores nos cuidados gerais, sobretudo em ILPI, onde por vezes os cuidados não são exclusivos.

Palavras-chave: saúde da mulher; doença de Parkinson; disfagia; envelhecimento.

A ASCENSÃO DA LIDERANÇA FEMININA NA GESTÃO HOSPITALAR: DESAFIOS, CONQUISTAS E IMPACTO NA QUALIDADE DA ASSISTÊNCIA

Maria Mileny Alves de Lima¹

Graduada em Gestão Hospitalar pelo Centro Universitário Maurício de Nassau¹

mylaalvesdelima@hotmail.com

Introdução: Nos últimos anos, é notável a liderança feminina na gestão hospitalar devido à elevação do número de mulheres em papéis decisórios e pelo destaque em algumas habilidades. Diante disso, ainda existem lacunas como a desigualdade de gênero. Por isso, é necessário compreender a incumbência das mulheres que lideram no campo hospitalar, pois é vital para a criação de ambientes eficientes e justos que impactam grandemente a qualidade do cuidado. **Objetivo:** Analisar a ascensão da liderança feminina em posições de liderança na administração de hospitais, enfatizando os principais obstáculos, as vitórias conquistadas e como sua contribuição influencia a qualidade do atendimento à saúde. **Metodologia:** Trata-se de uma revisão da literatura com abordagem descritiva. A busca foi realizada nas bases SciELO, BVS e LILACS, utilizando os descritores “gestão hospitalar”, “liderança feminina” e “qualidade da assistência”, combinados pelo operador booleano AND. Foram incluídos artigos publicados nos últimos cinco anos, em língua portuguesa, que abordassem a atuação de mulheres em cargos de gestão na saúde, liderança hospitalar ou aspectos relacionados à qualidade da assistência. Foram excluídos estudos duplicados, incompletos e aqueles que não apresentavam relação direta com a temática proposta. Após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, 4 artigos compuseram a amostra final. **Resultados e Discussão:** Dados de pesquisas demonstram que as mulheres têm conquistado posições na gestão de hospitais através de habilidades como empatia, comunicação e visão holística. Entretanto, elas ainda enfrentam dificuldades institucionais e preconceitos de gênero que limitam sua atuação e progressão. A abordagem da liderança feminina tende a promover um âmbito de trabalho mais colaborativo, maior motivação das equipes e melhoria na qualidade dos serviços. A ampliação da atuação feminina nessa função também mostra um progresso na valorização do trabalho das mulheres, e evidencia o reconhecimento da sua importância social e profissional nas instituições. Nesse sentido, observa-se que a liderança feminina não impacta apenas a organização interna das instituições, mas também os resultados assistenciais, uma vez que ambientes mais colaborativos favorecem a humanização do cuidado, o fortalecimento das equipes e a melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados. **Considerações Finais:** A presença crescente de mulheres em cargos de liderança em hospitais é um grande passo, totalmente fundamental para a promoção da igualdade de gênero e para o aprimoramento da qualidade do atendimento. Apesar de algumas dificuldades enfrentadas, o sucesso obtido por essas gestoras se mostra positivamente grandioso na humanização e na eficácia dos serviços de saúde.

Palavras-chave: gestão hospitalar. liderança feminina. qualidade da assistência.

IMPACTO DA IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA DE STEWARDSHIP PARA PREVENÇÃO DA RESISTÊNCIA BACTERIANA NA UNIDADE DE TERAPIA INTENSIVA

Vanessa Sousa Bastos¹; Antonia Mylene Sousa Almeida Lima².

Mestranda em enfermagem pela Universidade Federal do Piauí¹, Pós-graduada em Captação, Doação e Transplante de Órgãos e Tecidos pela UNINTER².

vanessa.bastos@ufpi.edu.br

Introdução: A resistência bacteriana representa um grave problema de saúde pública, especialmente em Unidades de Terapia Intensiva (UTIs), onde há alta complexidade clínica, uso frequente de antimicrobianos de amplo espectro e maior risco de infecções associadas à assistência à saúde. O uso inadequado de antibióticos favorece o surgimento e a disseminação de microrganismos multirresistentes, comprometendo a eficácia terapêutica e elevando a morbimortalidade hospitalar. Nesse contexto, os programas de antimicrobial stewardship surgem como estratégia essencial para promover o uso racional de antimicrobianos e reduzir a resistência bacteriana. **OBJETIVO:** Avaliar o impacto da implementação de programas de antimicrobial stewardship na prevenção da resistência bacteriana em pacientes internados em UTIs. **Metodologia:** Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, realizada nas bases PubMed, Scopus e Web of Science. Foram incluídos estudos que abordaram a implementação ou o impacto de programas de antimicrobial stewardship em pacientes internados em UTIs. Consideraram-se pesquisas originais, publicadas nos últimos 05 anos, disponíveis em texto completo, nos idiomas português, inglês ou espanhol. Foram excluídos estudos de revisões, relatos de caso, editoriais, bem como estudos duplicados. Foram utilizados os descritores “Antimicrobial Stewardship”, “Intensive Care Unit”, “Bacterial Resistance”, “Infection Control” e “Patient Safety”, combinando os termos principais com o operador booleano AND e seus sinônimos com o operador OR. **Resultados e Discussão:** A busca inicial retornou 909 estudos, após aplicação dos filtros de idioma, tipo de publicação e período, foram selecionados 358 estudos para triagem. Após leitura completa de títulos e resumos e aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, 14 estudos foram incluídos na amostra final. Os resultados evidenciam que a adoção desses programas está associada à redução do consumo inadequado de antimicrobianos, diminuição da incidência de infecções por bactérias multirresistentes, redução de custos e menor tempo de internação hospitalar. As estratégias eficazes incluem auditoria e feedback, revisão diária da terapia antimicrobiana, padronização de protocolos, monitoramento de indicadores e educação contínua das equipes multiprofissionais. Além disso, as instituições com equipes multiprofissionais integradas apresentaram melhores resultados no controle da resistência bacteriana e na segurança do paciente. **Considerações Finais:** Conclui-se que a implementação de programas de antimicrobial stewardship nas UTIs é uma medida eficaz e necessária para conter a resistência bacteriana, otimizar o uso de antibióticos e promover qualidade e segurança na assistência ao paciente crítico. O fortalecimento dessas práticas requer o comprometimento institucional e a integração entre profissionais de saúde, consolidando-se como uma estratégia indispensável frente à crescente ameaça da resistência antimicrobiana.

Palavras-chave: gestão de antimicrobianos; controle de infecção; unidade de terapia intensiva.

**IMPACTO DA IMUNOSSUPRESSÃO NO RISCO DE INFECÇÕES EM PACIENTES
TRANSPLANTADOS: UMA REVISÃO INTEGRATIVA**

Vanessa Sousa Bastos¹; Antonia Mylene Sousa Almeida Lima².

Mestranda em enfermagem pela Universidade Federal do Piauí¹, Pós-graduada em Captação, Doação e Transplante de Órgãos e Tecidos pela UNINTER².

vanessa.bastos@ufpi.edu.br

Introdução: A terapia imunossupressora é fundamental para a manutenção do enxerto e prevenção da rejeição em pacientes submetidos a transplantes de órgãos sólidos. Contudo, a supressão da resposta imune torna esses indivíduos mais suscetíveis a infecções oportunistas, bacterianas, virais e fúngicas, configurando-se como uma das principais causas de morbimortalidade nesse grupo. O equilíbrio entre a prevenção da rejeição e o controle das infecções representa um desafio constante na prática clínica. **Objetivo:** Identificar o impacto da imunossupressão no risco de infecções em pacientes transplantados. **Metodologia:** Trata-se de uma revisão da literatura realizada entre os meses de outubro e novembro de 2025. A busca foi realizada nas bases de dados PubMed, Scopus e Web of Science, utilizando os descritores “immunosuppression”, “infection” e “organ transplantation”, combinados pelos operadores booleanos AND e OR. Incluíram-se artigos primários, publicados entre 2021 e 2025, nos idiomas português, inglês e espanhol, disponíveis na íntegra, que abordassem pacientes humanos submetidos a transplantes de órgãos sólidos e que relacionassem o uso de imunossupressores ao risco de infecções. Foram excluídos estudos de revisão, relatos de caso, duplicados e publicações que não tratassem diretamente do tema. **Resultado e Discussão:** A busca inicial identificou 1.090 estudos, dos quais 153 duplicatas foram removidas, resultando em 937 artigos submetidos à triagem por título e resumo. Após a leitura e aplicação rigorosa dos critérios de elegibilidade, 17 estudos atenderam aos critérios estabelecidos e compuseram a amostra final da revisão. Os resultados evidenciam que a maior incidência de infecções ocorre nos primeiros seis meses após o transplante, período em que a imunossupressão é mais intensa. As infecções bacterianas foram as mais prevalentes, seguidas pelas virais, principalmente por citomegalovírus e hepatites, e pelas fúngicas. Os agentes imunossupressores mais associados ao aumento do risco infeccioso foram os inibidores da calcineurina e os corticosteroides, especialmente em esquemas combinados. Estratégias como o monitoramento clínico-laboratorial, a individualização do regime imunossupressor, a vacinação prévia e a profilaxia antimicrobiana mostraram-se eficazes na redução de complicações. **Considerações finais:** Conclui-se que a imunossupressão, embora essencial para o sucesso do transplante, aumenta significativamente o risco de infecções, exigindo acompanhamento contínuo e individualizado. A compreensão dos mecanismos envolvidos e das práticas preventivas é fundamental para otimizar o cuidado e promover a segurança e sobrevida dos pacientes transplantados.

Palavras-chave: terapia de imunossupressão; imunossupressores; infecções; transplante de órgãos.

AÇÃO DA LIGA ACADÊMICA DE SAÚDE DA MULHER (LASM) SOBRE CÂNCER DE MAMA E ÚTERO

Cauã Araújo de Oliveira¹, Geovana Maria de Oliveira Fernandes², Kaylane Maria Barro Araújo³, Laísa Carla de Freitas Silva⁴, Elane da Silva Barbosa⁵

Graduando em Enfermagem pela Universidade Potiguar- UnP, Mossoró- RN¹, Graduanda em Enfermagem pela Universidade Potiguar- UnP, Mossoró- RN², Graduanda em Enfermagem pela Universidade Potiguar- UnP, Mossoró- RN³, Graduanda em Enfermagem pela Universidade Potiguar- UnP, Mossoró- RN⁴, Professora do Curso de Enfermagem na Universidade Potiguar- UnP, Mossoró- RN⁵.

cauaaraujo2003@outlook.com

Introdução: A educação em saúde compreende oportunidades de aprendizagem conscientemente construídas que envolvem alguma forma de comunicação, com a finalidade de melhorar a alfabetização em saúde, incluindo o processo de ressignificação do conhecimento e o desenvolvimento de habilidades para a vida que são conducentes à saúde individual e comunitária (Organização Mundial da Saúde, 1998). Nesse sentido, a conscientização sobre o câncer de colo uterino e de mama foi uma proposta sugerida de acordo com o cronograma de planejamento de atividades da Liga Acadêmica de Saúde da Mulher (LASM). **Objetivo:** Relatar a experiência de acadêmicos de Enfermagem do sexto e sétimo período da Universidade Potiguar (UNP), que realizaram uma ação educativa pela LASM, relacionada à sensibilização sobre o câncer de colo de útero e de mama. **Metodologia:** Trata-se de um estudo descritivo do tipo relato de experiência acerca da realização de ação educativa, na UNP, em Mossoró-Rio Grande do Norte (RN). As temáticas foram baseadas no Dia Internacional da Luta pela Saúde da Mulher, comemorado no dia 28 de maio. Sendo assim, foram selecionados os temas: Câncer de Colo de Útero (CCU) e Câncer de Mama (CM), por serem as duas doenças que mais acometem as mulheres. **Resultados e Discussão:** A ação ocorreu no dia 30 de maio de 2025, na qual pode-se contar com a participação de 19 mulheres e um homem, incluindo estudantes, funcionários, professores e pacientes que frequentam a clínica da saúde, localizada na referida universidade. Para a realização da ação, foram usados panfletos, os quais apresentavam linguagem simples e clara, acompanhados de um brinde: um chocolate, para atrair a atenção do público. Assim, foi explicado sobre o que se comemora no mês de maio e o motivo pelo qual foram escolhidas as doenças abordadas, além disso, explicou-se o que é o CCU e CM e formas de preveni-los, com vocabulário claro e acessível. Ressalta-se que mesmo com a realização da campanha do Outubro Rosa, é perceptível a necessidade do debate sobre o tema, visto que as mulheres ainda apresentam dúvidas que precisam ser esclarecidas. **Considerações Finais:** Durante a ação, pode-se identificar uma carência sobre o assunto, o qual ainda é pouco debatido. Desse modo, foi possível esclarecer dúvidas, quebrar tabus, informar sobre a importância da prevenção e diagnóstico precoce. A ação da LASM contribuiu, portanto, não somente para o público participante, mas principalmente para os ligantes que puderam correlacionar as teorias aprendidas com a realidade da população.

Palavras-chave: Educação em saúde; Neoplasias da Mama; Neoplasias do Colo do Útero.

CUIDADOS DE ENFERMAGEM NA PRIMEIRA CONSULTA DE PRÉ-NATAL: REVISÃO INTEGRATIVA

Antonia Mylene Sousa Almeida Lima¹; Vanessa Sousa Bastos²

Especialista em Terapia Intensiva pelo Programa de Residência do HSD¹, Mestranda em Enfermagem pela Universidade Federal do Piauí²

enfamylene@gmail.com

Introdução: O pré-natal é importante na promoção da saúde materna e infantil, no qual é através dessa assistência que se permite identificar e tratar precocemente possíveis complicações graves garantindo um parto seguro. **Objetivo:** Analisar as evidências científicas disponíveis sobre os principais cuidados de enfermagem na primeira consulta de pré-natal. **Metodologia:** Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, no qual a questão de pesquisa foi estruturada conforme a estratégia PICO onde P: Gestantes, I: Cuidados de enfermagem, Co: Primeira consulta de pré-natal. A partir da estratégia PICO, formulou-se a seguinte questão de pesquisa: Quais os principais cuidados de enfermagem na primeira consulta de pré-natal? As buscas foram realizadas nas bases de dados MEDLINE e LILACS utilizando os seguintes descritores controlados DeCS/MeSH: Cuidado pré-natal, Cuidados de enfermagem e Gestantes. Foram adotados como critérios de inclusão artigos originais, publicados em português, inglês ou espanhol, que atendessem o objetivo da pesquisa. Foram excluídos artigos de revisão, editoriais, cartas ao editor, resumos de eventos científicos, dissertações e teses. Estabeleceu-se um recorte temporal de cinco anos para a seleção dos estudos. **Resultados e Discussão:** A busca inicial resultou em 392 registros distribuídos nas bases de dados, no qual 75 artigos se encontram incompletos, 214 não estão de acordo com o recorte temporal, assim, 103 artigos foram selecionados para a leitura e análise crítica. Desses, 92 artigos foram excluídos por não estarem de acordo com o estudo e sete por se tratarem de revisão. Por isso, quatro artigos foram selecionados para a pesquisa. Dentre os principais resultados, aponta que o cartão da gestante é uma fonte essencial, entregue na primeira consulta, utilizado em todas as seguintes consultas onde possui todo o registro importante da gestante como dados sociodemográficos, antecedentes obstétricos, dados da gravidez atual, situação vacinal, gráficos como do acompanhamento nutricional, curva uterina e demais registros, devendo ser preenchido adequadamente. É na primeira consulta que é avaliado toda situação vacinal da gestante, solicitação de exames de rotina e complementares, com foco na realização dos testes rápidos para infecções sexualmente transmissível como sífilis, HIV e Hepatite B. O enfermeiro deve também responder aos questionamentos da gestante. **Conclusão:** Portanto, o objetivo do estudo foi atendido visto que foi abordado as principais condutas de enfermagem na primeira consulta de pré-natal. Vale ressaltar que é necessário que o enfermeiro desenvolva não apenas procedimentos nas consultas de pré-natal, mas orientações educativas, como estratégia de redução de fatores de risco e vulnerabilidades.

Palavras-chave: Cuidado pré-natal; Cuidados de enfermagem; Gestantes.

FATORES DETERMINANTES DA TRANSMISSÃO VERTICAL DA SÍFILIS: UMA REVISÃO DE LITERATURA

Ludmilla Araújo Bispo dos Santos¹; Jhennifer Erika da Costa Rosa ²

Graduanda em enfermagem pela Universidade Estadual do Maranhão¹, Enfermeira pela Universidade da Amazônia - UNAMA e pós-graduanda em urgência e emergência pelo centro universitário da Amazônia -UNIESAMAZ. Belém - PA ²

Arajoludmilla9@gmail.com

Introdução: A sífilis é uma infecção sexualmente transmissível causada pela bactéria *Treponema pallidum*. O contágio ocorre, predominantemente, por via sexual ou vertical. A transmissão vertical, por sua vez, ocorre durante a gestação, quando a gestante não recebe tratamento adequado, permitindo a disseminação hematogênica do agente infeccioso através da placenta, resultando na sífilis congênita. **Objetivo:** Analisar os fatores associados a transmissão vertical da sífilis. **Metodologia:** Trata-se de uma revisão integrativa da literatura realizada por meio da base de dados SciELO, a partir dos descritores: “Sífilis” e “Transmissão vertical”, combinados pelo operador booleano “AND”. Utilizou-se como critérios de inclusão artigos originais, disponíveis na íntegra, no idioma português, publicados no período de 2019 a 2024, que abordassem a temática. Excluiu-se artigos duplicados e aqueles cujo conteúdo não atendessem ao objetivo da pesquisa. Inicialmente, foram encontrados 6 artigos, dos quais 3 atenderam aos critérios estabelecidos e compuseram a amostra final. Após a seleção, procedeu-se à leitura na íntegra dos estudos, seguida de análise crítica de seus objetivos, metodologias, principais resultados e limitações. **Resultados e Discussão:** A análise dos estudos demonstra que mulheres que apresentaram transmissão vertical da sífilis iniciaram o acompanhamento pré-natal de forma tardia, realizaram um número insuficiente de consultas e apresentaram menor frequência de exames sorológicos para detecção da infecção, com registros limitados de resultados reagentes no cartão de pré-natal. Observou-se, ainda, que as gestantes diagnosticadas com sífilis e aquelas cujos filhos desenvolveram sífilis congênita apresentam maior vulnerabilidade social, maior exposição a fatores de risco para prematuridade e maior prevalência de coinfeção pelo HIV. Ademais, muitos tratamentos são considerados inadequados, uma vez que frequentemente os parceiros não são incluídos nas ações terapêuticas, comprometendo a efetividade do controle da infecção. A perda ou o preenchimento inadequado da documentação que comprova o tratamento da sífilis constitui um obstáculo significativo para o acompanhamento efetivo das gestantes, comprometendo a continuidade do cuidado e a rastreabilidade das condutas adotadas. **Conclusão:** A revisão realizada evidencia que a sífilis congênita está fortemente associada a falhas na assistência pré-natal, incluindo início tardio do acompanhamento, número insuficiente de consultas, testagem inadequada e tratamento incompleto das gestantes e parceiros. Diante disso, torna-se essencial aprimorar a vigilância e o acompanhamento das gestantes para detecção precoce da infecção e interrupção da transmissão vertical. Ressalta-se, ainda, a limitação de estudos sobre o tema, indicando a necessidade de pesquisas que investiguem os fatores determinantes da sífilis congênita e a efetividade das políticas públicas de prevenção.

Palavras-chave: gravidez; transmissão; sífilis congênita.

ASSISTÊNCIA À SAÚDE DA MULHER NO PRÉ-NATAL DE BAIXO RISCO: DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA A ATENÇÃO INTEGRAL

Yasllan Teixeira da Costa¹; Sofia Adelia Bernardo da Silva Houklef²

Graduando em medicina pela Universidade Federal de Mato Grosso¹, Médica especialista em Medicina de Família e Comunidade pela Universidade Federal de Mato Grosso²

yasllancosta@gmail.com

Introdução: O pré-natal de baixo risco constitui uma das principais estratégias para a promoção da saúde materna, contribuindo para a detecção precoce de agravos e a redução da morbimortalidade materna e perinatal. A assistência qualificada durante o período gestacional, centrada em princípios de integralidade e equidade, garante não apenas o acompanhamento clínico, mas também o suporte psicossocial e educacional necessários para o bem-estar da gestante e do feto. Estudos recentes ressaltam a importância da abordagem multiprofissional, que integra diferentes saberes e práticas na atenção obstétrica, favorecendo a humanização e o fortalecimento do vínculo entre usuária e equipe de saúde. **Objetivo:** Analisar de forma reflexiva os principais desafios e perspectivas para a assistência à mulher no pré-natal de baixo risco, à luz das evidências científicas e das políticas públicas de saúde. **Metodologia:** Trata-se de uma revisão narrativa de literatura, baseada em artigos publicados entre 2018 e 2024 nas bases SciELO, PubMed e LILACS. Foram selecionadas publicações em português e inglês que abordam práticas assistenciais, políticas públicas e indicadores de qualidade do cuidado pré-natal. A análise qualitativa dos dados foi estruturada a partir da identificação de categorias temáticas relacionadas à organização do serviço e à integralidade do cuidado. **Resultados e Discussão:** Observa-se que, apesar dos avanços normativos e da ampliação da cobertura do pré-natal, persistem desafios como a fragmentação do cuidado, a desigualdade regional e a dificuldade de integração entre os níveis de atenção. A literatura destaca a relevância da escuta qualificada, do acolhimento e da educação em saúde como elementos essenciais para o fortalecimento do vínculo profissional-usuária. Além disso, a capacitação contínua das equipes e o uso de tecnologias leves favorecem práticas mais seguras e humanizadas. A atuação interdisciplinar é determinante para garantir o cuidado integral e o protagonismo da mulher no processo gestacional. **Conclusão:** A assistência ao pré-natal de baixo risco exige um olhar ampliado sobre a mulher, reconhecendo suas dimensões biológicas, sociais e emocionais. A consolidação de um modelo de atenção baseado na integralidade e na humanização é fundamental para o avanço da saúde materna no Brasil. O fortalecimento das políticas públicas, a valorização do trabalho multiprofissional e a educação permanente em saúde são pilares essenciais para a qualificação do cuidado e a promoção da maternidade segura e respeitosa.

Palavras-chave: Pré-natal; Saúde materna; Humanização.

INFECÇÕES SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS EM MULHERES: DESAFIOS NA PREVENÇÃO E NO ACESSO AO DIAGNÓSTICO PRECOCE

Yasllan Teixeira da Costa¹; Sofia Adelia Bernardo da Silva Houklef²

Graduando em medicina pela Universidade Federal de Mato Grosso¹, Médica especialista em Medicina de Família e Comunidade pela Universidade Federal de Mato Grosso²

yasllancosta@gmail.com

Introdução: As infecções sexualmente transmissíveis (ISTs) representam um relevante problema de saúde pública no Brasil, afetando desproporcionalmente as mulheres em idade reprodutiva. A vulnerabilidade feminina às ISTs está associada a fatores biológicos, socioculturais e estruturais, como desigualdade de gênero, acesso limitado a serviços de saúde e estigma social. A transmissão vertical e as complicações ginecológicas decorrentes de infecções não tratadas reforçam a importância da prevenção e do diagnóstico precoce no âmbito da atenção primária à saúde. **Objetivo:** Analisar os desafios enfrentados pelo sistema público de saúde brasileiro na prevenção, detecção e tratamento das ISTs em mulheres, considerando aspectos epidemiológicos, educacionais e organizacionais. **Metodologia:** Trata-se de uma revisão narrativa de literatura, com busca nas bases SciELO, LILACS e PubMed, entre os anos de 2018 e 2024, utilizando os descritores 'infecções sexualmente transmissíveis', 'saúde da mulher' e 'prevenção'. Foram incluídos estudos nacionais que abordassem estratégias de prevenção, políticas públicas e barreiras ao diagnóstico precoce das ISTs no contexto do Sistema Único de Saúde (SUS). **Resultados e Discussão:** A literatura demonstra que, embora o Brasil disponha de políticas consolidadas, como a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher e o Plano Nacional de IST/HIV/AIDS, persistem lacunas no acesso equitativo aos serviços de prevenção e rastreamento. O estigma associado às ISTs e a dificuldade de abordagem do tema em consultas de rotina reduzem a adesão das mulheres às medidas preventivas. A ausência de testagem oportuna e o subdiagnóstico de infecções como clamídia e HPV são fatores que ampliam as taxas de complicações reprodutivas e de transmissão vertical. Estratégias educativas, a ampliação da testagem rápida e a capacitação das equipes da Atenção Primária são apontadas como medidas eficazes para o enfrentamento dessas barreiras. **Conclusão:** O enfrentamento das ISTs em mulheres requer ações integradas de educação em saúde, vigilância epidemiológica e fortalecimento da rede de atenção básica. A consolidação de práticas de cuidado humanizadas, o combate ao estigma e a ampliação do acesso aos exames diagnósticos são fundamentais para reduzir a incidência e as complicações das ISTs no país. O compromisso intersetorial e o investimento contínuo em políticas públicas são determinantes para garantir o direito à saúde sexual e reprodutiva das mulheres brasileiras.

Palavras-chave: infecções sexualmente transmissíveis; saúde da mulher; prevenção.

ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER: DESAFIOS E ESTRATÉGIAS NO CONTEXTO DA ATENÇÃO À SAÚDE

Yasllan Teixeira da Costa¹; Sofia Adelia Bernardo da Silva Houklef²

Graduando em medicina pela Universidade Federal de Mato Grosso¹, Médica especialista em Medicina de Família e Comunidade pela Universidade Federal de Mato Grosso²

yasllancosta@gmail.com

Introdução: A violência doméstica contra a mulher é reconhecida como um grave problema de saúde pública e uma violação dos direitos humanos, afetando a integridade física, psicológica e sexual das vítimas. No Brasil, os serviços de saúde assumem papel estratégico no enfrentamento dessa realidade, não apenas na identificação e tratamento das lesões físicas, mas também na escuta qualificada, acolhimento e notificação compulsória dos casos. Apesar dos avanços legais, como a Lei Maria da Penha e a Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, persistem desafios relacionados à capacitação profissional e à articulação intersetorial. **Objetivo:** Analisar os principais desafios e estratégias adotadas pelos serviços de saúde no enfrentamento da violência doméstica contra a mulher, considerando as diretrizes do Sistema Único de Saúde e as políticas públicas vigentes. **Metodologia:** Revisão narrativa de literatura com base em publicações entre 2018 e 2024 nas bases SciELO, LILACS e PubMed, utilizando os descritores ‘violência doméstica’, ‘saúde da mulher’ e ‘atenção primária à saúde’. Foram incluídos estudos nacionais que abordaram a atuação dos profissionais de saúde na identificação, notificação e acompanhamento de casos de violência doméstica. **Resultados e Discussão:** Os achados indicam que muitos profissionais ainda se sentem inseguros para abordar o tema, devido à falta de treinamento e ao medo de envolvimento jurídico. A ausência de protocolos padronizados e a sobrecarga dos serviços dificultam o manejo adequado dos casos. Entretanto, experiências exitosas relatam que a capacitação contínua das equipes e o fortalecimento do vínculo com a rede de proteção social favorecem a detecção precoce e o encaminhamento adequado das vítimas. A atuação da atenção primária, por sua proximidade com as comunidades, é fundamental para o acolhimento humanizado e para a quebra do ciclo de violência. Estratégias como o atendimento multiprofissional, a criação de fluxos intersetoriais e a sensibilização da equipe de saúde são essenciais para aprimorar a resposta institucional. **Conclusão:** O enfrentamento da violência doméstica requer a consolidação de práticas assistenciais sensíveis e humanizadas nos serviços de saúde. O investimento em capacitação profissional, o fortalecimento das redes de apoio e a integração entre saúde, assistência social e justiça são medidas essenciais para garantir a proteção e a recuperação integral das mulheres. O papel dos profissionais de saúde é central na construção de uma cultura de respeito e cuidado que promova a dignidade e o direito à vida sem violência.

Palavras-chave: violência doméstica; saúde da mulher; atenção primária.

ATUAÇÃO DA ENFERMAGEM NA PROMOÇÃO DA SAÚDE MENTAL DA MULHER NO PERÍODO PUERPERAL

Myrela Vida Marques da Silva Barbosa¹; Ingryd Emanuely Domingos Tavares²; Me. Beatriz Patrício Rocha³

Graduanda em enfermagem pela Universidade Estadual da Paraíba¹, Graduanda em farmácia pela Universidade Estadual da Paraíba², Farmacêutica da Universidade Estadual da Paraíba³

myrelavidabarbosa@gmail.com

Introdução: A gestação e o parto trazem consigo alterações fisiológicas, psicológicas, hormonais e sociais, ocasionando aspectos negativos na saúde mental da mulher puérpera. O sofrimento puerperal mental é caracterizado na maioria das vezes pelo blues puerperal e pela depressão pós-parto (DPP). Durante o puerpério, o enfermeiro é responsável por atuar diretamente nos cuidados com a mãe e com o bebê, por esse motivo, ele necessita de conhecimentos e habilidades sobre essa temática e igualmente prestar um atendimento humanizado e de qualidade, promovendo o bem-estar físico e psicológico de ambos. **Objetivo:** Compreender a importância da atuação do enfermeiro na promoção da saúde mental da mulher no período pós-parto. **Metodologia:** Consiste em uma revisão integrativa de literatura realizada nas bases de dados virtuais (SciELO, Lilacs e Pubmed). Foram utilizados descritores em ciências da saúde (DeCS). Os termos aplicados foram “enfermagem”, “saúde mental” e “período pós-parto”. Foram encontrados estudos na língua portuguesa e na língua inglesa, publicados entre os anos de 2021 e 2025. Para tal, foram utilizados apenas quatro artigos, mas que abordam grande relevância sobre o tema. **Resultados e Discussão:** O enfermeiro, por fornecer assistência direta à mulher, pode contribuir de forma positiva juntamente a outros profissionais da saúde para o rastreamento precoce da DPP, analisando fatores de risco na paciente como: maternidade na adolescência, gravidez não planejada, preconceito, baixo nível de escolaridade, entre outros. Contudo, observa-se que existe uma carência na capacitação dos enfermeiros, dificultando o atendimento mais completo, ainda humanizado e, consequentemente, um diagnóstico e uma intervenção precoce. Estudos afirmam que ocorre um impacto positivo quando há implementação de ações educativas voltadas à saúde mental pós-parto e o uso de novas tecnologias na educação permanente dos enfermeiros. Além disso, é válido pontuar que é fundamental o apoio familiar e também o suporte da equipe multidisciplinar para que os enfermeiros possam executar o atendimento de forma efetiva. **Conclusão:** A partir disso, nota-se a necessidade de capacitação para suprir as pendências de conhecimento e habilidades no enfermeiro, permitindo que ele contribua para uma triagem mais eficiente, detecção precoce dos sintomas de DPP e melancolia, melhor manejo e maior conscientização da paciente.

Palavras-chave: enfermeiro; depressão puerperal; puerpério.

**FLOR DA ALDEIA: CONSCIENTIZAÇÃO E PROMOÇÃO DE SAÚDE DA MULHER
INDÍGENA NA PREVENÇÃO DO CÂNCER DE COLO UTERINO.**

Anna Klara Da Costa Silva¹; Orientadora: Josiani Nunes do Nascimento²

Graduanda em enfermagem pelo Centro Universitário Martha Falcão WYDEN¹.

e-mail: annaklaradcs@gmail.com¹

Enfermeira pela Universidade Federal do Amazonas e Mestrado em Enfermagem pela Universidade Federal de São Paulo.²

e-mail: josiani.nunes@fmf.edu.br

Introdução: O câncer cervical é o quarto tumor maligno mais comum entre mulheres globalmente, com maior incidência em países menos desenvolvidos e em populações vulneráveis. A detecção precoce e a vacinação contra o papiloma vírus (HPV) são essenciais para a prevenção da neoplasia, mas a cobertura é insuficiente quando se trata de mulheres indígenas, devido às inúmeras dificuldades encontradas no processo de rastreamento. Este estudo buscou compreender os fatores que contribuem para os indicadores de incidência do câncer de colo de útero em mulheres indígenas, assim como identificar os serviços de saúde atuais destinados à prevenção, controle e tratamento dessas doenças, por meio de análise de fontes documentais e entrevistas semiestruturadas realizadas com cinco profissionais da saúde que trabalham com povos indígenas. A partir do estudo observou-se que o câncer de colo uterino se apresenta como uma das neoplasias mais prevalentes na população indígena feminina. **Objetivo:** Promover a conscientização e a prevenção do câncer do colo do útero entre as mulheres indígenas da Aldeia Waikiru, por meio de ações de educação em saúde, com informações sobre fatores de risco, prevenção e tratamento, considerando suas especificidades culturais e crenças. **Metodologia:** Trata de um relato de experiência realizado pela aluna de graduação do curso de enfermagem, por meio de uma ação em saúde coletiva efetivada em maio de 2025, com 20 mulheres adultas e idosas na Aldeia Waikiru, aplicando questionário socioeconômico e culturais, realizado anamneses individuais. **Resultados e Discussão:** Observou-se que a desinformação sobre o câncer do colo do útero ainda é evidente entre as mulheres da Aldeia Waikiru. Fatores culturais e a falta de acesso à informação contribuem para a baixa adesão às práticas preventivas de saúde, aumentando o risco de desenvolverem doenças em estágios avançados. A atividade educativa proporcionou um espaço de diálogo e escuta, fortalecendo o vínculo entre a equipe de saúde e a comunidade indígena. **Conclusão:** Conclui-se que a melhor e mais eficiente forma de contribuir com essa população é por meio de ações educativas que possibilitem a compreensão, de forma clara e didática, da importância dos cuidados com a saúde. A sensibilização sobre a prevenção e o autocuidado reflete diretamente na melhoria da qualidade de vida dessas mulheres e de toda a comunidade. É fundamental que entendam que prevenção é sinônimo de vida e de qualidade de vida.

Palavras-chave: saúde; prevenção; mulher indígena.

BENEFÍCIOS DA PRÁTICA DE EXERCÍCIOS FÍSICOS NA GESTAÇÃO: UMA REVISÃO NARRATIVA

Jacinta da Silva Gomes¹

Enfermeira pela Universidade Estadual da Paraíba- UEPB¹

Jacintasilva20022001@gmail.com

Introdução: O processo gravídico é um evento fisiológico natural compreendido como uma sequência de adaptações ocorridas no corpo da mulher a partir da fertilização visando o desenvolvimento do embrião e a preparação do corpo feminino para sua gestação e parto. As sucessivas modificações advindas com a gestação podem causar inúmeros desconfortos a gestante, impactando sua qualidade de vida, limitando o desempenho de suas atividades e predispondo a mesma a uma série de agravos à saúde.

Objetivo: Descrever os inegáveis benefícios da prática de exercícios físicos durante a gestação.

Metodologia: Trata-se de um estudo qualitativo do tipo revisão narrativa da literatura, realizado em outubro de 2025 nas seguintes bases de dados: Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) e no Portal de Periódicos da CAPES, utilizando os seguintes descritores em Ciências da Saúde (Decs): “Exercícios Físicos”, “Gestantes” e “Parto natural”, combinados entre si pelo operador booleano AND. Os critérios de seleção adotados foram: artigos disponíveis na íntegra gratuitamente, exclusivamente no idioma português, publicados nos últimos cinco anos e que estivessem alinhados com o objetivo deste estudo. Como critério de exclusão utilizou-se artigos que não respondessem diretamente ao objetivo desta pesquisa. A princípio foram selecionados 7 artigos, após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, foram selecionados 3 artigos para integrar esta revisão narrativa.

Resultados e Discussão: Tendo como base a literatura selecionada foi possível identificar os seguintes benefícios da prática de exercícios físicos na gestação: Redução de complicações obstétricas, em especial das relacionadas ao diabetes gestacional e aos distúrbios hipertensivos; Redução da taxa de cesarianas de emergência e das complicações associadas a esse procedimento cirúrgico; Redução de recém-nascidos prematuros e com baixo peso ao nascer; Redução da ansiedade e da depressão pós-parto; Redução dos desconfortos inerentes a gestação, como o ganho de peso excessivo e por fim, o aumento das chances de um parto natural e um puerpério sem intercorrências, tanto para a mãe quanto para o bebê.

Considerações finais: A prática de exercícios físicos durante a gestação, em especial nos últimos trimestres gestacionais, realizada por mulheres saudáveis, sem contraindicações absolutas para a atividade, deve ser estimulada e encorajada pelos profissionais de saúde, pois aliada a uma alimentação saudável, reduzem os riscos de complicações durante o trabalho de parto, nascimento e puerpério, além de melhorar a qualidade de vida e bem estar da gestante.

Palavras-chave: bem-estar materno; exercício físico; gravidez.

INTERVENÇÃO EM EDUCAÇÃO EM SAÚDE EM ESCOLAS PÚBLICAS: UM RELATO DE ACADÊMICAS DE ENFERMAGEM

Geovana Maria de Oliveira Fernandes¹; Kaylane Maria Barro Araújo²; Ester Gonçalves Cordeiro³; Elane da Silva Barboa⁴

Graduanda em enfermagem pela Universidade Potiguar- UnP, Mossoró- RN¹. Graduanda em enfermagem pela Universidade Potiguar- UnP, Mossoró- RN². Graduanda em enfermagem pela Universidade Potiguar- UnP, Mossoró- RN³. Professora do Curso de Enfermagem na Universidade Potiguar- UnP, Mossoró- RN⁴

geovanamariaof@gmail.com

Introdução: A educação em saúde é um conjunto de práticas que visa a construção de conhecimentos em saúde, já que contribui para aumentar a autonomia da população no seu autocuidado (Brasil, 2013). Nesse sentido, na unidade curricular (UC) Enfermagem em Saúde da Mulher e do Neonato foi proposta, como uma das atividades avaliativas, a realização de ação educativa acerca de temática relativa à área em estudo. **Objetivo:** Relatar a experiência de acadêmicas de Enfermagem da Universidade Potiguar (UnP), que realizaram uma ação educativa relacionada à saúde da mulher em escolas públicas do estado do Ceará. **Metodologia:** Trata-se de um estudo descritivo do tipo relato de experiência acerca da realização de ação educativa, em escolas do ensino fundamental localizadas nos municípios de Russas e Icapuí. As temáticas abordadas foram: autocuidado físico, mental e sexualidade por serem temas importantes na adolescência, já que esse público se encontra em fase de mudanças e em processo de adaptação a essa fase da vida. **Resultados e Discussão:** A ação ocorreu em maio de 2024, nas Escolas Municipais Ana Xavier Lopes e Professora Mizinha, direcionada a adolescentes de 13 a 16 anos. Os temas centrais foram definidos em parceria com a direção das escolas, que apontaram a carência sentida pelos alunos em meio a outras campanhas. A metodologia utilizada foram slides e uma "caixinha de perguntas" anônima. As reações dos adolescentes foram diversas, desde entusiasmo e curiosidade até reticência, mas convergiram na sensação de que o tema havia tocado em uma "ferida" não legitimada. A experiência consolidou a compreensão dos alunos de que a sexualidade está integrada a múltiplas dimensões. As principais dúvidas concentraram-se em questões práticas como consentimento, estabelecimento de limites e o acesso confidencial a serviços de saúde. A ação confirmou o que a literatura destaca ao expor que educação em saúde na adolescência não deve se restringir à biologia, evidenciando que, ao se sentirem ouvidos, a educação sexual se torna uma ferramenta para promover a autonomia e saúde integral, preenchendo uma lacuna nas intervenções em saúde escolar. **Conclusão:** Constata-se que a atividade educativa foi benéfica tanto para as acadêmicas de Enfermagem, quanto para os alunos, visto que houve uma troca de vivências, conhecimentos e experiências, com esclarecimento de dúvidas. Desse modo, é notório a importância da educação em saúde, particularmente para os adolescentes, pois proporciona um maior cuidado dos indivíduos com sua saúde física e mental.

Palavras-chave: Educação em Saúde; Adolescente; Saúde da Mulher.

DEFICIÊNCIA DE FERRO E ANEMIA EM GESTANTES: ESTRATÉGIAS NUTRICIONAIS DE PREVENÇÃO

Bruna Karoline dos Santos Cordeiro

Nutricionista pela Faculdade de Ciências Humanas e Exatas do Sertão do São Francisco (FACESF)

Brunacordeironutri1@gmail.com

INTRODUÇÃO: A anemia ferropriva é considerada o distúrbio nutricional mais prevalente entre gestantes, representando um importante problema de saúde pública. Estima-se que cerca de 40% das gestantes no mundo apresentem anemia, sendo a deficiência de ferro responsável por aproximadamente metade dos casos. No Brasil, a prevalência de anemia gestacional alcança 19,1%, com maior incidência em regiões Norte e Nordeste. Essa condição está associada a riscos como parto prematuro, baixo peso ao nascer e aumento da mortalidade materna e neonatal. **OBJETIVO:** Analisar estratégias nutricionais de prevenção da deficiência de ferro e anemia em gestantes, destacando medidas individuais e coletivas. **METODOLOGIA:** A revisão narrativa foi realizada em três bases científicas (PubMed, SciELO e LILACS), no período de 2015 a 2025, utilizando os descritores “anemia ferropriva”, “gestação” e “prevenção nutricional”. Foram incluídos artigos originais e revisões que abordassem estratégias nutricionais de prevenção da anemia em gestantes, publicados em português, inglês ou espanhol, com texto completo disponível. Excluíram-se estudos duplicados, trabalhos voltados a outras populações e artigos sem acesso integral. A busca inicial resultou em um conjunto reduzido de publicações, das quais três atenderam plenamente aos critérios de inclusão e compuseram a análise final. Os dados foram organizados e sintetizados de forma temática, permitindo discutir evidências sobre suplementação medicamentosa, fortificação de alimentos e orientação nutricional, conectando diretamente a metodologia com os resultados apresentados. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** A literatura evidencia que a suplementação com sulfato ferroso é a principal estratégia de prevenção, recomendada pelo Ministério da Saúde e pela Organização Mundial da Saúde. Além disso, políticas públicas de fortificação de farinhas com ferro e ácido fólico têm contribuído para reduzir a prevalência da anemia. A orientação nutricional individualizada, com incentivo ao consumo de alimentos ricos em ferro heme (carnes) e não heme (leguminosas, vegetais verde-escuros), associada à ingestão de fontes de vitamina C para aumentar a absorção, é fundamental. Barreiras como baixa adesão ao suplemento, efeitos colaterais gastrointestinais e falta de acompanhamento pré-natal adequado ainda dificultam a efetividade das estratégias. Programas como a Estratégia Saúde da Família têm papel essencial na educação alimentar e no monitoramento das gestantes. **CONCLUSÃO:** A prevenção da anemia ferropriva em gestantes exige ações integradas, combinando suplementação medicamentosa, fortificação de alimentos e educação nutricional. O fortalecimento das políticas públicas e o acompanhamento multiprofissional são indispensáveis para garantir melhores desfechos maternos e neonatais.

Palavras-chave: Anemia ferropriva; Gestação; Nutrição.

REFERÊNCIAS

Alexandre, J. S; Bonani, S. A. Anemia ferropriva na gestação e o uso de suplementação de ferro. Revista Mato-grossense de Saúde, v. 1, n. 2, p. 176-192, 2023.

Almeida, R. M. A. Anemia ferropriva gestacional: prevalência e estratégias de prevenção. PUC Goiás, 2021.

Ministério da Saúde. Deficiência de Ferro. Brasília: MS, 2020.

NUTRIÇÃO E SAÚDE MENTAL DA MULHER NO PERÍODO GESTACIONAL E PÓS-PARTO

Bruna Karoline dos Santos Cordeiro

Nutricionista pela Faculdade de Ciências Humanas e Exatas do Sertão do São Francisco (FACESF)

Brunacordeironutri1@gmail.com

INTRODUÇÃO: A gestação e o pós-parto são períodos de intensas transformações físicas, hormonais e emocionais, que podem impactar diretamente a saúde mental da mulher. Estudos apontam que cerca de 25% das gestantes apresentam sintomas de ansiedade e depressão durante a gravidez, e a depressão pós-parto afeta uma parcela significativa das mulheres, comprometendo o vínculo mãe-bebê e a qualidade de vida. A nutrição desempenha papel fundamental na prevenção e manejo desses quadros, uma vez que nutrientes específicos estão relacionados ao funcionamento cerebral e ao equilíbrio emocional. **OBJETIVO:** Analisar a relação entre nutrição e saúde mental da mulher no período gestacional e pós-parto, destacando estratégias alimentares de prevenção e promoção da saúde. **METODOLOGIA:** Revisão narrativa da literatura realizada em bases científicas nacionais e internacionais, entre 2024 e 2025, utilizando descritores relacionados à nutrição, saúde mental, gestação e pós-parto. Foram considerados artigos originais e revisões que abordassem a influência da alimentação na saúde mental materna, sendo excluídos estudos duplicados ou sem relevância temática. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Evidências científicas demonstram que dietas equilibradas, ricas em ácidos graxos ômega-3, vitaminas do complexo B, ferro e magnésio, estão associadas à redução do risco de depressão e ansiedade. O consumo de peixes, oleaginosas, vegetais verde-escuros e leguminosas contribui para a síntese de neurotransmissores como serotonina e dopamina, essenciais para o bem-estar emocional. A deficiência de ferro e vitamina B12, por exemplo, pode agravar quadros depressivos e comprometer a energia e disposição da gestante. Além disso, políticas públicas de incentivo ao pré-natal humanizado e à educação alimentar têm papel crucial na promoção da saúde integral da gestante, garantindo acesso a informações e suporte multiprofissional. Barreiras como insegurança alimentar, baixa escolaridade e falta de acompanhamento dificultam a adesão às práticas nutricionais adequadas, reforçando a necessidade de estratégias intersetoriais que integrem saúde, educação e assistência social. **CONCLUSÃO:** A nutrição é um componente essencial na promoção da saúde mental da mulher durante a gestação e o pós-parto. Estratégias que integrem suplementação adequada, orientação alimentar e suporte psicológico podem reduzir significativamente os riscos de transtornos mentais nesse período, favorecendo tanto a saúde materna quanto o desenvolvimento infantil. Investir em políticas públicas de apoio às gestantes, ampliar o acesso a alimentos de qualidade e fortalecer o vínculo mãe-bebê são medidas indispensáveis para garantir melhores desfechos de saúde e qualidade de vida.

Palavras-chave: Gestação; Nutrição; Saúde mental.

INFLUÊNCIA DA DIETA MATERNA NA COMPOSIÇÃO DO LEITE MATERNO E NO DESENVOLVIMENTO INFANTIL

Bruna Karoline dos Santos Cordeiro

Nutricionista pela Faculdade de Ciências Humanas e Exatas do Sertão do São Francisco (FACESF)

Brunacordeironutri1@gmail.com

INTRODUÇÃO: O leite materno é considerado o padrão ouro para a nutrição do recém-nascido, fornecendo macro e micronutrientes, além de fatores imunológicos e bioativos que favorecem o crescimento e o desenvolvimento saudável. A composição do leite pode variar de acordo com a dieta materna, refletindo diretamente na qualidade nutricional oferecida ao bebê e influenciando aspectos como imunidade, cognição e desenvolvimento físico. **OBJETIVO:** Analisar a influência da dieta materna na composição do leite materno e seus impactos no desenvolvimento infantil. **METODOLOGIA:** Revisão narrativa da literatura realizada em bases científicas nacionais e internacionais entre 2016 e 2025, utilizando descritores relacionados à dieta materna, leite materno e desenvolvimento infantil. A pesquisa foi conduzida em PubMed e Scielo. Critérios de inclusão: artigos originais e revisões; exclusão: estudos duplicados, incompletos ou sem relevância temática. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Evidências científicas demonstram que a ingestão adequada de ácidos graxos poli-insaturados, especialmente o ômega-3 presente em peixes e oleaginosas, está associada ao melhor desenvolvimento neurológico e cognitivo da criança. A deficiência de micronutrientes como ferro, zinco e vitamina D na dieta materna pode comprometer a qualidade nutricional do leite, aumentando o risco de deficiências no lactente. Além disso, o consumo de alimentos ricos em antioxidantes, fibras e vitaminas do complexo B contribui para a síntese de neurotransmissores e fortalecimento do sistema imunológico infantil. Estudos também apontam que a dieta materna influencia a microbiota intestinal e, conseqüentemente, a microbiota do leite materno, impactando a colonização intestinal do bebê e sua saúde a longo prazo. Políticas públicas de incentivo ao aleitamento materno exclusivo até os seis meses de vida, associadas à orientação nutricional individualizada, são fundamentais para garantir a saúde integral da mãe e do bebê. Barreiras como insegurança alimentar, baixa escolaridade e falta de acompanhamento multiprofissional ainda dificultam a adesão às práticas alimentares adequadas. **CONCLUSÃO:** A dieta materna exerce influência significativa sobre a composição do leite materno e, conseqüentemente, sobre o desenvolvimento infantil. Estratégias que integrem educação alimentar, suplementação adequada, incentivo ao aleitamento e políticas de apoio às lactantes são indispensáveis para promover melhores desfechos nutricionais e de saúde na primeira infância, fortalecendo o vínculo mãe-bebê e contribuindo para a redução de morbimortalidade infantil.

Palavras-chave: Desenvolvimento infantil; Nutrição; Leite Materno.

PRESCRIÇÃO FARMACÊUTICA DE ANTICONCEPCIONAIS HORMONAIS: AVANÇOS, DESAFIOS E O PAPEL DO FARMACÊUTICO NA SAÚDE REPRODUTIVA

Meicy de Sousa Martins Silva¹; Émily Kayline de Sousa Silva¹; Me. Beatriz Patrício Rocha²

Graduanda em Farmácia pela Universidade Estadual da Paraíba¹, Farmacêutica da Universidade Estadual da Paraíba²

s.meicy@aluno.uepb.edu.br

Introdução: A ampliação da prescrição farmacêutica de anticoncepcionais hormonais representa um marco para o acesso e a integralidade do cuidado à saúde da mulher. O novo protocolo do Conselho Federal de Farmácia (CFF), autoriza o farmacêutico a prescrever determinados métodos contraceptivos hormonais, desde que baseados em protocolos clínicos, evidências científicas e avaliação individualizada da paciente. Essa iniciativa fortalece a Atenção Primária à Saúde, amplia a autonomia profissional e contribui para reduzir barreiras de acesso ao planejamento reprodutivo. **Objetivo:** Analisar o papel do farmacêutico na prescrição e acompanhamento do uso de anticoncepcionais hormonais, com base nas percepções de profissionais e usuários e nas diretrizes atuais. **Metodologia:** Trata-se de uma revisão de literatura realizada nas bases de dados SciELO, PubMed e Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), utilizando os descritores “prescrição farmacêutica”, “contraceptivos hormonais” e “atenção farmacêutica”, combinados pelo operador booleano AND. Foram incluídos artigos em português e inglês, publicados entre 2018 e 2024, totalizando 120 artigos, utilizado para desenvolver o resumo. Após aplicação dos critérios de elegibilidade dá análise dos artigos se fez essencial para compreensão da prática e benefícios dos envolvidos, aceitação e adesão a prática no Brasil e as barreiras á prática, ressaltar a importância dos farmacêuticos na prescrição e orientação ao uso de medicamentos hormonais e diferença entre país desenvolvidos com diferentes sistemas de saúde, 5 artigos compuseram a amostra final da revisão. **Resultados e Discussão:** Os estudos mostram que farmacêuticos capacitados desempenham com segurança a prescrição de anticoncepcionais hormonais, utilizando protocolos clínicos e instrumentos padronizados de avaliação que permitem identificar fatores de risco, contraindicações, usos inadequados e potenciais interações medicamentosas. Evidências apontam que o uso de questionários estruturados em farmácias comunitárias auxilia na detecção precoce de problemas relacionados ao uso, contribuindo para intervenções individualizadas. Tanto usuárias quanto profissionais percebem a prática como segura, acessível e facilitadora do cuidado. Pesquisas nacionais e internacionais reforçam que a prescrição farmacêutica amplia o acesso a métodos contraceptivos sem comprometer a segurança, desde que acompanhada de capacitação contínua, integração multiprofissional e ambientes estruturados. **Considerações Finais:** A prescrição farmacêutica de anticoncepcionais hormonais é uma estratégia efetiva para fortalecer o acesso à saúde reprodutiva e otimizar o uso racional de medicamentos. O farmacêutico, ao exercer essa atribuição de forma ética e embasada em protocolos oficiais, contribui significativamente para a promoção da autonomia feminina e para o fortalecimento da atenção primária à saúde. Recomenda-se o investimento contínuo em educação permanente, estruturação dos serviços e integração interprofissional para consolidar essa prática no contexto brasileiro.

Palavras-chave: contraceptivos hormonais; atenção farmacêutica; protocolo.

MEDICAMENTOS SEGUROS NA GRAVIDEZ: AVALIAÇÃO DE RISCO E PRÁTICAS PARA A SEGURANÇA MATERNO-FETAL

Émily Kayline de Sousa Silva ¹; Meicy de Sousa Martins Silva ²; Me. Beatriz Patrício Rocha³.

Graduando em farmácia pela Universidade Estadual da Paraíba¹, Farmacêutica da Universidade Estadual da Paraíba².

emilykaysousa@gmail.com

Introdução: O uso de medicamentos durante a gravidez exige avaliação criteriosa do balanço risco-benefício para proteger a saúde materna e fetal. Estudos recentes que categorizam medicamentos segundo risco gestacional e revisões sobre vacinas e fármacos destacam que embora muitos fármacos sejam utilizáveis com segurança em determinados trimestres, as decisões devem considerar categoria teratogênica, evidência disponível e o momento gestacional. Evidências epidemiológicas recentes reforçam que antibióticos beta-lactâmicos mantêm perfil favorável de segurança, enquanto os analgésicos e opioides exigem avaliação individualizada frente a potenciais riscos materno-fetais.

Objetivo: Revisar evidências sobre segurança de medicamentos na gravidez, com ênfase em categorização de risco, analgésicos, vacinas e antimicrobianos, e discutir implicações para a prática clínica em gestações de rotina e de alto risco. **Metodologia:** Revisão integrativa das fontes buscadas nas bases SciELO e PubMed. Foram utilizados os descritores em ciências da saúde (DeCS). Os termos aplicados foram “segurança na gestação”, “analgésicos na gestação”, “antibióticos na gestação”, “pregnancy” e “drug safety”. Foram priorizados estudos publicados entre 2020 e 2025 em português e inglês. Não foram incluídos estudos repetidos entre as bases, artigos que não tratavam diretamente do tema e publicações fora do recorte temporal. Assim, foram selecionados sete artigos. **Resultados:** Os estudos apontam que determinados medicamentos podem ser utilizados com segurança na gestação quando prescritos com cautela, sendo o paracetamol considerado a opção analgésica de primeira escolha para uso eventual. No entanto, analgésicos como os opioides e anti-inflamatórios não esteroidais apresentam maior risco de efeitos adversos materno-fetais, exigindo avaliação personalizada. No âmbito de antimicrobianos, penicilinas e cefalosporinas seguem sendo as classes mais recomendadas por apresentarem um bom perfil de segurança, principalmente quando utilizadas em infecções maternas de imediato. **Conclusão:** Conclui-se que o uso seguro de medicamentos durante a gestação depende de avaliação minuciosa do risco-benefício. As evidências obtidas indicam que fármacos amplamente utilizados como o paracetamol e os beta-lactâmicos, possuem perfil favorável quando prescritos adequadamente, pelo contrário classes como os opioides, AINEs e outros agentes potencialmente teratogênicos exigem maior cuidado. Destaca-se assim a importância da orientação profissional e da avaliação individualizada para minimizar os riscos materno-fetais e favorecer uma prática farmacoterapêutica mais segura durante o período gestacional.

Palavras-chave: gravidez; segurança farmacológica; vacinação.

O PAPEL DO ENFERMEIRO NA PREVENÇÃO DO CÂNCER DE COLO DO ÚTERO

Myrela Vida Marques da Silva Barbosa¹; Ingryd Emanuelyly Domingos Tavares²; Me. Beatriz Patrício Rocha³

Graduanda em enfermagem pela Universidade Estadual da Paraíba¹, Graduanda em farmácia pela Universidade Estadual da Paraíba², Farmacêutica da Universidade Estadual da Paraíba³

myrelavidabarbosa@gmailcom

Introdução: Reconhecido como o quarto tipo de câncer mais frequente no mundo, o Câncer do Colo do Útero (CCU) corresponde também à quarta principal causa de mortalidade entre mulheres. O CCU é provocado na maioria dos casos pela infecção crônica do Papilomavírus Humano (HPV). Além disso, os fatores de risco, como: parceiros sexuais variados e tabagismo propiciam o desenvolvimento desse tipo de câncer. O rastreamento e a detecção precoce desse tipo de câncer são fundamentais para facilitar e agilizar o início do tratamento, aumentando, assim, as chances de cura. Diante disso, destaca-se o papel do enfermeiro na prevenção e na identificação do CCU. **Objetivo:** Descrever o papel do enfermeiro na prevenção e detecção do câncer de colo do útero. **Metodologia:** Trata-se de uma revisão integrativa realizada nas bases de dados (BVS, Scielo e Pubmed). Foram utilizados os descritores em ciências da saúde (DeCS). Os termos aplicados foram “educação em saúde”, “enfermeiro”, “câncer de colo do útero”. Foram encontrados 29 artigos inicialmente e selecionados artigos em português, publicados entre 2021 e 2025, que abordassem a atuação do enfermeiro no cuidado e prevenção ao CCU. Não foram incluídos estudos repetidos entre as bases, artigos que não tratavam diretamente do tema e publicações fora do recorte temporal. Após aplicação dos critérios, 4 artigos foram selecionados para compor a amostra final por apresentarem maior relevância para a temática. **Resultados e Discussões:** No que se refere à prevenção e à detecção do CCU, os enfermeiros atuam por meio da identificação de grupos específicos; do acolhimento e da escuta qualificada; da coleta do exame, da interpretação de resultados e da construção e promoção de ações de educação em saúde voltadas ao tema. Durante os momentos destinados à educação em saúde, esses profissionais devem estimular o diálogo e o esclarecimento de dúvidas. Os enfermeiros são responsáveis por explicar sobre o câncer do colo do útero, abordando as manifestações clínicas, as formas de prevenção, o tratamento, os objetivos e benefícios do exame para detecção de lesões precursoras, bem como a relação entre a infecção pelo HPV e o desenvolvimento. **Conclusão:** Depreende-se, portanto, a suma importância que o enfermeiro possui na Atenção Primária à Saúde no quesito prevenção e promoção. Diante disso, os profissionais de enfermagem devem possuir a capacitação necessária para ofertar o cuidado seguro e adequado. Além disso, deve se apropriar de tecnologias e estratégias educacionais, para que o cuidado seja ofertado de maneira holística.

Palavras-chave: saúde da mulher; enfermagem; câncer de colo uterino.

INDICADORES COMO ESTRATÉGIA PARA FORTALECER AÇÕES DE PREVENÇÃO DO CÂNCER NA SAÚDE DA MULHER

Micheli Mayara Souza Barros¹; Daianny Cristina Ramos dos Santos Cordovil¹

Residente em Saúde da Família pela Universidade do Estado do Pará¹

mayabarrosgmail.com

Introdução: A Atenção Primária à Saúde (APS) é a principal porta de entrada do Sistema Único de Saúde (SUS), desenvolvendo ações de promoção da saúde e prevenção de agravos, com ênfase no cuidado à mulher ao longo do ciclo de vida. Nesse sentido, em 2025, o Ministério da Saúde (MS) lançou os novos indicadores de Boas Práticas em APS, incluindo o monitoramento voltado para o cuidado da mulher na prevenção do câncer. Entre os cânceres que acometem as mulheres, destaca-se o câncer de mama e câncer de colo uterino. Desse modo, é fundamental que sejam realizadas estratégias para o rastreamento dessas mulheres para a realização desses exames, para garantir o diagnóstico precoce e tratamento oportuno. **Objetivo:** Relatar a experiência de residente em Saúde da Família nas ações desenvolvidas para o alcance do indicador cuidado da mulher na prevenção do câncer. **Metodologia:** Trata-se de um estudo descritivo, qualitativo, do tipo relato de experiência, elaborado a partir do cenário de prática de residente em Saúde da Família, durante a realização de estratégias preventivas em uma Unidade Básica de Saúde (UBS), localizada no município de Benevides, no estado do Pará, no mês de outubro de 2025. **Resultados e Discussão:** No mês de outubro, período destinado à conscientização e prevenção do câncer de mama, foram realizados agendamentos de mamografia para 63 mulheres da comunidade, com encaminhamento para atendimento pelas Carretas da Mamografia. Essa estratégia teve como objetivo ampliar o acesso ao rastreamento e ao diagnóstico precoce do câncer de mama e do colo do útero, sendo motivada pela necessidade de alcance da meta do indicador de prevenção do câncer na mulher. Além disso, foi promovida na UBS uma ação de saúde com oferta de serviços como testagem rápida, aferição da pressão arterial e verificação da glicemia capilar. Durante a ação, também foi disponibilizada a realização do Exame Citopatológico do Colo do Útero (PCCU), obtendo-se adesão de 10 mulheres, com idades entre 25 e 64 anos, faixa etária contemplada pelo indicador de cuidado da prevenção do câncer de colo de útero. Algumas participantes relataram estar realizando o exame pela primeira vez, o que reforça a importância das ações de educação em saúde, do acolhimento e da orientação adequada. Após a realização das coletas, os registros foram efetuados no Prontuário Eletrônico do Cidadão (PEC) e no Sistema de Informação do Câncer (SISCan), garantindo a adequada contabilização no indicador e o acompanhamento das mulheres com resultados alterados. **Conclusão:** A prática de adoção de estratégias como o agendamento para a Carreta de Mamografia e as ações de saúde na UBS ampliou o acesso das mulheres aos exames preventivos, favorecendo o diagnóstico precoce e fortalecendo o cuidado na Atenção Primária.

Palavras-chave: Indicador de saúde; Detecção precoce do câncer; Saúde da mulher.

**VIVÊNCIA DE RESIDENTE NA PROMOÇÃO DE SAÚDE DA MULHER POR MEIO DA
CONSULTA DE ENFERMAGEM**

Micheli Mayara Souza Barros¹; Daianny Cristina Ramos dos Santos Cordovil¹

Residente em Enfermagem em Saúde da Família pela Universidade do Estado do Pará¹,

mayabarrosgmail.com

Introdução: Os princípios da Atenção Primária à Saúde (APS) evidenciam a necessidade de fornecer atendimento universal, igualitário e integral à população. Dessa maneira, destaca-se os programas voltados à saúde da mulher. Esse avanço foi possibilitado pela criação do Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM), em 1984, pois anteriormente a assistência centrava-se apenas na saúde reprodutiva. Esse momento trouxe a importância do acompanhamento da mulher em todas as fases do ciclo vital. Nesse contexto, a Consulta de Enfermagem (CE), tem papel fundamental, pois é a principal estratégia de promoção e prevenção da saúde no âmbito da APS. **Objetivo:** Relatar a experiência de residente em Saúde da Família durante as consultas de enfermagem voltadas para a saúde da mulher na APS. **Metodologia:** Trata-se de um estudo descritivo, qualitativo, do tipo relato de experiência, elaborado a partir do cenário de prática de residente em Saúde da Família, durante a realização de consultas de enfermagem em saúde da mulher em uma Unidade Básica de Saúde (UBS), localizada no município de Benevides, no Estado do Pará, durante agosto a outubro de 2025. **Resultados e Discussão:** Durante a realização das CE, foi possível abordar diversos aspectos da saúde da mulher, incluindo consultas relacionadas aos métodos contraceptivos, com orientações quanto à tomada dos anticoncepcionais e cuidados. A maioria das mulheres utilizavam contracepção injetável, mas possuíam o desejo pela colocação do implante subdérmico, sendo encaminhadas ao serviço de referência. Além disso, durante as consultas, era efetuada educação em saúde sobre a higiene íntima e cuidados pós relação sexual, prevenção de Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST's), vestimenta confortável, hábitos de vida, como alimentação saudável, ingestão hídrica e prática de exercício físico. Ademais, na CE era realizada a solicitação e avaliação do Exame Citopatológico do Colo do Útero (PCCU), solicitação de mamografia de acordo com a faixa etária, exames de rotina e prescrição de medicamentos de uso vaginal, conforme protocolos. Houve também, orientações sobre o climatério, menopausa e sexualidade, além de encaminhamentos a ginecologia e nutrição. Observou-se boa adesão e participação das mulheres nas consultas, porém algumas verbalizaram esgotamento mental relacionado ao trabalho, aos filhos e às tarefas domésticas. Neste caso, foram realizadas escuta qualificada, orientações e encaminhamento à psicologia. **Conclusão:** A consulta de enfermagem envolve diversos conhecimentos técnicos-científicos que envolvem desde a realização da escuta qualificada, até a execução de procedimentos, sendo fundamental para oferecer assistência integralizada à saúde da mulher em todos os ciclos de vida.

Palavras-chave: Assistência integral à saúde da mulher; Consulta de Enfermagem; Saúde da Mulher.

BENEFÍCIOS DO USO TÓPICO DE RETINOIDES NA MELHORIA DOS SINAIS DO ENVELHECIMENTO CUTÂNEO EM MULHERES

Leare Lourdes Dias Ribeiro¹; Cinthia Viana Martins¹; Geovana Guilhermino de Sousa¹; Bruna Penin Silva¹; Débora Oliveira Torres¹; Francisco Humberto Maia Neto¹; Vivian Martins Nojosa¹; Janete Eliza Soares de Lima²

Graduando(a) em Farmácia pela Universidade Federal do Ceará¹, Docente do Curso de Farmácia pela Universidade Federal do Ceará²

leareribeiro@gmail.com

Introdução: O envelhecimento cutâneo feminino é um processo multifatorial, influenciado pela genética, exposição solar e declínio hormonal, que culmina na perda da homeostase tecidual. Caracterizado pelo surgimento de rugas, elastose e alterações de pigmentação, este fenômeno transcende as manifestações estéticas, impactando diretamente a saúde e o bem-estar das mulheres. Diante desse cenário, os retinoides, derivados da vitamina A, consolidam-se como os pilares terapêuticos mais respaldados cientificamente, não somente por atenuar rugas e melhorar a textura da pele, mas também por promoverem a renovação epidérmica e estimularem a síntese de colágeno.

Objetivo: Avaliar a eficácia de diversas formulações de retinoides tópicos no tratamento e prevenção dos sinais de envelhecimento cutâneo em mulheres. **Metodologia:** Trata-se de uma revisão integrativa de literatura. A busca foi conduzida nas bases de dados PubMed, Science Direct e Web of Science utilizando a seguinte estratégia de busca com operadores booleanos: ("Retinoids" OR "Vitamin A") AND "Skin Aging" AND ("Women" OR "Female"). Os critérios de inclusão adotados foram estudos publicados entre 2015 e 2025 e artigos que avaliassem os efeitos de retinoides no envelhecimento cutâneo feminino. Ao todo, 23 artigos foram identificados na pesquisa e, após a triagem de títulos e resumos, seguida da leitura na íntegra, 7 estudos atenderam aos critérios de inclusão. Os critérios de exclusão foram revisões de literatura, estudos não relacionados ao tema proposto e artigos não disponíveis na íntegra. **Resultados e Discussão:** O retinol, e tretinoína, o retinoato de hidroxipropilcolina e o propionato de retinila se destacam pelos benefícios na atenuação de linhas finas e rugas, melhora da firmeza e elasticidade cutânea e maior uniformidade do tom da pele. A tretinoína, apesar do maior potencial irritativo, apresenta desempenho superior na recuperação da integridade dérmica, estimulando a renovação celular e inibindo a MMP-2, enzima envolvida na degradação do colágeno. O retinol, por outro lado, demonstra melhor tolerabilidade e eficácia na diminuição de rugas, linhas de expressão e hiperpigmentação, com evidências de reorganização estrutural da derme. Ademais, formulações com associações entre retinoato de hidroxipropilcolina e propionato de retinila têm demonstrado efeitos favoráveis na suavização de linhas de expressão em curto prazo, além de menor ocorrência de irritação e ressecamento da pele. **Conclusão:** Os retinoides demonstraram sua eficácia na melhora dos sinais do envelhecimento cutâneo, atuando tanto na regeneração epidérmica quanto no estímulo da matriz dérmica. Embora existam variações na potência do efeito e potencial irritativo, todas as formulações apresentaram benefícios evidentes quando utilizadas adequadamente.

Palavras-chave: retinoides; mulheres; envelhecimento cutâneo.

USO DE COSMÉTICOS NO MANEJO DA RADIODERMITE EM MULHERES COM CÂNCER DE MAMA

Bruna Penin Silva¹; Leare Lourdes Dias Ribeiro¹; Cinthia Viana Martins¹; Débora Oliveira Torres¹; Francisco Humberto Maia Neto¹; Geovana Guilhermino de Sousa¹; Vivian Martins Nojosa¹; Janete Eliza Soares de Lima²

Graduando(a) em Farmácia pela Universidade Federal do Ceará¹, Docente do Curso de Farmácia pela Universidade Federal do Ceará²

sbrunapenin@gmail.com

Introdução: A radiodermite é uma das complicações mais prevalentes entre mulheres com câncer de mama submetidas à radioterapia, podendo variar de manifestações leves a lesões severas, e tem impacto direto no bem-estar físico e psicológico destas. O uso de cosméticos, nesse contexto, pode ser uma estratégia viável a fim de minimizar os danos induzidos pela radiação e retardar o aparecimento de lesões. **Objetivo:** Avaliar a eficácia de cosméticos na prevenção e melhora de sintomas da radiodermite em mulheres com câncer de mama. **Metodologia:** O presente estudo caracteriza-se como uma revisão integrativa de literatura, realizada nas bases de dados PubMed, ScienceDirect e Web of Science. Para a busca foram utilizadas combinações de descritores estruturados por operadores booleanos ("cosmetics" OR "Skin Cream" OR "ointment") AND "radiodermatitis" AND "breast". Inicialmente, foram identificados 55 artigos e após a leitura dos títulos e resumos, e posteriormente dos textos completos, foram selecionados 6 estudos com base nos seguintes critérios de inclusão: artigos publicados nos últimos dez anos, ensaios clínicos randomizados ou não randomizados, estudos que incluíssem mulheres diagnosticadas com câncer de mama e submetidas à radioterapia, e pesquisas que avaliassem o uso de cosméticos para prevenção ou tratamento da radiodermite. Foram excluídos artigos de revisão, duplicados e não relacionados ao tema da pesquisa. **Resultados e Discussão:** O uso de cosméticos contendo princípio ativo natural ou não, mostrou-se de relevância clínica significativa ao comparado com o tratamento padronizado no grupo controle presente nos estudos clínicos, esses analisaram a diminuição na incidência de toxicidade cutânea após a exposição à radioterapia. Nas formas farmacêuticas creme e gel, a presença de ativos naturais como a Aloe vera se destaca com suas propriedades naturais, tendo como evidência o componente emodina presente na planta, que estabiliza a desgranulação de mastócitos ou ainda um cosmético com incorporação de nanopartículas contendo antioxidante como a vitamina E, trazem benefícios às mulheres na profilaxia e no tratamento da radiodermite. **Conclusão:** Dentre as diferentes possibilidades de princípios ativos aplicáveis em cosméticos destinados ao uso na radiodermite, constata-se a importância da aplicação de compostos que apresentem características anti-inflamatórias e antioxidantes, tendo em vista que a radiodermite é um processo inflamatório-oxidativo. Ademais, considerar o estado da lesão e o tempo decorrido da radioterapia é essencial para análise de resultados individuais para cada paciente. Logo, recomenda-se fomentar pesquisas clínicas nessa área a fim de que tais resultados promissores sejam plenamente aproveitados.

Palavras-chave: radiodermite; cosméticos; câncer de mama.

COMPLICAÇÕES MATERNO-FETAIS DECORRENTES DA HIPERTENSÃO GESTACIONAL

Ludmilla Araújo Bispo dos Santos¹; Emanuela Lopes da Silva¹; Raimundo Nonato Barbosa Cunha¹; Jhennifer Erika da Costa Rosa².

Graduando em enfermagem pela Universidade Estadual do Maranhão¹, Enfermeira pela Universidade da Amazônia - UNAMA e pós-graduanda em urgência e emergência pelo centro universitário da Amazônia - UNIESAMAZ. Belém - PA².

Arajoludmilla9@gmail.com

Introdução: A hipertensão gestacional configura-se como uma condição clínica prevalente entre gestantes em âmbito global, constituindo uma das principais causas de morbimortalidade materna e fetal. Caracteriza-se pelo aumento dos níveis pressóricos que se manifesta após a 20ª semana de gestação e, na maioria dos casos, apresenta remissão espontânea no período pós-parto. **Objetivo:** Analisar as complicações maternas e fetais associadas à hipertensão gestacional. **Metodologia:** Trata-se de uma revisão integrativa da literatura realizada por meio da base de dados Google Scholar, a partir dos descritores: “Complicações” e “Hipertensão gestacional”, combinados pelo operador booleano “AND”. Os critérios de inclusão utilizados foram: artigos completos publicados entre 2021 e 2025, disponíveis na íntegra e em português, excluindo artigos duplicados e que não se adequavam ao objetivo do estudo, bem como teses e resumos. Dessa forma, foram selecionados 03 artigos para compor a amostra desta revisão. **Resultados e Discussão:** A hipertensão gestacional constitui uma das principais causas de complicações durante a gestação, podendo evoluir para pré-eclâmpsia e eclâmpsia, os quais elevam substancialmente os índices de morbimortalidade materna e perinatal. A elevação da pressão arterial durante a gestação acarreta efeitos em múltiplos sistemas orgânicos, principalmente nos sistemas vascular, hepático, renal e neurológico. Evidências sugerem que mulheres que vivenciam hipertensão gestacional apresentam maior probabilidade de evoluir para hipertensão arterial crônica, além de maior predisposição a eventos cardiovasculares futuros, como insuficiência cardíaca e doença arterial coronariana. Ademais, a hipertensão gestacional pode gerar múltiplas repercussões adversas para o bebê, decorrentes principalmente da redução do fluxo sanguíneo uteroplacentário. Entre as complicações mais frequentes destacam-se a restrição de crescimento intrauterino, o baixo peso ao nascer e a prematuridade. Além disso, há maior risco de sofrimento fetal agudo, natimortalidade e necessidade de reanimação ao nascimento, muitas vezes refletida em escores reduzidos de Apgar. Em casos mais graves, a condição pode predispor o recém-nascido à internação em unidade de terapia intensiva neonatal, bem como aumentar a probabilidade de desfechos como hipóxia, distúrbios neurológicos e morte neonatal. **Considerações Finais:** Evidencia-se que a hipertensão gestacional permanece como um importante problema de saúde pública. A condição pode resultar em alterações sistêmicas maternas e aumentar o risco de futuros eventos cardiovasculares, enquanto no feto repercute negativamente no crescimento, vitalidade e sobrevivência neonatal. Diante disso, enfatiza-se a importância da detecção precoce, do manejo clínico adequado e do fortalecimento das estratégias de atenção pré-natal como medidas fundamentais para reduzir a morbimortalidade materno-fetal associada à hipertensão gestacional.

Palavras-chave: hipertensão arterial; gestação. Diabetes; implicações.

NANOTECNOLOGIA APLICADA AO TRATAMENTO DO MELASMA

Vivian Martins Nojosa¹; Francisco Humberto Maia Neto¹; Débora Oliveira Torres¹; Bruna Penin Silva¹; Cinthia Viana Martins¹; Geovana Guilhermino de Sousa¹; Leare Lourdes Dias Ribeiro¹; Janete Eliza Soares de Lima²

Graduando(a) em Farmácia pela Universidade Federal do Ceará¹, Docente do Curso de Farmácia pela Universidade Federal do Ceará²

vivianmartins@alu.ufc.br

Introdução: O melasma é uma condição comum de hiperpigmentação da pele que afeta majoritariamente mulheres, devido a influência da progesterona e do estrogênio, e está relacionado à superprodução de melanina, mediada pela tirosinase. Os tratamentos tópicos tradicionais apresentam eficácia limitada a longo prazo devido a dificuldades de penetração e efeitos colaterais. A nanotecnologia se apresenta como uma abordagem promissora para ultrapassar esses obstáculos. Esses sistemas nanoestruturados melhoram a estabilidade e a solubilidade dos ativos, possibilitando uma entrega controlada e penetração mais eficaz até os melanócitos-alvo, aumentando a eficácia e a segurança. **Objetivo:** Elaborar uma revisão sobre as aplicações da nanotecnologia no tratamento do melasma. **Metodologia:** Trata-se de uma revisão integrativa de literatura. A busca foi realizada nas bases de dados, PubMed, Science Direct e Web of Science, tendo como estratégia de busca: “Nanotechnology” AND (“melanosis OR “melasma”). Os critérios de inclusão adotados foram: artigos publicados nos últimos 10 anos e que abordassem o uso de nanotecnologia aplicado ao tratamento do melasma e como critérios de exclusão: artigos com publicação anterior a 2015, artigos de revisão e tangenciais ao tema principal. Ao todo, 69 artigos foram identificados e 9 artigos se enquadraram nos critérios estabelecidos. **Resultados e Discussão:** Em geral, os estudos relataram segurança e eficácia das terapias com o uso de nanotecnologia, além de melhora da dispersibilidade dos ativos. O ácido tranexâmico lipossômico tópico mostrou-se sem efeitos colaterais significativos e de eficácia equiparada com a terapia convencional com hidroquinona. Já sua forma de microemulsão a 1% em monoterapia apresentou desempenho comparável à aplicação de seu gel a 3% assistida por laser de CO₂ fracionado e microagulhamento. Niossomas de arbutina e nanovesículas de α -arbutina contendo ácido hialurônico e colágeno em forma de hidrogel indicaram maiores quantidades do ativo nas camadas da pele em comparação com o gel simples de arbutina e com a dispersão do fármaco livre em hidrogel, respectivamente. A penetração cutânea do éter benzílico de p-clorofenil foi melhorada após sua incorporação nos lipossomas, potencializando a atividade anti-melanogênica e apresentando baixa citotoxicidade. Da mesma maneira ocorreu com a nanoemulsão carregada de ácido azelaico com ácido hialurônico, tendo maior espalhabilidade e menor resíduo de branqueamento. **Conclusão:** Dessa forma, é possível inferir que a nanotecnologia se configura como um excelente adjuvante para o desenvolvimento e aperfeiçoamento de procedimentos e formulações cujo propósito seja o tratamento de melasma. Portanto, recomenda-se fomentar estudos nessa área a fim de que seus benefícios sejam plenamente usufruídos.

Palavras-chave: melasma; nanotecnologia; inovação.

MORTALIDADE MATERNA ENTRE MULHERES NEGRAS NO RIO GRANDE DO NORTE: ANÁLISE DESCRITIVA DOS ÓBITOS EM 2024

Emilly Lauane de Medeiros Lima; César Augusto Medeiros Silva².

Graduanda em fisioterapia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte¹, Doutorando em fisioterapia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte².

Lauane.lima.017@ufrn.edu.br

Introdução: A mortalidade materna é um indicador sensível das desigualdades sociais e raciais no Brasil. Evidências demonstram que mulheres negras (pretas/pardas) apresentam risco de morte materna quase duas vezes maior que mulheres brancas, indicando que fatores sociais, econômicos e estruturais influenciam intensamente os desfechos obstétricos. Assim, a variável “cor/raça” configura-se como determinante relevante na vulnerabilidade materna. **Objetivo:** Analisar os óbitos maternos registrados em 2024 no Rio Grande do Norte entre mulheres autodeclaradas pretas/pardas. **Metodologia:** Estudo ecológico, quantitativo e de caráter descritivo, realizado com dados secundários do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), acessados via TabNet/DATASUS. Foram incluídos todos os óbitos maternos de mulheres negras registrados mensalmente no ano de 2024. Por utilizar dados públicos, não identificáveis e de domínio aberto, o estudo dispensa apreciação ética conforme a Resolução CNS nº 510/2016. **Resultados e discussão:** Foram identificados 16 óbitos maternos no grupo de cor/raça preta/parda em 2024. A distribuição mensal apresentou heterogeneidade, com maior concentração em julho (n=4) e novembro (n=4). Registros intermediários ocorreram em junho e fevereiro (n=2), março, abril, agosto e dezembro (n=1 cada). Os demais meses não apresentaram notificações. A oscilação observada sugere variações na gravidade dos eventos obstétricos e na oportunidade ou qualidade da assistência oferecida ao longo do período analisado. Embora o presente estudo tenha analisado exclusivamente os óbitos de mulheres pretas/pardas devido ao recorte metodológico adotado, a literatura demonstra que esse grupo apresenta maior vulnerabilidade e maior razão de mortalidade materna quando comparado a mulheres brancas. A variação mensal observada sugere influências de fatores estruturais, como acesso desigual à assistência pré-natal, qualidade da atenção obstétrica e barreiras institucionais, além da possível atuação do racismo estrutural e obstétrico. Evidências científicas indicam que intervenções voltadas à qualificação da assistência e ao enfrentamento das desigualdades raciais podem reduzir significativamente a mortalidade materna e aprimorar a segurança do cuidado. **Conclusão:** Apesar do número absoluto relativamente baixo, a totalidade dos óbitos que ocorre entre mulheres negras destaca a necessidade de políticas voltadas à equidade racial na saúde materna. Ressalta-se que esse quantitativo pode estar subestimado, considerando a reconhecida dificuldade de autodeclaração racial nos sistemas de informação. Em razão das repercussões do racismo estrutural e de suas influências subjetivas, parte das mulheres pode não se autodeclarar como negra, contribuindo para possível subnotificação. O fortalecimento da vigilância, a adequação do pré-natal e a melhoria da assistência ao parto são essenciais para prevenir mortes evitáveis e promover cuidado obstétrico justo e de qualidade.

Palavras-chave: Mortalidade Materna; Saúde da Mulher; Equidade em Saúde.

INTERNAÇÕES POR HEMORRAGIA PÓS-PARTO NO RIO GRANDE DO NORTE: ANÁLISE DO ÚLTIMO TRIMESTRE DE 2024

Emilly Lauane de Medeiros Lima; César Augusto Medeiros Silva².

Graduanda em fisioterapia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte¹, Doutorando em fisioterapia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte².

Lauane.lima.017@ufrn.edu.br

Introdução: A hemorragia pós-parto (HPP) é uma das principais emergências obstétricas e uma das maiores causas de morbimortalidade materna no mundo, especialmente em contextos de média e baixa renda. Estudos apontam que fatores como atonia uterina, múltiparidade e assistência inadequada ao parto aumentam o risco de complicações graves, incluindo necessidade de transfusão, histerectomia e até óbito. Nesse cenário, analisar dados de internações por HPP contribui para compreender a magnitude do problema e auxiliar no planejamento de ações preventivas. **Objetivo:** Analisar a quantidade de internações e os dias de permanência hospitalar por hemorragia pós-parto no Rio Grande do Norte entre outubro e dezembro de 2024. **Metodologia:** Trata-se de um estudo ecológico, de abordagem quantitativa e caráter descritivo, realizado utilizando dados secundários do Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS), por meio da plataforma TabNet. Foram coletadas informações referentes às internações por hemorragia pós-parto (CID-10: O72) no estado do Rio Grande do Norte. O período analisado corresponde aos meses de outubro a dezembro de 2024. As variáveis selecionadas foram: número de internações e total de dias de permanência hospitalar no período. Por se tratar de dados públicos, de domínio livre e sem identificação de indivíduos, o estudo está dispensado de submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa, conforme a Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde. **Resultados e discussão:** No período analisado, foram registradas 47 internações por HPP no estado, totalizando 90 dias de permanência hospitalar. Em outubro, ocorreram 16 internações, somando 32 dias de permanência. Em novembro, foram registradas 13 internações, com 24 dias de permanência. Em dezembro, ocorreram 18 internações, totalizando 34 dias de permanência. Os dados obtidos reforçam a gravidade da HPP como um problema de morbidade no Rio Grande do Norte. Em consonância com esses achados, um estudo realizado em uma unidade de terapia intensiva obstétrica em Pernambuco identificou que a atonia uterina foi a causa mais frequente de HPP, e que 63,9% das pacientes necessitaram de transfusão sanguínea, com 27% submetidas à histerectomia. Esses achados reforçam que a HPP não apenas gera internações, mas também está associada a desfechos severos, o que justifica a necessidade de monitoramento sistemático, protocolos específicos para o manejo pós-parto e capacitação contínua das equipes obstétricas. **Conclusão:** A análise sugere um número significativo de internações por HPP no período, reforçando a necessidade de fortalecer ações preventivas, garantir assistência qualificada ao parto e ao pós-parto.

Palavras-chave: Hemorragia pós-parto; Saúde materna; Hospitalização.

PERFIL DE REALIZAÇÃO DE MAMOGRAFIAS NO ÚLTIMO TRIMESTRE DE 2024 NO RIO GRANDE DO NORTE: UM ESTUDO ECOLÓGICO

Emilly Lauane de Medeiros Lima; César Augusto Medeiros Silva².

Graduanda em fisioterapia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte¹, Doutorando em fisioterapia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte².

Lauane.lima.017@ufrn.edu.br

Introdução: A mamografia é o principal exame para o rastreamento do câncer de mama, permitindo a detecção precoce e contribuindo para a redução da mortalidade. No Brasil, o câncer de mama permanece como o mais incidente entre as mulheres e como a principal causa de morte por câncer no sexo feminino. A estimativa nacional prevê mais de 70 mil novos casos anuais para o triênio 2023-2025, ressaltando a importância do fortalecimento das estratégias de rastreamento. **Objetivo:** Descrever a quantidade de mamografias realizadas no último trimestre de 2024 no Rio Grande do Norte e discutir possíveis fatores associados às variações mensais observadas. **Metodologia:** Trata-se de estudo ecológico, quantitativo e descritivo, realizado com dados secundários extraídos do Sistema de Informações de Câncer (SISCAN/DATASUS), por meio do TabNet. Foram incluídos os exames realizados entre outubro e dezembro de 2024, analisando-se os valores absolutos de produção mensal. Como o estudo utiliza apenas informações públicas e de livre acesso, está isento de submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa, conforme Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde. **Resultados e discussão:** No período avaliado, foram realizadas 19.947 mamografias. Outubro apresentou o maior quantitativo, com 7.701 exames, representando quase 40% de toda a produção trimestral. Em novembro, observou-se queda para 6.200 exames, seguida de discreta redução em dezembro, com 6.046. A diferença entre novembro e dezembro indica uma estabilização após o pico inicial. O aumento acentuado em outubro sugere forte influência das ações de mobilização referentes a campanha Outubro Rosa, incentivada pelo Ministério da Saúde, que tradicionalmente mobiliza serviços de saúde e aumenta a adesão das mulheres ao rastreamento mamográfico. Estudos anteriores observaram aumentos de até 39% no número de mamografias nos meses de outubro a dezembro durante a campanha. Além disso, a redução nos meses seguintes é similar ao descrito na literatura sobre sazonalidade do rastreamento, onde meses associados a campanhas educativas apresentam maior volume de exames. Entretanto, revisões apontam barreiras estruturais no sistema público para manter a cobertura regular de rastreamento, como desigualdades regionais e baixa adesão. **Conclusão:** O último trimestre de 2024 apresentou variação na realização de mamografias no Rio Grande do Norte, com pico expressivo em outubro seguido de estabilização nos meses posteriores. Esses achados reforçam a relevância das campanhas de conscientização, ao mesmo tempo em que evidenciam a necessidade de estratégias contínuas para manter a adesão ao rastreamento ao longo de todo o ano.

Palavras-chave: Neoplasias da Mama; Detecção Precoce de Câncer; Saúde da Mulher.

FISIOTERAPIA OBSTÉTRICA: OS EFEITOS DA MASSAGEM PERINEAL NA PREVENÇÃO DE LACERAÇÕES DURANTE A GRAVIDEZ

Melisa dos Reis¹; Camila de Sousa Rocha ²; José Felipe Gomes Cardoso³; Juliana Beatriz Santos da Silva ⁴

Graduanda em Fisioterapia pela Universidade Paulista¹, Graduanda em Fisioterapia pela Universidade Paulista², Graduanda em Fisioterapia pela Universidade Paulista³, Graduada em Fisioterapia pela Universidade da Amazonia⁴.

Email: melisareis7@gmail.com

Introdução: As lacerações perineais são lesões que ocorrem durante o parto e podem causar dor, comprometimento da função do assoalho pélvico e impacto na qualidade de vida da mulher. A massagem perineal, é uma estratégia preventiva da fisioterapia obstétrica para preparar o períneo para o parto, pois aumenta a elasticidade e a lubrificação dessa região. Essa técnica reduz a ocorrência dessas lesões, diminui a necessidade de episiotomia e torna a recuperação mais funcional no pós-parto. **Objetivo:** Analisar os efeitos da massagem perineal na prevenção de lacerações durante a gravidez através de uma revisão na literatura. **Metodologia:** Foram selecionados artigos publicados entre 2015 e 2025, disponíveis nas bases de dados Pubmed e Biblioteca virtual em Saúde que abordassem os efeitos da massagem perineal no pós-parto. Além disso, foram utilizados os seguintes Descritores em Saúde (Decs) *Physical Therapy, Lacerations, perineal, Rehabilitation*. Ademais, foram encontrados 18 artigos, onde 12 foram excluídos e 6 passaram nos critérios para análise. Logo, os critérios de inclusão foram artigos dos últimos 10 anos, artigos que abordem lacerações perineais como foco principal, estudos sobre gravidez, artigos que envolvam massagem perineal; e os critérios de exclusão são artigos duplicados, artigos de revisão, artigos de acesso restrito e artigos que abordem outras disfunções. **Resultados:** Os estudos indicam que intervenções de fisioterapia obstétrica, como o treinamento dos músculos do assoalho pélvico (TMAP) e a massagem perineal, reduzem lacerações perineais e complicações do parto. O treinamento dos músculos do assoalho pélvico (TMAP) diminuiu as lacerações de 3º e 4º graus e preveniu incontinência urinária. A massagem perineal, aplicada pré-natalmente ou durante o segundo estágio do parto, aumentou a frequência de períneo íntegro e reduziu a necessidade de episiotomia. Em gestantes acima de 35 anos, associada a programas educativos, mostrou menor incidência de lacerações. A combinação de massagem e compressas mornas também reduziu lacerações de 2º grau e sintomas iniciais de disfunção do assoalho pélvico, destacando benefícios claros da fisioterapia obstétrica para recuperação pós-parto. **Conclusão:** A fisioterapia obstétrica, por meio do treinamento dos músculos do assoalho pélvico e da massagem perineal, demonstrou ser eficaz na prevenção de lacerações perineais durante a gravidez e o parto, reduzindo lacerações graves, reforçando a importância na promoção de segurança e bem-estar materno.

Palavras-chave: fisioterapia, lacerações, reabilitação.

ENFERMAGEM HUMANIZADA E ALÍVIO DA DOR NO PARTO: RELATO DE EXPERIÊNCIA DE UMA AÇÃO EXTENSIONISTAS EM ANANINDEUA-PA

Evelyn Rebeca Rebouças Martins¹; Marina Teles Pretes²; Renan de Oliveira Barros³; Yngrid Vittoria Ribeiro Vidal⁴; Felipe Souza Nascimento⁵; Dayanne de Nazaré dos Santos⁶; Karytta Sousa Naka⁷.

Graduanda em enfermagem pela Faculdade Estácio de Ananindeua¹, Graduanda em enfermagem pela Faculdade Estácio de Ananindeua², Graduando em enfermagem pela Faculdade Estácio de Ananindeua³, Graduanda em enfermagem pela Faculdade Estácio de Ananindeua⁴, Docente na Faculdade Estácio de Ananindeua⁵, Docente na Faculdade Estácio de Ananindeua⁶, Docente na Faculdade Estácio de Ananindeua⁷.

evelynmartins235@gmail.com

Introdução: A assistência de enfermagem humanizada e os métodos não farmacológicos para o alívio da dor durante o trabalho de parto buscam oferecer à gestante um cuidado acolhedor, respeitoso e, principalmente, centrado nas necessidades da mulher. Essa abordagem valoriza a autonomia da gestante, respeitando suas escolhas, seu corpo e o tempo natural do trabalho de parto, bem como a garantia de vínculo com o bebê e a presença de um acompanhante, promovendo um ambiente seguro e tranquilo para o nascimento. **Objetivo:** Relatar a ação extensionista desenvolvida sobre a assistência humanizada durante o trabalho de parto, evidenciando os benefícios dos métodos não farmacológicos para o alívio e conforto da dor em mulheres gestantes atendidas na atenção básica. **Metodologia:** Trata-se de um estudo descritivo do tipo relato de experiência sobre a vivência de 4 acadêmicas de enfermagem a partir de uma ação extensionista em uma Unidade Básica de Saúde de Ananindeua-PA. A atividade foi desenvolvida com intuito de transmitir conhecimento acerca dos métodos não farmacológicos para o alívio e conforto da dor no trabalho de parto, utilizando banner e folders, além da aplicação de questionários para compreender o nível de conhecimento das participantes. **Resultados e Discussões:** Participaram 10 mulheres, com faixa etária de 20 a 30 anos e 2 enfermeiras da unidade. Por meio de uma roda de conversa foi possível comunicar o tema de forma simples, durante esse momento foi possível identificar que a maioria das participantes possuía pouco conhecimento, além de compartilhar relatos e situações vivenciadas com relação ao trabalho de parto. Dessa forma, os acadêmicos obtiveram êxito nas propostas realizadas, uma vez que os questionários preenchidos após as explicações demonstraram que as pessoas presentes captaram a ideia central apresentada. **Conclusão:** A experiência adquirida foi relevante para os acadêmicos de enfermagem, pois, por meio da ação desenvolvida, foi possível adquirir maior conhecimento do parto humanizado, em especial os métodos não farmacológicos para o alívio e conforto da dor. As orientações realizadas alertaram as gestantes sobre a assistência humanizada e o uso de métodos não farmacológicos no trabalho de parto, proporcionando uma experiência positiva e informações sobre o parto natural e seguro. Esta atividade ressalta o papel da enfermagem na promoção de saúde e prevenção de agravos em partos humanizados.

Palavras-chave: enfermagem; métodos não farmacológicos; gestantes.

**ENFERMAGEM E DESENGASGO NEONATAL: RELATO DE EXPERIÊNCIA DE UMA
AÇÃO EXTENSIONISTAS EM ANANINDEUA-PA**

Yngrid Vittoria Ribeiro Vidal¹; Marina Teles Pretes²; Renan de Oliveira Barros³; Evelyn Rebeca Rebouças Martins⁴; Felipe Souza Nascimento⁵; Dayanne de Nazaré dos Santos⁶; Karytta Sousa Naka⁷.

Graduanda em enfermagem pela Faculdade Estácio de Ananindeua¹, Graduanda em enfermagem pela Faculdade Estácio de Ananindeua², Graduando em enfermagem pela Faculdade Estácio de Ananindeua³, Graduanda em enfermagem pela Faculdade Estácio de Ananindeua⁴, Docente na Faculdade Estácio de Ananindeua⁵, Docente na Faculdade Estácio de Ananindeua⁶, Docente na Faculdade Estácio de Ananindeua⁷.

Yngridvidal055@gmail.com

Introdução: O engasgo é uma manifestação do organismo para expelir alimento ou objeto durante a deglutição (ato de engolir). O engasgo é considerado uma emergência, e em casos graves, pode levar a pessoa à morte por asfixia ou deixá-la inconsciente por um tempo. Sendo assim, agir rapidamente evita complicações. O conhecimento acerca da manobra de desengasgo em recém-nascidos (RN's) se mostra muito pertinente na sociedade, assim como qualquer outra técnica de primeiros socorros. Com isso, os graduandos de enfermagem sentiram a necessidade de levar tal assunto para uma Unidade de Saúde como tema de trabalho extensionistas, uma vez que se reconhece a necessidade não só da enfermagem saber agir nesse tipo urgência, como também pais e responsáveis de crianças, a fim de agir com segurança diante o engasgo do RN. **Objetivo:** Relatar a ação extensionista sobre noções básicas de primeiros socorros em casos de engasgo neonatal. **Metodologia:** Trata-se de um estudo descritivo, do tipo relato de experiência, que aborda a vivência de quatro acadêmicos de enfermagem durante uma ação extensionista realizada em uma Unidade Básica de Saúde no município de Ananindeua-PA. A atividade teve como objetivo capacitar familiares sobre a técnica de desengasgo neonatal, utilizando recursos educativos como banners e folders, além da demonstração prática da manobra de desengasgo em simulador de recém-nascido, visando melhor compreensão do procedimento. De forma complementar, foi apresentada ao público a técnica de Ressuscitação Cardiopulmonar (RCP) em neonatos, para situações em que o desengasgo não obtivesse sucesso. **Resultados e Discussões:** Participaram oito mulheres, com idade média de 20 anos, e contou também com a participação de duas enfermeiras da unidade. Durante a atividade, o tema foi abordado de forma acessível por meio de uma roda de conversa, favorecendo a troca de experiências e relatos relacionados a episódios de engasgo em recém-nascidos. Os acadêmicos alcançaram os objetivos propostos, evidenciado pelos resultados dos questionários aplicados após a explanação, os quais demonstraram compreensão satisfatória dos conteúdos apresentados pelos participantes. **Conclusão:** A experiência adquirida foi de suma importância para os acadêmicos de enfermagem, pois por meio da ação desenvolvida foi possível adquirir maior conhecimento de primeiros socorros, em especial para RN's, as orientações realizadas alertaram os pais sobre os sinais e sintomas e realização da técnica correta de desengasgo. Esta atividade ressalta o papel da enfermagem na promoção de saúde e prevenção de agravos em recém-nascidos.

Palavras-chave: enfermagem; manobra de desengasgo; recém-nascidos.

**ALEITAMENTO MATERNO EM PAUTA: EXPERIÊNCIA EXTENSIONISTA NA
FORMAÇÃO E NO CUIDADO EM ENFERMAGEM.**

Marina Teles Prestes¹; Yngrid Vittoria Ribeiro Vidal²; Renan de Oliveira Barros³; Evelyn Rebeca Rebouças Martins⁴; Felipe Souza Nascimento⁵; Dayanne de Nazaré dos Santos⁶; Karytta Sousa Naka⁷.

Graduanda em enfermagem pela Faculdade Estácio de Ananindeua¹, Graduanda em enfermagem pela Faculdade Estácio de Ananindeua², Graduando em enfermagem pela Faculdade Estácio de Ananindeua³, Graduanda em enfermagem pela Faculdade Estácio de Ananindeua⁴, Docente na Faculdade Estácio de Ananindeua⁵, Docente na Faculdade Estácio de Ananindeua⁶, Docente na Faculdade Estácio de Ananindeua⁷

marinatelesprestres@gmail.com

Introdução: Durante o Pré-Natal é responsabilidade do enfermeiro trazer informações acerca dos cuidados tanto da mãe quanto do recém-nascido durante o puerpério, acerca disso tem-se a necessidade de transmitir a relevância do aleitamento materno exclusivo (AME) até os 6 meses e os cuidados necessários durante esse momento, por essa razão os graduandos decidiram se aprofundar no tema e motivar as mães por meio de explicação acessível. **Objetivo:** Promover educação em saúde sobre a importância do aleitamento materno exclusivo de forma didática e individual, fortalecendo o binômio mãe-filho. **Metodologia:** Trata-se de um estudo descritivo do tipo relato de experiência, desenvolvido a partir de uma ação extensionista com o intuito de levar promoção de saúde para gestantes em uma Unidade Básica de Saúde no Município de Ananindeua-PA durante o período de outubro de 2024 de forma que fossem sensibilizadas a respeito não apenas do aleitamento materno, mas também de todos os cuidados necessários durante o ato. Foi realizada palestra e roda de conversa, tornando possível sanar dúvidas sobre tal processo e levando conhecimento para a comunidade, além disso reforçamos a importância do vínculo mãe-bebê respeitando a individualidade e contexto de cada família. Ao longo das atividades executadas, foram utilizados materiais didáticos como banner e mamas de crochê produzidas pelos graduandos para que assim houvesse melhor entendimento do público durante a apresentação. **Resultados e Discussão:** A ação foi realizada com 5 gestantes, além da presença de alguns enfermeiros. Ao longo da apresentação foi possível esclarecer dúvidas e mitos que ainda envolvem esse tema, além disso o público pôde expressar preocupações e experiências no aleitamento, assim os graduandos puderam transmitir os conhecimentos adquiridos durante a produção do projeto. Ao fim foram entregues brindes em alusão ao mês dourado, alusivo ao aleitamento materno exclusivo, incentivando esta prática. Dessa maneira, os acadêmicos alcançaram o propósito da extensão, visto que o público participou de forma ativa durante toda a explicação e dinâmica, sendo possível sensibilizar e orientar as mulheres presentes. **Conclusão:** A atividade extensionista permitiu não apenas a oportunidade de conhecer a realidade, mas vincular todo arcabouço teórico visto em sala, além de promover o protagonismo da mulher no cuidado à criança, através de práticas educativas na enfermagem, por meio de tecnologia leves, e permitindo a integração com o serviço, ofertando práticas mais embasadas e que possam ser adequadas à realidade cultural.

Palavras-chave: saúde da mulher; atenção primária à saúde; enfermagem.

ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL EM EQUIPE MULTIPROFISSIONAL EM TERAPIA INTENSIVA NA SAÚDE DA MULHER: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Naiani Maria Holanda Ferreira¹

Especialista em Seguridade Social e Direitos Sociais pela Faculdade Einstein- FACEI¹

naianiholandaass@gmail.com

Introdução: A atuação multiprofissional em terapia intensiva exige integração entre diferentes áreas da saúde para garantir cuidado integral à paciente. O serviço social desempenha papel estratégico nesse contexto, articulando encaminhamentos, o acolhimento e o suporte à família, além de interagir com as demais profissões. A experiência prática permite observar os desafios e contribuições do serviço social na promoção da saúde da mulher em ambientes hospitalares de alta complexidade. **Objetivo:** Relatar a experiência de uma residente multiprofissional em terapia intensiva sobre a atuação do serviço social integrado à equipe multiprofissional na assistência à saúde da mulher. **Metodologia:** Trata-se de estudo qualitativo, apresentado como relato de experiência, baseado na vivência de uma residente multiprofissional em atenção em terapia intensiva. A metodologia incluiu pesquisa bibliográfica sobre serviço social, atuação multiprofissional e saúde da mulher em contexto hospitalar, complementada pela observação direta das atividades e intervenções do serviço social integradas à equipe multiprofissional. A análise das informações seguiu abordagem temática, permitindo identificar desafios, estratégias e contribuições do serviço social no cuidado à paciente. **Resultados** O serviço social atuou como elo entre equipe multiprofissional, paciente e família, facilitando o acesso a recursos sociais e apoiando decisões que considerassem aspectos sociais e emocionais. Observou-se a identificação de situações de desproteção social, apoio à humanização do cuidado e contribuição para estratégias de atenção integral. Entretanto, foram registradas limitações institucionais e sobrecarga de trabalho, evidenciando a necessidade de maior articulação com a rede de proteção social. **Discussão:** A atuação articulada do serviço social fortaleceu a comunicação entre os profissionais e favoreceu a integração de ações técnicas e sociais. A experiência demonstra que o serviço social é essencial para a humanização do atendimento e para a promoção da qualidade de vida da paciente, complementando o cuidado clínico da equipe multiprofissional. Ressalta-se a importância do reconhecimento institucional e do fortalecimento de políticas que integrem assistência social e saúde. **Considerações Finais:** A experiência evidencia que a atuação integrada do serviço social em terapia intensiva contribui significativamente para a atenção integral à saúde da mulher. Recomenda-se a valorização e o fortalecimento da atuação multiprofissional, com ênfase na articulação social e na humanização do cuidado, visando melhores desfechos clínicos e sociais para pacientes e familiares.

Palavras-chave: serviço social; atenção à saúde da mulher; multiprofissional.

RISCOS E BENEFÍCIOS DO USO DE PSICOFÁRMACOS NA GESTAÇÃO PARA A SAÚDE MATERNA

Ingryd Emanuely Domingos Tavares ¹; Myrela Vida Marques da Silva Barbosa ²; Ana Carolina Leite Tomé ³; Me. Beatriz Patrício Rocha ⁴

Graduanda em farmácia pela Universidade Estadual da Paraíba ¹, Graduanda em enfermagem pela Universidade Estadual da Paraíba ², Graduanda em farmácia pela Universidade Estadual da Paraíba ³, Farmacêutica da Universidade Estadual da Paraíba ⁴

@ingrydemanuely34@gmail.com

Introdução: Os medicamentos utilizados para regular funções psíquicas atuam diretamente sobre o sistema nervoso central. Durante a gestação, sua prescrição exige mais atenção, uma vez que esses medicamentos, embora essenciais no manejo de transtornos psíquicos, também podem apresentar riscos potenciais à saúde materna e ao desenvolvimento fetal. **Objetivo:** Identificar os riscos e benefícios do uso de psicofármacos consolidados no mercado durante a gestação, considerando a saúde materna. **Metodologia:** Foram consultadas as bases de dados CAPES e PubMed, com busca de artigos publicados de 2022 a 2025, utilizando os descritores “*psicofármacos na gestação*” e “*psychopharmaceuticals used during pregnancy*”. A busca resultou em 1.229 estudos em inglês e português. Após a leitura dos títulos e resumos, 90 artigos foram pré-selecionados e, depois de uma avaliação aprofundada, apenas 6 atenderam aos critérios de inclusão. Excluíram-se estudos do tipo revisão, pesquisas focadas exclusivamente na saúde fetal ou na depressão pós-parto, estudos com animais, artigos sobre *Cannabis*, trabalhos pagos e estudos com ênfase no período perinatal. **Resultados e Discussão:** Nessa perspectiva, pode-se afirmar que pesquisas apontam que o uso de antipsicóticos com elevado risco metabólico, como olanzapina, quetiapina e clozapina, em gestantes está associado ao aumento da probabilidade de desenvolvimento de diabetes gestacional. Estudos adicionais indicaram que mulheres com esquizofrenia fazendo uso contínuo de antipsicóticos durante a gravidez apresentaram menor ocorrência no risco de recaída pós-parto. Paralelamente, evidências provenientes de estudos sobre epilepsia indicam que gestantes com epilepsia generalizada em tratamento com levetiracetam tendem a apresentar maior estabilidade clínica durante a gestação, sugerindo um possível efeito protetor do período gestacional em relação às convulsões. No que se refere aos antidepressivos, há evidências de que o uso de antidepressivos tricíclicos pode estar relacionado a um maior risco de desenvolvimento de pré-eclâmpsia, especialmente em alguns subtipos da condição. Adicionalmente, há indícios de que mulheres que utilizam antidepressivos durante a gestação apresentam maior probabilidade de desenvolver obesidade, sugerindo uma possível relação entre o uso dessas medicações e alterações no peso nesse período. Ainda assim, verificou-se que o uso de antidepressivos das classes ISRS e IRSN durante a gestação não esteve associado a um aumento significativo no risco de desenvolvimento de diabetes mellitus gestacional. **Conclusão:** Sendo assim, é necessário realizar mais pesquisas sobre a temática, que se concentrem na saúde da mãe, para que os riscos e benefícios possam ser avaliados em cada caso no momento da escolha do tratamento.

Palavras-chave: antidepressivos; antipsicóticos; gravidez.

**INFECÇÕES SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS EM MULHERES
ENCARCERADAS.**

Ana Carolina Leite Tomé¹; Ingryd Emanuely Domingos Tavares¹; Me. Beatriz Patrício Rocha²

Graduanda em farmácia pela Universidade Estadual da Paraíba¹, Farmacêutica da Universidade
Estadual da Paraíba²

carolina.leite@aluno.uepb.edu.br

Introdução: As infecções sexualmente transmissíveis (ISTs) são causadas principalmente por contato sexual e podem ser assintomáticas. Mesmo com diagnóstico e tratamento acessíveis, essas infecções continuam sendo agravos à saúde, especialmente entre populações em situação de alta vulnerabilidade, como as mulheres privadas de liberdade. **Objetivo:** Analisar os principais fatores de risco para as ISTs e como elas afetam as mulheres encarceradas. **Metodologia:** Consultou-se as bases de dados PubMed e CAPES para a obtenção das informações necessárias, com a busca de artigos publicados de 2015 a 2025, sendo utilizados os descritores “Sexually transmitted infections in incarcerated women” e “Sexually transmitted infections in female chains”. A busca mostrou 278 resultados em inglês, espanhol e português. Após a leitura dos respectivos títulos e resumos, foram filtrados 10 artigos e por conseguinte, fez-se uma análise mais centrada, onde apenas 5 artigos atenderam aos requisitos para serem incluídos. Foram excluídos artigos de ISTs na população carcerária como um todo, pesquisas sobre ISTs em usuários de drogas e moradores de rua e ISTs em mulheres transexuais e travestis. **Resultados e Discussão:** Os estudos mostraram ausência de assistência de saúde no sistema prisional feminino, em condições mais precárias que no sistema masculino. Diante do exposto, muitas mulheres, por falta de conhecimento, não adotam métodos de prevenção de forma correta, o que favorece o alastramento dessas infecções e, em alguns casos, leva ao desconhecimento da própria condição de saúde. Segundo as pesquisas, as principais ISTs foram HIV/AIDS, sífilis, hepatite B e gonorréia. Sendo transmitidas principalmente por meio sexual, muitas já adquiriram as respectivas doenças fora do sistema prisional, sendo com seus maridos, por meio da prostituição ou uso de drogas com seringas compartilhadas. Isso, juntamente com a precariedade de políticas públicas oferecidas as detentas, vê-se um cenário que favorece a manutenção e o agravamento das ISTs no ambiente prisional feminino. Percebe-se ainda que grande parte dessas mulheres possui outras comorbidades, o que torna sua condição de saúde mais vulnerável do que a da população geral e, em alguns aspectos, até mesmo do que a dos homens privados de liberdade. **Conclusão:** Nota-se que quase toda a população carcerária feminina é altamente vulnerável, além de não ter conhecimentos adequados sobre saúde, seus próprios corpos e sobre sexualidade. Por isso, identifica-se a necessidade de ampliar as políticas públicas de saúde no sistema prisional feminino, visando melhorar as condições de saúde das mulheres privadas de liberdade e garantir acesso a cuidados e informação.

Palavras-chave: saúde da mulher; sistema prisional feminino; ISTs.

A ATUAÇÃO DA ENFERMAGEM NA COBERTURA VACINAL DO HPV: DESAFIOS E ESTRATÉGIAS

Maria Mileny Alves de Lima¹; Livia Carvalho da Silva²; Carlos Eduardo da Silva Barbosa³

Graduanda em Enfermagem pela Faculdade de Ciências de Timbaúba¹, Graduanda em Enfermagem pela Universidade Nove de Julho²; Doutorando em Psicologia pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro³

mylaalvesdelima@hotmail.com

Introdução: A infecção pelo Papilomavírus Humano (HPV) representa um agravo na saúde pública, por está relacionada diretamente ao câncer do colo do útero e outras condições patológicas. A forma de imunização surge como estratégia preventiva principal, mas a cobertura vacinal ainda se encontra em baixa adesão, obtendo dificuldades relacionadas à aceitação social, desinformação e barreiras estruturais. Diante disso, os profissionais de enfermagem são necessários na promoção da imunização e no fortalecimento das ações educativas. **Objetivo:** Investigar a atuação da enfermagem na cobertura vacinal do HPV, enfatizando os principais desafios e estratégias utilizadas para aumentar a adesão da população. **Metodologia:** Trata-se de uma revisão da literatura, realizada a partir de artigos publicados entre os últimos cinco anos (2021-2025), disponíveis nas bases LILACS, SciELO e BVS. Utilizaram-se os descritores “enfermagem”, “HPV” e “vacinação”, combinados pelo operador booleano AND. Durante a triagem, excluíram-se os estudos duplicados, artigos incompletos e aqueles que não apresentavam relação direta com a temática. Após aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, 5 artigos compuseram a amostra final da revisão. **Resultados e Discussão:** Revela-se que a falta de interesse sobre os programas de imunização está associada à falta de conhecimento sobre os imunobiológicos, medo das possíveis reações e falta de diálogo entre profissional e população. Diante desses elementos, observa-se consequências sobre a efetividade das estratégias de vacinação e dificuldade do alcance de metas estabelecidas pelos programas de saúde pública. Com isso, nota-se que o enfermeiro é a peça central na resolução dessas barreiras, pois assume a realização de ações educativas que são relacionadas à promoção do conhecimento e esclarecimento de dúvidas. A literatura comprova que intervenções como atividades educativas na escola, visitas domiciliares e mídias digitais para disseminação de informações apresentam potencial para ampliação e compreensão sobre as campanhas, favorecendo boa aceitação ao calendário vacinal. A educação permanente da equipe e busca do fortalecimento do vínculo entre profissionais e usuários são formas de qualificar o cuidado, portanto, essas práticas contribuem para a comunicação e reduz a hesitação vacinal, buscando confiança da população nos serviços de saúde promovendo a prevenção de doenças imunopreveníveis. **Considerações Finais:** Conclui-se que a enfermagem exerce papel estratégico na ampliação da cobertura vacinal contra o HPV, embora enfrente obstáculos multifatoriais que afetam a adesão. A integração de tecnologias digitais, educação permanente e melhoria estrutural dos serviços é imprescindível para mitigar a hesitação vacinal, fortalecer vínculo profissional-paciente e garantir práticas preventivas efetivas, humanizadas e respaldadas em evidências.

Palavras-chave: enfermagem; HPV; vacinação.

AS EVIDÊNCIAS DA SUPLEMENTAÇÃO DE CARBONATO DE CÁLCIO NA GESTAÇÃO

Rafaela Rickes Lino¹, Luísa dos Reis Rosa¹, Bibiana Calatayud Barbosa Turri¹, Marcelle Almeida Rangel¹, Mariana Radtke Kruschardt¹, Edmar Rosa²

Graduanda de medicina pela Universidade Católica de Pelotas¹, Médico pela Universidade Federal do Rio Grande²

rafaela.lino@sou.ucpel.edu.br

Introdução: De acordo com o Ministério da Saúde, a gestação é um período delicado para a saúde materna e fetal, exigindo acompanhamento médico especializado, denominado pré-natal. Durante esse período, algumas suplementações são necessárias para o bem estar da genitora e o adequado desenvolvimento do bebê, são elas: o sulfato ferroso, o ácido fólico e o carbonato de cálcio, sendo esse último estabelecido pelo o Ministério da Saúde na Nota Técnica Conjunta nº 251/2024, a qual determina que todas as gestantes devem receber 1000mg de cálcio elementar todos os dias a partir do segundo trimestre atuando na prevenção da pré eclâmpsia (PE). **Objetivo:** O presente estudo busca identificar e analisar as evidências que corroboram com o uso do carbonato de cálcio durante a gestação trazendo desfecho positivo para a saúde do bebê e da mãe. **Metodologia:** Foi realizada uma revisão de literatura na base de dados google scholar, utilizando os descritores “carbonato de cálcio na gestação”. Foram selecionados estudos publicados desde o ano de 2024. Dentre 146 resultados inicialmente identificados, 4 foram analisados. **Resultados e Discussão:** Em fevereiro de 2025, foi publicada a Nota Técnica Conjunta nº 251/2024 que contém recomendações acerca da suplementação de cálcio durante a gestação. Destinada aos profissionais da Atenção Primária e visando reduzir a morbimortalidade materna, o Ministério da Saúde orienta o uso universal do carbonato de cálcio para gestantes, iniciando na 12ª semana de gestação até o momento do parto. Tal ação se justifica pelo fato de que a deficiência de cálcio pode levar a um aumento da resistência vascular periférica, favorecendo o desenvolvimento da hipertensão gestacional e, consequentemente, da PE. A hipertensão gestacional configura-se como uma das complicações obstétricas mais prevalentes, afetando entre 6% e 22% das gestantes. Trata-se de uma condição de alta relevância em saúde pública, sendo responsável por aproximadamente 20% dos óbitos maternos registrados no Brasil. **Conclusão:** A suplementação do cálcio se sustenta no fato de que a baixa ingestão dietética de cálcio é um fator de risco para PE, sendo evidente que os mecanismos dos distúrbios hipertensivos estão diretamente relacionados às concentrações maternas desse micronutrientes. Com isso, a suplementação de cálcio durante a gestação parece ser uma estratégia promissora na prevenção de pré-eclâmpsia em gestantes.

Palavras-chave: gestante; cálcio, pré eclâmpsia.

SAÚDE MENSTRUAL COMO DIREITO: O PAPEL DA ENFERMAGEM SOBRE A POBREZA E OS FATORES SOCIOCULTURAIS

Lívia Carvalho da Silva¹; Maria Mileny Alves de Lima²; Carlos Eduardo da Silva-Barbosa³

Graduanda em enfermagem pela Universidade Nove de Julho¹, Graduanda em enfermagem pela Faculdade de Ciências de Timbaúba², Doutorando em Psicologia pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro³

livia.carsins@uni9.edu.br

Introdução: A menstruação é um processo fisiológico do ciclo reprodutivo, porém ainda marcado por desigualdades estruturais, estigmas socioculturais e limitações no acesso a recursos para seu manejo seguro. No Brasil, a pobreza menstrual configura um problema de saúde pública, refletido na falta de produtos higiênicos, infraestrutura inadequada e informações insuficientes sobre saúde menstrual. Essa realidade afeta principalmente populações em maior vulnerabilidade, prejudicando a saúde física e emocional, o desempenho escolar e a participação social. Reconhecer a saúde menstrual como direito humano é fundamental para a dignidade e a equidade, sendo a enfermagem na Atenção Primária à Saúde responsável por ações educativas, acolhimento e identificação de vulnerabilidades que contribuam para a redução dessas desigualdades. **Objetivo:** Analisar, por meio da literatura, a saúde menstrual como direito fundamental das mulheres, enfatizando a responsabilidade da enfermagem na mitigação da pobreza menstrual e de seus impactos socioculturais na saúde pública. **Metodologia:** Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, realizada com artigos publicados nos últimos cinco anos (2020-2024) nas bases LILACS, SciELO, BVS e BDENF. Foram incluídos estudos em português que abordassem a temática, utilizando os descritores “saúde menstrual”, “desigualdade social” e “enfermagem”, combinados pelo operador booleano AND. Excluíram-se artigos duplicados, revisões e literatura cinzenta (cartas editoriais, resumos em anais, capítulos de livro e resenhas), além de estudos sem relação clara com a saúde menstrual ou a prática da enfermagem. Após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, cinco artigos foram selecionados. **Resultados e discussão:** A literatura evidencia que a insuficiência de produtos menstruais e de infraestrutura adequada leva ao uso de materiais improvisados, o que aumenta o risco de infecções, dermatites e outros agravos. O estigma associado à menstruação, somado ao medo de vazamentos e à dor, favorece o absenteísmo escolar e a restrição da interação social, perpetuando desigualdades e comprometendo o desenvolvimento integral de pessoas que menstruam. A enfermagem destaca-se ao orientar sobre práticas de higiene seguras, combater tabus, reconhecer condições de vulnerabilidade e garantir cuidado integral e humanizado. Sua atuação contribui para fortalecer a autonomia, assegurar dignidade e promover direitos, reduzindo as iniquidades socioculturais associadas à pobreza menstrual. **Considerações Finais:** A pobreza menstrual continua como importante desafio social e de saúde pública. As evidências revelam consequências em níveis físico, emocional e social. A enfermagem, por meio de acolhimento e educação, é essencial para reduzir desigualdades. Conclui-se que políticas públicas e ações integradas são fundamentais para garantir dignidade.

Palavras-chave: saúde menstrual; desigualdade social; enfermagem.

MÉTODOS DE INVESTIGAÇÃO E DIAGNÓSTICO DA ADENOMIOSE

Bibiana Calatayud Barbosa Turri¹; Marcelle Almeida Rangel²; Mariana Radtke Kruschardt³; Rafaela Lino; Luísa Rosa⁴; Marta Viviana Calatayud Barbosa⁵

Psicóloga, Graduanda em Medicina pela Universidade Católica de Pelotas¹; Graduanda em Medicina pela Universidade Católica de Pelotas²; Graduanda em Medicina pela Universidade Católica de Pelotas³; Graduanda em Medicina pela Universidade Católica de Pelotas⁴; Médica, Ginecologista e Obstetra⁵.

bibianabarbosa@gmail.com

Introdução: Adenomiose é uma patologia ginecológica benigna de etiologia desconhecida, que acomete as glândulas do endométrio e o estroma miometrial. É a presença de tecido endometrial ectópico no miométrio com no mínimo 2,5mm de profundidade, que pode resultar no aumento do volume uterino e gera sintomas como: dor pélvica crônica, dispareunia, sangramento uterino anormal (SUA), dismenorreia e infertilidade. **Objetivo:** Este estudo tem como proposta elucidar os métodos para investigação e diagnóstico da adenomiose disponíveis na atualidade. **Metodologia:** Foi realizada uma revisão de literatura acerca deste tema com os descritores: tratamento, diagnóstico e adenomiose, nas plataformas: Scielo e Google Acadêmico, no período de 2019 a 2025. Foram selecionados apenas artigos em português que continham os descritores no título. **Resultados e Discussão:** Na plataforma Scielo apenas 1 artigo foi encontrado, encaixando-se nos critérios, já no Google Acadêmico, com apenas o descritor “adenomiose” observamos a busca de 603 documentos, contudo, ao adicionar os outros descritores, selecionamos 05 artigos contendo os critérios propostos para a escrita deste documento. Através destas publicações, pode-se apontar que os sinais e sintomas mais recorrentes na adenomiose confundem-se com os de outras afecções ginecológicas comuns, o que dificulta seu diagnóstico. Ao longo dos anos, seu diagnóstico sofreu modificações, antes era realizado através do exame histopatológico após a histerectomia. Na atualidade sabe-se que devemos levar em consideração o histórico da paciente, o exame pélvico e os exames de imagem como ressonância magnética (RM) e do ultrassom transvaginal (USTV). Com o avanço das técnicas de imagem, especialmente da RM e USTV, tornou-se possível a identificação pré-operatória da adenomiose e a diferenciação de outras patologias, como miomas e endometriose profunda. A USTV é considerada o exame de imagem de primeira linha para o diagnóstico da adenomiose. Devido a sua praticidade e custo-benefício, é preconizada como primeira abordagem diagnóstica, apresentando boa sensibilidade. É amplamente utilizada por sua praticidade, custo reduzido e disponibilidade nos serviços de saúde e não utiliza radiação ionizante. A RM oferece maior acurácia e detalhamento anatômico, sendo mais indicada em casos complexos ou inconclusivos. A RM exame considerado como o mais fidedigno, todavia mais dispendioso e menos acessível. **Considerações finais:** A adenomiose representa um desafio diagnóstico na ginecologia contemporânea, devido à complexidade de sua identificação, classificação e variações na sua apresentação clínica. Através desta revisão observa-se que esta temática ainda é pouco explorada em elaborações científicas, frequentemente está atrelada e acaba sendo citado juntamente com outras patologias como a endometriose.

Palavras-chave: Adenomiose; Diagnóstico por imagem; Ginecologia.

ENFERMAGEM NA EDUCAÇÃO EM SAÚDE PARA O PLANEJAMENTO FAMILIAR

Andreza da Silva Barreto¹; Marcella Tavares Silva¹; Fernanda Bruno dos Santos¹; Caroline Fernandes de Oliveira¹; Karla Machado Bull Gomes¹; Lídia Raquel da Conceição Nascimento¹; Joseane Rodrigues de Oliveira².

Graduanda de Enfermagem pela Universidade Estácio de Sá¹, Bacharel em enfermagem e mestre em educação profissional em saúde pela Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/ Fundação Oswaldo Cruz².

andrezadsbarreto@gmail.com

Introdução: O planejamento familiar é um componente central da Atenção Primária à Saúde (APS), promovendo a saúde sexual e reprodutiva ao permitir decisões conscientes sobre número de filhos e espaçamento entre as gestações. A enfermagem exerce papel essencial na orientação reprodutiva e nas ações educativas, embora ainda existam fragilidades, como a necessidade de capacitação, carência de espaços adequados para orientação e a baixa adesão masculina. Assim, a educação em saúde, mediada pelo enfermeiro, torna-se estratégica para ampliar o conhecimento da população, estimular a adesão aos serviços de saúde, fortalecer o vínculo do paciente com a equipe e promover equidade nas ações de saúde sexual e reprodutiva. **Objetivo:** Analisar a importância do planejamento familiar na Atenção Primária à saúde, bem como o papel do enfermeiro nas ações educativas voltadas à promoção da saúde sexual e reprodutiva e à prevenção de gestações indesejadas. **Metodologia:** Revisão de literatura integrativa, utilizando como base de dados o portal de periódicos da capes; os critérios de inclusão foram artigos publicados entre os anos de 2019 e 2024, usando os descritores: “Enfermagem” e “Planejamento Familiar”. Os critérios de exclusão foram artigos que não abordavam sobre a temática, repetidos e bloqueados resultando na coleta final de 6 artigos. **Resultados e discussão:** O estudo evidenciou que a enfermagem desempenha papel essencial no planejamento familiar, principalmente por meio das ações educativas que ampliam o conhecimento dos usuários sobre métodos contraceptivos e promovem escolhas reprodutivas mais conscientes. As atividades realizadas contribuem para fortalecer o vínculo com a população e incentivar a autonomia, embora a adesão masculina ainda seja limitada. Foram identificadas dificuldades como falta de capacitação contínua e ausência de espaços adequados para realizar orientações, o que compromete a qualidade do atendimento. Ademais, evidenciou-se a influência negativa das notícias falsas e dos mitos no processo educativo dos métodos de contracepção, reforçando a necessidade do investimento de ações educativas em saúde baseada em evidências. Dessa forma, o enfermeiro se confirma como figura estratégica para promover direitos reprodutivos e prevenir gestações indesejadas. **Conclusão:** Afere-se, portanto, que o planejamento familiar é fundamental para assegurar os direitos reprodutivos e favorecer práticas seguras em saúde sexual. O enfermeiro exerce papel estratégico ao promover educação em saúde e orientar sobre métodos contraceptivos, incentivando a participação dos usuários. Apesar dos avanços, persistem desafios relacionados à capacitação profissional e à oferta de espaços adequados, reforçando a necessidade de investimentos contínuos para qualificar a assistência na APS.

Palavras-chave: planejamento familiar; educação em saúde; enfermagem.

INDICADORES DE SAÚDE MATERNA: DESAFIOS PARA A REDUÇÃO DA MORTALIDADE MATERNA E O PAPEL DA ENFERMAGEM

Marcella Tavares Silva¹; Andreza da Silva Barreto¹; Giovanna Pery dos Santos Oliveira de Souza¹; Amanda Santos Rossi¹; Eduarda Madureira da Silva¹; Evelyn Araújo Rufino¹; Joseane Rodrigues de Oliveira².

Graduanda em enfermagem pela Universidade Estácio de Sá¹, Bacharel em enfermagem e mestre em educação profissional em saúde pela Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/ Fundação Oswaldo Cruz².

tavmarcella24@gmail.com

Introdução: Os indicadores de saúde materna são fundamentais para orientar ações de cuidado e prevenir complicações gestacionais. Mesmo com avanços tecnológicos, melhorias na formação e qualificação profissional e políticas públicas, a mortalidade materna permanece marcada por desigualdades e limitações no acesso ao cuidado. Evidências mostram que a formação em enfermagem obstétrica, a qualidade da assistência hospitalar e o acompanhamento de gestantes de alto risco influenciam diretamente os desfechos maternos. **Objetivo:** Analisar como a enfermagem, por meio dos indicadores de saúde materna e de práticas de cuidado centradas na gestante, auxilia na detecção precoce de riscos e na redução da mortalidade materna, fortalecendo ações preventivas e assistência humanizada. **Metodologia:** Trata-se de uma pesquisa qualitativa, do tipo revisão de literatura narrativa, realizada na Biblioteca Virtual em Saúde (BVS). Utilizaram-se os descritores: “Desafios Mortalidade Materna”, “Indicadores de Saúde” e “Papel da Enfermagem”. O recorte temporal foi de 2017 a 2025, incluindo artigos em português, disponíveis na íntegra e relacionados aos desafios da enfermagem na redução da mortalidade materna. Após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, foram identificados 5 artigos, dos quais 4 atenderam aos objetivos do estudo e um foi excluído. **Resultados e discussão:** A revisão evidenciou fragilidades na atenção à saúde da mulher, no acesso aos serviços e na estrutura assistencial, com grande parte das mortes maternas decorrendo de causas evitáveis, como hipertensão, hemorragias e infecções. A qualificação profissional, o uso de protocolos e o fortalecimento da enfermagem obstétrica têm melhorado os desfechos, embora persistam desigualdades, falta de profissionais capacitados, sobrecarga e infraestrutura limitada. A literatura destaca o papel central da enfermagem na identificação de riscos e no cuidado humanizado. Investimentos contínuos na formação e na organização dos serviços são essenciais para aprimorar os indicadores e reduzir mortes maternas evitáveis. **Conclusão:** Os estudos analisados evidenciam que a enfermagem desempenha papel essencial na identificação precoce de riscos, indicadores e na promoção de um cuidado humanizado, fatores fundamentais para reduzir a mortalidade materna. Apesar dos avanços, ainda persistem desafios relacionados ao acesso, à estrutura dos serviços e à qualificação profissional. Conclui-se que fortalecer a formação e as práticas da enfermagem não é uma estratégia complementar, e sim um compromisso essencial para transformar indicadores em vidas preservadas.

Palavras-chave: Mortalidade materna; indicadores de saúde; enfermagem obstétrica.

FATORES SOCIODEMOGRÁFICOS ASSOCIADOS À MORTALIDADE MATERNA

Bianca Rafaella Mendonça Carvalho¹; Ana Carla Marques Costa²

Graduanda em enfermagem pela Universidade Estadual do Maranhão¹, Doutora em Biologia Celular e Molecular pela Universidade Luterana do Brasil, Docente da Universidade Estadual do Maranhão²

rafaellacarvalhocx@gmail.com

Introdução: A mortalidade materna pode ser definida como o óbito de mulheres durante o período gestacional, parto e puerpério, ou dentro de um período de 42 dias após o desfecho da gestação. Permanece como um importante problema de saúde e é, ainda, um grande desafio enfrentado pelas autoridades sanitárias mundiais por conta de sua magnitude e por envolver influência de fatores econômicos e sociais, implicando a importância da discussão acerca deste tema. **Objetivo:** Identificar os fatores sociodemográficos que estão associados à morte materna no Brasil. **Metodologia:** Trata-se de uma revisão bibliográfica, onde foi utilizada a base de dados Biblioteca Virtual da Saúde (BVS). A busca foi conduzida através do uso dos descritores definidos pelo DeCS “Mortalidade Materna”, “Fatores Sociodemográficos” e “Saúde da mulher” combinados pelo operador booleano AND. Adotou-se como critérios de inclusão apenas estudos publicados nos últimos cinco anos (2020-2025), nos idiomas português e inglês e disponíveis na íntegra. Foram excluídos artigos duplicados e sem relação direta com o tema. A busca inicial localizou 13 artigos e após aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, bem como a leitura seletiva dos títulos e resumos, 4 artigos compuseram a análise final. **Resultados e Discussão:** Após análise dos artigos, constatou-se que a mortalidade materna apresenta prevalência em grupos socialmente vulneráveis. Houve maior ocorrência de óbitos entre mulheres jovens, principalmente de 20 a 29 anos de idade, pertencentes às raças/cores parda e preta e com menor escolaridade, evidenciando assim, desigualdades sociais relevantes na determinação desse desfecho. A nível regional, as regiões Nordeste e Norte apresentaram maior índice de mortalidade materna, com destaque para os estados Piauí e Maranhão, onde foi identificado uma concentração significativa de óbitos relacionados à baixa renda per capita, maior desigualdade social (índice de Gini elevado) e menor desenvolvimento municipal. Além disso, a baixa adesão ao pré-natal é outro fator relevante associado às causas de mortalidade materna. É recorrente principalmente entre mulheres adolescentes, negras ou pardas, e residentes em regiões com menor disponibilidade de serviços, demonstrando a importância do acompanhamento adequado para essas mulheres. **Conclusão:** A mortalidade materna permanece fortemente associada a fatores sociodemográficos e estes revelam a vulnerabilidade de determinados grupos no âmbito da gestação. Dessa forma, vê-se a importância da organização dos serviços de saúde para que haja maior acessibilidade ao pré-natal e de políticas públicas que reduzam desigualdades e contribuam para a prevenção dos óbitos maternos.

Palavras-chave: mortalidade materna; fatores sociodemográficos; saúde da mulher.

GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA NO CONTEXTO HOSPITALAR

Naiani Maria Holanda Ferreira¹, Maria Mylena da Silva²

Assistente Social Residente em Atenção em Terapia Intensiva pela Escola de Saúde Pública do Ceará (ESP/CE)¹, Assistente Social Residente em Atenção em Terapia Intensiva pela Escola de Saúde Pública do Ceará (ESP/CE)²

naianiholandaass@gmail.com

Introdução: A gravidez na adolescência é um fenômeno complexo que envolve dimensões biológicas, psicológicas e sociais, configurando-se como relevante problema de saúde pública, intensificado por vulnerabilidades socioeconômicas. Essa questão é debatida nas políticas de saúde, educação e assistência social, que enfrentam desafios diante da reprodução do ciclo de pobreza e do risco de complicações ou óbito. O hospital, frequentemente receptor dessas demandas, constitui espaço estratégico para a atuação do serviço social, articulando-se com a rede socioassistencial e fortalecendo a intersetorialidade entre políticas públicas. **Objetivo:** Descrever a importância da intersetorialidade no contexto hospitalar para o fortalecimento do trabalho em rede voltado ao atendimento de adolescentes grávidas. **Metodologia:** Trata-se de estudo qualitativo, apresentado como relato de experiência, fundamentado na atuação de residentes multiprofissionais em Terapia Intensiva da Escola de Saúde Pública do Ceará, em Iguatu–CE. O conteúdo foi elaborado a partir da observação do fluxo de encaminhamentos de adolescentes grávidas para a rede intersetorial, complementado por revisão bibliográfica sobre gravidez na adolescência, intersetorialidade e atuação do serviço social no hospital. A análise dos dados seguiu organização temática, destacando desafios e potencialidades das intervenções. **Resultados:** O assistente social demonstrou papel central na articulação entre hospital e rede intersetorial, funcionando como elo entre diferentes políticas públicas. Foram identificadas lacunas nos encaminhamentos, dificuldades de integração territorial e fragilidades no acompanhamento pós-alta. O acompanhamento integral da adolescente e de sua família revelou-se essencial, embora limitado pelo sucateamento das políticas públicas, comprometendo a cobertura e a proteção integral. Observou-se que, enquanto o hospital identifica a demanda, é no território que se desenvolve o trabalho de prevenção e superação da desproteção social. **Discussão:** Os achados evidenciam que, mesmo diante de limitações estruturais, a atuação articulada do serviço social fortalece a intersetorialidade e potencializa o cuidado integral. A integração entre hospital e rede de proteção é crucial para enfrentar riscos associados à gravidez na adolescência e oferecer suporte social adequado. **Considerações Finais:** A gravidez na adolescência evidencia a fragilidade das políticas voltadas à classe trabalhadora e contribui para a perpetuação de vulnerabilidades. Destaca-se a necessidade de revisão das estratégias de enfrentamento, especialmente na Política Nacional de Assistência Social, visando assegurar proteção integral, prevenir riscos e promover autonomia das adolescentes e suas famílias.

Palavras-chave: gravidez na adolescência; intersetorialidade; serviço social.

O PLANEJAMENTO NOS CUIDADOS DE ENFERMAGEM ÀS MÃES DE CRIANÇAS COM CÂNCER: REVISÃO INTEGRATIVA.

Livia Breder Thorpe Barbosa¹; Patrícia Quintans Cundines Pacheco¹;

Graduando em enfermagem pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro¹, Orientadora (docente) e doutora em enfermagem pela Universidade Federal do Rio de Janeiro¹

um e-mail para correspondência: liviabtbarbosa@gmail.com

Introdução: O cuidado materno no contexto da oncologia pediátrica configura um fenômeno complexo, marcado por intensa sobrecarga física, emocional e social. As mães de crianças com câncer assumem um papel central no tratamento, tornando-se responsáveis por acompanhar exames, administrar medicamentos, monitorar sinais clínicos e oferecer suporte emocional contínuo. Apesar dessa atuação essencial, suas necessidades ainda são pouco reconhecidas e raramente incluídas de forma sistematizada no processo assistencial. A invisibilidade da mãe como sujeito de cuidado revela uma lacuna histórica nos serviços de saúde, que permanecem centrados predominantemente na criança. Considerando o papel estratégico da enfermagem na promoção de práticas humanizadas e baseadas em evidências, torna-se fundamental compreender como o planejamento do cuidado destinado às mães tem sido abordado na literatura científica. **Objetivo:** Identificar na literatura científica as evidências disponíveis sobre o planejamento dos cuidados de enfermagem destinados às mães de crianças com câncer. **Metodologia:** Trata-se de uma revisão integrativa realizada em setembro de 2025 nas bases PubMed, Scopus, SciELO, Web of Science e LILACS. Foram utilizados descritores controlados, operadores booleanos e estratégias de truncamento para a busca dos estudos. A triagem e organização dos artigos foram conduzidas no Rayyan QCRI, e a análise do material selecionado ocorreu por meio de leitura minuciosa, com extração das informações pertinentes à questão de pesquisa. Foram incluídos três estudos que atenderam aos critérios de elegibilidade definidos previamente. Os achados foram sintetizados narrativamente. **Resultados e Discussão:** Os estudos analisados evidenciaram que o planejamento do cuidado de enfermagem voltado às mães permanece fragmentado, pouco estruturado e dependente da sensibilidade individual do profissional. Observou-se que intervenções educativas, ações psicossociais e estratégias de apoio familiar podem contribuir significativamente para a redução da ansiedade, aprimoramento do enfrentamento e fortalecimento da dinâmica materno-familiar. Entretanto, identificou-se escassez de modelos formais, diretrizes institucionalizadas ou protocolos específicos que orientem a prática profissional no cuidado à mãe cuidadora. Essa lacuna reforça a urgência de avançar em pesquisas e práticas que reconheçam a mãe como sujeito de cuidado, considerando suas necessidades biopsicossociais. **Conclusão:** Conclui-se que o desenvolvimento de práticas planejadas, sistematizadas e centradas na família é essencial para promover a saúde integral das mães e qualificar o tratamento infantil. O estudo evidenciou a necessidade de ampliar a visibilidade das mães no contexto assistencial, fortalecer o planejamento em enfermagem e promover avanços científicos que subsidiem intervenções efetivas e humanizadas na oncologia pediátrica.

Descritores: enfermagem oncológica; mães; oncologia pediátrica.

**PAPEL DA ENFERMAGEM FRENTE A PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA
(VO): UMA REVISÃO NARRATIVA**

Jacinta da Silva Gomes¹

Enfermeira pela Universidade Estadual da Paraíba - UEPB¹

Jacintasilva.20022001@gmail.com

Introdução: A violência obstétrica (VO) é um grave problema de saúde pública, caracterizado por atos de violência física, verbal ou institucional infligidos contra a mulher durante o seu processo gravídico-puerperal e/ou de abortamento, em que haja alteração desse processo fisiológico, causando danos a mesma e ao seu conceito. **Objetivo:** Identificar o papel do enfermeiro na prevenção da VO, tendo em vista os danos causados pela mesma. **Método:** Este é um estudo qualitativo do tipo revisão narrativa da literatura, realizado em junho de 2025, na base de dados da Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) e no Portal de periódicos da CAPES, utilizando como descritores em ciências da saúde (DeCS) os seguintes termos: “Cuidados de Enfermagem”, “Saúde da Mulher” e “Violência Obstétrica” combinados pelo operador booleano AND. Os critérios de inclusão utilizados foram: artigos completos, nos idiomas português e/ou inglês, publicados nos últimos 5 anos e que tivessem relação com o objetivo do estudo. Como critérios de exclusão utilizou-se: artigos indexados de forma repetida entre as bases de dados e que não respondessem ao propósito da pesquisa. A princípio foram encontrados 66 artigos, após à aplicação dos critérios de inclusão e exclusão citados, foram selecionados 6 artigos para compor este estudo. **Resultados e discussão:** Entre as formas descritas para prevenir a VO, adotadas pelos enfermeiros, estão: a educação em saúde, marcada pela transmissão de informações claras e objetivas à gestante e/ou parturiente e a sua família acerca de sua autonomia, direitos, trabalho de parto e procedimentos necessários durante o mesmo, seus riscos e benefícios, cuidados no puerpério e limites das intervenções médico-assistenciais realizadas em seu corpo, enfatizando o seu poder de decisão. Fala-se também da execução de uma assistência pautada no respeito, empatia e acolhimento holístico das queixas e necessidades dessas mulheres, promovendo um parto e nascimento humanizados. **Considerações finais:** O período de gestação, parto e puerpério são momentos singulares e de muita vulnerabilidade na vida da mulher e podem ser traumáticos quando vivenciados em conjunto com a VO. Por isso os profissionais de enfermagem, sobretudo, o enfermeiro, tem um papel ímpar na prevenção da VO e promoção de uma assistência obstétrica humanizada, pautada em evidências científicas e no respeito à mulher.

Palavras-chave: enfermagem obstétrica; parto humanizado; violência obstétrica.

PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DA MORTALIDADE MATERNA NO BRASIL ENTRE OS ANOS DE 2014 E 2023

Luísa dos Reis Rosa¹; Bibiana Calatayud Barbosa Turri¹; Marcelle Almeida Rangel¹; Mariana Radtke Kruschardt¹; Rafaela Rickes Lino¹; Edmar Rosa²

Graduanda em medicina pela Universidade Católica de Pelotas¹, Médico pela Universidade Federal de Rio Grande²

luisarrosa15@gmail.com

A mortalidade materna, definida como o óbito de uma mulher durante a gestação ou até 42 dias após o término da gravidez, permanece como um dos indicadores mais sensíveis das condições de saúde pública, refletindo diretamente o acesso, a qualidade e a equidade da assistência materno-infantil. Apesar dos avanços obtidos nas políticas de atenção obstétrica no Brasil, as mortes maternas continuam representando um desafio sanitário, social e estrutural. Nesse cenário, compreender o perfil epidemiológico desses óbitos é fundamental para subsidiar estratégias de prevenção e aprimoramento do cuidado à saúde da mulher. Traçar o perfil epidemiológico da mortalidade materna no Brasil entre 2014 e 2023, considerando características sociodemográficas e regionais. Realizou-se um estudo ecológico descritivo, retrospectivo, utilizando dados do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM). Foram analisados número total de óbitos maternos, distribuição por regiões brasileiras, faixas etárias, cor/raça e estado civil. No período analisado, registraram-se 17.789 óbitos maternos no país. Houve maior concentração de mortes nas faixas etárias de 30 a 39 anos (38,25%) e 20 a 29 anos (34,27%), seguidas por 15 a 19 anos (18,51%), evidenciando vulnerabilidade expressiva nas fases de maior fecundidade. Em relação à cor/raça, observou-se predominância de óbitos entre mulheres pardas (52,96%), seguidas por brancas (31,40%), pretas (11,36%), indígenas (1,65%) e amarelas (0,26%), com 2,38% de registros ignorados. A distribuição regional evidenciou maior concentração de óbitos no Sudeste (35,80%), seguido por Nordeste (31,45%), Norte (14,25%), Sul (9,67%) e Centro-Oeste (8,81%), revelando desigualdades históricas no acesso e na qualidade da assistência obstétrica. Quanto ao estado civil, constatou-se predominância de mulheres solteiras entre os óbitos (49,8%), seguidas por casadas (28,8%), enquanto categorias como “outro” (14,8%), separadas judicialmente (2,18%), viúvas (0,56%) e registros ignorados (6,86%) apresentaram menores proporções. Tais características sugerem possíveis vulnerabilidades sociais, suporte familiar reduzido e diferenças no acesso aos serviços de saúde. De forma geral, os achados reforçam que a mortalidade materna no Brasil permanece distribuída de maneira desigual entre grupos etários, raciais e regionais, refletindo iniquidades estruturais que atravessam a vida das mulheres. Conclui-se que reduzir a mortalidade materna no Brasil exige políticas públicas direcionadas, sensíveis ao território e comprometidas com a qualificação da assistência obstétrica, a vigilância contínua e o enfrentamento das desigualdades sociais e raciais. Estratégias intersetoriais são fundamentais para promover cuidado equitativo e garantir melhores desfechos para a saúde das mulheres brasileiras.

Palavras-chave: *Mortalidade materna; Epidemiologia; Vigilância obstétrica.*

VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: O PAPEL DO/A ASSISTENTE SOCIAL NA PROTEÇÃO E GARANTIA DE DIREITOS

Maria Mylena da Silva¹; Naiani Maria Holanda Ferreira²;

Assistente Social Residente em Atenção em Terapia Intensiva pela Escola de Saúde Pública do Ceará (ESP/CE)¹, Assistente Social Residente em Atenção em Terapia Intensiva pela Escola de Saúde Pública do Ceará (ESP/CE)²

mariamili784@gmail.com

Introdução: O Brasil é um país com alarmantes taxas relacionadas a violência contra mulheres (agressões, violência patrimonial, sexual, moral, feminicídio, etc.), onde estas ocorrem em variados ambientes, e claro, atingindo todas as classes sociais, independente da religião, raça, etnia, entre outros. Neste cenário, o/a Assistente Social está inserido, de maneira a viabilizar direitos e realizar acolhimento e atendimento humanizado. **Objetivo:** Evidenciar o papel do/a Assistente Social nos casos de violência contra mulher, através das suas intervenções. **Metodologia:** O presente trabalho configura-se como uma análise qualitativa, sistematizada por meio de revisão bibliográfica, sendo utilizadas artigos e/ou trabalhos do campo do Serviço Social, e baseada em levantamento de dados, por meio do Atlas da Violência, organizado pelo IPEA. **Resultados:** Segundo o Atlas da Violência de 2025, os atendimentos realizados no SUS no ano de 2023 para mulheres e meninas que sofreram violência, cerca de 64,3% dos casos ocorreram em caráter domiciliar. Entre 2022-2023, os casos aumentaram: cerca de 144.285 casos de mulheres vítimas de violência doméstica em 2022, e em 2023, cerca de 177.086 casos. **Discussão:** Nesses casos, a intervenção do/a Assistente Social está relacionada ao acolhimento à vítima, escuta qualificada, encaminhamentos aos equipamentos da Rede de Proteção, orientações sobre serviços ofertados quanto ao enfrentamento desta violência (Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher – DEAM, Disque 180, Casa Abrigo, Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), e na viabilização de direitos, articulando às legislações relacionadas à Política de Proteção de Violência Contra Mulher (Lei Maria da Penha, por exemplo). Mais que uma atuação, um trabalho firmado com o compromisso ético que a profissão possui. **Considerações Finais:** A violência contra mulher é um fator que deve ser visto e debatido com maior atenção. Apesar dos desafios encontrados no cenário político atual, cabe ao o/a Assistente Social fazer-se presente nesse cenário, pautando suas intervenções, na garantia de direitos, e no compromisso ético com a profissão.

Palavras-chave: violência contra mulher; assistente social; intervenção.

ATUAÇÃO DOS DISCENTES DE ENFERMAGEM NO CONTEXTO DA SAÚDE DA MULHER: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Ludmilla Araújo Bispo dos Santos¹; Emanuela Lopes da Silva¹; Raimundo Nonato Cunha Barbosa¹; Palloma Maria Araújo de Sousa²

Graduando em enfermagem pela Universidade Estadual do Maranhão¹, Enfermeira pela Universidade Estadual do Maranhão²

Arajoludmilla9@gmail.com

Introdução: A saúde da mulher constitui um eixo fundamental das políticas públicas de saúde, abrangendo ações de promoção, prevenção e acompanhamento ao longo do ciclo vital feminino. No contexto da Atenção Primária, o enfermeiro desempenha papel central na operacionalização dessas ações, atuando no acolhimento, na educação em saúde, no rastreamento de doenças, na realização de exames preventivos e na condução de consultas voltadas às necessidades ginecológicas e reprodutivas. Diante dessa complexidade, as aulas práticas tornam-se fundamentais na formação em Enfermagem, ao possibilitarem a vivência direta dos processos de cuidado e a articulação entre teoria e prática. **Objetivo:** Relatar a experiência de acadêmicos de enfermagem nas atividades práticas da disciplina Saúde da Mulher desenvolvidas em unidade básica de saúde. **Metodologia:** Trata-se de um estudo descritivo, do tipo relato de experiência, elaborado a partir da participação de discentes da Universidade Estadual do Maranhão em práticas supervisionadas realizadas em uma unidade básica de saúde. As atividades abrangeram acolhimento, educação em saúde, realização de exames citopatológicos e acompanhamento em consultas de enfermagem voltadas à saúde ginecológica. A abordagem adotada fundamentou-se na integração ensino-serviço, incentivando a participação ativa dos estudantes no processo de cuidado. **Resultados e Discussão:** A inserção dos acadêmicos no cenário de atenção primária possibilitou experiências formativas enriquecedoras no âmbito do cuidado integral à saúde da mulher, especialmente no que se refere às ações de promoção, prevenção e acompanhamento ginecológico. Dentre as atividades desenvolvidas, destacou-se a realização de uma palestra educativa articulada à dinâmica “mito ou verdade” sobre o câncer de mama, a qual se configurou como uma ferramenta capaz de promover participação ativa das usuárias, ao mesmo tempo em que favoreceu aos discentes o desenvolvimento de habilidades para conduzir estratégias de educação em saúde baseadas em evidências. A participação na execução de exames citopatológicos permitiu o aprimoramento de competências técnicas essenciais à prática profissional, reforçando a importância do rastreamento e do diagnóstico precoce de lesões precursoras do câncer do colo do útero. Paralelamente, o acompanhamento das consultas de enfermagem ampliou a compreensão dos estudantes acerca da complexidade do cuidado ginecológico, possibilitando a identificação de vulnerabilidades, a observação de práticas de acolhimento qualificadas e a análise do processo de tomada de decisão clínica. **Considerações Finais:** Dessa forma, as experiências vivenciadas reafirmaram a atenção básica como espaço formativo indispensável, contribuindo para o desenvolvimento de postura crítica, sensibilidade ética e maior segurança técnico-assistencial por parte dos discentes diante das necessidades de saúde das mulheres atendidas.

Palavras-chave: saúde da mulher; enfermagem, prática clínica.

**ANÁLISE EPIDEMIOLÓGICA DA MORTALIDADE POR INFARTO AGUDO DO
MIOCÁRDIO EM MULHERES NO ESTADO DE PERNAMBUCO, 2013-2023**

Cícero Erison dos Santos Espíndola Melo¹

Farmacêutico pelo Centro Universitário Tabosa de Almeida (Asces-Unita)¹

erisonespindola031@gmail.com

Introdução: As doenças cardiovasculares estão associadas como as maiores causas de morbimortalidade no mundo e conforme os últimos estudos epidemiológicos, ela representa 47% dos casos de mortalidade no planeta. Entre elas, destaca-se o Infarto Agudo do Miocárdio (IAM) caracterizado pela morte das células de uma região do músculo do coração por conta da formação de um coágulo que impede o fluxo sanguíneo de forma súbita e intensa. O IAM possui vários fatores que podem levar ao seu aparecimento, tais como: idade, etnia, sexo, histórico familiar, tabagismo, dieta rica em gordura, alimentação inadequada, estresse, uso excessivo de bebidas alcóolicas, sedentarismo e uso de drogas ilícitas. **Objetivo:** Analisar o perfil epidemiológico da mortalidade por IAM em mulheres no estado de Pernambuco entre os anos de 2013 a 2023. **Metodologia:** Trata-se de um estudo epidemiológico, descritivo e quantitativo, realizado com dados do Sistema de Informações Hospitalares do Sistema Único de Saúde (SIH/SUS). Foram incluídos todos os óbitos femininos por IAM registrados entre 2013 a 2023. As variáveis avaliadas foram faixa etária, cor/raça, município e Gerências Regionais de Saúde (GERES). Os resultados foram apresentados em frequências absolutas e relativas. **Resultados e Discussão:** No período analisado, registraram-se 2.605 óbitos por IAM. A maioria ocorreu em indivíduos com 60 a 79 anos (1.472 óbitos; 56,5%), seguidos por idosos com 80 anos ou mais (681; 26,14%). Apenas 27 óbitos (1,03%) ocorreram em mulheres com menos de 40 anos. Quanto à cor/raça, predominou a parda (1.581 óbitos; 60,69%), seguida por 747 registros sem informação (28,67%) e branca (225; 8,63%). Geograficamente, a I GERES – Recife concentrou 1.925 óbitos (73,89%), seguida pela IV GERES – Caruaru (281; 10,78%) e V GERES – Garanhuns (75; 2,87%). Municípios com maior número de registros incluíram Recife (1.430), Cabo de Santo Agostinho (435) e Caruaru (276). **Considerações Finais:** O estudo evidencia que o IAM permanece como causa expressiva de mortalidade entre mulheres em Pernambuco, concentrando-se sobretudo em idosas e em regiões metropolitanas. Os achados reforçam a necessidade de fortalecer ações de prevenção cardiovascular direcionadas ao público feminino, com ênfase no reconhecimento de sinais e sintomas atípicos e no controle dos fatores de risco.

Palavras-chave: infarto agudo do miocárdio; mortalidade; saúde da mulher.

ATUAÇÃO DO FARMACÊUTICO NA PREVENÇÃO E MANEJO DA DIABETES GESTACIONAL

Cícero Erison dos Santos Espíndola Melo¹

Farmacêutico pelo Centro Universitário Tabosa de Almeida (Asces-Unita)¹

erisonespindola031@gmail.com

Introdução: A diabetes *mellitus* gestacional é uma condição caracterizada pela alteração no controle glicêmico diagnosticada pela primeira vez durante a gestação, geralmente no segundo ou terceiro trimestre, em mulheres sem diagnóstico prévio de diabetes. Durante a gravidez, o organismo materno passa por diversas adaptações fisiológicas, entre elas a redução da sensibilidade à insulina, o que leva a um aumento compensatório da produção desse hormônio pelas células beta-pancreáticas. Entretanto, quando ocorre diabetes gestacional, essa resposta compensatória torna-se insuficiente, resultando em secreção inadequada de insulina para atender às demandas metabólicas da gravidez. Os principais fatores de risco associados ao desenvolvimento da doença incluem idade materna avançada (especialmente acima de 40 anos), obesidade pré-gestacional, histórico familiar de diabetes ou de diabetes gestacional, nascimentos múltiplos, uso de determinados medicamentos, além de fatores socioeconômicos. **Objetivo:** Descrever a importância da atuação do farmacêutico na prevenção, identificação e manejo da diabetes gestacional, a partir de levantamento bibliográfico. **Metodologia:** Trata-se de uma revisão narrativa, retrospectiva e descritiva, realizada por meio de artigos publicados entre 2021 a 2025, em língua portuguesa e inglesa. As buscas foram realizadas nas bases de dados: Google Acadêmico e Portal de Periódicos da CAPES, utilizando os descritores: “diabetes gestacional”, “farmacêutico” e “atenção farmacêutica”, combinados com o operador booleano AND. Após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, 4 estudos foram selecionados para compor a análise dos resultados e discussão. **Resultados e Discussão:** Os estudos analisados evidenciam que a atuação do farmacêutico no cuidado à gestante com diabetes *mellitus* gestacional contribui para o uso racional e seguro de medicamentos, prevenção de eventos adversos e fortalecimento da adesão ao tratamento. A literatura destaca o conhecimento técnico-científico desse profissional na orientação sobre farmacoterapia segura durante a gestação. Além disso, sua atuação na educação em saúde auxilia na prevenção da automedicação e no incentivo ao seguimento terapêutico. Essa prática amplia o cuidado para além da dispensação, configurando um modelo de atenção centrado na paciente e integrado à equipe multiprofissional. Observa-se que a presença do farmacêutico nos serviços de saúde, tanto públicos quanto privados, favorece a redução de riscos maternos e fetais associados à diabetes gestacional, reforçando sua relevância como agente ativo no cuidado clínico e na promoção da saúde da mulher. **Considerações Finais:** Portanto, a atuação do farmacêutico é essencial no cuidado à gestante com diabetes *mellitus* gestacional, contribuindo para o uso seguro de medicamentos, a educação em saúde e a redução de riscos.

Palavras-chave: diabetes gestacional; farmacêutico; atenção farmacêutica.

EDUCAÇÃO EM SAÚDE NA PREVENÇÃO DO CÂNCER DO COLO DO ÚTERO: UMA REVISÃO DE LITERATURA

Cícero Erison dos Santos Espíndola Melo¹

Farmacêutico pelo Centro Universitário Tabosa de Almeida (Asces-Unita)¹

erisonespindola031@gmail.com

Introdução: O câncer do colo do útero configura-se como uma importante problemática de saúde pública no contexto brasileiro, devido à sua elevada incidência e impacto na morbimortalidade feminina. Conforme os estudos, as elevadas taxas de prevalência e mortalidade se dão muitas vezes por causa de fatores como a iniciação sexual precoce, tabagismo, uso irregular de preservativo, diversidade de parceiros sexuais, uso de contraceptivos orais, coinfeção por agentes infecciosos, a má higiene íntima, sendo a infecção pelo Papiloma Vírus Humano (HPV) o principal fator relacionado com a ocorrência do câncer do colo do útero. **Objetivo:** Analisar, por meio de uma revisão de literatura, o papel da educação em saúde na prevenção e controle do câncer do colo do útero no contexto da saúde pública. **Metodologia:** Trata-se de um estudo de revisão de literatura do tipo narrativa, retrospectivo de caráter descritivo, na qual foram utilizados artigos publicados em língua portuguesa e inglesa, entre os anos de 2021 a 2025. Foram utilizadas as bases de dados: Google Acadêmico e SciELO, referenciadas pelos descritores: “câncer do colo do útero”, “educação em saúde” e “saúde pública”, combinados com o operador booleano AND. Após a leitura completa dos trabalhos, apenas 3 atenderam integralmente aos critérios de inclusão, sendo, portanto, utilizados na construção da presente revisão. **Resultados e Discussão:** Várias pesquisas indicam que as intervenções educacionais têm um impacto positivo na promoção da saúde e na adesão aos programas de prevenção do câncer do colo do útero. Foi constatado que intervenções como palestras, discussões em grupo e folhetos educativos ampliam consideravelmente o conhecimento sobre o câncer do colo do útero e diminuem os entraves que impedem a prevenção. Ademais, as intervenções adaptadas culturalmente e fundamentadas em teorias educacionais têm um impacto positivo, não apenas no conhecimento, bem como na mudança de atitudes e práticas preventivas entre o público feminino. Vale ressaltar que é relevante adaptar as abordagens educativas às características locais e culturais para potencializar a eficácia da educação em saúde. **Considerações Finais:** Torna-se evidente, portanto, destacar a necessidade de desenvolver ferramentas educativas que promovam o conhecimento sobre o câncer do colo do útero, abordando aspectos como diagnóstico, tratamento e práticas de autocuidado.

Palavras-chave: Câncer de colo do útero; Educação em saúde; Saúde pública.

DIABETES MELLITUS GESTACIONAL E TRANSTORNOS ALIMENTARES: RISCOS PSICOLÓGICOS E METABÓLICOS ASSOCIADOS DURANTE A GESTAÇÃO

Isabele Vitória de Anísio Santana¹; Nalanda da Silva Albuquerque¹; Maria Eduarda da Silva Mendes¹; Kalyne Hohana Pereira Sousa¹; Raísa Cristina da Silva Araújo¹; Jéssica Layane Soares Pereira¹; Marcélia Geane Pereira de Brito²

Graduanda em enfermagem pela Faculdade de Educação São Francisco, FAESF-MA¹.
Enfermeira, Esp em Saúde Mental e Atenção Biopsicossocial, graduada pela Faculdade de Educação São Francisco FAESF-MA².

Isabelesantanaenf@gmail.com

Introdução: A gestação é um período marcado por intensas mudanças hormonais, físicas e emocionais, podendo favorecer o surgimento ou agravamento de comportamentos alimentares disfuncionais. Em mulheres com Diabetes Mellitus Gestacional (DMG), a exigência de controle rigoroso da glicemia, monitorização frequente e adesão a dietas restritivas pode aumentar a vulnerabilidade ao desenvolvimento de transtornos alimentares, como compulsão alimentar, restrição excessiva, ortorexia e os Transtornos Alimentares Relacionados ao Diabetes (ED-D). Evidências indicam que indivíduos com diabetes apresentam maior risco de comportamentos alimentares desordenados devido à pressão contínua pelo controle metabólico, ansiedade relacionada ao peso corporal e medo de complicações materno-fetais. Além dos impactos psicológicos, esses transtornos podem comprometer o controle glicêmico e elevar o risco de desfechos obstétricos adversos, especialmente em gestações de alto risco.

Objetivo: Analisar, por meio de revisão de literatura, os impactos psicológicos e metabólicos dos transtornos alimentares em gestantes com Diabetes Mellitus Gestacional. **Metodologia:** Trata-se de uma revisão de literatura, realizada nas bases de dados LILACS, MEDLINE e BDNF, por meio da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS). Utilizou-se a estratégia PICO, com os descritores: “Diabetes gestacional”, “Saúde mental” e “Nutrição materna”, combinados pelo operador booleano AND. A questão norteadora foi: “Quais os riscos psicológicos e metabólicos associados aos transtornos alimentares em gestantes com diabetes mellitus gestacional?”. Foram incluídos artigos disponíveis na íntegra, sem delimitação de período ou idioma. Excluíram-se cartas editoriais, teses de doutorado e estudos que não atenderam ao objetivo proposto. **Resultados e Discussão:** A busca identificou oito artigos, dos quais quatro compuseram a amostra final. Os estudos evidenciaram associação entre DMG e maior prevalência de ansiedade, medo alimentar, culpa relacionada à alimentação e comportamentos alimentares desordenados. Do ponto de vista metabólico, observou-se pior controle glicêmico, maior variabilidade da glicemia, aumento da necessidade de insulino terapia e maior risco de complicações como pré-eclâmpsia, macrossomia fetal e parto prematuro. Destaca-se o papel do cuidado multiprofissional, especialmente da enfermagem, na identificação precoce desses comportamentos e na promoção de intervenções integradas. **Conclusão:** Os transtornos alimentares em gestantes com DMG representam um relevante risco psicológico e metabólico. O reconhecimento precoce e o cuidado multiprofissional são fundamentais para reduzir desfechos adversos e promover a saúde materna e neonatal.

Palavras-chave: Diabetes gestacional; Saúde mental; Nutrição materna;

MÉTODOS DIAGNÓSTICOS NA IDENTIFICAÇÃO DA INSUFICIÊNCIA LÚTEA - REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Jamilly Ferreira Da Silva¹; Jôziene Ferreira Da Silva².

Graduanda em Enfermagem pelo Centro Universitário UNIFACISA - Campina Grande/PB, Brasil¹,
Nutricionista, pós-graduada em Nutrição Clínica, funcional, esportiva e Nutrição na Saúde da Mulher -
Campina Grande/PB, Brasil².

ferreirajamilly22@gmail.com

Introdução: A insuficiência lútea, também conhecida como deficiência da fase lútea, é uma patologia de pouco conhecimento, mas que possui como definição de ser uma condição reprodutiva complexa, que é caracterizada por anormalidades na duração e função da fase lútea do ciclo menstrual, ocorrida principalmente por níveis inadequados de progesterona e receptividade endometrial prejudicada. Pode ser causada de forma primária onde ocorre sem causa subjacente aparente, ou secundária onde é associada condições específicas, como a síndrome dos ovários policísticos ou distúrbios da tireoide. Como esta patologia é pouco conhecida, acaba se tornando de difícil diagnóstico por não possuir padronização, levando assim a demora e piora no prognóstico das mulheres. **Objetivo:** Compreender quais métodos diagnósticos são mais eficazes na identificação da insuficiência lútea. **Metodologia:** Esta pesquisa foi desenvolvida por meio de uma revisão bibliográfica, que foi norteadas por: “*Quais métodos diagnósticos são mais eficazes na identificação da insuficiência lútea?*”, ocorrendo em dezembro de 2025, tendo como base a Pubmed e LILACS, sendo empregados os Descritores em Ciências da Saúde: “Fase Luteínica”, “Diagnóstico” e “Insuficiência”, que tiveram intermédio pelo operador booleano *AND* e *NOT*. Foram incluídos na pesquisa artigos completos, em português e inglês, publicados entre 2020 e 2025. Excluíram-se os que não atendiam ao objetivo do estudo após leitura integral. Dos 19 artigos identificados, 8 foram selecionados após análise dos resumos, e 5 compuseram a base final do trabalho. **Resultados e Discussão:** Não existe um método diagnóstico único e totalmente confiável para insuficiência lútea, diante disso é necessário que seja feita a combinação de critérios clínicos e laboratoriais para realizar o diagnóstico. Sendo realizado os valores do hormônio de progesterona que são identificados níveis séricos aleatórios, podendo ser usados para estabelecer que a ovulação ocorreu incorretamente. Além disso, pode ser indicada a biópsia endometrial como padrão de ouro, por permitir a compressão por via microscópica, como está acontecendo o desenvolvimento endometrial durante a fase lútea. Entretanto, ainda pode ser indicada a realização de histopatológico do endométrio, com marcadores bioquímicos, morfológicos e moleculares adicionais da função endometrial. **Conclusão:** Diante de tudo o que foi citado acima, para que o diagnóstico seja alcançado em tempo oportuno, é necessário que seja realizado principalmente pela biópsia endometrial e sendo associado juntamente com níveis de progesterona. Permitindo assim uma melhora na qualidade de vida das mulheres e tornando assim mais humanizada.

Palavras-chave: Fase Luteínica; Diagnóstico; Insuficiência.

BOAS PRÁTICAS NA ASSISTÊNCIA AO PARTO NORMAL E O PROTAGONISMO DA ENFERMAGEM OBSTÉTRICA

Vitória Porto Cunha¹; Lidiane Maria da Costa Santos Barbosa²

Graduanda em enfermagem na Universidade Estadual Vale do Acaraú, Sobral, Ceará, Brasil¹,
Enfermeira especialista em Obstetrícia e neonatologia, atuante na maternidade da Santa Casa de
Misericórdia de Sobral (SCMS), Sobral, Ceará, Brasil²

vitoriapc01@gmail.com

Introdução: Nas últimas décadas, a assistência ao parto passou por significativas transformações, impulsionadas por diretrizes da Organização Mundial da Saúde (OMS) e políticas públicas de humanização, que propõem um modelo centrado na mulher, valorizando a fisiologia do parto e práticas baseadas em evidências. Nesse contexto, a enfermagem obstétrica assume papel de destaque na promoção de uma assistência ética, segura e humanizada. **Objetivo:** Relatar, sob ótica reflexiva e crítica, as vivências de uma acadêmica de enfermagem na maternidade, com ênfase nas boas práticas de assistência ao parto normal. **Metodologia:** Trata-se de um relato de experiência, a partir da vivência de uma acadêmica de enfermagem, bolsista do Programa de Vivências Práticas Extracurriculares (PROVIPE), na maternidade de um hospital público, em Sobral-CE, entre junho de 2024 e maio de 2025. A experiência envolveu a observação sistemática da rotina assistencial e a participação ativa no cuidado à parturiente e ao recém-nascido, em articulação com a equipe. As reflexões apresentadas fundamentam-se nas práticas observadas, no diálogo com a equipe e na literatura científica atual. **Resultados e Discussão:** Dentre as práticas observadas, verificou-se o acolhimento com escuta qualificada e a classificação de risco obstétrico como etapa inicial do cuidado. Durante o trabalho de parto, buscou-se minimizar intervenções, restringindo-as a indicações clínicas, com respeito ao tempo fisiológico do parto. A liberdade de movimentação e escolha das posições foi incentivada, evidenciando melhora na progressão do parto e redução da dor. Observou-se ainda o uso frequente de métodos não farmacológicos, como técnicas de respiração, massagens e exercícios na bola suíça. No pós-parto imediato, ressalta-se o contato pele a pele e o incentivo à amamentação na primeira hora de vida, como práticas essenciais para a adaptação neonatal, fortalecimento do vínculo e sucesso do aleitamento materno. Entre as fragilidades, destacou-se a escassez de recursos humanos e materiais em alguns plantões, associado à sobrecarga da equipe, o que configura-se um desafio para a manutenção contínua das práticas preconizadas. Nesse cenário, evidenciou-se de forma significativa o protagonismo da enfermagem obstétrica na condução da assistência, cuja atuação, pautada em conhecimento científico, sensibilidade clínica e compromisso ético, contribui para a efetivação das boas práticas e o fortalecimento do cuidado. **Conclusão:** A vivência prática no contexto real da maternidade proporcionou à acadêmica, além do fortalecimento de habilidades técnicas, uma visão ampliada sobre os aspectos éticos e humanísticos da assistência obstétrica, reconhecendo o valor das boas práticas mesmo diante das limitações do contexto hospitalar.

Palavras-chave: obstetrícia, enfermagem, humanização.

A VISITA DOMICILIAR COMO INSTRUMENTO DE PROMOÇÃO DA SAÚDE: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Ana Carolina Guadalupe de Melo¹; Gabriele Vieira Teles²; Danielle Dias de Oliveira³;
Daniele Ferreira Acosta⁴.

Graduanda em Enfermagem pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG)¹; Graduanda em Enfermagem pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG)²; Graduanda em Enfermagem pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG)³; Doutora e Docente na Escola de Enfermagem (EEnf) da Universidade Federal do Rio Grande (FURG)⁴.

ana.guadalupe demelo@gmail.com

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo relatar a experiência de uma acadêmica de enfermagem em visitas domiciliares. Trata-se de um relato de experiência, de abordagem qualitativa e natureza descritiva, desenvolvido a partir de cinco visitas domiciliares a um usuário com sequelas neurológicas e condições crônicas associadas, em situação de vulnerabilidade social. Durante o acompanhamento, foram realizadas trocas de curativos e de sonda vesical de demora, aferição de sinais vitais, verificação de glicemia capilar e monitoramento da saturação periférica de oxigênio. Observou-se evolução favorável, com cicatrização de uma lesão por pressão, redução significativa de outra e início da terapia antirretroviral. A experiência possibilitou uma compreensão ampliada do processo saúde-doença, favoreceu o acompanhamento longitudinal, fortaleceu o vínculo e evidenciou fragilidades na Estratégia de Saúde da Família, relacionadas ao fato de a Unidade Básica de Saúde da Família ser responsável pelo atendimento de três áreas com apenas uma equipe, o que resultava em sobrecarga de trabalho e dificultava o atendimento integral à comunidade. Conclui-se que a visita domiciliar se configura como importante instrumento de promoção da saúde, contribuindo para a integralidade do cuidado e para o desenvolvimento de competências clínicas, comunicacionais e reflexivas nos futuros enfermeiros.

Palavras-chave: Atenção Primária à Saúde; Promoção da Saúde; Visita Domiciliar.

1 INTRODUÇÃO

A promoção da saúde compreende um conjunto de ações voltadas à melhoria da qualidade de vida, implementadas por meio de práticas intra e intersetoriais e do fortalecimento da consciência sanitária (Gil; Luiz; Gil, 2016). Nesse cenário, a Atenção Primária à Saúde (APS) assume papel estratégico no Sistema Único de Saúde (SUS), constituindo o eixo estruturante da Rede de Atenção à Saúde (RAS) e sendo responsável por articular os serviços e organizar as ações no território (Brasil, 2017).

Entre as atribuições da APS, a Visita Domiciliar (VD) destaca-se por romper com o modelo centrado na unidade de saúde e levar o cuidado ao espaço doméstico. Prevista na Política Nacional de Atenção Básica (PNAB), sua realização deve ocorrer de forma planejada e periódica, conforme as necessidades da população e as prioridades da equipe, com atenção especial às pessoas em situação de vulnerabilidade ou que demandem acompanhamento contínuo (Brasil, 2017).

A presença do profissional de saúde no domicílio favorece uma compreensão ampliada do processo saúde-doença, ao possibilitar a integração de aspectos clínicos, sociais, culturais e

ambientais que influenciam as condições de vida do usuário (Brasil, 2013). Além disso, permite identificar fatores de risco, barreiras de acesso e recursos comunitários disponíveis, ao mesmo tempo em que fortalece o vínculo terapêutico, promove a responsabilização pelo cuidado e potencializa a adesão às orientações propostas (Brasil, 2017; Veras *et al.*, 2025). Essa prática também se articula com a concepção de determinantes sociais da saúde, reconhecidos como preditores das condições de vida, conforme previsto na Constituição Federal de 1988 (Ribeiro *et al.*, 2024).

As VDs configuram-se, ainda, como um importante espaço de educação em saúde, no qual é possível orientar o paciente e seus familiares sobre o manejo da doença, o uso correto de medicamentos e a identificação de sinais de alerta, além de reforçar medidas preventivas e práticas de autocuidado (Brasil, 2013). Para que sejam efetivas, essas ações devem superar a simples transmissão de informações, adotando uma abordagem dialógica e emancipadora, como propõe Freire (1996), que valoriza o saber popular, estimula o empoderamento e incentiva a participação ativa no processo de cuidado.

Diante desse contexto, o presente trabalho tem como objetivo relatar a experiência de uma acadêmica de enfermagem em visitas domiciliares.

2 METODOLOGIA

Trata-se de um relato de experiência, de abordagem qualitativa e natureza descritiva, desenvolvido a partir da experiência em VDs na disciplina *Enfermagem na Rede de Atenção Básica à Saúde I*, do sétimo semestre do curso de Enfermagem da Universidade Federal do Rio Grande (FURG). As atividades práticas foram realizadas em uma Unidade Básica de Saúde da Família (UBSF) do município de Rio Grande, no Estado do Rio Grande do Sul, sob supervisão docente.

A seleção do usuário acompanhado ocorreu a partir da indicação da Agente Comunitária de Saúde (ACS) da área adscrita, considerando sua condição clínica e a relevância do acompanhamento para o processo de ensino-aprendizagem.

Embora outras ações tenham sido realizadas no campo de prática, este relato se concentra exclusivamente na experiência vivenciada durante as VDs. Por se tratar de um relato de experiência, não houve necessidade de submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP).

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Foram realizadas cinco VDs ao longo do período de prática da disciplina. O usuário, homem de 59 anos, apresentava sequelas neurológicas decorrentes de Acidente Vascular Encefálico (AVE) isquêmico prévio, encontrava-se acamado e dependente para atividades de vida diária. Fazia uso de Sonda Vesical de Demora (SVD) e fraldas, apresentando Lesão por Pressão (LP) em região sacral (estágio III) e em trocânter esquerdo (estágio II). Era portador de Hipertensão Arterial Sistêmica (HAS) e havia recebido diagnóstico de HIV em 2017, porém não realizava terapia antirretroviral (TARV). A esposa era a única responsável pelo cuidado, tendo abandonado suas atividades laborais para dedicar-se ao companheiro, sendo o benefício previdenciário do paciente a única fonte de renda familiar.

Na primeira VD, foram realizadas a troca da SVD e dos curativos, utilizando técnica asséptica. Também foram fornecidas orientações sobre mudança de decúbito, enfatizando que o objetivo era prevenir o agravamento das LPs existentes e o surgimento de novas. Foram abordados sinais de infecção urinária e cuidados com a SVD, além de recomendação de dieta hiperproteica para favorecer a cicatrização das feridas e aumento da ingestão hídrica devido à xerose cutânea observada durante a troca de curativos. Como a esposa seria responsável pelos

curativos, foram repassadas orientações detalhadas sobre higienização das feridas, manejo dos produtos e coberturas indicados, reforçando a necessidade de troca diária.

Nas visitas subsequentes, manteve-se o acompanhamento com aferição de sinais vitais, verificação de glicemia capilar e saturação periférica de oxigênio. As trocas de curativos foram realizadas em todas as VDs, com evolução satisfatória: a ferida trocântérica cicatrizou e a LP sacral apresentou redução significativa, com predomínio de tecido de granulação e mínima quantidade de exsudato sanguinolento, sem odor. A SVD foi trocada em duas ocasiões, conforme protocolo.

Essa experiência evidenciou o atributo da longitudinalidade, permitindo monitoramento contínuo do estado clínico e ajustes das condutas (Vasconcelos *et al.*, 2024). Além disso, o vínculo estabelecido fortaleceu a corresponsabilização entre equipe, paciente e cuidadora, conforme destaca Veras *et al.* (2025).

Após discussão do caso com a médica da UBSF, foram solicitados exames laboratoriais para o paciente e sua companheira, em razão do risco de transmissão sexual do HIV, os quais confirmaram a infecção em ambos. Durante o acompanhamento, iniciou-se TARV e reforçaram-se as orientações sobre adesão. A esposa foi orientada em relação a acompanhamento psicológico na UBSF, com o objetivo de oferecer apoio emocional frente à sobrecarga do cuidado - medida alinhada à diretriz da Estratégia Saúde da Família (ESF), que reconhece a família como núcleo central de atenção (Brasil, 2017).

A experiência possibilitou compreender os desafios e potencialidades da APS, contrastando com experiências prévias centradas na atenção terciária. Enquanto o hospital dispõe de recursos e infraestrutura, a APS exige criatividade, integração comunitária e foco no vínculo com a família. Observou-se que a UBSF em questão era responsável por três áreas, mas contava com apenas uma equipe de ESF, o que resultava em sobrecarga de trabalho e dificultava o atendimento da população. Essa realidade impactava diretamente a frequência das VDs e a resolutividade dos casos acompanhados, exigindo da equipe priorização dos atendimentos mais urgentes e limitação do acompanhamento de outros usuários. Essa constatação reforçou a percepção da importância do fortalecimento da APS, tanto em estrutura física quanto na ampliação de equipes multiprofissionais, a fim de garantir acesso, longitudinalidade e integralidade do cuidado no território.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A VD é um potente recurso de promoção da saúde, integrando dimensões clínicas, sociais e familiares do cuidado. Ao levar a equipe até o domicílio, permite identificar necessidades ocultas, fortalecer vínculos terapêuticos e promover a corresponsabilização entre profissionais e família.

No caso acompanhado, as visitas possibilitaram monitoramento clínico, manejo de feridas, orientações de autocuidado, prevenção de complicações e adesão ao tratamento, evidenciando a APS como porta de entrada do SUS e espaço privilegiado para o cuidado integral.

Contudo, a experiência também evidenciou desafios significativos, como a sobrecarga da equipe da UBSF e a escassez de recursos, fatores que comprometiam a frequência das VDs e a capacidade de acompanhamento longitudinal de todos os casos que necessitavam de atenção.

Assim, reafirma-se a necessidade de maior investimento em infraestrutura, ampliação do número de equipes de saúde da família e implementação de estratégias de apoio aos cuidadores familiares, frequentemente expostos a elevado desgaste físico e emocional. O fortalecimento da APS é essencial para garantir o princípio da integralidade, promover um cuidado resolutivo e contínuo, e contribuir para a formação de competências clínicas, comunicacionais e educativas nos futuros enfermeiros.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Atenção Básica**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Caderno de atenção domiciliar**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2013.

FERNANDES, Anderson de Mello *et al.* Sobrecarga de cuidadores informais de pessoas com lesão por pressão em assistência domiciliar. **Estima - Brazilian Journal of Enterostomal Therapy**, São Paulo, v. 21, 2023. DOI: 10.30886/estima.v21.1433_PT.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GIL, Célia Regina Rodrigues; LUIZ, Isaías Cantóia; GIL, Maria Cristina Rodrigues. **Gestão pública em saúde: contexto de implantação e aspectos organizacionais da gestão do SUS**. São Luís: Universidade Federal do Maranhão - UNA-SUS/UFMA, 2016.

RIBEIRO, Kelen Gomes *et al.* Determinantes sociais da saúde dentro e fora de casa: captura de uma nova abordagem. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 48, n. 140, p., 2024. DOI: 10.1590/2358-289820241408590P.

VASCONCELOS, Thalia Cristine Novaes *et al.* A longitudinalidade nas práticas de saúde: uma revisão no contexto da Estratégia Saúde da Família. **Tempus - Actas de Saúde Coletiva**, v. 18, n. 2, 2025. DOI: 10.18569/tempus.v18i2.3417. Disponível em: <https://tempus.unb.br/index.php/tempus/article/view/3417>. Acesso em: 4 set. 2025.

VERAS, Yarah Pereira Rodrigues *et al.* Impacto das consultas domiciliares na promoção da saúde e qualidade de vida de pacientes idosos: evidências na medicina de família. **Ciências da Saúde**, v. 29, n. 149, 24 ago. 2025. DOI: 10.69849/revistaft/ni10202508241824.

ESTRATÉGIAS TERAPÊUTICAS PARA O TRATAMENTO DO VAGINISMO: UMA REVISÃO INTEGRATIVA DA LITERATURA

Emilly Lauane de Medeiros Lima; César Augusto Medeiros Silva².

Graduanda em fisioterapia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte¹, Doutorando
em fisioterapia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte².

Lauane.lima.017@ufrn.edu.br

RESUMO

O vaginismo é uma disfunção sexual feminina caracterizada pela contração involuntária da musculatura vaginal, podendo comprometer a qualidade de vida e os relacionamentos. De etiologia multifatorial, envolve aspectos físicos, psicológicos e socioculturais, exigindo abordagem terapêutica multidisciplinar. Este estudo teve como objetivo identificar estratégias empregadas no tratamento do vaginismo por meio de uma revisão integrativa da literatura. A busca foi realizada nas bases PubMed, Scopus e Lilacs, abrangendo artigos entre 2015 e 2025. Dos 353 estudos encontrados, sete atenderam aos critérios de inclusão. Os resultados evidenciaram que a fisioterapia pélvica, com recursos como cinesioterapia, eletroestimulação, biofeedback e dilatadores vaginais, apresenta resultados significativos na melhora da função sexual. Outras intervenções destacadas foram o uso de toxina botulínica tipo A, a dilatação progressiva associada a suporte psicológico, protocolos multimodais e até estratégias como a anestesia raquidiana em casos refratários. Em todos os estudos, observou-se impacto positivo na redução da dor, no sucesso da penetração e na recuperação da função sexual, ressaltando a importância da assistência multiprofissional. Conclui-se que o tratamento do vaginismo deve ser individualizado, envolvendo diferentes estratégias terapêuticas que, de forma integrada, favorecem a superação da disfunção e a melhora da qualidade de vida das pacientes.

Palavras-chave: Vaginismo; Tratamento; Fisioterapia Pélvica.

1 INTRODUÇÃO

O vaginismo é uma disfunção sexual feminina caracterizada pela contração involuntária e inconsciente dos músculos da vagina, apresentando uma prevalência próxima de 1% na população mundial (Brosens; Terrasa; Astolfi, 2009). Trata-se de uma condição multifatorial, envolvendo aspectos físicos, psicológicos e socioculturais, e pode impactar significativamente a qualidade de vida e os relacionamentos (Banaei *et al.*, 2021). Ansiedade, histórico de abuso sexual na infância e fatores culturais e religiosos podem desempenhar um papel no desenvolvimento e na expressão do vaginismo (Bulbuli; Kokate, 2024)

O vaginismo é classificado em diferentes graus de acordo com a intensidade da contração, como severo, moderado e leve, mas também pode ser classificado como primário, ou secundário (Anğin *et al.*, 2020) Seu tratamento geralmente requer uma abordagem multidisciplinar e individualizada, envolvendo uma combinação de educação da paciente, relaxamento da musculatura do assoalho pélvico, uso de dilatadores vaginais e terapia psicológica, como a terapia cognitivo funcional (TCC) (Chalmers, 2024)

Dessa maneira, este estudo teve como objetivo analisar as estratégias terapêuticas utilizadas no tratamento do vaginismo, identificando os principais recursos clínicos empregados, seus efeitos descritos e suas contribuições para o manejo dessa condição.

2 METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão integrativa da literatura. A busca foi realizada nas bases de dados *PubMed*, *Scopus* e *Lilacs*, abrangendo publicações entre janeiro de 2015 e julho de 2025, nos idiomas português e inglês. As estratégias de busca envolveram combinações dos termos “*Vaginismus*” “*Treatment*” e “*Physical Therapy*” utilizando operadores booleanos (*AND*, *OR*) conforme as particularidades de cada base.

Foram incluídos estudos que abordassem intervenções terapêuticas para o vaginismo, com foco em resultados clínicos, estudos com desfechos clínicos mensuráveis, como melhora na penetração, redução da dor, função sexual e qualidade de vida, bem como trabalhos disponíveis em texto completo. Além disso, foram excluídos estudos de protocolo, relatos de caso e aqueles que não apresentavam relação direta com o tema central da revisão.

A seleção dos estudos seguiu etapas de leitura dos títulos, resumos e textos completos. Foram extraídos dados sobre métodos, intervenções e principais resultados. A análise foi descritiva e interpretativa.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A busca inicial resultou em 353 artigos identificados nas bases consultadas (*PubMed*, $n=114$; *Scopus*, $n=177$; *Lilacs* $n= 62$). Após a remoção de duplicatas ($n = 12$) e a triagem por título e resumo, 14 estudos foram selecionados para leitura completa. Após a análise, 7 artigos atenderam aos critérios de elegibilidade e foram incluídos na revisão.

Revisões tiveram como objetivo explorar a prática da fisioterapia pélvica e recursos utilizados para o tratamento do vaginismo (Levandoski; Furlanetto, 2020; Ribeiro; Beretta; de Sousa, 2022; Tomen *et al.*, 2015) Os autores evidenciam que a fisioterapia mostrou-se benéfica para casos de vaginismo, com um impacto significativo na qualidade de vida e na satisfação sexual dessas mulheres. Entre as abordagens utilizadas, destacam-se a cinesioterapia, a eletroestimulação, e o biofeedback. Além disso, técnicas de terapia manual, o uso de dilatadores vaginais e a dessensibilização gradual também foram empregadas como estratégias terapêuticas eficazes no manejo do vaginismo.

Um estudo prospectivo avaliou a eficácia da injeção intravaginal de toxina botulínica tipo A (*BoNTA*) no tratamento do vaginismo refratário (Desai; Shah; Kroumpouzou, 2024). O procedimento envolveu a aplicação submucosa de 100 a 200 UI de *BoNTA* nos músculos do assoalho pélvico, seguida de dilatação vaginal progressiva com dilatadores e orientação para uso domiciliar. Após quatro meses, 95% das pacientes relataram relações sexuais satisfatórias. O estudo concluiu que a *BoNTA* é uma alternativa segura e eficaz, especialmente como terapia de segunda linha, promovendo melhor adesão ao uso de dilatadores e alívio dos sintomas em casos resistentes ao tratamento convencional. Da mesma forma, Helmi, 2022 conduziu um estudo comparativo para avaliar a eficácia de diferentes doses de toxina botulínica no tratamento do vaginismo, analisando resultados entre aplicações de 150 e 200 unidades (U). O estudo concluiu que a dose mais baixa (150 U) foi tão eficaz quanto a dose mais alta (200 U), indicando que quantidades menores de Botox podem alcançar os mesmos benefícios terapêuticos em pacientes com vaginismo.

Um estudo avaliou o papel da relação sexual facilitada por anestesia raquidiana (espinhal) em condições controladas para resolver o vaginismo (Izhar *et al.*, 2023). Após o procedimento, os casais recebiam aconselhamento e incentivos à progressão de penetração e posições sexuais, de forma continuada e diária. Após 12 meses, 90% dos casais participantes alcançaram sucesso na relação sexual, as mulheres apresentaram uma melhora significativa na pontuação do questionário de Função Sexual Feminina (FSFI), bem como uma diminuição significativa da dor, além de uma diminuição dos níveis de depressão em ambos os parceiros.

Já o estudo de Pacik; Geletta, 2017 teve como objetivo avaliar um programa abrangente de tratamento multimodal para o vaginismo, abordando suas manifestações físicas e psicológicas. O protocolo incluiu injeções intravaginais de toxina botulínica no músculo bulbocavernoso e bupivacaína nas paredes vaginais para controle da dor, seguidas de dilatação progressiva sob sedação consciente com dilatadores vaginais. Após o procedimento, as pacientes permaneciam com um dilatador de manutenção, o que facilitava a percepção de que a penetração era possível. O acompanhamento incluía apoio intensivo da equipe multiprofissional, aconselhamento em grupo com envolvimento dos parceiros, e um plano estruturado de dilatação domiciliar, culminando na transição gradual para o coito. Os resultados indicaram que, mesmo em casos de vaginismo severo, esse protocolo promoveu avanços significativos no tratamento, tanto na superação da dor quanto na recuperação da função sexual e da autoconfiança das pacientes.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados dos estudos evidenciaram que o tratamento do vaginismo abrange diversas abordagens terapêuticas. As intervenções identificadas, como a fisioterapia pélvica, o uso de toxina botulínica, a dilatação vaginal progressiva e o suporte psicológico, demonstraram efeitos positivos na redução da dor, na recuperação da função sexual e na melhora da qualidade de vida. Os resultados ressaltam a relevância de um manejo interdisciplinar e individualizado.

REFERÊNCIAS

- ANĞIN, A. D.; GÜN, İ.; SAKIN, Ö.; ÇIKMAN, M. S.; ESERDAĞ, S.; ANĞIN, P. Effects of predisposing factors on the success and treatment period in vaginismus. **Jornal Brasileiro de Reproducao Assistida**, v. 24, n. 2, p. 180–188, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.5935/1518-0557.20200018>
- BANAEI, M.; KARIMAN, N.; GHASEMI, V.; ROOZBEH, N.; JAHANGIRIFAR, M. Bio-psycho-social factor of vaginismus in Iranian women. **Reproductive Health**, v. 18, n. 1, p. 210, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1186/s12978-021-01260-2>
- BROSENS, C.; TERRASA, S.; ASTOLFI, E. Vaginismus. **Evidencia Actualizacion En La práctica Ambulatoria**, v. 12, n. 3, p. 102–103, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.51987/evidencia.v12i3.5915>
- BULBULI, A. S.; KOKATE, V. A. Prevalence of Vaginismus in Reproductive Age Group: Observational Study. **Journal of South Asian Federation of Obstetrics and Gynaecology**, v. 16, n. 2, p. 198–201, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.5005/jp-journals-10006-2395>
- DESAI, S. A.; SHAH, B.; KROUMPOUZOS, G. Botulinum toxin treatment of refractory vaginismus: a prospective study. **International Journal of Women's Dermatology**, v. 10, n. e186, p. 1, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1097/JW9.0000000000000186>
- HELMI, Z. R. Comparative Study of 150 vs 200 Units of Botulinum Toxin as Treatment for Vaginismus. **Revista Brasileira de Ginecologia e Obstetricia**, v. 44, n. 9, p. 854–865, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1055/s-0042-1751287>
- IZHAR, R.; HUSAIN, S.; TAHIR, S.; MASOOD, Z. Spinal Anesthesia-facilitated Sexual Intercourse as a Treatment Option for Refractory Vaginismus and its Effect on Female Sexual Dysfunction, Penetration Cognition, and Coital Pain. **International Journal of Infertility**

and Fetal Medicine, v. 14, n. 2, p. 65–69, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.5005/jp-journals-10016-1309>

LEVANDOSKI, N. T.; FURLANETTO, M. P. Physiotherapeutic resources in vaginismus. **Fisioterapia Brasil**, v. 21, n. 5, p. 525–534, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.33233/fb.v21i5.4285>

PACIK, P. T.; GELETTA, S. Vaginismus Treatment: Clinical Trials Follow Up 241 Patients. *In*: 2017, **Sexual Medicine**. : Elsevier B.V., 2017. p. e114–e123. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.esxm.2017.02.002>

RIBEIRO, C. de S.; BERETTA, M. F.; DE SOUSA, T. R. The importance of physiotherapeutic intervention in vaginismus: a systematic review. **Feminina**, v. 50, n. 3, p. 549–555, 2022.

TOMEN, A.; FRACARO, G.; FEIO, E.; NUNES, C.; FERNANDO, G.; LATORRE, S. The pelvic-floor physical therapy for the treatment of woman suffering from vaginismus. **Rev. Ciênc. Méd**, v. 24, n. 3, p. 121–130, 2015.

EFEITOS DE INTERVENÇÕES FISIOTERAPÊUTICAS NA DISMENORREIA PRIMÁRIA: UMA REVISÃO INTEGRATIVA

Emilly Lauane de Medeiros Lima; César Augusto Medeiros Silva².

Graduanda em fisioterapia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte¹, Doutorando em fisioterapia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte².

Lauane.lima.017@ufrn.edu.br

RESUMO

A dismenorreia primária é uma condição ginecológica altamente prevalente que impacta significativamente a qualidade de vida. Esta revisão integrativa objetivou sintetizar as evidências sobre a eficácia de intervenções fisioterapêuticas no seu manejo. A busca foi realizada na base PubMed, resultando na inclusão de 17 estudos. Os resultados demonstraram que a Estimulação Elétrica Nervosa Transcutânea (TENS) foi estatisticamente superior ao placebo na redução da dor. O exercício terapêutico, particularmente o treinamento aeróbico, mostrou efeito clínico na melhora da intensidade e duração da dor. Intervenções como terapia manual, acupressão, técnicas de relaxamento e fita terapêutica também se mostraram eficazes para o alívio da dor a curto prazo, melhora da qualidade de vida e redução da ansiedade. Conclui-se que a fisioterapia constitui uma abordagem não farmacológica viável para o manejo da dismenorreia primária. Contudo, a qualidade geral das evidências foi classificada como baixa, salientando a necessidade de ensaios clínicos mais robustos para consolidar essas conclusões.

Palavras-chave: Dismenorreia; Fisioterapia; Manejo da Dor.

1 INTRODUÇÃO

A dismenorreia, também chamada de cólica menstrual, é definida como uma dor em cólica localizada na parte inferior do abdômen, que ocorre antes ou durante a menstruação. A dismenorreia pode ser primária (sem relação com outras doenças) ou secundária (associada a patologias pélvicas) (Itani et al., 2022).

Trata-se de uma condição altamente prevalente, afetando de 45% a 90% das mulheres em idade reprodutiva, sendo essa prevalência mais alta em adolescentes (Petraglia et al., 2017). A condição é frequentemente acompanhada de sintomas como fadiga, cefaleia, alterações gastrointestinais e impacto negativo na qualidade de vida, no desempenho acadêmico e na produtividade laboral (Juntu & Gede Ananta, 2023). O tratamento geralmente é farmacológico com anti-inflamatórios não esteroides (AINEs) e contraceptivos hormonais (Guimarães & Póvoa, 2020).

Nesse cenário, os recursos fisioterapêuticos emergem como alternativas seguras e eficazes e não farmacológicas no manejo da dor, por isso, essa revisão tem o objetivo de analisar as evidências disponíveis sobre a eficácia das diferentes abordagens fisioterapêuticas no manejo da dismenorreia primária, destacando seus efeitos na intensidade da dor.

2 METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão integrativa da literatura que objetivou sintetizar evidências sobre os efeitos de recursos fisioterapêuticos no tratamento da dismenorreia. A elaboração

seguir as etapas metodológicas padrão, incluindo a definição da questão norteadora: “Quais são os efeitos dos recursos fisioterapêuticos utilizados no tratamento da dismenorreia?”. A busca foi realizada na base de dados PubMed, utilizando os descritores ("Dysmenorrhea"[MeSH Terms] OR "Menstrual Pain") AND ("Physical Therapy Modalities"[MeSH Terms] OR "Physiotherapy" OR "Electrotherapy" OR "Manual Therapy").

Foram incluídos estudos publicados entre janeiro de 2020 e agosto de 2025, nos idiomas português e inglês, que abordassem intervenções fisioterapêuticas para dismenorreia e estivessem disponíveis em texto completo. Foram excluídos estudos de protocolo, estudos piloto, relatos de caso e artigos sem resultados da intervenção. A seleção final dos artigos foi realizada por meio da leitura de título, resumo e texto completo, conforme os critérios estabelecidos, e a análise dos dados foi descritiva e narrativa.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

De uma busca inicial de 95 artigos, 17 estudos foram incluídos na revisão, com predominância de ensaios clínicos randomizados e revisões sistemáticas. As principais intervenções investigadas foram eletroterapia, exercício terapêutico e terapia manual.

A Estimulação Elétrica Nervosa Transcutânea (TENS) demonstrou eficácia significativa na redução da dor da dismenorreia primária (DP), com diferenças intragrupo e intergrupo altamente significativos (Manisha & Anuradha, 2021). Revisões sistemáticas (Arik et al., 2022; Han et al., 2024) confirmaram que a TENS foi estatisticamente superior ao placebo na redução da dor, com um grande tamanho de efeito, embora a qualidade da evidência tenha sido classificada como baixa a muito baixa.

Quanto ao exercício terapêutico, revisões (Cai et al., 2025; Fuentes-Aparicio et al., 2023; Zheng et al., 2024) apontam seu efeito clínico na melhora da intensidade e duração da dor menstrual. O treinamento aeróbico foi a modalidade mais frequente, com parâmetros como duração de 46–60 minutos e frequência de até duas vezes por semana mostrando os maiores tamanhos de efeito.

Técnicas de terapia manual e outras intervenções também foram analisadas. A massagem aromática, o Kinesio Taping e a manipulação do tecido conjuntivo foram consideradas eficazes para o alívio da dor a curto prazo (López-Liria et al., 2021). A terapia com ondas de choque (Xing et al., 2021) e a auto-acupressão (Aksoy-Can et al., 2025) reduziram significativamente a intensidade da dor e a dependência de analgésicos. A acupressão auricular mostrou-se eficaz e segura (Kong et al., 2023) e a Técnica de Relaxamento Muscular Progressivo de Jacobson (Toprak Celenay et al., 2024) diminuiu significativamente a intensidade da dor, a ansiedade e o impacto na qualidade de vida.

Uma revisão sobre terapia manual (Li et al., 2024) constatou um aumento significativo no alívio da dor a curto prazo em comparação com nenhum tratamento, com superioridade frente a medicamentos anti-inflamatórios, mas não frente ao placebo. González-Mena et al., 2024 observou que a terapia manual e a TENS combinada com termoterapia melhoraram a intensidade da dor, a qualidade de vida e a ansiedade. A fita terapêutica elástica (Bandara et al., 2022) demonstrou melhorias a curto prazo na intensidade da dor e na qualidade de vida.

Um estudo comparou exercícios do assoalho pélvico, exercícios de relaxamento e sua combinação, constatando que todos foram eficazes na redução da dor e no impacto negativo da dismenorreia (Koçoğlu et al., 2025).

Apesar dos resultados positivos, a maioria das revisões ressalta que a evidência é de baixa qualidade metodológica, indicando a necessidade de mais estudos com maior robustez em seus métodos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em geral, os estudos sugerem que a fisioterapia oferece uma abordagem alternativa ou complementar eficaz e segura para o manejo da dismenorreia primária. No entanto, muitas revisões destacam a baixa qualidade da evidência existente, o que enfatiza a necessidade de mais ensaios clínicos randomizados de alta qualidade para melhor compreender os efeitos das abordagens nessa população.

REFERÊNCIAS

- Aksoy-Can, A., Buldum, A., Abiç, A., & Vefikuluçay-Yilmaz, D. (2025). The effect of acupressure on pain, menstrual symptoms, and comfort in adolescents with primary dysmenorrhea: a single-blind randomized controlled trial. **BMC Complementary Medicine and Therapies**, 25(1). <https://doi.org/10.1186/s12906-025-04965-0>
- Arik, M. I., Kiloatar, H., Aslan, B., & Icelli, M. (2022). The effect of TENS for pain relief in women with primary dysmenorrhea: A systematic review and meta-analysis. **In Explore** (Vol. 18, Issue 1, pp. 108–113). Elsevier Inc. <https://doi.org/10.1016/j.explore.2020.08.005>
- Bandara, E. M. I. A., Kularathne, W. N. I., Brain, K., & Weerasekara, I. (2022). Safety and efficacy of therapeutic taping in primary dysmenorrhea: a systematic review and meta-analysis. **Scientific Reports**, 12(1). <https://doi.org/10.1038/s41598-022-11034-w>
- Cai, J., Liu, M., Jing, Y., Yin, Z., Kong, N., & Guo, C. (2025). Aerobic exercise to alleviate primary dysmenorrhea in adolescents and young women: A systematic review and meta-analysis of randomized controlled trials. **In Acta Obstetricia et Gynecologica Scandinavica** (Vol. 104, Issue 5, pp. 815–828). John Wiley and Sons Inc. <https://doi.org/10.1111/aogs.15042>
- Fuentes-Aparicio, L., Cuenca-Martínez, F., Muñoz-Gómez, E., Mollà-Casanova, S., Aguilar-Rodríguez, M., & Sempere-Rubio, N. (2023). Effects of therapeutic exercise in primary dysmenorrhea: an umbrella and mapping review. **In Pain Medicine (United States)** (Vol. 24, Issue 12, pp. 1386–1395). Oxford University Press. <https://doi.org/10.1093/pm/pnad104>
- González-Mena, Á., Leirós-Rodríguez, R., & Hernandez-Lucas, P. (2024). Treatment of Women With Primary Dysmenorrhea With Manual Therapy and Electrotherapy Techniques: A Systematic Review and Meta-Analysis. **Physical Therapy**, 104(5). <https://doi.org/10.1093/ptj/pzae019>
- Guimarães, I., & Póvoa, A. M. (2020). Primary Dysmenorrhea: Assessment and Treatment. **In Revista Brasileira de Ginecologia e Obstetricia** (Vol. 42, Issue 8, pp. 501–507). Georg Thieme Verlag. <https://doi.org/10.1055/s-0040-1712131>
- Han, S., Park, K. S., Lee, H., Kim, E., Zhu, X., Lee, J. M., & Suh, H. S. (2024). Transcutaneous electrical nerve stimulation (TENS) for pain control in women with primary dysmenorrhoea. **Cochrane Database of Systematic Reviews**, 2024(7). <https://doi.org/10.1002/14651858.CD013331.pub2>
- Itani, R., Soubra, L., Karout, S., Rahme, D., Karout, L., & Khojah, H. M. J. (2022). Primary Dysmenorrhea: Pathophysiology, Diagnosis, and Treatment Updates. **In Korean Journal of Family Medicine** (Vol. 43, Issue 2, pp. 101–108). Korean Journal of Family Medicine. <https://doi.org/10.4082/kjfm.21.0103>

- Juntu, P., & Gede Ananta. (2023). An Overview and Management of Painful Menstrual Disorder (Dysmenorrhea): A Narrative Literature Review. **Sriwijaya Journal of Obstetrics and Gynecology**, 1(1), 27–29. <https://doi.org/10.59345/sjog.v1i1.23>
- Koçoğlu, S., Şevgin, Ö., & Hoşbaş, B. D. (2025). Comparison of motor imagery focused pelvic floor exercises and relaxation exercises for treating dysmenorrhea: A randomized controlled study. **Taiwanese Journal of Obstetrics and Gynecology**, 64(4), 671–677. <https://doi.org/10.1016/j.tjog.2024.12.029>
- Kong, X., Fang, H., Li, X., Zhang, Y., & Guo, Y. (2023). Effects of auricular acupressure on dysmenorrhea: A systematic review and meta-analysis of randomized controlled trials. In **Frontiers in Endocrinology** (Vol. 13). Frontiers Media S.A. <https://doi.org/10.3389/fendo.2022.1016222>
- Li, X., Sun, Y., Wang, Y., Wang, X., & Yu, C. (2024). Manual Therapy in Primary Dysmenorrhea: A Systematic Review and Meta-Analysis. In **Journal of Pain Research** (Vol. 17, pp. 1663–1681). Dove Medical Press Ltd. <https://doi.org/10.2147/JPR.S457381>
- López-Liria, R., Torres-álamo, L., Vega-Ramírez, F. A., García-Luengo, A. V., Aguilar-Parra, J. M., Trigueros-Ramos, R., & Rocamora-Pérez, P. (2021). Efficacy of physiotherapy treatment in primary dysmenorrhea: A systematic review and meta-analysis. In **International Journal of Environmental Research and Public Health** (Vol. 18, Issue 15). MDPI AG. <https://doi.org/10.3390/ijerph18157832>
- Manisha, U., & Anuradha, L. (2021). Effect of high frequency transcutaneous electrical nerve stimulation at root level menstrual pain in primary dysmenorrhea. **Journal of Bodywork and Movement Therapies**, 26, 108–112. <https://doi.org/10.1016/j.jbmt.2020.12.025>
- Petraglia, F., Bernardi, M., Lazzeri, L., Perelli, F., & Reis, F. M. (2017). Dysmenorrhea and related disorders. In **F1000Research** (Vol. 6). Faculty of 1000 Ltd. <https://doi.org/10.12688/f1000research.11682.1>
- Xing, R., Yang, J., Wang, R., & Wang, Y. (2021). Extracorporeal shock wave therapy for treating primary dysmenorrhea: A randomized controlled trial. **Medicine (United States)**, 100(5), E23798. <https://doi.org/10.1097/MD.00000000000023798>
- Zheng, Q., Huang, G., Cao, W., & Zhao, Y. (2024). Comparative effectiveness of exercise interventions for primary dysmenorrhea: a systematic review and network meta-analysis. In **BMC Women's Health** (Vol. 24, Issue 1). BioMed Central Ltd. <https://doi.org/10.1186/s12905-024-03453-w>

ABORDAGENS E DESAFIOS EM TRANSPLANTES DE ÓRGÃOS EM POPULAÇÕES ESPECIAIS: UMA REVISÃO INTEGRATIVA.

Vanessa Sousa Bastos¹; Antonia Mylene Sousa Almeida Lima².

Mestranda em enfermagem pela Universidade Federal do Piauí¹, Pós-graduada em Captação,
Doação e Transplante de Órgãos e Tecidos pela UNINTER².

vanessa.bastos@ufpi.edu.br

RESUMO

O transplante de órgãos é um procedimento complexo e desafiador, especialmente quando envolve populações especiais, como idosos, crianças, gestantes, pacientes com comorbidades ou condições clínicas específicas. Este estudo teve como objetivo analisar as abordagens clínicas, desafios e desfechos de transplantes de órgãos em populações especiais. Trata-se de uma revisão integrativa, realizada em outubro de 2025, conduzida nas bases PubMed, Scopus e Web of Science, utilizando com descritores “Organ Transplantation”, “Comorbidity”, “Aged”, “Child” e “Quality of Life”. Foram incluídos 43 artigos no estudo. Os resultados evidenciam que o manejo clínico diferenciado e o acompanhamento multiprofissional são essenciais para reduzir complicações, aprimorar a sobrevida do enxerto e otimizar a qualidade de vida. Conclui-se que o transplante em populações especiais exige estratégias individualizadas e integração multiprofissional, com destaque para o uso de tecnologias em saúde no acompanhamento contínuo.

Palavras-chave: transplante de órgãos; comorbidades; qualidade de vida.

1 INTRODUÇÃO

O transplante de órgãos é um dos avanços mais significativos da medicina moderna, proporcionando sobrevida e melhor qualidade de vida a pacientes com falência orgânica terminal (Shohet *et al.*, 2024). Entretanto, quando realizado em populações especiais, como idosos, crianças, gestantes, imunossuprimidos ou portadores de múltiplas comorbidades, o procedimento torna-se ainda mais complexo. Nessas populações, fatores como fragilidade clínica, resposta imunológica alterada, risco aumentado de complicações infecciosas e especificidades farmacológicas exigem protocolos individualizados e acompanhamento contínuo (Hind *et al.*, 2022; Yoon *et al.*, 2023; Tasdemir, 2023; Downes *et al.*, 2023; Valencia-Deray *et al.*, 2023).

Além dos desafios clínicos, aspectos psicossociais e funcionais também impactam diretamente o sucesso terapêutico e a adesão ao tratamento. O manejo desses pacientes requer atuação multiprofissional e estratégias de cuidado centradas na pessoa, voltadas à segurança e à otimização dos desfechos (Hind *et al.*, 2022). Assim, compreender as abordagens clínicas e os desafios na atenção a essas populações é essencial para aprimorar a prática assistencial e subsidiar políticas de saúde voltadas à equidade e à qualidade no cuidado transplantar. O presente estudo tem como objetivo as abordagens clínicas, desafios e desfechos de transplantes de órgãos em populações especiais.

2 METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, conduzida nas bases PubMed, Scopus e Web of Science. A busca foi realizada em outubro de 2025, utilizando os descritores

controlados e não controlados: “Organ Transplantation”, “Comorbidity”, “Aged”, “Child” e “Quality of Life”, combinados com os operadores booleanos AND e OR, de modo a abranger diferentes abordagens temáticas e terminologias.

Foram incluídos estudos originais, publicados entre 2020 e 2025, disponíveis em texto completo, nos idiomas português, inglês ou espanhol, que abordassem o manejo clínico, os desafios e os desfechos de transplantes de órgãos em populações especiais. Foram excluídas revisões, relatos de caso, editoriais, protocolos e estudos duplicados.

A questão de pesquisa foi estruturada conforme a estratégia PICO (População, Fenômeno de Interesse e Contexto), recomendada pelo *Joanna Briggs Institute* (2020) para revisões integrativas e qualitativas. Definiu-se como P (População) os pacientes submetidos a transplante de órgãos pertencentes a populações especiais, como crianças, idosos, gestantes, pacientes com comorbidades ou imunossuprimidos; I (Fenômeno de Interesse), as abordagens clínicas, os desafios e os desfechos relacionados ao manejo desses pacientes; e Co (Contexto), os cuidados de saúde prestados em ambientes hospitalares e ambulatoriais relacionados ao transplante. A partir da estratégia PICO, formulou-se a seguinte questão de pesquisa: Quais são as evidências disponíveis na literatura acerca das abordagens clínicas, desafios e desfechos de transplantes de órgãos em populações especiais?.

Os artigos foram integralmente acessados por meio do Portal de Periódicos CAPES, mediante login institucional pela Comunidade Acadêmica Federada (CAFe) da Universidade Federal do Piauí (UFPI), o que garantiu acesso completo aos textos.

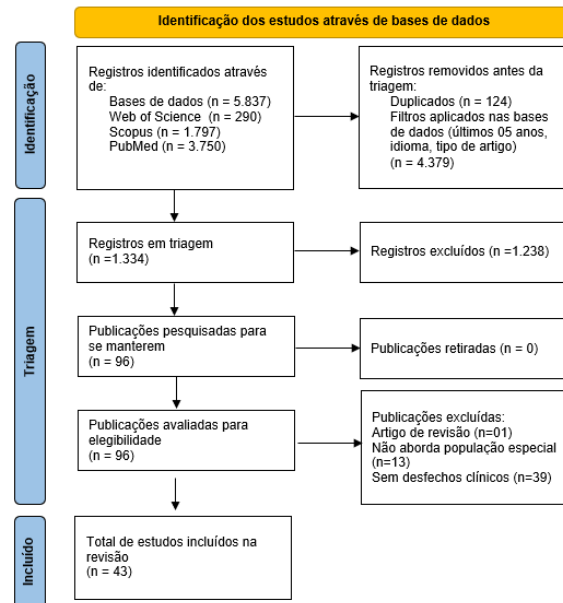
Os resultados das buscas foram exportados no formato .RIS e subsequentemente importados para o *software* Rayyan, empregado para a triagem e o gerenciamento das referências. Este processo incluiu a remoção automática de duplicatas e a seleção por dois revisores independentes, fundamentada inicialmente na leitura de títulos e resumos, seguida pela análise dos textos na íntegra.

Considerando que se trata de uma pesquisa baseada em fontes secundárias e que não envolve diretamente seres humanos, o presente estudo está dispensado de apreciação por Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), em conformidade com a Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde (CNS).

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A seleção dos estudos foi conduzida com base nas diretrizes do *Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses* - PRISMA 2020 (Figura 1) (Page *et al.*, 2021). A busca inicial identificou 5.837 estudos nas três bases de dados consultadas. Após a aplicação dos filtros de idioma, tipo de publicação e período de tempo, bem como a remoção das duplicatas, 1.334 registros foram elegíveis para triagem. Em seguida, procedeu-se à leitura dos títulos e resumos, resultando na pré-seleção de 96 artigos. Após a leitura na íntegra e a aplicação rigorosa dos critérios de inclusão e exclusão, 43 estudos foram incluídos na amostra final da revisão.

Figura 1 – Fluxograma PRISMA para seleção dos estudos incluídos.



Fonte: Elaborado pelos autores (2025)

Os estudos abordaram transplantes renais, hepáticos, cardíacos, pulmonares e multiviscerais, abrangendo idosos, pacientes pediátricos, gestantes, imunossuprimidos e indivíduos com múltiplas comorbidades, como diabetes e hipertensão. As evidências indicam que a gestão clínica individualizada é fundamental para otimizar os desfechos, reduzir complicações e promover a qualidade de vida. Entre os desafios, destacam-se a carência de protocolos específicos para populações vulneráveis, a elevada incidência de rejeição e infecções, a necessidade de suporte psicossocial e a disparidade no acesso (Khdaire Ahmad *et al.*, 2025).

Abordagens centradas no paciente e redes de cuidado são cruciais. Em idosos, a fragilidade e a polifarmácia elevam o risco de infecções e rejeição (Silva *et al.*, 2023). Em pacientes pediátricos, a adesão ao tratamento e o apoio familiar são determinantes para o êxito do transplante (Proli *et al.*, 2021). Em gestantes, ajustes farmacológicos são indispensáveis para prevenir toxicidade fetal e materna (Walia *et al.*, 2025). Pacientes com múltiplas comorbidades (como diabetes, hipertensão e obesidade) exigem um equilíbrio entre a imunossupressão e o controle das doenças crônicas (Işık *et al.*, 2024).

Destarte, o sucesso do transplante em populações especiais depende de uma abordagem de cuidado personalizada, pautada na educação em saúde, no acompanhamento contínuo e na integração de equipes multiprofissionais. Apesar dos progressos obtidos nas últimas décadas, ainda há importantes lacunas no desenvolvimento e na padronização de protocolos clínicos adaptados às especificidades desses grupos, bem como na produção de estudos multicêntricos e de longo prazo que consolidem evidências robustas e orientem práticas assistenciais mais seguras e equitativas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que os transplantes em populações especiais demandam estratégias clínicas individualizadas e acompanhamento integrado por equipes multiprofissionais. A adoção de protocolos específicos, educação em saúde e utilização de recursos tecnológicos contribuem para a redução de complicações e melhora da sobrevida e qualidade de vida. Recomenda-se o fortalecimento de políticas públicas e o incentivo à pesquisa voltada às especificidades dessas populações.

REFERÊNCIAS

- DOWNES, K. J. *et al.* CMV infection and management among pediatric solid organ transplant recipients. **Pediatric Transplantation**, Hoboken, v. 27, n. 3, e14567, 2023.
- HIND, T. *et al.* Post-traumatic stress as a determinant of quality of life in pediatric transplant recipients. **Pediatric Transplantation**, Hoboken, v. 26, n. 4, e14236, 2022.
- IŞIK, P. *et al.* Risk factors and outcomes of neutropenia following pediatric liver transplant. **Experimental and Clinical Transplantation**, Istanbul, v. 23, n. 5, p. 354–361, maio 2025.
- JOANNA BRIGGS INSTITUTE. **The Joanna Briggs Institute reviewers' manual 2020: methodology for JBI systematic reviews**. Adelaide: The Joanna Briggs Institute, 2020.
- KHDAIR AHMAD, F. *et al.* Transplant without borders: clinical outcomes and challenges in transborder living donor pediatric liver transplantation in Jordan. **Therapeutics and Clinical Risk Management**, Auckland, v. 21, p. 1383–1393, 22 set. 2025.
- PAGE, M. J. *et al.* The PRISMA 2020 statement: an updated guideline for reporting systematic reviews. **BMJ**, v. 372, n. 71, p. n71, 2021.
- PROLI, F. *et al.* Quality of life in long term survivors of pediatric intestinal transplantation compared with liver transplantation and home parenteral nutrition: a prospective single-center pilot study. **Pediatric Transplantation**, Hoboken, v. 25, n. 3, e13982, maio 2021.
- SHOHET, A. *et al.* Clinical profile of re-hospitalizations in pediatric kidney and liver transplant recipients. **Pediatric Transplantation**, Hoboken, v. 28, n. 1, e14658, fev. 2024. DOI: 10.1111/petr.14658. Epub 27 nov. 2023.
- SILVA, R. M. *et al.* Factors influencing short-term patient survival in elderly kidney transplant recipients. **Transplantation Proceedings**, Amsterdam, v. 55, n. 6, p. 1400–1403, jul./ago. 2023.
- TASDEMIR, H. I. Impact of care burden on the quality of life in family caregivers of liver transplant recipients. **Experimental and Clinical Transplantation**, Istanbul, v. 21, n. 2, p. 150–158, 2023.
- VALENCIA-DERAY, K. G. *et al.* Epidemiology and long-term outcomes of cytomegalovirus infection in solid organ transplant recipients. **American Journal of Transplantation**, Hoboken, v. 23, n. 5, p. 1213–1224, 2023.
- WALIA, A. *et al.* Clinical outcomes in patients with unintended pregnancy after liver transplantation: a multicenter registry cohort study. **Liver Transplantation**, Hoboken, v. 31, n. 7, p. 916–923, jul. 2025.
- YOON, J. H. *et al.* Endocrine complications after solid organ transplantation. **Frontiers in Endocrinology**, Lausanne, v. 14, e1098765, 2023.

TECNOLOGIA EM SAÚDE PARA SUPORTE À AUTOGESTÃO EM PACIENTES TRANSPLANTADOS

Vanessa Sousa Bastos¹; Antonia Mylene Sousa Almeida Lima².

Mestranda em enfermagem pela Universidade Federal do Piauí¹, Pós-graduada em Captação, Doação e Transplante de Órgãos e Tecidos pela UNINTER².

vanessa.bastos@ufpi.edu.br

RESUMO

O transplante de órgãos sólidos é um procedimento de alta complexidade que proporciona maior sobrevida e melhora da qualidade de vida de pacientes com falência orgânica terminal. Contudo, o sucesso do transplante depende da adesão ao regime imunossupressor e da capacidade de autogerenciar o próprio cuidado, o que torna a autogestão um elemento essencial na manutenção do enxerto e na prevenção de complicações. Nesse cenário, as tecnologias digitais em saúde têm se destacado como ferramentas inovadoras de suporte, possibilitando o acompanhamento remoto, o monitoramento clínico e a educação em saúde. O presente estudo teve como objetivo analisar como as tecnologias em saúde têm sido utilizadas para apoiar a autogestão em pacientes submetidos a transplante de órgãos sólidos. Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, realizada nas bases MEDLINE/PubMed, Scopus e Web of Science, com publicações entre 2021 e 2025, nos idiomas português, inglês e espanhol. Após aplicação dos critérios de elegibilidade, 17 estudos foram incluídos. As evidências indicam que o uso de tecnologias digitais favorece a adesão terapêutica, o engajamento do paciente e a comunicação com a equipe multiprofissional, embora persistam desafios relacionados à alfabetização digital e à integração dessas ferramentas na prática clínica.

Palavras-chave: saúde digital; autogestão; transplante de órgãos.

1 INTRODUÇÃO

O transplante de órgãos sólidos representa um importante avanço na medicina moderna, possibilitando a restauração da função orgânica e a melhoria da qualidade de vida de pacientes com doenças crônicas em estágio terminal. No entanto, o sucesso do transplante depende de cuidados complexos no período pós-operatório, especialmente no que se refere à adesão ao regime imunossupressor, ao monitoramento clínico contínuo e à prevenção de complicações infecciosas (Gomis-Pastor *et al.*, 2021; Serper *et al.*, 2021). Nesse cenário, a capacidade do paciente de gerenciar o próprio tratamento, ou seja, a autogestão do cuidado, torna-se um fator essencial para a manutenção do enxerto e para o alcance de melhores desfechos clínicos (Oliveira *et al.*, 2023; Pollock *et al.*, 2023).

Com o avanço das tecnologias digitais em saúde, novas ferramentas vêm sendo desenvolvidas para apoiar a autogestão de pacientes transplantados, como aplicativos móveis, plataformas de *mHealth*, dispositivos vestíveis e sistemas de telemonitoramento (Jakubowska; Małyszko, 2024; Hezer *et al.*, 2024; O'Brien *et al.*, 2023). Essas inovações têm potencial para ampliar o acesso à informação, fortalecer a comunicação entre pacientes e equipes multiprofissionais e promover o acompanhamento remoto e seguro do cuidado pós-transplante (Langarizadeh *et al.*, 2023). Diante disso, torna-se relevante reunir e analisar as evidências científicas disponíveis sobre o uso de tecnologias em saúde voltadas à autogestão de pacientes transplantados, contribuindo para o aprimoramento das práticas assistenciais e para o avanço

do conhecimento nessa área. O presente estudo teve como objetivo analisar como as tecnologias em saúde têm sido utilizadas para apoiar a autogestão em pacientes submetidos a transplante de órgãos sólidos.

2 METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, conduzida nas bases de dados *Medical Literature Analysis and Retrieval System Online* (MEDLINE), via PubMed, Scopus e Web of Science, entre outubro e novembro de 2025. Utilizaram-se descritores controlados e não controlados, combinados pelos operadores booleanos AND e OR, de modo a abranger diferentes abordagens temáticas e terminologias relacionadas ao tema. Foram incluídos estudos primários, publicados entre 2021 e 2025, disponíveis em texto completo, nos idiomas português, inglês ou espanhol, que abordassem tecnologias digitais voltadas à autogestão em pacientes transplantados. Foram excluídas revisões, relatos de caso, editoriais, protocolos, estudos duplicados e publicações que não respondessem à questão de pesquisa.

A estratégia de busca foi elaborada com base no modelo PICO, considerando: P (População) - pacientes que receberam transplante de órgãos sólidos; I (Fenômeno de Interesse) - uso de tecnologias em saúde para autogestão; e Co (Contexto) - autogestão do cuidado e acompanhamento pós-transplante. A partir desse modelo, formulou-se a questão norteadora: Como as tecnologias em saúde contribuem para a autogestão e o acompanhamento do cuidado em pacientes transplantados?.

Os artigos foram gerenciados pelo software Rayyan, com triagem e leitura em pares. Considerando tratar-se de pesquisa baseada em fontes secundárias, sem envolvimento direto de seres humanos, este estudo está dispensado de apreciação por Comitê de Ética em Pesquisa, conforme a Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde (CNS).

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A seleção dos estudos foi conduzida com base nas diretrizes do *Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses* - PRISMA 2020 (Page *et al.*, 2021). A busca inicial identificou 326 estudos, dos quais 86 estudos foram selecionados para triagem. A leitura de títulos e resumos resultou em 25 artigos elegíveis, dos quais 17 atenderam integralmente aos critérios de inclusão e compuseram a amostra final. Essa síntese reflete o crescimento das pesquisas sobre o uso de tecnologias digitais na autogestão do cuidado entre pacientes transplantados, especialmente em países da América do Norte e Europa. Os estudos incluídos apresentaram diversidade metodológica, com predominância de ensaios clínicos randomizados e estudos piloto de viabilidade, além de pesquisas descritivas e retrospectivas.

A análise permitiu organizar os achados em três categorias temáticas: 1) tecnologias para adesão e engajamento; 2) tecnologias para monitoramento clínico, e 3) desafios para implementação, possibilitando discussão crítica fundamentada.

Categoria 1 - Tecnologias para adesão ao tratamento e engajamento do paciente.

Aplicativos móveis, plataformas de *mHealth* e lembretes digitais mostraram melhora da adesão ao regime imunossupressor e maior participação do paciente no autocuidado, como observado nos estudos *mHeart*, *MyKidneyCoach*, *TAKE IT* e *TASK*. Intervenções baseadas em mensagens automatizadas, como os estudos *TEST* e *EHR-integrated reminders*, também demonstraram eficácia para reforçar comportamentos terapêuticos. Esses achados são consistentes com Lu *et al.* (2025), que demonstram que intervenções digitais favorecem engajamento, autonomia e continuidade do cuidado. De forma complementar, Tuncer e Tuncer (2025), reforçam a efetividade de lembretes eletrônicos para adesão em transplantados. No

entanto, muitos estudos apresentam amostras reduzidas e curto tempo de acompanhamento, limitando conclusões sobre eficácia prolongada.

Categoria 2 - Tecnologias para monitoramento clínico e segurança.

Dispositivos vestíveis como *Dexcom G6* e *Flash Glucose Monitoring* favoreceram o monitoramento contínuo e o controle glicêmico, enquanto programas de telemonitoramento como *Self-Care After Renal Transplantation* e LTGO contribuíram para redução de complicações. Além disso, intervenções baseadas em acompanhamento remoto por vídeo, como *iPeer2Peer* e *Video Directly Observed Therapy* (Video DOT), ampliaram autonomia e segurança, especialmente entre pacientes pediátricos e adolescentes. Tais resultados convergem com estudos que evidenciam o potencial do monitoramento remoto no pós-transplante, além de demonstrarem que tecnologias de apoio fortalecem comportamentos de autogestão em diferentes perfis de pacientes (Tan *et al.*, 2024; Main *et al.*, 2025).

Categoria 3 - Desafios e limitações.

As barreiras mais frequentes incluíram baixa alfabetização digital, acesso limitado a dispositivos e dificuldades de uso contínuo das ferramentas. Esses aspectos são amplamente discutidos na literatura que destacam desigualdades digitais como fator crítico para o sucesso das intervenções. Além disso, a literatura aponta abandono progressivo de aplicativos ao longo do tempo, conforme o modelo de engajamento digital de O'Brien e Toms (2024). Persistem, ainda, lacunas relacionadas à avaliação de custo-benefício, usabilidade e impacto psicossocial. Estudos como o de Moon (2025), reforçam a necessidade de estudos mais longos e metodologicamente robustos para validar tecnologias em saúde.

De forma geral, as tecnologias digitais apresentam potencial para apoiar a autogestão, melhorar a segurança e ampliar a comunicação entre pacientes e profissionais. Contudo, sua efetividade depende de fatores como design centrado no usuário, educação digital, equidade de acesso e integração com práticas clínicas. Assim, recomenda-se a ampliação de pesquisas que explorem a sustentabilidade, a interoperabilidade e o impacto em diferentes contextos assistenciais.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que o uso de tecnologias em saúde configura uma estratégia promissora para o fortalecimento da autogestão e da adesão terapêutica em pacientes transplantados, promovendo acompanhamento contínuo, educação em saúde e maior engajamento do paciente no próprio cuidado. As evidências indicam que aplicativos móveis, dispositivos vestíveis e sistemas de telemonitoramento contribuem para a segurança e a qualidade da assistência no pós-transplante, ao favorecer o monitoramento remoto e a comunicação com a equipe multiprofissional. Contudo, persistem desafios relacionados à alfabetização digital, ao acesso às tecnologias e à integração dessas ferramentas na prática clínica. Nesse sentido, destaca-se a necessidade de pesquisas mais amplas e de longo prazo que avaliem a efetividade, o custo-benefício e a sustentabilidade dessas intervenções, de modo a consolidar o uso das tecnologias digitais como suporte complementar, ético e humanizado ao cuidado de pacientes transplantados.

REFERÊNCIAS

GOMIS-PASTOR, M. *et al.* Mobile Health to Improve Adherence and Patient Experience in Heart Transplantation Recipients: The mHeart Trial. **Healthcare (Basel)**, v. 9, n. 4, p. 463, 2021. DOI: 10.3390/healthcare9040463.

HEZER, B. *et al.* The Self-Care After RENal Transplantation Study: A Retrospective Evaluation of a Home-Monitoring Program Implemented as Standard Care. **Transplant International**, v. 37, p. 13192, 2024. DOI: 10.3389/ti.2024.13192.

JAKUBOWSKA, Z.; MAŁYSZKO, J. Continuous Glucose Monitoring (Dexcom G6) in People with Diabetes after Kidney Transplantation. **Renal Failure**, v. 46, n. 2, 2024. DOI: 10.1080/0886022X.2024.2413007.

LANGARIZADEH, M. *et al.* Design and Evaluation of an Educational Mobile Program for Liver Transplant Patients. **BMC Health Services Research**, v. 23, n. 974, 2023. DOI: 10.1186/s12913-023-09989-1.

LU, T. *et al.* A systematic review of strategies in digital technologies for motivating adherence to chronic illness self-care. **npj Health Systems**, v. 2, p. 13, 2025. DOI: <https://doi.org/10.1038/s44401-025-00017-4>.

MAIN, A. *et al.* Patients' Experiences of Digital Health Interventions for the Self-Management of Chronic Pain: Systematic Review and Thematic Synthesis. **Journal of Medical Internet Research**, v. 27, e69100, 18 mar. 2025. DOI: 10.2196/69100.

MOON, S. Digital interventions in medication adherence: A narrative review. **Frontiers in Pharmacology**, 2025.

O'BRIEN, H.; TOMS, E. User Engagement in Digital Environments: Updated Model and Implications. **Computers in Human Behavior**, 2024.

O'BRIEN, T. *et al.* The Feasibility of Technology, Application, Self-Management for Kidney (TASK) Intervention in Post-Kidney Transplant Recipients Using a Pre/Posttest Design. **Pilot and Feasibility Studies**, v. 9, n. 190, 2023. DOI: 10.1186/s40814-023-01417-9.

OLIVEIRA, J. G. R. *et al.* Evaluation of the Use of a Renal Health Application by Kidney Transplant Recipients. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, v. 31, e3822, 2023. DOI: 10.1590/1518-8345.6039.3822.

PAGE, M. J. *et al.* The PRISMA 2020 statement: an updated guideline for reporting systematic reviews. **BMJ**, v. 372, n. 71, 2021. DOI: 10.1136/bmj.n71.

POLLOCK, M. D. *et al.* MyKidneyCoach, Patient Activation, and Clinical Outcomes in Diverse Kidney Transplant Recipients: A Randomized Control Pilot Trial. **Transplant Direct**, v. 9, n. 4, e1462, 2023. DOI: 10.1097/TXD.0000000000001462.

SERPER, M. *et al.* Transplant Regimen Adherence for Kidney Recipients by Engaging Information Technologies (TAKE IT): Rationale and Methods for a Randomized Controlled Trial. **Contemporary Clinical Trials**, v. 103, p. 106294, 2021. DOI: 10.1016/j.cct.2021.106294.

TAN, M. *et al.* Remote patient monitoring interventions and impacts on safety, adherence and clinical outcomes: systematic review. **npj Digital Medicine**, 2024.

TUNCER, M.; TUNCER, A. M. Effect of eHealth Interventions on Medication Adherence in Kidney Transplant Recipients: Meta-analysis of RCTs. **Transplantation Reviews**, 2025.

A TRAMA DO TEMPO: GÊNERO, SUBJETIVIDADE E O ENVELHECER NO FEMININO

Claudia Chies¹; Rafael Freire de Paula²; Jaime Ricardo Wanner³; Matheus Mendes Pascoal⁴.

Doutora em Geografia pela Universidade Estadual de Maringá¹, Doutor em Geografia pela Universidade Estadual do Centro-Oeste², Mestrando em Sociedade e Desenvolvimento pela Unespar³. Mestre em Sociedade e Desenvolvimento pela Unespar⁴.

matheus_mendes15@hotmail.com

RESUMO

O envelhecimento populacional acentua a vulnerabilidade social e o risco de violência, manifestada por atos diretos e, principalmente, por negligência e abandono. Este estudo, uma Revisão Integrativa da Literatura, investigou os fatores e manifestações da vulnerabilidade social em pessoas idosas, com foco nas especificidades de gênero, utilizando a solidão como lente antropológica. A pesquisa, realizada na base SCIELO (2020-2025), utilizou os descritores envelhecimento; gênero e vulnerabilidade social, resultando na análise de diferentes artigos e autores. Os resultados mostram que o risco de violência está ligado ao declínio funcional e, crucialmente, à baixa renda. As manifestações variam por gênero: homens idosos são mais vítimas de violência física e mulheres vítimas de abusos psicológicos, financeiros e negligência. A solidão é explicitada na saúde mental, onde a maior suscetibilidade das mulheres à depressão é agravada pela dependência socioeconômica, enquanto a masculinidade prescritiva impõe aos homens o "aprisionamento" pela vergonha da dependência. O estudo conclui que a literatura evidencia a solidão predominantemente como reflexo da vulnerabilidade imposta, e não como um ato de autonomia, indicando a urgência de intervenções sociais e de saúde que considerem essa matriz de gênero.

Palavras-chave: envelhecimento; gênero; vulnerabilidade social.

1 INTRODUÇÃO

O envelhecimento populacional eleva a pessoa idosa a uma situação de maior fragilidade e vulnerabilidade social, tornando-a um alvo potencial para a violência, o que merece atenção urgente devido aos severos traumas físicos e psicológicos que pode causar. Essa vulnerabilidade se intensifica com a necessidade de cuidados e dependência física ou mental, sendo o risco de violência muitas vezes proveniente do cuidador, independentemente do parentesco. O fenômeno se manifesta tanto por atos diretos física, psicológica, patrimonial quanto pela omissão ou ausência de cuidado, negligência e abandono, abrangendo todas as classes sociais (Costa e Silva, 2023).

Diante dessa vulnerabilidade social e do risco de isolamento, torna-se crucial analisar o papel da solidão sob uma lente antropológica. Nessa perspectiva, a solidão é definida por Wood (1986) como uma “persistente sensação de separação” e uma “carência” de compartilhamento social, e serve como lente antropológica para identificar os fatores e as manifestações da vulnerabilidade social na população idosa. A solidão, nesse sentido, não é apenas um sentimento, mas um sintoma do fracasso nas relações de suporte, refletindo a pressão social pela interdependência e resultando em isolamento e desamparo, que são manifestações críticas da vulnerabilidade. O estudo deve, portanto, investigar nas publicações científicas como essa solidão ou falta se traduz em riscos concretos como pobreza, falta de acesso a serviços ou

abandono e como as especificidades de gênero modulam essa experiência; por exemplo, como a perda de um cônjuge afeta diferentemente a rede de suporte social de homens e mulheres idosos (Bispo, 2025).

Em contraste, a visão de solidão inspirada por Montaigne (1972) como "contemplação libertária" e um exercício ativo de conquista do eu oferece um contraponto crucial, sugerindo que o tempo sozinho pode ser um caminho para a libertação pessoal e para o fortalecimento da autonomia. Essa perspectiva questiona a interpretação linear de que toda solidão é patológica e permite analisar a solidão em idosos como um ato de escolha, ou como uma forma de resistência frente às expectativas e obrigações das estruturas familiares e de gênero. A análise antropológica reside, assim, em desvendar se a experiência relatada é um reflexo da vulnerabilidade imposta falta ou um exercício ativo de autonomia conquistada liberdade, enriquecendo a compreensão das manifestações da vulnerabilidade e revelando as estratégias individuais de resiliência frente às expectativas sociais de gênero na velhice (Bispo, 2025).

O objetivo do estudo visa responder à seguinte questão norteadora, utilizando a solidão como lente de análise: "Quais são os fatores e as manifestações da vulnerabilidade social em pessoas idosas, considerando as especificidades de gênero, nas publicações científicas?"

2 METODOLOGIA

O presente estudo é uma Revisão Integrativa da Literatura que se propõe a investigar os fatores e as manifestações da vulnerabilidade social em pessoas idosas, com foco nas especificidades de gênero, utilizando publicações científicas como fonte de dados. A metodologia seguiu rigorosas etapas de busca na base de dados *SCIELO*, delimitando a pesquisa a artigos publicados entre 2020 e 2025 e utilizando os descritores DeCS: envelhecimento; gênero; e vulnerabilidade social. A questão norteadora que guiou a seleção foi: "Quais são os fatores e as manifestações da vulnerabilidade social em pessoas idosas, considerando as especificidades de gênero, nas publicações científicas?"

Inicialmente, foram encontrados 137 artigos, que foram reduzidos para 31 após a aplicação do filtro temporal. Em uma etapa subsequente e minuciosa de exclusão que envolveu a remoção de duplicatas, "leitura cinzenta" como teses e monografias e artigos que não abordavam diretamente a intersecção de gênero, subjetividade e envelhecimento no feminino a amostra final foi reduzida a cinco artigos selecionados. Estes cinco trabalhos representam o *corpus* do estudo, garantindo que a análise final esteja estritamente focada na resposta à questão norteadora proposta.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

As representações sociais da violência contra a pessoa idosa são semelhantes entre homens e mulheres, apesar das diferenças de gênero, e convergem na crença de que o fenômeno é primariamente motivado pelo declínio funcional inerente ao envelhecimento, o que torna o idoso mais suscetível e vulnerável à sua ocorrência; essa visão é reforçada pelo olhar mítico sobre a velhice, fazendo com que os participantes raramente se refiram a si próprios como vítimas, mas sim como testemunhas de situações sofridas por terceiros, reconhecendo que a dependência e a necessidade de cuidados aumentam o risco de violência em suas relações familiares e sociais (Costa e Silva, 2023).

Apesar da crença comum de que a violência contra idosos está ligada apenas ao declínio funcional e dependência, estudos globais demonstram que ela também afeta idosos cognitivamente saudáveis e independentes, com a renda sendo um fator crucial: quanto mais

pobre, maior o risco de abusos. Os tipos de abuso mais frequentes são físico, psicológico, sexual e financeiro, sendo que os homens tendem a associar a violência mais a agressões físicas e sexuais, enquanto as mulheres a vêem mais ligada a aspectos psicológicos e financeiros. Em termos de tipologia, a negligência e abandono, a violência psicológica e a financeira são as mais denunciadas em cerca de 80% dos casos, com a violência física sendo mais comum contra homens idosos, e a psicológica e sexual prevalecendo nos casos notificados em mulheres (Costa e Silva, 2023).

A maior frequência de sintomas depressivos observada em mulheres idosas pode ser entendida como mais uma dimensão de sua vulnerabilidade diferenciada por gênero, já discutida em relação à violência. Biologicamente, a fisiopatologia da depressão se manifesta de forma distinta entre os sexos: as variações nos biomarcadores de neurotransmissão, neuroplasticidade e o sistema imunológico, interconectadas com os hormônios sexuais, tornam as mulheres mais suscetíveis. No âmbito socioeconômico que se relaciona diretamente com a dependência e o papel social mencionado nos parágrafos anteriores essa depressão pode ser agravada pela maior exposição a estressores como a discriminação sexual, o peso de seu papel familiar e social e a dependência econômica de parceiros, o que estabelece um quadro de fragilidade que vai além do declínio físico (Sguerri, Castro-Costa e Loyola Filho, 2025).

A representação da violência contra idosos é marcada pela crença no declínio funcional como causa, embora a vulnerabilidade esteja ligada também à renda, afetando idosos independentes. Homens e mulheres idosos diferem nas denúncias: eles focam em agressões físicas, e elas, em abusos psicológicos e financeiros, sendo a negligência a tipologia mais comum. Essas distinções de gênero se manifestam na saúde mental: mulheres são mais suscetíveis à depressão devido a fatores biológicos e à dependência socioeconômica. Por outro lado, a masculinidade prescritiva prejudica os homens idosos, causando vergonha da dependência e a percepção de "aprisionamento" ao se afastarem do trabalho, visto como perda de prestígio (Areosa e Kessler, 2024).

O envelhecimento entre indivíduos LGBTQ+ é uma existência complexa marcada por preconceitos externos à sociedade e saúde e internos comunidade LGBTQ+, levando à necessidade de esconder a identidade para acessar cuidados e a uma crença na improbabilidade da longevidade, dada a constante ameaça de violência. Estes achados sublinham a urgência de políticas públicas e de educação continuada para gestores e profissionais de saúde, visando garantir um atendimento equitativo e humanizado a esta população minoritária (Dullius *et al*, 2024).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo, guiado pela questão norteadora sobre os fatores e manifestações da vulnerabilidade social na pessoa idosa sob a lente da solidão, confirmou que o declínio funcional e, principalmente, a baixa renda são fatores cruciais de risco. No entanto, as especificidades de gênero modulam profundamente a experiência de vulnerabilidade. Enquanto homens idosos estão mais expostos à violência física, as mulheres idosas sofrem maior incidência de abusos psicológicos, financeiros e negligência/abandono, sendo também mais suscetíveis à depressão, um quadro agravado pela dependência socioeconômica.

A análise antropológica revela que a solidão se manifesta de forma crítica como um reflexo da vulnerabilidade imposta à falta, traduzida diretamente nas tipologias de violência mais comuns negligência e abuso psicológico e no sofrimento psíquico das mulheres. A solidão, nesse contexto, é um sintoma da falência da rede de suporte social. Não foram encontrados na amostra elementos que indicassem uma experiência significativa da solidão como um exercício ativo de autonomia ou resistência da liberdade, conforme a visão de Montaigne, sugerindo uma

lacuna na literatura revisada no que tange à resiliência e às estratégias individuais de enfrentamento à velhice.

Os resultados sublinham a urgência de políticas públicas focadas em combater a vulnerabilidade econômica e em promover o suporte social e psicológico, com atenção às distinções de gênero e às populações minoritárias LGBT+. Intervenções devem visar não apenas a coibição de atos diretos de violência, mas, sobretudo, o combate à negligência e à solidão enquanto desamparo social.

REFERÊNCIAS

BISPO, Raphael. Queixas do viver só: emoções, gênero e envelhecimento na vida cotidiana.

Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 33, n. 1, e93870, 2025. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ref/a/4kmNQfVLyFxhy8fdGTZ5njB/?lang=pt> Acesso em: 1 nov. 2025.

DULLIUS, Willian Roger et al. The LGBT+ individual perspective of aging in Brazilian society. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v. 40, e40402, 2024. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ptp/a/pNSS8cbss6S5DDMM8DjVLFh/?lang=en> Acesso em: 1 nov. 2025.

OLIVEIRA, Tatiele S.; DALTOÉ, Luiza F.; KONZEN, Luciane de M. A.; FREITAS, Cláudia S. L. de. Envelhecimento e saúde em ambientes rurais: uma revisão sistemática da literatura.

Psicologia em Estudo, Maringá, v. 29, e56747, 2024. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/pe/a/kH3RY5GdXZPSHQ6tcc8tSNk/?lang=pt> Acesso em: 1 nov. 2025.

SILVA, Susanne Pinheiro Costa e et al. Violência na velhice: representações sociais

elaboradas por pessoas idosas. **Escola Anna Nery**, Rio de Janeiro, v. 27, e20220169, 2023.

Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ean/a/z4rGWXFWPvYTvm6HhMtsTfFr/?lang=pt>

Acesso em: 1 nov. 2025.

SGUERRI, Vinicius dos Santos; CASTRO-COSTA, Érico de; LOYOLA FILHO, Antônio Ignácio de. Sintomas depressivos na população idosa brasileira: um estudo baseado na

Pesquisa Nacional de Saúde - 2019. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 7, e00362024, jul. 2025. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/csc/a/sDdqzgHWby58ptg6L73GTLv/?lang=pt>. Acesso em: 1 nov. 2025.

ABANDONO DA PESSOA IDOSA: TENDÊNCIAS SOCIAIS, JURÍDICAS E FAMILIARES NUM MUNDO ENVELHECIDO

Cláudia Chies¹; Jaime Ricardo Wanner²; Matheus Mendes Pascoal³

Doutora em Geografia pela Universidade Estadual de Maringá¹, Mestrando em Sociedade e Desenvolvimento (PPGSeD) da Unespar², Mestre em Sociedade e Desenvolvimento pela Unespar³.

jaimewanner@gmail.com

RESUMO

O Brasil atravessa uma acelerada transição demográfica, com a população idosa (60+) atingindo 15,6% e projetada para duplicar até 2050, o que impõe crescentes desafios sociais e jurídicos. Este artigo avalia o fenômeno do Abandono Afetivo Inverso, uma grave forma de violência caracterizada pela omissão de cuidado e suporte emocional dos filhos, em violação direta ao dever constitucional de amparo familiar. Adotando uma abordagem interdisciplinar (Direito, Sociologia e Demografia), a metodologia consistiu na revisão bibliográfica, análise de dados demográficos (IBGE) e na análise jurisprudencial específica do Superior Tribunal de Justiça (STJ) sobre a responsabilidade civil por dano moral. Os resultados confirmam que o abandono, frequentemente associado à violência psicológica e patrimonial, agrava-se com o envelhecimento populacional e impõe um ônus indevido ao Estado. Conclui-se que o Abandono Afetivo Inverso configura conduta ilícita, violando a dignidade da pessoa idosa. A jurisprudência tem utilizado a indenização por dano moral como instrumento compensatório, pedagógico e punitivo, reforçando o dever inescusável de cuidado da família e demonstrando a suficiência do arcabouço normativo para mitigar o quadro de desproteção.

Palavras-chave: abandono afetivo inverso; pessoa idosa; responsabilidade civil.

INTRODUÇÃO

Nosso país vivencia um acelerado e profundo processo de transição demográfica, em que o crescimento da expectativa de vida resulta na ampliação da população com 60 anos ou mais, o que, no contexto brasileiro, a define legalmente como pessoa idosa (Estatuto da Pessoa Idosa). Essa faixa etária já representa aproximadamente 15,6% do total de brasileiros (Pinheiro; De Oliveira, 2025), com projeções indicando que o percentual de indivíduos com 60 anos ou mais deverá duplicar até 2050, alcançando cerca de 28,5% da população (MMFDH, 2021). Esse cenário impõe novos desafios sociais e jurídicos, notadamente no âmbito da proteção da dignidade da pessoa idosa.

O Abandono Afetivo Inverso, caracterizado pela omissão de cuidado, suporte emocional e desrespeito dos filhos para com seus pais ou ascendentes, figura como uma das formas mais cruéis de violência, em contraste direto com o dever de amparo mútuo e solidariedade familiar estabelecido no Art. 229 da Constituição Federal e nas disposições do Estatuto da Pessoa Idosa. Dessa forma, o presente trabalho tem como objetivo central avaliar o debate sobre o fenômeno do abandono do idoso, integrando os mais recentes dados demográficos, estatísticas de violência e as evoluções da jurisprudência sobre a responsabilidade civil e o dever de cuidado.

METODOLOGIA

O presente estudo baseia-se em uma pesquisa de natureza qualitativa e exploratória, essencial para a reavaliação aprofundada do abandono do idoso em um contexto de intensa transição demográfica. Dada a complexidade do tema, o trabalho adota uma abordagem interdisciplinar, que articula os campos do Direito de Família e da Responsabilidade Civil com a Sociologia do Envelhecimento e a Demografia.

A metodologia empregada consistiu na revisão bibliográfica e documental, com especial enfoque na coleta de dados e conceitos, como a realizada por Pinheiro e De Oliveira (2025). Esta revisão se concentrou na doutrina especializada, na legislação pertinente (Constituição Federal e Estatuto da Pessoa Idosa) e na coleta de dados secundários oficiais, notadamente os relatórios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e as estatísticas recentes de violência da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos, cruciais para a contextualização demográfica e social do problema.

Além disso, foi realizada uma análise jurisprudencial específica sobre o Abandono Afetivo Inverso, seguindo a metodologia de estudo de casos proposta por Figueiredo e De Deus (2024), com o objetivo de identificar os padrões decisórios e os desafios enfrentados pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) na caracterização e tratamento do dano moral decorrente do descumprimento do dever de amparo filial. O trabalho, portanto, busca realizar uma análise interpretativa e crítica, correlacionando a vulnerabilidade demográfica crescente com a resposta do ordenamento jurídico frente a quebra do dever de solidariedade familiar.

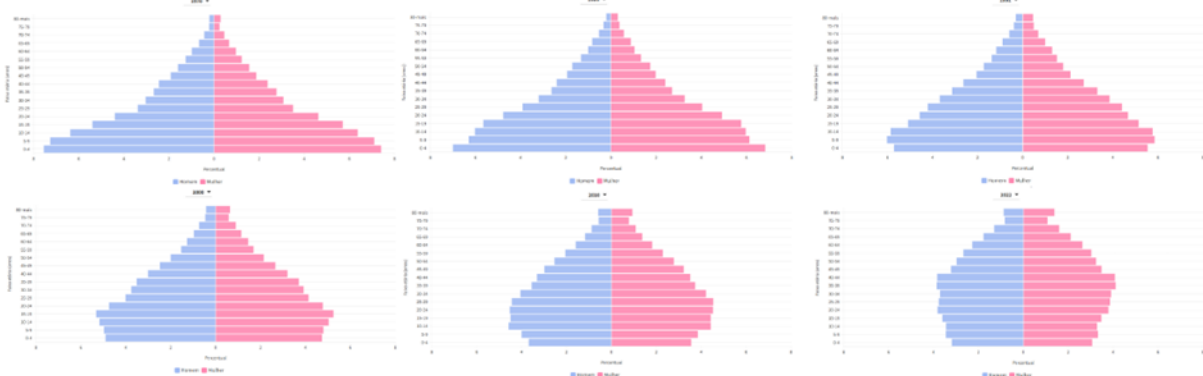
DISCUSSÕES E RESULTADOS

O aprofundamento da transição demográfica brasileira não é apenas um dado estatístico, mas o cerne da vulnerabilidade da pessoa idosa. Com a população com 60 anos ou mais ultrapassando a marca dos 15,6% do total de brasileiros, conforme a análise de Pinheiro e De Oliveira (2025), a omissão do dever de amparo por parte dos filhos se manifesta como um problema social crescente que exige um olhar atencioso.

O conceito de idoso pode ser apreendido sob diversos aspectos, inclusive o jurídico, sendo que nossa Constituição e diversas leis complementares determinam tratamento diferenciado para pessoas a partir dos sessenta anos de idade. Mas é fato que existem modos diversos de envelhecer e de lidar com o peso da idade, bastando observarem-se alguns ramos sociais em que os idosos encontram espaço, dignidade e algum respeito, como o meio artístico, por exemplo, ou o político, em que os cargos mais importantes geralmente são reservados às pessoas mais experientes, tal como ocorre no Judiciário.

A figura 1 apresenta as pirâmides de distribuição etária no Brasil, resumindo graficamente os dados coletados nos Censos de 1970 a 2022 (IBGE, 2025), mostra a tendência de “arredondamento” do que inicialmente se assemelhava a um triângulo, num afunilamento sequencial, a partir da infância para a velhice, caracterizando a diminuição das taxas de natalidade e o aumento da expectativa de vida em nosso país.

Figura 1: Pirâmide Etária - Brasil 1970, 1980, 1990, 2000, 2010 e 2022



Fonte: IBGE (2025)

Neste contexto de intenso envelhecimento da população, cabe salientar que o respeito e a autoimagem positiva, assim como a boa convivência familiar são fundamentais para a qualidade de vida e o bem-estar da pessoa, em qualquer fase da vida. Mas envelhecer pode ser um processo delicado e doloroso e, para o idoso, é importante a possibilidade de ter contato com a família neste momento em que se vislumbra o fim da caminhada. O Abandono Afetivo Inverso, nesse contexto, vai além da simples ausência, configurando uma violação grave aos direitos humanos e à dignidade da pessoa idosa, uma vez que o amparo familiar é o pilar da proteção garantida pelo artigo 230 da Constituição Federal. Este abandono, frequentemente, transcende a esfera emocional, manifestando-se como violência psicológica e patrimonial, conforme indicam os relatórios de denúncias, onde o idoso, em muitas ocasiões, é isolado ou manipulado para fins de interesse pecuniário e patrimonial por parte dos familiares (Figueiredo; De Deus, 2024).

Enquanto o abandono material pode ser mitigado por recursos estatais ou terceiros, o dano moral resultante da carência de afeto e suporte emocional é insubstituível e se torna a forma mais grave de violência (Figueiredo; De Deus, 2024). Tal descumprimento do dever de cuidado, baseado no princípio da solidariedade familiar, compromete a saúde física e mental dos idosos e impõe um ônus indevido ao Estado, que é compelido a assumir responsabilidades familiares (Pinheiro; De Oliveira, 2025).

Do ponto de vista jurídico, a tese do Abandono Afetivo Inverso encontra forte respaldo doutrinário na obrigação recíproca entre pais e filhos. A jurisprudência, conforme a análise de Figueiredo e De Deus (2024), tem reiteradamente admitido a possibilidade de indenização por dano moral como forma de compensação ao idoso e de sanção pedagógica aos filhos omissos, baseando-se no descumprimento do dever legal de cuidado e proteção, e não em uma obrigação de amar.

Em relação à responsabilidade civil, a tendência percebida é de que o Judiciário avance no sentido de garantir que o descaso filial se configure como conduta ilícita por omissão. A análise da jurisprudência recente demonstra a importância do sistema legal em promover o cuidado intergeracional e o respeito aos direitos e à dignidade dos idosos (Pinheiro; De Oliveira, 2025). A responsabilização civil, portanto, funciona como um instrumento pedagógico, reforçando que a proteção da pessoa idosa não é apenas um encargo estatal, mas um dever inescusável da família.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da literatura e dos dados recentes, em consonância com as tendências demográficas e jurídicas, confirma a hipótese inicial do trabalho: o abandono do velho não só persiste como problema social, como se agrava em um contexto de rápido e profundo

envelhecimento populacional no Brasil. A omissão do dever de amparo por parte dos descendentes, materializada no Abandono Afetivo Inverso, transcende a falha moral, configurando uma conduta ilícita que viola o princípio constitucional da dignidade da pessoa idosa e o dever de solidariedade familiar.

A evolução da jurisprudência, conforme observado no debate acadêmico (Figueiredo; De Deus, 2024; Pinheiro; De Oliveira, 2025), demonstra que o Direito Civil encontrou no instituto da responsabilidade civil um instrumento essencial para enfrentar essa chaga social. Embora o Poder Judiciário não possa impor o afeto, a condenação por dano moral baseia-se no descumprimento do dever legal de cuidado e proteção, inerente à relação filial recíproca (Art. 229 da CF). Essa reparação civil, além de sua função compensatória, carrega um notável caráter pedagógico e punitivo, sinalizando à sociedade que o abandono de ascendentes não será tolerado e que a família deve ser a principal rede de suporte e afetividade.

Portanto, o arcabouço normativo existente (Constituição Federal e Estatuto da Pessoa Idosa) representa ser um referencial suficiente para responsabilização dos filhos negligentes e para mitigar o quadro de desproteção, desde que o Judiciário continue a aplicar a tese do Abandono Afetivo Inverso com firmeza.

A continuidade da discussão, com a inclusão de dados estatísticos (IBGE) e o monitoramento das decisões do STJ, é crucial para subsidiar o aprimoramento da legislação e garantir que o envelhecimento populacional seja acompanhado pela efetivação da dignidade e do bem-estar de todos os idosos no país, de modo que as pessoas idosas sejam acolhidas em todos os segmentos da sociedade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Art. 229 e 230. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm Acesso em: 1 nov. 2025.

BRASIL. **Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003**. Dispõe sobre o Estatuto da Pessoa Idosa e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.741.htm. Acesso em: 1 nov. 2025.

FIGUEIREDO, Máira Ferreira Santos; DE DEUS, Rosane Oliveira. Abandono afetivo inverso à luz da jurisprudência. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 10, n. 5, p. 400-415, 2024. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/14032>>. Acesso em 16 out. 2025.

MMFDH. Ministério da mulher da família e dos direitos humanos. **Secretaria Nacional da Família. Idosos e família no Brasil. In: Fatos e números**. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/observatorio-nacional-da-familia/fatos-e-numeros/idosos-e-familia-no-brasil.pdf>>. Acesso em 16 out. 2025.

PINHEIRO, Nayara Costa; DE OLIVEIRA, Thais Rodrigues. Responsabilidade civil dos filhos acerca dos pais idosos: O abandono afetivo inverso. **NATIVA - Revista de Ciências, Tecnologia e Inovação** (ISSN: 2764-1295), v. 7, n. 1, p. 67-80, 2025. <https://jiparana.emnuvens.com.br/riacti/article/view/1610>>. Acesso em 16 out. 2025.

ATUAÇÃO DA ENFERMAGEM NO PLANEJAMENTO FAMILIAR NO CONTEXTO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE

Ludmilla Araújo Bispo dos Santos¹; Jhennifer Erika da Costa Rosa ².

Graduanda em enfermagem pela Universidade Estadual do Maranhão¹, Enfermeira pela Universidade da Amazônia - UNAMA e pós-graduanda em urgência e emergência pelo centro universitário da Amazônia -UNIESAMAZ. Belém - Pa ².

arajoludmilla9@gmail.com

RESUMO

O planejamento familiar configura-se como um importante instrumento de promoção da saúde sexual e reprodutiva, assegurando aos indivíduos autonomia e liberdade na tomada de decisões sobre a reprodução. Este estudo teve como objetivo descrever a assistência de enfermagem no contexto do planejamento familiar na Atenção Básica, com base em evidências científicas. Trata-se de uma revisão de literatura descritiva e qualitativa, realizada por meio da análise de artigos publicados entre 2016 e 2025, disponíveis nas bases SCIELO, BVS e Google Acadêmico. Os resultados evidenciaram que o enfermeiro desempenha papel central nas ações de planejamento familiar, atuando na educação em saúde, na orientação sobre o uso adequado dos métodos contraceptivos e na promoção da autonomia reprodutiva dos usuários. Observou-se também que a criação de vínculos de confiança entre profissional e paciente é essencial para a adesão e continuidade do acompanhamento. Conclui-se que a atuação do enfermeiro na Atenção Primária à Saúde é determinante para o fortalecimento das políticas públicas de planejamento familiar, sendo necessária maior integração da equipe multiprofissional e ampliação de estudos voltados à efetividade das estratégias educativas.

Palavras-chave: planejamento familiar; sexualidade; enfermeiro.

1 INTRODUÇÃO

O planejamento familiar consiste em um conjunto de ações voltadas à regulação da fertilidade e à garantia dos direitos reprodutivos, assegurando a autonomia e a liberdade de escolha dos indivíduos. Sua efetividade depende da oferta de processos educativos sistematizados e do acesso a métodos contraceptivos seguros e adequados. Trata-se de uma estratégia fundamental não apenas para o controle populacional, mas também para a promoção do bem-estar biopsicossocial e da saúde sexual e reprodutiva (Moraes, 2021).

A oferta de informações adequadas sobre planejamento familiar é essencial, pois permite que os indivíduos exerçam seus direitos de forma consciente, compreendam os diferentes métodos contraceptivos disponíveis e façam escolhas autônomas e responsáveis. Essa abordagem deve incluir orientações sobre os métodos existentes, além de aspectos relacionados à saúde sexual e reprodutiva. Ademais, os serviços de saúde têm o dever de assegurar o acesso a métodos e técnicas eficazes para o controle da fecundidade, promovendo assim a autonomia reprodutiva da população (Pierre, 2010).

Ademais, o planejamento familiar possibilita que os indivíduos exerçam o controle sobre o número e o espaçamento das gestações, conforme seus desejos e condições pessoais, refletindo diretamente nos desfechos de cada gestação. O espaçamento adequado entre as gravidezes contribui para a redução de riscos à saúde materna e infantil, especialmente ao

postergar a gravidez em mulheres jovens, diminuindo, assim, a incidência de complicações e a mortalidade associada (Passos, 2023).

No Brasil, as ações de planejamento familiar são implementadas principalmente por meio da Estratégia Saúde da Família (ESF) que busca fortalecer o vínculo entre os serviços de saúde e a comunidade. Nesse contexto, o enfermeiro desempenha papel central, promovendo a educação em saúde, a orientação sobre métodos contraceptivos e a promoção da autonomia reprodutiva da população (Moura, 2014; Costa, 2021). Nesse sentido, o presente estudo teve como objetivo descrever a assistência de enfermagem no contexto do planejamento familiar na Atenção Básica, com base em evidências científicas.

2 METODOLOGIA

Trata-se de um estudo descritivo, do tipo revisão de literatura, com abordagem qualitativa, realizado por meio da identificação, leitura e síntese dos resultados de artigos científicos. A bibliografia levantada se deu por meio da busca nas bases de dados Scientific Electronic Library Online – SCIELO, Biblioteca Virtual da Saúde – BVS e Google Acadêmico.

Posteriormente, foi conduzida uma análise crítica das publicações selecionadas, considerando os seguintes critérios de inclusão: estudos que abordassem diretamente a temática proposta, artigos disponíveis na íntegra nas bases de dados selecionadas, redigidos em língua portuguesa e publicados no período compreendido entre 2016 e 2025.

Foram estabelecidos como critérios de exclusão as publicações disponíveis apenas em formato de resumo, os artigos duplicados nas bases consultadas, bem como dissertações, teses, editoriais, notas do editor e trabalhos indisponíveis na íntegra em meio eletrônico, além daqueles que não apresentavam os descritores previamente definidos.

Assim, analisou-se 15 artigos, dos quais permaneceram 5, priorizando os mais atuais, e que tivessem os títulos e resumos mais pertinentes com o tema definido.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Após a análise integral dos cinco estudos selecionados, foi possível sintetizar as principais informações e resultados obtidos, conforme apresentado no Quadro 1.

Com relação principais resultados, todos os estudos mostraram correlação entre a atuação da enfermagem e a efetividade das ações de planejamento familiar, ressaltando a importância do enfermeiro frente as ações de educação em saúde, no fortalecimento do vínculo com a comunidade e na garantia do acesso a informações e métodos contraceptivos que favorecem a autonomia reprodutiva dos indivíduos.

Quadro 1- Síntese dos resultados encontrados sobre a assistência de enfermagem no planejamento familiar.

AUTOR/ANO	RESULTADOS PRINCIPAIS
FREITAS et al., 2025	Ações de planejamento familiar na ESF concentram-se no enfermeiro, com limitada participação da equipe multiprofissional.
SILVA et al., 2024	Planejamento familiar como área central da enfermagem, incluindo educação, consultas e oferta de métodos contraceptivos.
SANTOS et al., 2016	O planejamento familiar possibilitou o fortalecimento do vínculo enfermeiro-paciente, proporcionando espaço de diálogo e aprendizagem.

LÉLIS et al., 2019	Papel central do enfermeiro em ações educativas para adolescentes e famílias, abordando sexualidade, riscos gestacionais e métodos contraceptivos.
CHAVES et al., 2025	Educação em saúde como atribuição principal do enfermeiro, capacitando decisões autônomas quanto à vida reprodutiva.

Fonte: Autores, 2025.

A presente revisão integrativa evidenciou que a atuação do enfermeiro é um componente central para o desenvolvimento e a efetividade das ações de planejamento familiar no âmbito da Atenção Primária à Saúde (APS). Os estudos selecionados reforçam que o enfermeiro contribui de forma significativa para a promoção da saúde sexual e reprodutiva, por meio do incentivo à tomada de decisões autônomas e conscientes sobre a vida reprodutiva.

Costa (2021) evidenciou a importância do profissional de enfermagem no contexto do planejamento familiar, atuando como responsável pelas ações de orientação e educação em saúde direcionadas aos usuários. Destacando, ainda, a relevância e o impacto desse programa, implantado pelo Ministério da Saúde, na redução das gestações indesejadas e na diminuição das taxas de morbimortalidade materna e infantil.

Ademais, Passos (2023) destaca o papel do enfermeiro como mediador fundamental no processo educativo, sendo responsável por orientar, acompanhar e apoiar os indivíduos e casais na compreensão dos métodos naturais de planejamento familiar, promovendo o autoconhecimento corporal, a autonomia reprodutiva e a adoção de práticas conscientes e seguras de regulação da fertilidade.

No contexto do planejamento familiar, o profissional de enfermagem realiza avaliações contínuas quanto à escolha do método contraceptivo adotado pelo paciente, a fim de intervir diante de possíveis dificuldades de adaptação. As consultas devem ter como foco a análise e a reavaliação da adequação do método em uso, visando prevenir, identificar e manejar eventuais intercorrências que possam comprometer sua eficácia ou a satisfação do usuário (Costa, 2022).

A construção do vínculo entre o profissional de saúde e o usuário é essencial para o fortalecimento das relações interpessoais, favorecendo a participação ativa nas ações de planejamento familiar. Para que se estabeleça um ambiente pautado na confiança e no compromisso, capaz de promover a adesão ao acompanhamento oferecido, torna-se indispensável a adoção de uma postura acolhedora por parte dos profissionais, de modo a estimular o desenvolvimento da autonomia no cuidado com a própria saúde (Queiroz, 2010).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, é evidente que o planejamento familiar constitui uma estratégia essencial para a promoção da saúde sexual e reprodutiva, contribuindo para a redução da morbimortalidade materna e infantil e para o fortalecimento da autonomia dos indivíduos nas decisões relativas à reprodução. A atuação do enfermeiro, nesse contexto, mostra-se fundamental, pois esse profissional assume papel central nas ações educativas, na orientação quanto ao uso dos métodos contraceptivos e na formação de vínculos de confiança com os usuários. Logo, a presença ativa e qualificada do enfermeiro na Atenção Primária à Saúde favorece não apenas o acesso aos métodos contraceptivos, mas também a compreensão crítica sobre os direitos reprodutivos, a importância da prevenção e o exercício da sexualidade de forma responsável e segura.

No entanto, observa-se a necessidade de maior integração entre os membros da equipe multiprofissional da Estratégia Saúde da Família, a fim de ampliar o alcance e a efetividade das ações de planejamento familiar. Outrossim, estudos que abordem de forma mais aprofundada a eficácia das estratégias educativas e o impacto da atuação do enfermeiro na adesão dos usuários ao planejamento familiar devem ser realizados, de modo a subsidiar políticas públicas mais eficazes e orientadas por evidências científicas.

REFERÊNCIAS

- CHAVES, P. H. M.; COSTA, E. S.; REAL, G. S. J.; ALVES, R. C. P. Planejamento familiar e os impactos na sociedade: papel do enfermeiro. **Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro**, v. 1, n. 1, p. 1–12, 2025.
- COSTA, I. Z. A.; CASTRO, I. S. A.; PAZ, F. A. N. Atuação do enfermeiro no planejamento familiar na atenção básica. **Research, Society and Development**, v. 11, n.16, p. 1-10, 2022.
- COSTA, J. S. P.; CASTRO, A. V.; SILVA, C. M. V. Profissional de enfermagem no planejamento familiar na atenção básica: revisão integrativa. **Saúde.com**, v. 16, n. 2, p. 1839–184, 2021.
- FREITAS, N. V. S. B.; SILVA, A. B. S. M. E.; OLIVEIRA, K. K. D.; NASCIMENTO, E. G. C. Planejamento familiar: organização da assistência e conhecimento dos profissionais. **Revista de Pesquisa Cuidado é Fundamental Online**, v. 17, p. 1-9, 2025.
- LÉLIS, B. D. B.; EULÁLIO, V. G. B. O.; SILVA, A. P. S.; BERNARDES, N. B. Planejamento Familiar: Perspectiva de Ações a serem implementadas na Estratégia de Saúde da Família – ESF. **ID on line. Revista de psicologia**, v. 13, n. 45, p. 1103–1113, 2019.
- MORAES, L. X.; ANDRADE, C. A. A.; SILVA, F. M. V.; COSTA, A. M.; ABRÃO, F. M. S.; SOUSA, F. S. Planejamento familiar: dilemas bioéticos encontrados na literatura. **Revista Bioética**, v. 29, n. 3, p. 578–587, 2021.
- PASSOS, M. A. C.; MANFRINI, G. C.; BACKES, M. T. S.; BREHMER, L. C. F. Intervenções do enfermeiro na indicação do planejamento familiar natural: revisão de escopo. **JMPHC| Journal of Management & Primary Health Care**, v. 15, p. 1-27, 2023.
- PIERRE, L. A. S.; CLAPIS, M. J. Family Planning in a Family Health Unit. **Revista Latino-americana De Enfermagem**, v. 18, n. 6, p. 1161–1168, 2010.
- QUEIROZ, I. N. B.; SANTOS, M. C. F. C.; MACHADO, M. F. A. S.; LOPES, M. S. V.; COSTA, C. C. C. Planejamento familiar na adolescência na percepção de enfermeiras da estratégia saúde da família. **Rev. Rene. Fortaleza**, v. 11, n. 3, p. 103-113, 2010.
- SANTOS, R. B.; BARRETO, R. M.; BEZERRA, A.C. L.; VASCONCELOS, M. I. O. Processo de readequação de um planejamento familiar: construção de autonomia feminina em uma Unidade Básica de Saúde no Ceará. **RECIIS (Online)**, v. 10, n. 3, p. 1-10, 2016.
- SILVA, I. N.; FREITAS, C. K.; LISBOA, A. S.; CUNHA, M. L.; MAHL, C.; GUIMARÃES, Y. D.; RODRIGUES, I. D. C. V.; BARREIRO, M. S. C. Assistência de enfermagem à saúde da mulher na Atenção Primária à Saúde. **Enferm Foco**. v.15, p. 1-7, 2024.

**VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER E SEUS IMPACTOS NA SAÚDE:
CONSEQUÊNCIAS FÍSICAS E PSICOLÓGICAS.**

Andreza da Silva Barreto¹; Marcella Tavares Silva¹; Fernanda Bruno dos Santos¹; Caroline Fernandes de Oliveira¹; Karla Machado Bull Gomes¹; Lídia Raquel da Conceição Nascimento¹; Joseane Rodrigues de Oliveira².

Graduanda de Enfermagem pela Universidade Estácio de Sá¹, Bacharel em enfermagem e mestre em educação profissional em saúde pela Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/ Fundação Oswaldo Cruz².

andrezadsbarreto@gmail.com

RESUMO

Introdução: A violência contra a mulher consiste em um grave problema de saúde pública que atinge mulheres de todas as idades e classes sociais. Sustentada por relações de poder desiguais, impactos físicos e psicológicos. **Objetivo:** O objetivo do presente estudo é analisar os efeitos físicos e psicológicos da violência contra a mulher, visando compreender suas repercussões e subsidiar estratégias de prevenção e apoio. **Metodologia:** Revisão de literatura integrativa, na base de dados da CAPES; os critérios de inclusão foram artigos publicados entre os anos de 2019 à 2024, usando os Descritores: “Violência contra a Mulher” e “Saúde Mental”. Os critérios de exclusão foram artigos que não abordavam sobre a temática, repetidos e bloqueados resultando na coleta final de 11 artigos. **Resultado e discussão:** Segundo dados da Organização Mundial da Saúde (OMS) uma em cada três mulheres já sofreu algum tipo de violência física ou sexual. Os efeitos da violência vão além do momento da agressão, trazendo consequências físicas e psicológicas. Além disso, há impactos sociais e econômicos, como o afastamento do trabalho, isolamento e perda da autonomia. **Conclusão:** Conclui-se que enfrentar a violência contra a mulher exige ações conjuntas, políticas públicas efetivas, investimento em educação e conscientização social para desconstruir padrões machistas, misóginos e promover a igualdade de gênero.

Palavras-chave: Violência contra a mulher; Saúde Mental; Gênero.

1 INTRODUÇÃO

A violência contra a mulher constitui-se em um dos mais graves problemas sociais e de saúde pública da atualidade, afetando mulheres de diferentes idades, classes sociais e contextos culturais. Trata-se de um fenômeno complexo, sustentado por relações de poder desiguais e pela estrutura patriarcal, que legitima práticas de dominação e agressão (Almeida; Martins; Dias, 2020).

No Brasil e no mundo, as estatísticas revelam índices alarmantes: segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), uma em cada três mulheres já sofreu algum tipo de violência física ou sexual ao longo da vida, geralmente perpetrada por parceiros íntimos (Barros et al. 2022).

As consequências da violência extrapolam o momento da agressão e repercutem de forma significativa na saúde da vítima. No campo físico, são frequentes lesões corporais, dores crônicas, problemas ginecológicos e complicações gestacionais (Batista et al.

2021). Já no campo psicológico, destacam-se quadros de ansiedade, depressão, estresse pós-traumático, baixa autoestima e, em situações extremas, tentativas de suicídio. (Cortez, 2021).

Esses impactos, somados à dificuldade de denúncia e ao silêncio imposto pelo medo, pela dependência emocional ou financeira, contribuem para a perpetuação do ciclo de violência (Andrade; Martins, 2023). Diante disso o objetivo do presente estudo é analisar os efeitos físicos e psicológicos da violência sobre a mulher, visando compreender suas repercussões e subsidiar estratégias de prevenção e apoio.

A violência contra a mulher constitui-se em um dos mais graves problemas sociais e de saúde pública da atualidade, afetando mulheres de diferentes idades, classes sociais e contextos culturais. Trata-se de um fenômeno complexo, sustentado por relações de poder desiguais e pela estrutura patriarcal, que legitima práticas de dominação e agressão. (Almeida et al., 2020)

No Brasil e no mundo, as estatísticas revelam índices alarmantes: segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), uma em cada três mulheres já sofreu algum tipo de violência física ou sexual ao longo da vida, geralmente perpetrada por parceiros íntimos. (Barros et al. 2022)

As consequências da violência extrapolam o momento da agressão e repercutem de forma significativa na saúde da vítima. No campo físico, são frequentes lesões corporais, dores crônicas, problemas ginecológicos e complicações gestacionais. Já no campo psicológico, destacam-se quadros de ansiedade, depressão, estresse pós-traumático, baixa autoestima e, em situações extremas, tentativas de suicídio. (Cortez; Batista et al., 2021)

Esses impactos, somados à dificuldade de denúncia e ao silêncio imposto pelo medo, pela dependência emocional ou financeira, contribuem para a perpetuação do ciclo de violência (Andrade; Martins, 2023).

Diante disso o objetivo do presente estudo é analisar os efeitos físicos e psicológicos da violência sobre a mulher, visando compreender suas repercussões e subsidiar estratégias de prevenção e apoio.

2 METODOLOGIA

A presente Revisão de literatura do tipo integrativa foi realizada na base de dados: Portal de Periódicos da CAPES no período de março e junho de 2025, utilizando os descritores: “Violência contra a Mulher”, “Saúde Mental” e operador booleano: “AND”. Os critérios de inclusão foram artigos publicados entre os anos de 2019 e 2024, no idioma português, inglês e espanhol que abordassem a temática dos efeitos psicológicos e físicos da violência contra a mulher, totalizando 81 artigos encontrados para realização deste estudo. O motivo da escolha da referida base de dados selecionada, se justifica por ser amplamente utilizada na área da saúde e abrangem uma significativa produção científica sobre o referido tema.

Os critérios de exclusão foram artigos que não abordavam sobre a temática, repetidos e bloqueados, resultando na seleção de 11 artigos. Após a conclusão desse processo, os trabalhos em questão foram examinados minuciosamente para criação e desenvolvimento deste estudo.

A questão norteadora do estudo: Quais são as consequências psicossociais e físicas da violência contra a mulher?

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados obtidos demonstram que a violência contra a mulher permanece como um desafio social e de saúde pública de grandes proporções. Esse fenômeno atinge mulheres de diferentes faixas etárias, níveis socioeconômicos e origens culturais, evidenciando que não se trata de um problema restrito a um grupo específico, mas de uma questão estrutural que reflete a desigualdade de gênero ainda presente na sociedade. Constatou-se que a maioria dos episódios de violência ocorre dentro do ambiente familiar, tendo o parceiro íntimo como principal agressor. Esse contexto de proximidade dificulta o rompimento do ciclo de agressões, uma vez que muitas mulheres enfrentam sentimentos de medo, vergonha e dependência emocional ou financeira. Esses fatores contribuem para o silêncio das vítimas e para a perpetuação do problema, tornando-o muitas vezes invisível aos olhos da sociedade.

Os efeitos da violência se estendem para diversas dimensões da vida da mulher. No âmbito físico, são recorrentes ferimentos, dores crônicas, alterações ginecológicas e complicações gestacionais. Esses agravos comprometem diretamente a saúde e o bem-estar das vítimas. No campo psicológico, os impactos são igualmente severos, manifestando-se por meio de quadros de ansiedade, depressão, insônia, baixa autoestima e, em casos mais graves, pensamentos suicidas.

Além das consequências físicas e emocionais, a violência também interfere na vida social e econômica das mulheres, gerando afastamento de atividades profissionais, isolamento social e dificuldade de reconstrução da autonomia. Diante disso, percebe-se a necessidade de políticas públicas eficazes que assegurem proteção, escuta qualificada e atendimento humanizado, garantindo que essas mulheres encontrem apoio para romper o ciclo da violência.

Compreender os múltiplos efeitos da violência é fundamental para orientar ações preventivas e promover estratégias de intervenção mais efetivas. Investir em educação, conscientização social e capacitação dos profissionais de saúde e assistência social é essencial para construir uma rede de apoio capaz de oferecer acolhimento, segurança e fortalecimento emocional, contribuindo para a restauração da dignidade e da qualidade de vida das mulheres.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto conclui-se que os efeitos da violência na mulher ultrapassam o momento da agressão, perpetuando na saúde física, psicológica e social das vítimas. As marcas deixadas, sejam elas visíveis ou não, comprometem o bem-estar, a autoestima, a autonomia e a qualidade de vida das mulheres, revelando a amplitude e a complexidade desse fenômeno. Enfrentar esta realidade requer uma desconstrução das estruturas patriarcais e a promoção da igualdade de gênero por meio da educação e da conscientização social.

Além disso, como forma de garantia de acolhimento e atendimento sensível e empático com as vítimas é de suma importância que ocorra uma capacitação dos profissionais da saúde. Somente por meio de ações integradas, contínuas e transformadoras será possível romper o ciclo da violência, restituir a dignidade das vítimas e consolidar uma sociedade verdadeiramente justa, segura e igualitária para todas as mulheres.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. M.; MARTINS, F. V.; DIAS, C. C. Violência contra a mulher em tempos de pandemia do SARS-CoV2 no Estado de São Paulo. **Revista Interdisciplinar de Saúde e**

Educação, v. 1, n. 2, p. 8-20, 19 dez. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.56344/2675-4827.v1n2a20201>. Acesso em: 15 set. 2025.

ANDRADE, L. J. de O.; MARTINS, A. K. L. Violência e suas implicações no campo da saúde mental das mulheres. **Revista Ciências Humanas**, v. 16, n. 1, 30 mar. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.32813/2179-1120.2023.v16.n1.a901>. Acesso em: 15 set. 2025.

BARROS, A. J. S. et al. Violência contra a mulher. **Publicações ABP documentos e vídeos ABP Publications documents and videos**, v. 9, 3 ago. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.25118/issn.2965-1832.2022.568>. Acesso em: 15 set. 2025.

BATISTA, M. N. de L. et al. Saúde mental das mulheres em situação de violência física: revisão integrativa. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 14, p. e315101421795, 7 nov. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.33448/rsd-v10i14.21795>. Acesso em: 15 set. 2025.

CARNERO, B. A. M.; CARNERO, R. E. M.; MÁRQUEZ, E. L. Salud mental y riesgo de violencia en mujeres y adultos mayores víctimas de violencia. **Enfermería Global**, v. 21, n. 4, p. 309-335, 1 out. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.6018/eglobal.512101>. Acesso em: 15 set. 2025.

CORTEZ, J. J. de O. S. O Processo Saúde Doença No Contexto Da Violência Contra A Mulher. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**, p. 119-131, 19 abr. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.32749/nucleodoconhecimento.com.br/ciencias-sociais/processo-saude>. Acesso em: 15 set. 2025.

FREITAS, C. G. de; SILVA, R. B. da. A violência contra mulher e a psicologia diante dessa realidade na perspectiva da atenção básica. **Revista Mosaico**, v. 10, n. 1, 25 jun. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.21727/rm.v10i1.1778>. Acesso em: 15 set. 2025.

OLIVEIRA, A. S. L. A. de et al. Violência psicológica contra a mulher praticada por parceiro íntimo: estudo transversal em uma área rural do Rio Grande do Sul, 2017. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, v. 30, n. 4, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s1679-49742021000400017>. Acesso em: 15 set. 2025.

SILVA, A. F. C. et al. Violência doméstica contra a mulher: contexto sociocultural e saúde mental da vítima. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 3, p. e35932363, 1 jan. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.33448/rsd-v9i3.2363>. Acesso em: 15 set. 2025.

TEIXEIRA, J. M. da S.; PAIVA, S. P. Violência contra a mulher e adoecimento mental: Percepções e práticas de profissionais de saúde em um Centro de Atenção Psicossocial. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 31, n. 2, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0103-73312021310214>. Acesso em: 15 set. 2025.

WASKIEWICZ, V. V. et al. Violência contra a mulher e a relação com o cuidado na atenção primária à saúde / Violence against women and the relationship with care in primary health care. **Brazilian Journal of Health Review**, v. 4, n. 4, p. 15508-15511, 20 jul. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.34119/bjhrv4n4-089>. Acesso em: 15 set. 2025.

ESCUITA E COMUNICAÇÃO: CAMINHOS PARA UM CUIDADO DE ENFERMAGEM HUMANIZADO DIANTE DA VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA

Marcella Tavares Silva¹; Andreza da Silva Barreto¹; Giovanna Pery dos Santos Oliveira de Souza¹; Amanda Santos Rossi¹; Eduarda Madureira da Silva¹; Evelyn Araújo Rufino¹; Joseane Rodrigues de Oliveira².

Graduanda em enfermagem pela Universidade Estácio de Sá¹, Bacharel em enfermagem e mestre em educação profissional em saúde pela Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/ Fundação Oswaldo Cruz².

tavmarcella24@gmail.com

RESUMO

Introdução: O parto, que deveria representar um momento de acolhimento e empoderamento, ainda é marcado por práticas de violência obstétrica que violam a dignidade da mulher durante a gestação, o parto e o pós-parto. Diante disso, a escuta qualificada e a comunicação terapêutica se destacam como ferramentas essenciais na atuação da enfermagem, favorecendo um cuidado ético, empático e humanizado. **Metodologia:** Este estudo, realizado por meio de revisão integrativa da literatura nas bases BVS, SciELO e Enfermagem em Foco, utilizou os descritores “Violência obstétrica”, “Enfermagem”, “Comunicação terapêutica” e “Escuta qualificada”, considerando publicações dos últimos cinco anos. **Resultados e discussão:** As análises evidenciam que essas práticas fortalecem o vínculo entre profissional e parturiente, promovendo autonomia, segurança e protagonismo feminino no parto. A Resolução COFEN nº 767/2024 e a Organização Mundial da Saúde reforçam a importância da humanização e do diálogo empático como pilares do cuidado obstétrico. **Conclusão:** Infere-se que a enfermagem obstétrica possui papel estratégico na prevenção da violência obstétrica e na transformação dos modelos de assistência, sendo fundamental investir em capacitação contínua e políticas que assegurem respeito, equidade e dignidade no atendimento às mulheres.

Palavras-chave: Violência obstétrica; comunicação terapêutica; escuta qualificada

1 INTRODUÇÃO

O parto, para muitas mulheres, deveria ser um momento de empoderamento, acolhimento e respeito. No entanto, o que se observa com frequência são experiências marcadas por dor, medo, humilhação e silêncio diante da violência obstétrica, uma realidade presente em diversos serviços de saúde, que desrespeita os direitos fundamentais das parturientes. A violência obstétrica abrange práticas e condutas verbais, físicas, psicológicas e institucionais que violam a dignidade da mulher no período gestacional, durante o parto e no pós-parto imediato. Segundo o Ministério da Saúde, combater esse tipo de violência exige a reestruturação dos modelos de assistência ao parto e a valorização de práticas baseadas na humanização, como o plano de parto e a escuta ativa da gestante.

Diante desse cenário, a escuta qualificada surge como uma ferramenta essencial na atuação da enfermagem. Ela consiste na capacidade de ouvir de forma ativa, empática e livre de julgamentos, reconhecendo as emoções, histórias de vida e o contexto de

cada mulher. Muitas vezes, as próprias mulheres não reconhecem, de imediato, que vivenciaram episódios de violência obstétrica, especialmente quando essas práticas são naturalizadas dentro das instituições. Assim, torna-se indispensável a presença de profissionais de enfermagem capacitados, sensíveis e atentos aos sofrimentos físicos e emocionais dessas mulheres, capazes de identificar sinais sutis de abuso ou negligência.

Ademais, a comunicação terapêutica vai além da simples transmissão de informações. Ela representa uma abordagem que busca estabelecer vínculos de confiança e segurança entre profissional e paciente, criando um ambiente acolhedor e respeitoso. De acordo com o Conselho Federal de Enfermagem (COFEN), a comunicação é um dos pilares do cuidado ético e humanizado, sendo regulamentada pela Resolução nº 767/2024, que orienta os profissionais quanto à importância do diálogo, da empatia e da escuta ativa no exercício da enfermagem (COFEN, 2024). No contexto obstétrico, essa prática contribui significativamente para que a mulher se sinta protagonista do próprio parto, com autonomia para tomar decisões informadas e seguras. Além disso, a discussão sobre a violência obstétrica e as práticas de comunicação na saúde ganha destaque à medida que se reforça a necessidade de uma assistência baseada nos princípios da humanização e da equidade. O enfermeiro, por estar em contato direto e contínuo com a gestante, desempenha papel estratégico na promoção do cuidado integral e no fortalecimento dos direitos reprodutivos da mulher. Dessa forma, compreender e aplicar essas estratégias de humanização representa não apenas uma competência técnica, mas também um compromisso ético e social com a promoção de um parto digno, respeitoso e livre de violência.

Perante o exposto, este estudo tem como objetivo refletir sobre a importância da escuta qualificada e da comunicação terapêutica na assistência de enfermagem frente à violência obstétrica, destacando o papel da enfermagem como agente do cuidado centrado na mulher, e contribuindo para a consolidação de uma prática mais ética, empática e humanizada no contexto obstétrico.

2 METODOLOGIA

Trata-se de um estudo de revisão integrativa da literatura, sendo utilizada a Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), além de bases complementares como SciELO, Enfermagem em Foco e revistas científicas disponíveis online para a seleção de estudos indexados em sua base de dados. Para a busca dos estudos através da base de dados a seleção de fontes priorizou estudos dos últimos 5 anos a fim de garantir relevância e acessibilidade das informações e estudos escritos em língua portuguesa. Sendo assim, foram encontrados 3 artigos e 2 materiais complementares. Após busca, todos os artigos e materiais complementares encontrados atendiam ao recorte temporal e temático foram incluídos na análise sem necessidade de exclusão. A partir desta construção foram delimitados os descritores, sendo eles: “Violência obstétrica”, “Enfermagem”, “Comunicação terapêutica” e “Escuta qualificada”, combinados pelo operador booleano AND. Por se tratar de uma revisão de literatura, não houve necessidade de submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa, respeitando-se os princípios éticos na utilização e citação das fontes.

Trata-se de um estudo de revisão integrativa da literatura, sendo utilizada a Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), além de bases complementares como SciELO, Enfermagem em Foco e revistas científicas disponíveis online para a seleção de estudos indexados em sua base de dados. Para a busca dos estudos através da base de dados a seleção de fontes priorizou estudos dos últimos 5 anos a fim de garantir relevância e acessibilidade das informações e estudos escritos em língua portuguesa. Sendo assim, foram encontrados 3 artigos e 2 materiais complementares. Após busca, todos os artigos e materiais complementares encontrados atendiam ao recorte temporal e temático foram incluídos na análise sem necessidade de exclusão. A partir desta construção foram delimitados os descritores, sendo

eles: “Violência obstétrica”, “Enfermagem”, “Comunicação terapêutica” e “Escuta qualificada”, combinados pelo operador booleano AND. Por se tratar de uma revisão de literatura, não houve necessidade de submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa, respeitando-se os princípios éticos na utilização e citação das fontes.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Pode-se inferir que a escuta qualificada e a comunicação terapêutica são essenciais para uma assistência obstétrica humanizada, contribuindo para prevenir a violência obstétrica e fortalecer o vínculo entre profissional e parturiente. Assim, dentro dessa perspectiva, a Organização Mundial de Saúde (OMS) ressalta que a enfermagem obstétrica é a categoria mais preparada para a mudança das práticas de violência e, conseqüentemente, a consolidação de uma assistência segura ao parto e ao nascimento.

Após leitura dos artigos e estudos, pode-se inferir que a escuta qualificada e a comunicação terapêutica são essenciais para uma assistência obstétrica humanizada, contribuindo para prevenir a violência obstétrica e fortalecer o vínculo entre profissional e parturiente. Assim, dentro da perspectiva, a Organização Mundial de Saúde ressalta que a enfermagem obstétrica é a categoria mais preparada para a mudança das práticas de violência de consolidação de uma assistência segura ao parto e ao nascimento.

A Resolução COFEN nº 767/2024 reforça o papel do diálogo empático e da escuta ativa como pilares do cuidado seguro e ético. Nesse contexto, o protagonismo da mulher no parto é valorizado por meio de estratégias como o plano de parto e a tomada de decisões informadas e seguras. Também se destacou a importância da capacitação contínua dos profissionais de enfermagem, que precisam estar preparados para atuar de forma sensível e ética. Por fim, os achados indicam a necessidade de revisão dos modelos tradicionais de assistência e de maior investimento em práticas que priorizem a dignidade, o respeito e a equidade no cuidado obstétrico.

Ademais, destaca-se também a importância da capacitação contínua dos profissionais de enfermagem, que precisam estar preparados para atuar de forma sensível e ética. Por fim, os achados indicam a necessidade de revisão dos modelos tradicionais de assistência e de maior investimento em práticas que priorizem a dignidade, o respeito e a equidade no cuidado obstétrico.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos resultados apresentados, evidenciou-se que a escuta qualificada e a comunicação terapêutica são elementos fundamentais para a consolidação de uma assistência obstétrica humanizada, ética e centrada na mulher. Essas práticas fortalecem o vínculo entre profissional e parturiente, promovendo um cuidado mais seguro, empático e livre de violência.

Observa-se que a enfermagem obstétrica, conforme destacado pela Organização Mundial da Saúde e pela Resolução COFEN nº 767/2024, ocupa posição estratégica na transformação dos modelos tradicionais de assistência, contribuindo para o protagonismo feminino no parto e para a construção de ambientes mais respeitosos e acolhedores. Além disso, reforça-se a necessidade de capacitação contínua dos profissionais e de políticas que incentivem práticas baseadas na dignidade, equidade e humanização, garantindo assim uma assistência obstétrica cada vez mais justa e de qualidade. Ressalta-se, ainda, a importância da produção acadêmica sobre o tema, que tem ampliado o embasamento teórico e prático para futuros estudos e aprimoramento das práticas de cuidado humanizado.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Ministério da Saúde**. Violência obstétrica. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/s/saude-da-mulher/saude-materna>. Acesso em: 03 nov. 2025.

BRASIL. Conselho Federal de Enfermagem. **Resolução COFEN nº 767**, de 06 de novembro de 2024. Aprova o Guia “Comunicação na Prática: desafios do Sistema COFEN/Conselhos Regionais de Enfermagem”. Diário Oficial da União, nº 217, 8 nov. 2024. Disponível em: <https://www.cofen.gov.br/wp-content/uploads/2024/11/Resolucao-767-2024.pdf>. Acesso em: 03 nov. 2025.

COSTA, A. T. B.; ROCHA, S. P. Violência obstétrica e os cuidados de enfermagem: reflexões a partir da literatura. **Enfermagem em Foco**, v. 11, n. 1, p. 176-182, 2019. Disponível em: https://enfermfoco.org/wp-content/uploads/articles_xml/2357-707X-enfoco-11-01-0176/2357-707X-enfoco-11-01-0176.pdf. Acesso em: 03 nov. 2025.

MEDEIROS SOUTO, R. E. et al. Revisão integrativa: formas e prevalência da violência obstétrica durante o trabalho de parto e parto. **Revista de Enfermagem UFPE online**, v. 16, n. 1, 2022. DOI: 10.5205/1981-8963.2022.253246. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/article/view/253246>. Acesso em: 03 nov. 2025.

SOBRINHO, J. P. S. de et al. O papel do enfermeiro no ciclo gravídico-puerperal frente à violência obstétrica: uma revisão integrativa. **Revista Eletrônica Acervo Enfermagem**, v. 13, 2021, e8188. DOI: 10.25248/reaenf.e8188.2021. Disponível em: <https://acervomais.com.br/index.php/enfermagem/article/view/8188>. Acesso em: 03 nov. 2025.

SILVA, M. G. et al. Violência obstétrica na visão de enfermeiras obstetras. **Rev. Rene**, v. 15, n. 4, p. 720-728, jul./ago. 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/11479>. Acesso em: 03 nov. 2025.

PASCOAL, K. C. et al. Violência obstétrica na percepção de puérperas. **Nursing Edição Brasileira**, v. 23, p. 4221-4232, 2020. DOI: 10.36489/nursing.2020v23i265p4221-4232. Disponível em: <https://www.revistanursing.com.br/index.php/revistanursing/article/view/636>. Acesso em: 03 nov. 2025.

TOBASE SÃO CAMILO, L.; CARDOSO, S. H.; RODRIGUES, R. T. F. et al. Comunicação não violenta como tecnologia leve no contexto da enfermagem: revisão integrativa. **Enfermagem Brasil**, v. 21, n. 5, 2023. DOI: 10.33233/eb.v21i5.4936. Disponível em: <https://convergenceseditorial.com.br/index.php/enfermagembrasil/article/view/4936>. Acesso em: 03 nov. 2025.

PRÁTICAS ASSISTENCIAIS FORENSES: ATUAÇÃO DO ENFERMEIRO À MULHER VÍTIMA DE VIOLÊNCIA SEXUAL

Ludmilla Araújo Bispo dos Santos¹; Raimundo Nonato Barbosa Cunha¹; Emanuela Lopes da Silva¹; Jhenniffer Erika da Costa Rosa².

Graduando em enfermagem pela Universidade Estadual do Maranhão¹, Enfermeira pela Universidade da Amazônia - UNAMA e pós-graduanda em urgência e emergência pelo centro universitário da Amazônia - UNIESAMAZ. Belém - PA².

Arajoludmilla9@gmail.com

RESUMO

A Enfermagem Forense busca contribuir para as investigações criminais, oferecendo suporte técnico às autoridades competentes na identificação, coleta e preservação de evidências que subsidiem processos judiciais. Este estudo teve como objetivo analisar as práticas assistenciais forenses realizadas pelo enfermeiro no atendimento à mulher vítima de violência sexual. Trata-se de uma revisão sistemática da literatura, desenvolvida a partir de artigos publicados entre 2019 e 2024 nas bases SCIELO, Google Acadêmico e LILACS. Foram selecionados cinco estudos que atendiam aos critérios de inclusão. Os resultados demonstraram que práticas como acolhimento qualificado, escuta ativa, exame físico minucioso e coleta de vestígios constituem etapas fundamentais para assegurar a integralidade da assistência e a preservação de evidências com valor legal. Além disso, verificou-se que a orientação sobre profilaxias, medidas de proteção e direitos legais desempenha papel relevante na prevenção de agravos e na promoção do bem-estar físico e emocional da vítima. Apesar dos avanços normativos e do reconhecimento crescente da área, persistem desafios estruturais e a necessidade de capacitação contínua, bem como de protocolos específicos que fortaleçam a atuação interdisciplinar. Conclui-se que o enfermeiro forense possui papel estratégico no cuidado às vítimas, contribuindo para a responsabilização do agressor e a proteção integral da mulher.

Palavras-chave: Enfermagem forense; Cuidados de enfermagem; mulheres.

1 INTRODUÇÃO

A violência contra as mulheres é compreendida como qualquer ação ou conduta baseada no gênero que resulte, ou possa resultar, em dano físico, sexual ou psicológico, incluindo ameaças, coerção ou restrição da liberdade, manifestando-se tanto em contextos públicos quanto privados. Essa forma de violência configura uma grave violação dos direitos humanos e constitui um importante problema de saúde pública, uma vez que implica custos significativos para o Estado, abrangendo desde ações de prevenção até o atendimento integral à vítima e, em alguns casos, ao próprio agressor nos diferentes níveis de atenção à saúde (Silva, 2024).

A Enfermagem Forense constitui um campo especializado que busca contribuir para as investigações criminais, oferecendo suporte técnico às autoridades competentes na identificação, coleta e preservação de evidências que subsidiem processos judiciais, com vistas à responsabilização do agressor e à proteção integral da vítima. Trata-se de uma área de atuação abrangente, cuja inserção ocorre em múltiplos cenários, incluindo instituições hospitalares, serviços de urgência, órgãos periciais e até tribunais de justiça (Souza, 2022).

O enfermeiro forense exerce um papel social relevante, especialmente no contexto do Sistema Único de Saúde, ao ampliar suas competências por meio de formação especializada. A

aquisição dessas competências adicionais possibilita a incorporação de novas práticas ao exercício profissional, qualificando a atuação diante de situações que demandam análise clínico-pericial. Quando adequadamente capacitado, o enfermeiro forense demonstra habilidade para reconhecer, intervir e avaliar episódios de violência, agravos à saúde ou óbitos, bem como para preservar, coletar e documentar vestígios com valor médico-legal (Almeida, 2023).

A consolidação das áreas de atuação do Enfermeiro Forense no Brasil ganhou destaque a partir da consulta pública promovida pelo Conselho Federal de Enfermagem (COFEN) em 2017, culminando na publicação da Resolução nº 0556/2018. Esse marco normativo estabeleceu parâmetros para o exercício profissional, definindo campos de atuação como violência sexual, saúde psiquiátrica, sistema prisional, contexto pós-morte, perícia e consultoria técnica, coleta e preservação de vestígios, desastres em massa e situações de maus-tratos ou outras formas de violência (Marcelo, 2019).

O enfermeiro assume papel central na assistência às vítimas de violência em razão de sua posição estratégica no cuidado direto e integral ao paciente. A Enfermagem Forense destaca-se justamente por articular o campo da saúde com o sistema judicial, permitindo que o profissional atue na investigação, na busca e preservação de evidências, na prestação de cuidados especializados e na formulação de respostas a problemas decorrentes de diferentes formas de violência (Medeiros, 2024).

Diante desse contexto, o presente trabalho tem por objetivo analisar as práticas assistenciais forenses realizadas pelo enfermeiro no atendimento à mulher vítima de violência sexual. Busca-se evidenciar como esse profissional, respaldado por formação especializada e por dispositivos normativos, contribui para a execução rigorosa de procedimentos de acolhimento, intervenção, registro e preservação de evidências, assegurando a integralidade da assistência e o cumprimento das exigências médico-legais.

2 METODOLOGIA

Este estudo foi conduzido por meio de uma revisão sistemática da literatura, com o objetivo de analisar a atuação da equipe de enfermagem nas práticas assistenciais forenses direcionadas à mulher vítima de violência sexual. Para isso, foram selecionados artigos publicados entre 2019 e 2024, que abordam especificamente as práticas de enfermagem forense voltadas para violência sexual feminina. A busca pelos artigos foi realizada nas bases de dados SCIELO, Google acadêmico e LILACS, utilizando as palavras-chave: "Enfermagem forense" e "Violência sexual", combinadas entre si pelo operador booleano "AND".

Dentre os critérios de inclusão, foram considerados apenas os artigos publicados em português e que descrevessem práticas da enfermagem forense no contexto abordado. Os critérios de exclusão abrangeram estudos que não tratavam da prática forense da enfermagem e que focavam apenas em aspectos gerais da violência sem conexão com a atuação profissional, bem como teses e resumos.

Após a busca inicial, foram localizados 80 artigos relevantes. Desses, 20 foram selecionados para uma análise mais aprofundada com base em sua qualidade metodológica e relevância para o tema proposto. Após uma avaliação detalhada, 5 artigos foram finalmente escolhidos para compor a revisão sistemática. A análise foi conduzida de forma qualitativa, considerando as práticas assistenciais descritas, os procedimentos adotados para identificação e preservação de vestígios, as barreiras enfrentadas pelos profissionais e as estratégias propostas para qualificação da atuação forense em casos de violência sexual. A qualidade metodológica dos estudos foi avaliada com base na clareza dos objetivos, consistência da metodologia, relevância dos resultados para a prática da enfermagem forense e robustez dos dados apresentados.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A análise dos estudos selecionados evidencia que as práticas assistenciais forenses desempenhadas pelo enfermeiro constituem um componente essencial no cuidado integral à mulher vítima de violência sexual. Os achados demonstram que o atendimento de enfermagem, nesse contexto, ultrapassa o âmbito clínico tradicional, incorporando ações técnico-científicas, legais, éticas e psicossociais que sustentam uma abordagem ampliada e centrada na vítima.

Os resultados apontam que o acolhimento qualificado e o estabelecimento de vínculo de confiança são práticas recorrentes e indispensáveis no atendimento inicial. Segundo Almeida (2023), essas ações configuram a base para que a mulher se sinta segura e fortalecida para relatar o ocorrido, permitindo ao profissional identificar demandas imediatas e potenciais riscos. De modo convergente, Souza (2022) destacam que o acolhimento humanizado possibilita a redução do sofrimento emocional e contribui para a adesão às etapas subsequentes do cuidado forense.

Outro aspecto central identificado refere-se à escuta qualificada, elemento fundamental para a coleta de informações sensíveis e para a reconstrução fidedigna da narrativa da violência. A literatura reforça que essa escuta deve ser pautada na empatia, ausência de julgamentos e sigilo profissional, conforme relatado por Medeiros (2024), que enfatizam sua importância na promoção da autonomia da mulher e na identificação precoce de necessidades clínicas e legais.

Em relação aos procedimentos técnico-científicos, observou-se que o exame físico completo constitui uma das principais atribuições do enfermeiro forense, abrangendo a avaliação de lesões físicas, sinais de coerção, alterações emocionais e coleta de evidências biológicas. Estudos, como o de Silva (2024), elucidam que o enfermeiro desempenha papel estratégico na cadeia de custódia, garantindo que amostras biológicas (inclusive para sorologias e testagens de IST) sejam coletadas, armazenadas e encaminhadas de forma adequada, preservando seu valor probatório. Almeida (2023) acrescentam que a correta execução desses procedimentos é determinante para subsidiar investigações policiais e ações judiciais.

A atuação do enfermeiro também se estende à orientação sobre medidas legais e de proteção, incluindo o encaminhamento para registro policial, informação sobre direitos e suporte para acesso à rede intersetorial. Marcelo (2019) ressaltam que a atuação forense no Brasil ainda enfrenta desafios regulatórios, mas já se consolidou como prática interdisciplinar essencial, na qual o enfermeiro exerce papel ativo na articulação com serviços de assistência social, justiça e segurança pública.

No âmbito da prevenção de agravos à saúde, os resultados demonstram que o enfermeiro fornece orientações sobre profilaxia pós-exposição ao HIV, uso de preservativos, anticoncepção de emergência e tratamento das Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST). Essas ações, apontadas por Medeiros (2024), são fundamentais para reduzir riscos clínicos, restaurar o bem-estar físico e prevenir consequências tardias da violência sexual.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os achados desta revisão sistemática evidenciam que a Enfermagem Forense, respaldada por regulamentações específicas e por uma formação profissional especializada, fortalece sua inserção no enfrentamento à violência, contribuindo para a garantia dos direitos humanos, da dignidade e da segurança das vítimas.

Constatou-se que o acolhimento qualificado, a escuta ativa, o exame físico minucioso e a coleta adequada de evidências representam práticas essenciais que permitem ao enfermeiro reconhecer sinais de violência, estabelecer vínculo de confiança e atuar de forma técnica e ética na preservação de vestígios com valor probatório. Esse conjunto de ações, além de assegurar a

integralidade da assistência, contribui diretamente para o avanço das investigações policiais e para o andamento de processos judiciais, reforçando o papel do enfermeiro como elo entre a saúde e o sistema de justiça.

Além disso, a orientação sobre medidas legais, profilaxias e cuidados preventivos demonstra a amplitude da atuação do enfermeiro, que, ao abordar aspectos físicos, emocionais e sociais, promove intervenções que minimizam riscos, previnem agravos e favorecem a recuperação integral da vítima. Os estudos analisados evidenciaram ainda desafios estruturais e regulatórios que permeiam a prática forense no Brasil, reforçando a necessidade de investimentos contínuos em capacitação profissional, elaboração de protocolos específicos e fortalecimento das redes de apoio intersetoriais.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, F. C. A.; SANTOS, J. S.; BASTOS, R. A. A.; COSTA, M. R.; ALMEIDA, L. R.; SOUTO, R. Q. Práticas forenses realizadas por enfermeiros a mulheres em situação de violência: revisão de escopo. **Revista Enfermagem Atual In Derme**, v. 97, n. 3, p. 1-20, 2023.

MARCELO, K. C. F. R.; BARRETO, C. A. Enfermagem forense sobre a regulamentação no Brasil. **Revista Saúde em Foco**, v. 1, n. 11, p. 560-566, 2019.

MEDEIROS, T. P. G.; GIULIANI, C. D.; EUGÊNIO, A. P.; JITICOVSKI, A. F. M.; SANTOS, M. C. S.; MOURA-FERREIRA, M. C. Enfermagem Forense: Conhecendo a violência contra a mulher e as ações de promoção em saúde. **Revista Sustinere**, v. 12, p. 16-23, 2024.

SILVA, V. C. P. N.; AGNELLI, J. C. M.; ALMEIDA, C. G.; CONTINI, I. C. P. Atuação da enfermagem forense em unidades de saúde com mulheres vítimas de violência. **Medicus**, v.6, n.2, p.51-60, 2024.

SOUZA, G.; RIBEIRO, J. R. Enfermagem forense: uma visão holística sobre a violência contra a mulher. **FANORPI**, v.4, n.8, p.181-208, 2022.

MORTALIDADE EM IDOSOS POR CÂNCER DO COLO DO ÚTERO DE 2018-2023 EM BELÉM

Ana Júlia Melo Assunção ¹; Amanda Christiny Rodrigues do Nascimento ²; Caroline Vitoria Teixeira do Carmo ³; Emelly Norrany Silva Ferreira ⁴; Emily Souza Gomes ⁵; Bruna Rafaela da Silva Sousa ⁶.

Graduando em enfermagem pela Universidade da Amazônia ¹; Graduando em enfermagem pela Universidade da Amazônia ²; Graduando em enfermagem pela Universidade da Amazônia ³; Graduando em enfermagem pela Universidade da Amazônia ⁴; Graduando em enfermagem pela Universidade da Amazônia ⁵; Doutora em Neurociência e Biologia Celular pela Universidade Federal do Pará ⁶.

Carolcarmo100307@gmail.com

RESUMO

Introdução: O câncer do colo do útero, fortemente associado à infecção persistente pelo HPV, representa um grave problema de saúde pública, sobretudo em países em desenvolvimento. No Brasil, ocupa a terceira posição entre os mais frequentes nas mulheres, com índices elevados de mortalidade nas regiões Norte e Nordeste. **Metodologia:** Trata-se de um estudo epidemiológico, de abordagem quantitativa, descritiva e retrospectiva baseado em dados secundários do DATASUS e complementado por uma revisão exploratória da literatura com levantamento de dados no SciELO e INCA, utilizando filtros específicos para o período e faixa etária de 60 anos ou mais. **Resultados:** Os resultados revelaram maior número de óbitos em 2023, com destaque para a faixa etária de 60 a 69 anos. Variações entre as faixas etárias e ao longo dos anos indicam fragilidades nos programas de prevenção e rastreamento, agravadas pela pandemia de COVID-19. **Conclusão:** A pesquisa reforça a importância da ampliação do acesso ao diagnóstico precoce, da integração do cuidado geriátrico e da adoção de estratégias específicas para reduzir a mortalidade entre mulheres idosas.

Palavras-chave: Câncer do colo do útero; Idosas; Mortalidade.

1 INTRODUÇÃO

O câncer do colo do útero é um tipo de tumor maligno que se desenvolve na parte inferior do útero e está fortemente relacionado à infecção persistente pelo papilomavírus humano (HPV), especialmente pelos subtipos de maior risco, como o HPV 16 e o HPV 18. Essa enfermidade representa uma séria preocupação para a saúde pública, sobretudo em países em desenvolvimento, onde ainda existem barreiras no acesso a ações de prevenção e exames de rastreamento. No Brasil, esse tipo de câncer ocupa a terceira posição entre os mais frequentes nas mulheres, apresentando índices de mortalidade mais elevados nas regiões Norte e Nordeste (INCA, 2024). A ocorrência do câncer de colo uterino figura entre as principais causas de morte entre mulheres em várias partes do mundo, sendo motivo de atenção especial na população idosa. Em Belém, capital do Estado do Pará, a avaliação dos dados de mortalidade relacionados a esse tipo de câncer no período de 2018 a 2023 evidencia a seriedade da situação, além de destacar a necessidade urgente de colocar em prática medidas eficazes de prevenção e controle.

Diante desse cenário, o presente estudo tem como objetivo de analisar o padrão de mortalidade por câncer de colo de útero em mulheres idosas de Belém entre 2018 e 2023, identificando a evolução temporal e desigualdades etárias, e contribuindo para estratégias de prevenção, rastreamento e diagnóstico precoce relacionados ao HPV. Com o aumento da expectativa de vida e as mudanças no perfil demográfico, a proporção de pessoas idosas tem crescido de forma expressiva nos últimos anos, tendência a se intensificar, o que pode contribuir para o aumento de óbitos associados a doenças crônicas, como o câncer do colo do útero (INCA, 2023).

2 METODOLOGIA

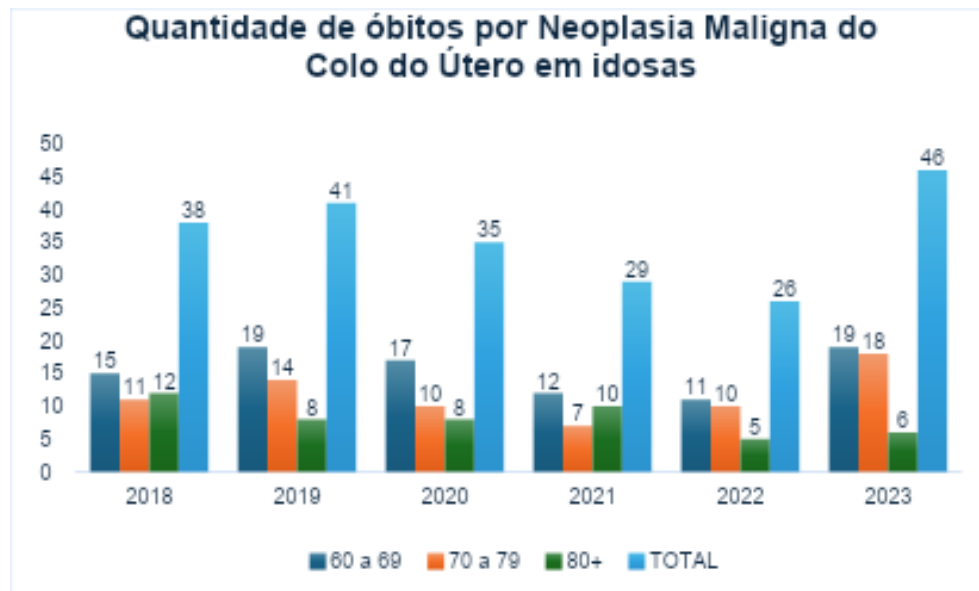
Trata-se de um estudo epidemiológico, de abordagem quantitativa, descritiva e retrospectiva. A coleta de dados foi realizada por meio de uma revisão exploratória da literatura, utilizando as bases de dados SciELO e o site oficial do Instituto Nacional de Câncer (INCA). Utilizou-se a combinação das seguintes palavras-chave: "câncer do colo do útero"; "mortalidade em idosas"; "belém"; "2018 a 2023", empregando o operador booleano AND para refinar os resultados. Inicialmente, foram identificados nove artigos relevantes, dos quais cinco atenderam aos critérios de inclusão: publicação nos últimos cinco anos (2018–2023), disponibilidade em português e foco na mortalidade por neoplasia maligna do colo do útero em mulheres idosas. Após a seleção, os materiais foram lidos na íntegra e submetidos ao fichamento das informações mais relevantes. Os dados foram analisados de forma qualitativa, buscando-se identificar convergências categóricas e padrões que auxiliassem na compreensão da mortalidade por neoplasia maligna do colo do útero em mulheres idosas residentes em Belém, no período de 2018 a 2023. Foi realizada uma consulta aos registros oficiais disponibilizados pelo Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS), por meio da plataforma TabNet. O percurso estatístico seguiu os seguintes passos: acesso ao portal do DATASUS, navegação até a ferramenta TabNet, seleção da seção Estatísticas Vitais, escolha da opção “Mortalidade - 1979 a 1995” com base na CID-10, aplicação do filtro de Mortalidade Geral, delimitação da área geográfica para o estado do Pará, com foco no município de Belém, seleção do período de 2018 a 2023, definição da categoria CID-10 C53 (neoplasia maligna do colo do útero) e delimitação da faixa etária de 69 a 80 anos ou mais. Essas informações foram organizadas e interpretadas com o objetivo de identificar a evolução temporal dos óbitos e fornecer subsídios relevantes para o fortalecimento das estratégias de prevenção, rastreamento e controle da doença.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Entre os anos de 2018 e 2023, a mortalidade por neoplasia maligna do colo do útero em idosas no município de Belém apresentou variações importantes tanto em número absoluto quanto em proporção por faixa etária. Observando os dados, nota-se que o maior número de óbitos ocorreu em 2023, com 46 casos, seguido por 2019 com 41. A faixa etária de 60 a 69 anos foi a mais afetada ao longo do período, concentrando a maior parte dos óbitos em quase todos os anos, com destaque para 2020, quando representou 48,6% do total. Em contrapartida, a faixa de 80 anos ou mais, embora com menor número absoluto de mortes, teve destaque proporcional em 2018 e 2021, com mais de 30% dos óbitos. Já a faixa de 70 a 79 anos mostrou um crescimento proporcional nos últimos dois anos, chegando a representar 41,9% dos óbitos em 2023. Essas variações podem estar relacionadas a múltiplos fatores, como o acesso ao diagnóstico precoce, a cobertura dos programas de rastreamento, o impacto da pandemia da COVID-19 na oferta de serviços de saúde e a efetividade das ações de prevenção direcionadas à população idosa. A predominância dos óbitos na faixa de 60 a 69 anos, que ainda está dentro

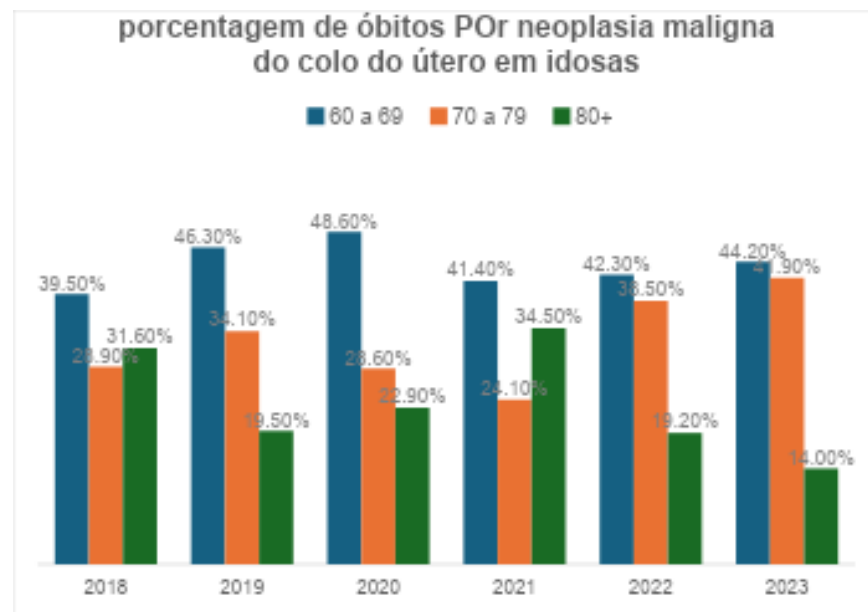
da idade-alvo para rastreamento pelo exame de Papanicolau, indica a necessidade de reforçar as políticas públicas voltadas à prevenção e ao diagnóstico precoce nessa faixa etária. Além disso, o aumento expressivo nos óbitos em 2023 pode refletir um represamento de casos dos anos anteriores ou uma falha nas estratégias de cuidado voltadas às mulheres idosas.

Gráfico 1 – Resultados das mortalidades de idosas (2018-2023)



Fonte: DATASUS

Gráfico 2– Resultados em porcentagem da mortalidade de idosas (2018-2023)



Fonte: DATASUS

4 CONCLUSÃO

Com base no problema proposto, o objetivo da pesquisa foi obtido. Foi possível analisar o padrão de mortalidade por neoplasia maligna do colo do útero em mulheres idosas residentes

no município de Belém, no período de 2018 a 2023. A investigação permitiu identificar as faixas etárias mais acometidas, como a de 60 a 69 anos, e evidenciar um aumento significativo no número de óbitos em 2023, o que sugere lacunas nas estratégias de prevenção e rastreamento, especialmente no contexto da pandemia de COVID-19 e suas repercussões na oferta de serviços de saúde. A pesquisa demonstrou que, apesar da existência de políticas públicas voltadas para o rastreamento e prevenção do câncer do colo do útero, como o exame de Papanicolau, a mortalidade entre idosas ainda permanece elevada. Fatores como o acesso desigual aos serviços de saúde, a baixa adesão aos exames preventivos e a vulnerabilidade social da população idosa contribuem para esse cenário preocupante. Nesse contexto, torna-se urgente o fortalecimento das ações de educação em saúde, ampliação da cobertura dos exames preventivos, e o direcionamento de estratégias específicas para mulheres com 60 anos ou mais. Além disso, os dados reforçam a importância de integrar o cuidado geriátrico ao planejamento das políticas públicas de saúde, reconhecendo as especificidades da população idosa na abordagem do câncer do colo do útero.

REFERÊNCIAS

BELÉM. Prefeitura Municipal de Belém. Belém em números: dados sobre mortalidade por câncer. Belém, 2023. Disponível em: <https://numeros.belem.pa.gov.br/mapa-do-site/>. Acesso em: 22 abr. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Instituto Nacional do Câncer. Estimativa de 2023: incidência de câncer no Brasil. Rio de Janeiro: INCA, 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. Instituto Nacional do Câncer. Câncer do Colo do Útero. Disponível em: <https://www.gov.br/inca/pt-br/assuntos/cancer/tipos/colo-do-uterio>. Acesso em: 31 mar. 2025.

FERRARI, Y. A. C.; DE JESUS; C. V. F., BATISTA; J.F.C, DA SILVA; B. E.B. CAVALCANTE, Anderson Batista; LIMA, C. A.. Tendência secular de mortalidade por câncer do colo do útero no Brasil e regiões. *Ciência e Saúde Coletiva*. Disponível em: <http://cienciaesaudecoletiva.com.br/artigos/tendencia-secular-de-mortalidade-por-cancer-do-colo-do-uterio-no-brasil-e-regioes/19051?id=19051>. Acesso em: 31 mar. 2025.

SILVA, M. L. et al. Impacto da pandemia de COVID-19 na mortalidade por câncer do colo do útero no Brasil: uma revisão de literatura. *Brazilian Journal of Health Review*, v. 5, n. 6, p. 25614–25626, 2022. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJHR/article/view/58371>. Acesso em: 22 abr. 2025.

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E DIREITOS DAS MULHERES: CONSTRUÇÃO E DIVULGAÇÃO DE UM GUIA INFORMATIVO

Alzirina Beatriz de Lima Galvão¹; Laira Fernandes da Silva²; Maria Sanmya Fernandes Pereira³; Sabrinna Kaionara de Silva⁴; Daísy Vieira de Araújo⁵.

Graduanda em Enfermagem pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Bolsista PROEX/UFRN¹, Graduanda em Nutrição pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte², Graduanda em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte^{3,4}, Professora do curso de Enfermagem da Universidade Federal do Rio Grande do Norte/Faculdade de Ciências da Saúde do Trairi⁵.

beatriz.galvao.016@ufrn.edu.br

RESUMO

Este trabalho relata a experiência de construção e divulgação do Guia dos Direitos das Mulheres e Meninas”, pelo projeto de extensão “Na Comunidade e na Universidade- Círculos de Mulheres: (re)descobrimos o poder interior na comunhão com outras mulheres”. Produzido de forma multidisciplinar por discentes de Enfermagem, Nutrição e Psicologia da UFRN/FACISA, o Guia, disponível gratuitamente online, aborda direitos fundamentais das mulheres e meninas. A divulgação ocorreu em clínicas-escolas, UBS e academia em Santa Cruz/RN, alcançando mulheres em diferentes contextos. Os resultados demonstraram que o material atuou como ferramenta eficaz de empoderamento, reduzindo barreiras informacionais e fomentando o diálogo sobre direitos. Para as extensionistas, a experiência promoveu uma formação ética e cidadã, fortalecendo o vínculo entre universidade e sociedade e destacando o papel da extensão na promoção da equidade de gênero.

Palavras-chave: mulheres; empoderamento; equidade de gênero.

1 INTRODUÇÃO

A extensão universitária é entendida como uma ação acadêmica que envolve a articulação entre a comunidade, a acadêmica e a sociedade por meio de programas, projetos, cursos, eventos, publicações, entre outras iniciativas. Como uma das funções da universidade, a extensão busca integrar ensino e pesquisa direcionados à oferta de serviços à comunidade. Essa prática identifica necessidades sociais e promove a troca entre universidade e sociedade, resultando em benefícios mútuos (Rodrigues *et al.*, 2013).

Nesse sentido, os projetos de extensão configuram-se como elementos centrais no currículo e na formação, atuando na produção do conhecimento por meio de uma postura flexível e dialógica, o que estimula uma avaliação crítica das ações (Silva; Vasconcelos, 2006).

Além disso, no contexto do ensino superior, a troca entre discentes e docentes ganha mais relevância quando se empregam metodologias inovadoras ou estratégias de aprendizagem adequadas a distintas circunstâncias (Gomes, 2010). Assim, os recursos didáticos, por serem instrumentos empregados no processo de ensino, desempenham papel fundamental na mediação das práticas pedagógicas e no favorecimento da construção do conhecimento (Pappis *et al.*, 2020; Silva *et al.*, 2022).

Dessa maneira, levando em consideração a importância dos recursos didáticos como metodologia eficaz e inovadora na propagação de conhecimento entre a acadêmica e a sociedade, este trabalho objetiva relatar a experiência de construção e divulgação de um Guia

dos Direitos das Mulheres e Meninas, produzido no contexto do projeto de extensão intitulado “Na Comunidade e na Universidade - Círculos de Mulheres: (re)descobrimos o poder interior na comunhão com outras mulheres”.

2 METODOLOGIA

Trata-se de um relato de experiência, de natureza descritiva e abordagem qualitativa, voltado a apresentar o processo de construção e divulgação do Guia dos Direitos das Mulheres e das Meninas, que foi concebido em duas partes: volume 1 e volume 2. A produção do Guia foi norteada por uma metodologia participativa e multidisciplinar, envolvendo a coordenadora do projeto e 13 discentes dos cursos de Enfermagem, Nutrição e Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte/Faculdade de Ciências da Saúde do Trairi (UFRN/FACISA) e ocorreu no período de maio a julho de 2025.

O processo de construção do material seguiu um fluxo sequencial iniciado com a concepção e organização multidisciplinar da equipe, cuja diversidade de áreas de conhecimento foi fundamental para uma abordagem integral e multifacetada dos direitos das mulheres.

Na etapa seguinte, as discentes realizaram um levantamento bibliográfico aprofundado, fundamentado na legislação vigente e em literatura especializada sobre os direitos das mulheres e meninas no Brasil. Com base nesse mapeamento, procedeu-se à definição dos eixos temáticos do Guia e à distribuição dos temas entre as participantes, de modo que cada discente ou grupo se responsabilizou pelo aprofundamento e redação de um tópico específico.

A fase de produção concentrou-se na elaboração dos textos, utilizando linguagem clara, acessível e didática, visando o empoderamento do público-alvo. Posteriormente, o material foi submetido à revisão e validação pela coordenadora do projeto, etapa crucial para garantir coesão, precisão das informações e a formatação final do conteúdo.

O Guia foi estruturado para contemplar, de forma abrangente, os direitos das mulheres e meninas em duas partes complementares. O volume 1, aborda os direitos fundamentais, civis, políticos, trabalhistas e à saúde. Os eixos temáticos incluem: A Evolução dos Direitos das Mulheres no Mundo e no Brasil, Direitos Fundamentais das Mulheres, Direitos Civis e Políticos, Direitos Trabalhistas e Diretos à Saúde e Direitos à Educação.

Já o volume 2 foca em temas mais específicos e contemporâneos. Os eixos temáticos incluem: Direitos Contra a Violência, Direitos nas Políticas Públicas, Direitos em Grupos Específicos, Dignidade Menstrual e Direitos de Meninas e Adolescentes (ECA).

O Guia dos Direitos das Mulheres e das Meninas (volumes 1 e 2) encontra-se disponível no Repositório Institucional da UFRN, plataforma que permite o acesso seguro, fácil e gratuito ao material, garantindo a ampla disseminação do conhecimento produzido. Outrossim, o material foi divulgado pelas discentes nos serviços de saúde, na instituição de origem e demais serviços no município de Santa Cruz/RN no período de setembro a novembro de 2025, além do perfil oficial do projeto no Instagram @circulodemulheres_ufrn.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A divulgação do Guia foi posta em prática em ambientes diversos no município de Santa Cruz/RN, sendo eles as Clínicas Escolas de Enfermagem e Fisioterapia da UFRN/FACISA, Unidade Básica de Saúde do bairro Centro, academia de ginástica e na Casa da Gestante, Bebê e Puérpera do Hospital Universitário Ana Bezerra, o que permitiu o alcance de diferentes públicos femininos, ampliando sua circulação e estimulando o diálogo sobre direitos, proteção social e enfrentamento à violência. Salienta-se que a estratégia de divulgação em um ambiente voltado ao exercício físico mostrou-se eficaz para alcançar mulheres que nem sempre frequentam espaços de assistência à saúde.

Observou-se que o Guia funcionou como ferramenta de aproximação, promovendo autonomia e estimulando discussões sobre cidadania (Reberte *et al.*, 2012). Os relatos das usuárias evidenciaram desconhecimento prévio sobre legislação, políticas públicas e mecanismos de proteção, reforçando a importância de materiais educativos acessíveis como estratégia de empoderamento feminino e redução de barreiras informacionais (Brasil, 2024).

Outrossim, a participação das discentes na construção e divulgação do Guia proporcionou experiências formativas essenciais para a trajetória acadêmica e profissional das mesmas. O processo de escrita exigiu estudo e pesquisa de qualidade sobre legislações, políticas públicas, interseccionalidade e direitos humanos, permitindo a construção de competências críticas e responsabilidade social. Além disso, a atividade estimulou habilidades de comunicação científica, escrita acessível e produção de materiais educativos, aspectos fundamentais na atuação do profissional em saúde.

Durante a divulgação, as participantes do projeto vivenciaram situações reais de diálogo com diferentes perfis de mulheres, desenvolvendo sensibilidade social, escuta ativa e capacidade de mediação de temas delicados. Assim, esse contato direto possibilitou compreender de perto as demandas da comunidade, fortalecendo o vínculo entre universidade e sociedade e ampliando a visão das alunas sobre as desigualdades estruturais.

Por fim, a experiência contribuiu para o engrandecimento pessoal e profissional, ao permitir que as discentes reconhecessem seu papel como agentes multiplicadoras de informação, promotoras de direitos e participantes ativas no enfrentamento às desigualdades de gênero. Assim, o projeto favoreceu não apenas a formação técnica, mas também ética, cidadã e humanizada, pilares que sustentam a atuação em saúde (CNPQ, 2021).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção e divulgação do Guia dos Direitos das Mulheres e das Meninas evidenciam o papel fundamental da extensão universitária na aproximação entre universidade e sociedade. A experiência mostrou que materiais educativos produzidos de forma clara, acessível e sensível à realidade das mulheres podem atuar como importantes ferramentas de informação, empoderamento e promoção da cidadania. A escolha da divulgação das atividades em diversos locais da comunidade, como clínicas-escolas, unidades básicas de saúde, academias e Casa da Gestante, Bebê e Puérpera, expandiram o alcance do Guia e permitiram que mulheres de diferentes perfis tivessem acesso a informações fundamentais sobre seus direitos.

Para as estudantes envolvidas, essa experiência foi uma excelente oportunidade não só de aprender, mas também de interagir com a comunidade, o que tornou a aquisição de conhecimento ainda mais significativa. Além disso, durante a fase de escrita, que exigiu uma pesquisa cuidadosa, conseguimos compreender os direitos que até então nos eram desconhecidos. Esse processo de buscar, organizar e refletir sobre as informações ajudou a desenvolver nossas habilidades acadêmicas, fortalecer nossa postura crítica e ampliar nossa compreensão sobre os direitos das mulheres.

Em síntese, iniciativas como essa do projeto “Na Comunidade e na Universidade - Círculos de Mulheres: (re)descobrimo o poder interior na comunhão com outras mulheres” devem ser estimuladas e ampliadas, pois colaboram diretamente para a construção de uma sociedade mais justa, consciente e comprometida com os direitos das mulheres.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Ministério da Saúde**. Saúde de A à Z. Saúde da Mulher. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/s/saude-da-mulher>. Acesso em: 20 nov. 2025.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO (CNPq). Diretrizes para a extensão universitária. 2021. Disponível em: <https://www.cnpq.br>. Acesso em: 20 nov. 2025.

ARAÚJO, Daisy Vieira de *et al.* (org.) Guia dos direitos das mulheres e das meninas. **Repositório Institucional da UFRN**. Santa Cruz, v. 1, 2025. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/66315>. Acesso em: 26 nov. 2025.

ARAÚJO, Daisy Vieira de *et al.* (org.) Guia dos direitos das mulheres e das meninas. **Repositório Institucional da UFRN**. Santa Cruz, v. 2, 2025. 33 p. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/66316>. Acesso em: 26 nov. 2025

GOMES, M. P. *et al.* O uso de metodologias ativas no ensino de graduação nas ciências sociais e da saúde: avaliação dos estudantes. **Ciência & Educação**, v. 16, n. 1, p. 181-198, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1516-73132010000100011>. Acesso em: 20 nov. 2025.

MONTEIRO, S.; VARGAS, E. Educação, comunicação e tecnologia educacional: interfaces com o campo da saúde. [online]. Rio de Janeiro. **Editora FIOCRUZ**, 232p. 2006. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/9n7jy/epub/monteiro9788575415337.epub>. Acesso em: 20 nov. 2025.

PAPPIS, Lisiane; WISCH, Tasia; DEWES, Andiará. Plano de desenvolvimento institucional: perspectivas sobre contextos emergentes na/da educação superior. **Políticas Educativas – PolEd**, v. 14, n. 1, p. 17-30, 2020. Disponível em: <https://www.poleduca.org/index.php/pol/article/view/162>. Acesso em: 20 nov. 2025.

Reberte, L. M.; *et al.* O processo de construção de material educativo para a promoção da saúde da gestante. **Rev Latino-Am Enfermagem** [Internet]. 2012. 20(1):101-08. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S01041692012000100014&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 20 nov. 2025.

RODRIGUES, A. L. L. *et al.* Contribuições da extensão universitária na sociedade. **Cadernos de Graduação – Ciências Humanas e Sociais – UNIT**, v. 1, n. 16, p. 141-148, 2013. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/cadernohumanas/article/view/494>. Acesso em: 20. nov. 2025.

SILVA, M. S.; VASCONCELOS, S. Extensão universitária e formação profissional: avaliação da experiência das ciências biológicas na Universidade Federal de Pernambuco. **Estudos em Avaliação Educacional**, v. 17, n. 33, p. 119-136, 2006. Disponível em: <http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/eae/arquivos/1280/1280.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2025.

SILVA, D. M.; SANTANA, J. R.; VASCONCELOS, F. H. Formação docente para o desenvolvimento de recursos educacionais digitais: uma revisão sistemática da literatura. **#Tear: Revista Educação, Ciência e Tecnologia**, v. 11, n. 1, p. 1-20, 2022. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.35819/tear.v11.n1.a5657>. Acesso em: 20 nov. 2025.

FITOTERAPIA NO CUIDADO FEMININO: VIVÊNCIAS DO MINICURSO ERVAS NA SAÚDE DA MULHER

Alzirina Beatriz de Lima Galvão¹; Samantha Valcacio Camargo²; Maria Eduarda de Lima Xavier³; Daísy Vieira de Araújo⁴.

Graduanda em Enfermagem pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Bolsista PROEX/UFRN¹, Graduanda em Enfermagem pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte², Graduanda em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte³, Professora do curso de Enfermagem da Universidade Federal do Rio Grande do Norte/Faculdade de Ciências da Saúde do Trairi⁴.

beatriz.galvao.016@ufrn.edu.br

RESUMO

O uso de plantas medicinais acompanha a humanidade desde a antiguidade e permanece relevante como prática integrativa do cuidado. Na saúde da mulher, diversas ervas são utilizadas para aliviar sintomas relacionados ao sistema reprodutivo e endócrino, como cólicas, tensão pré-menstrual e desconfortos da menopausa. Diante disso, o minicurso “Ervas na Saúde da Mulher”, realizado durante a Semana de Enfermagem da UFRN/FACISA em maio de 2025, teve como objetivo apresentar conhecimentos sobre o uso seguro e racional de plantas medicinais. A atividade foi conduzida por discentes de Enfermagem, Nutrição e Psicologia vinculadas a um projeto de extensão, e dividiu-se em um momento teórico e outro prático. Foram abordados conceitos fundamentais, como a diferença entre planta medicinal e fitoterápico, orientações sobre coleta, preparo e conservação das ervas, além da importância da orientação profissional para evitar intoxicações. A prática de escalda-pés com camomila e sal grosso possibilitou integração, relaxamento e troca de saberes. O minicurso contribuiu para ampliar a visão dos participantes sobre práticas integrativas, reforçando que o uso consciente de plantas pode compor estratégias de cuidado seguro e integral à saúde da mulher.

Palavras-chave: fitoterapia; educação em saúde; plantas medicinais.

1 INTRODUÇÃO

Desde a antiguidade são utilizadas plantas para tratar as doenças e os povos originais usam ervas medicinais para auxiliar no cuidado de sintomas e curar doenças, e esses ensinamentos são passados de geração em geração.

Na contemporaneidade, a fitoterapia se desenvolve como uma modalidade terapêutica que utiliza materiais exclusivamente naturais em diversos tipos de preparação, sem utilizar outras substâncias químicas ou sintéticas (Sá; Ribeiro; Costa, 2023).

A Organização Mundial da Saúde (OMS) relata que uma média de 85% da população, principalmente dos países em desenvolvimento como o Brasil, acredita no potencial resolutivo das plantas medicinais e as utiliza no tratamento de patologias diversas. Entretanto, a ausência de informações por parte dos profissionais e dos usuários causam eventos adversos, como intoxicações (Silva *et al.*, 2020).

Na saúde da mulher, várias plantas têm sido utilizadas como preparações que atuam nos incômodos dos sistemas endócrino e reprodutivo, tais como: miomas, síndrome pré-menstrual, menopausa, síndrome do ovário policístico, endometriose e disfunção sexual, evitando o uso de medicamentos alopáticos, que em grande parte causam reações adversas e efeitos

colaterais (Silva *et al.*, 2020). A utilização de ervas desempenha um papel essencial na prevenção e no cuidado de diversas condições que atravessam o ciclo de vida feminino.

Nesse contexto, este trabalho objetiva relatar a experiência de acadêmicas dos cursos de Enfermagem, Nutrição e Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte/Faculdade de Ciências da Saúde do Trairi (UFRN/FACISA) no desenvolvimento de um minicurso sobre “Ervas na Saúde da Mulher” durante às atividades alusivas à Semana da Enfermagem em 2025.

2 METODOLOGIA

Trata-se de um relato de experiência, de natureza descritiva e abordagem qualitativa, acerca do desenvolvimento do minicurso “Ervas na Saúde da Mulher” ministrado durante a Semana de Enfermagem na UFRN/FACISA.

A atividade ocorreu no município de Santa Cruz/RN, em maio de 2025 e teve como facilitadoras discentes dos cursos de Enfermagem, Nutrição e Psicologia que atuam como colaboradoras no projeto de extensão “Na Comunidade e na Universidade - Círculos de Mulheres: (re)descobrimo o poder interior na comunhão com outras mulheres”.

A atividade contou com dois momentos: o primeiro consistiu em uma explicação teórica, mediada por slides, de conceitos fundamentais sobre planta medicinal e fitoterápico, orientações sobre coleta, preparo e conservação das ervas, apresentação de algumas ervas mais comuns utilizadas na saúde da mulher, como a *Morus nigra* (Amora), *Calendula officinallis* (Calêndula), *Matricaria chamomilla* (Camomila), *Aloe vera* (Babosa), dentre outras, além da importância da orientação profissional para evitar intoxicações.

No segundo momento, foi realizada uma atividade prática por meio de um escalda-pés utilizando camomila e sal grosso, algo que proporcionou relaxamento e troca de saberes entre os participantes da atividade. Todos os momentos do minicurso foram realizados com o uso de uma linguagem clara e objetiva para os presentes, a fim de proporcionar o conhecimento de uma maneira acessível para todos.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos (PNPMF) é de extrema importância para compreender o manejo de ervas pela população brasileira. Essa política visa promover ações que possibilitem o acesso seguro e racional do uso de plantas medicinais e fitoterápicos, de maneira que não prejudique o meio ambiente, a saúde dos indivíduos e o desenvolvimento econômico (Brasil, s.d).

Durante a condução do minicurso buscamos diferenciar plantas medicinais de fitoterápicos e salientar que ambos não podem ser consumidos de maneira desenfreada. Uma planta medicinal se refere a um vegetal que possui propriedades medicinais em seus filamentos, como as raízes, folhas, cascas e flores que podem ser utilizados para fins terapêuticos. Por outro lado, um fitoterápico é produzido de forma industrial a partir de plantas medicinais como forma de medicamento (Di Souza, 2023).

É válido afirmar que por mais que seja um tratamento natural não deve ser consumido de maneira excessiva. Segundo Macedo (2023) para consumir de maneira adequada as ervas medicinais é necessário consultar um profissional de saúde que indique o tratamento correto, a fim de evitar os efeitos contrários, pois em cada corpo a utilidade é diferente.

Em outro momento, no minicurso, foi explicado como e quando colher as ervas, como secá-las e como cuidar e conservar plantas frescas e secas. Também foi discutido sobre como é a melhor forma de fazer chá, pois cada parte da planta tem uma forma de preparo diferente.

Além disso, outro ponto relevante do minicurso, foram os exemplos de algumas plantas medicinais presentes em nosso dia a dia e, muitas vezes, não conhecemos os seus benefícios. Entre estas, cita-se a *Matricaria chamomilla*, popularmente conhecida como camomila, cujos princípios ativos atuam no tratamento de lesões de pele, feridas, úlceras e queimaduras. Para as mulheres, durante o ciclo menstrual, é uma alternativa para cólicas e transtorno pré-menstrual (momento este também conhecido como, Tempo Para Mim ou Tempo Para Meditar), pois possui propriedades ansiolítica e sedativa, além de muitos outros benefícios (Brasil, 2025). Também foram apresentadas outras ervas medicinais como, erva doce, babosa, orégano, folha da amora e framboesa e calêndula.

Por fim, foi realizado com os participantes, a prática de escalda-pés, para isto foi utilizado água morna, camomila e sal grosso, esses elementos serviram para melhor submersão dos pés dentro da bacia e maior integração com a prática. O escalda-pés tem o intuito de ser um exercício relaxante, que alivia a ansiedade, o estresse e ajuda a diminuir o ritmo acelerado do cotidiano.

A prática com o escalda-pés objetiva ampliar as percepções dos participantes a novas dinâmicas de intervenção que podem utilizar o recurso das ervas medicinais (Carneiro *et al.*, 2025).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a oferta do minicurso “Ervas na saúde da Mulher” foi possível compartilhar saberes e práticas, com responsabilidade e segurança, de maneira que todos os presentes foram advertidos do perigo da automedicação e das consequências da ingestão inadequada de ervas medicinais.

Foi possível também ampliar o rol de conhecimentos dos participantes para além de uma prática cartesiana-flexneriana, baseada na visão vitalista, na compreensão do indivíduo na sua totalidade e integralidade.

Outrossim, o minicurso contribuiu para ampliar a visão dos participantes sobre práticas integrativas em saúde, reforçando que o uso consciente de plantas pode compor estratégias de cuidado seguro e integral à saúde da mulher.

REFERÊNCIAS

BEZERRA, Leonarda Carneiro Rocha; FERNANDES, Danielle Victor; MORAIS, Maria do Socorro Trindade; MATOS, Suellen Duarte de Oliveira. Benefícios do escalda-pés combinado com aromaterapia, musicoterapia e fitoterapia na promoção de saúde mental dos acadêmicos de enfermagem. **Revista de Enfermagem UFPE on line**, Recife, v. 19, n. 1, 2025. DOI: 10.5205/1981-8963.2025.262628. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/article/view/262628>. Acesso em: 3 dez. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação e do Complexo Econômico-Industrial da Saúde. Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos. **Informações sistematizadas da Relação Nacional de Plantas Medicinais de Interesse ao SUS: *Matricaria chamomilla* L. (syn. *Chamomilla recutita* (L.) Rauschert) – Camomila**. Brasília: Ministério da Saúde, 2025. 192 p. ISBN 978-65-5993-816-2. Disponível em: https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/renisus_matricaria_chamomilla.pdf. Acesso em: 03 dez. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Plantas medicinais e fitoterápicos**. Ministério da Saúde. (s.d.). Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/sectics/plantas-medicinais-e-fitoterapicos>. Acesso em: 21 nov. 2025.

DI SOUZA, Anna Beatriz Queiroz. Plantas medicinais, fitoterapia e fitoterápicos: você conhece os termos? In: VITORELLO, Claudia Barros Monteiro (org.). **Plantas medicinais e fitoterapia: tradição e ciência**. Piracicaba: FEALQ, 2023. p. 29–32. DOI: 10.11606/9786589722496. Disponível em: <https://fealq.org.br/wp-content/uploads/2023/12/Plantas-medicinais-e-fitoterapia-Versao-digital-final.pdf>. Acesso em: 03 dez. 2025.

MACEDO, Jonathan Ferreira. Cuidados que devem ser tomados no uso de plantas medicinais. In: VITORELLO, Claudia Barros Monteiro (org.). **Plantas medicinais e fitoterapia: tradição e ciência**. Piracicaba: FEALQ, 2023. p. 45–49. DOI: 10.11606/9786589722496. Disponível em: <https://fealq.org.br/wp-content/uploads/2023/12/Plantas-medicinais-e-fitoterapia-Versao-digital-final.pdf>. Acesso em: 03 dez. 2025.

SÁ, Claudia Conforto de; RIBEIRO, Charles Lima; COSTA, Vanessa Rosa de Oliveira Teixeira. Uso de fitoterápicos na saúde da mulher. **REVISA**, [S. l.], v. 12, n. 2, p. 321–329, 2023. Disponível em: <https://rdcsa.emnuvens.com.br/revista/article/view/140>. Acesso em: 3 dez. 2025.

SILVA, Maria Charlianne de Lima Pereira; ALCÓCER, Juan Carlos Alvarado; SOUSA, Leilane Barbosa de; COSTA, Edmara Chaves; PINTO, Olienaide Ribeiro de Oliveira; MACIEL, Nathanael de Souza; LUZIA, Francisco Jardsom Moura. Fitoterapia como intervenção em saúde da mulher: revisão integrativa da literatura. **Cogitare Enfermagem**, [S. l.], v. 25, 2020. DOI: 10.5380/ce.v25i0.71158. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/cogitare/article/view/71158>. Acesso em: 3 dez. 2025.

VITORELLO, Claudia Barros Monteiro. **Plantas medicinais e fitoterapia: tradição e ciência**. Universidade de São Paulo. Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, 2023. DOI: <https://doi.org/10.11606/9786589722496>. Disponível em: <https://fealq.org.br/wp-content/uploads/2023/12/Plantas-medicinais-e-fitoterapia-Versao-digital-final.pdf>. Acesso em: 03 dez. 2025.

EXPERIÊNCIAS DE MULHERES COM ESTOMIA: O IMPACTO NO DIA A DIA

Adriel Leal Aires¹; Caroline Tavares de Souza¹; Michele Cristiene Nachtigall Barboza².

Graduando em Enfermagem pela Universidade Federal de Pelotas¹, Doutora em Ciências pela Universidade Federal de Pelotas².

adrlealaires@gmail.com

RESUMO

As estomias são intervenções cirúrgicas que alteram de forma significativa a vida das pessoas, especialmente das mulheres, que enfrentam mudanças físicas, emocionais e sociais após o procedimento. Este trabalho apresenta uma revisão bibliográfica sobre as experiências de mulheres estomizadas, incluindo os desafios relacionados à adaptação, autocuidado, imagem corporal, sexualidade e convivência social. A pesquisa foi realizada nas bases PubMed, BDENF e LILACS, considerando estudos primários publicados nos últimos cinco anos. Os resultados evidenciam que muitas mulheres desconhecem o que é estomia antes da cirurgia, vivenciam dificuldades no processo de adaptação e lidam com sentimentos como medo, vergonha e solidão. Aspectos como preconceito, alterações na rotina e impactos nos relacionamentos também se destacam. Por outro lado, o papel da enfermagem, especialmente do enfermeiro estomaterapeuta, mostra-se fundamental para o acolhimento, educação em saúde e apoio emocional, contribuindo para a autonomia e qualidade de vida dessas pacientes.

Palavras-chave: mulheres; estomia; impacto.

1 INTRODUÇÃO

A estomia consiste numa abertura criada artificialmente entre uma cavidade do corpo e o meio externo para permitir a passagem de urina, fezes e gases (no caso das estomias de eliminação), ar (estomias respiratórias, como a traqueostomia) ou alimentos (como a gastrostomia), podendo ainda ser classificada como temporárias ou definitivas (Potter *et. al*, 2024; Sobest, 2020).

Quanto às estomias de eliminação, estas podem ser intestinais, como a colostomia ou a ileostomia, ou urinárias, como a urostomia. A maior causa de confecção são as neoplasias colorretais e de bexiga (Hinkle; Cheever; Overbaugh, 2023), seguidas das doenças inflamatórias, como diverticulite e doença de Crohn, além de causas traumáticas, como ferimentos por arma branca e acidentes automobilísticos (Diniz *et. al*, 2020).

No Brasil, o Ministério da Saúde estima que existam cerca de 400 mil pessoas estomizadas, com um aumento médio de aproximadamente 10 mil novos casos por ano. Contudo, ainda não há dados concretos sobre essa população, especialmente no que se refere à distribuição por gênero, devido à inexistência de um sistema nacional unificado de registro (Brasil, 2021).

A vida da mulher estomizada é profundamente impactada por desafios no trabalho, como preconceito, falta de apoio e dificuldades de reinserção, além de mudanças na imagem corporal que afetam autoestima, sexualidade e bem-estar emocional. O enfermeiro é essencial no cuidado à pessoa estomizada, pois identifica complicações, orienta sobre o autocuidado e oferece suporte emocional, destacando a importância de formação contínua para uma assistência qualificada (Costa, 2025).

Tendo em vista a importância dessa temática, este trabalho tem como objetivo descrever e analisar, na produção científica, as experiências vivenciadas por mulheres estomizadas e o impacto no seu dia a dia, e como a Enfermagem pode contribuir para o cuidado e a promoção da saúde.

2 METODOLOGIA

Trata-se de um estudo do tipo revisão bibliográfica integrativa, realizado nas plataformas PubMed, BDNF e LILACS. Os critérios de inclusão foram: artigos disponíveis online de forma gratuita, publicados nos idiomas português, inglês ou espanhol, com recorte temporal de até cinco anos. Selecionaram-se exclusivamente estudos primários que abordassem a população feminina estomizada, permitindo a identificação das evidências mais recentes relacionadas aos impactos dessa condição e ao cuidado de enfermagem. Os critérios de exclusão foram artigos repetidos ou que não se encaixavam na proposta do tema. Os descritores/termos de pesquisa foram: “women AND (ostomy OR colostomy OR ileostomy) AND nursing AND experiences”. Foram encontrados 7 artigos, lidos na íntegra, nos quais 1 trabalhava exclusivamente com experiências vivenciadas por mulheres e 2 possuíam dados mistos com homens; o restante não possuía relação com a proposta do trabalho, ou seja, não relatam as experiências ou o impacto da estomia nas mulheres, e/ou nem correlaciona com o papel da enfermagem. Assim, apenas os 3 primeiros estudos descritos foram selecionados. Vale destacar que dos estudos selecionados, todos possuem origem internacional.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A ideia de estar ou viver com estomia pode ser assustadora no início, principalmente para as pacientes mulheres que não sabem do que se trata ou tem uma concepção incorreta do assunto. Desde a chegada do diagnóstico até a adaptação dessa nova rotina, a paciente passa por uma extensa jornada, cheia de ajustes em sua nova rotina (Tan *et. al*, 2024). Os profissionais de saúde, em especial o enfermeiro estomaterapeuta, exercem um papel muito importante na educação em saúde, orientando a mulher sobre o que é estoma, os cuidados necessários, esclarecendo dúvidas e realizando uma assistência de qualidade (Costa, 2025). Contudo, esse papel nem sempre é cumprido: um estudo realizado na Noruega com mulheres estomizadas revelou que algumas não sabiam o que era estomia até ter sido identificado a necessidade de realizar uma cirurgia de estomização; enquanto que outra paciente imaginava uma cena “de horror”, onde o intestino ficava pendurado em uma bolsa (Mørkhagen; Nortvedt, 2023).

Por outro lado, neste mesmo estudo, as pacientes que foram acompanhadas por um enfermeiro estomaterapeuta declararam ter recebido informações claras e precisas sobre dieta (quais alimentos não pode comer), como lidar com desafios que podem vir a acontecer com o uso da bolsa de estomia, e conhecimento sobre equipamentos adaptados para cada estoma (o que as ajuda, por exemplo, a evitar vazamentos). Elas expressaram sentimentos de gratidão aos estomaterapeutas e desenvolveram um relacionamento mais próximo do que com outros profissionais, não se sentindo constrangidas mesmo em situações onde a profissional está realizando a limpeza da bolsa de estomia (Mørkhagen; Nortvedt, 2023).

Em um estudo realizado na China, as pacientes estomizadas relataram as dificuldades em se adaptar às novas rotinas e como a bolsa de estomia tem se tornado parte da sua vida. Uma participante do estudo destacou que foi necessário reaprender a se vestir, comer e dormir; outra participante referiu as dificuldades que teve no início, mas que gradualmente aprendeu a se adaptar (Tan *et. al*, 2024). Isso vai de acordo com o consenso entre especialistas da área, que salientam que “estar” e “viver” com uma estomia é algo que traz consigo muitos desafios e demanda mudanças de hábitos em diferentes aspectos da vida (Sobest, 2021).

No aspecto social, muitas mulheres enfrentaram ignorância por parte de outras pessoas. Três pacientes do estudo norueguês comentaram incidentes em que crianças curiosas falaram sobre o estoma; em outros momentos, adultos fixaram o olhar e perguntaram o que era aquilo. As mulheres afirmaram que não há problemas em ser curioso, desde que se questione educadamente – isto pode até se tornar uma experiência agradável. Porém, elas se sentiram constrangidas com os “olhares fixos” (Mørkhagen; Nortvedt, 2023). Além disso, as pacientes sentiram dificuldades em falar sobre a bolsa de estomia, muitas vezes não mencionando-a nas interações sociais. A solidão foi um sentimento expresso em diversos momentos, onde mesmo com a família sendo muito atenciosa e prestando todo o suporte necessário, “eles não podem entender completamente o que estou passando” e “não quero preocupá-los”. A necessidade de reunir-se com um grupo com outras pessoas estomizadas se destacou entre as falas (Tan *et. al*, 2024).

Um estudo realizado com 48 mulheres e 83 homens demonstrou as mudanças ocorridas antes e pós-estomia nos relacionamentos e vínculos afetivos. O artigo destaca a diferença do conceito de “intimidade” para as mulheres em relação aos homens, em que esta se define como vínculos psicossociais e comunicação, podendo levar a relacionamentos amorosos. Como objeto de pesquisa, cinco perguntas foram realizadas aos participantes, abrangendo questões como “quão difícil é olhar para sua estomia?”, “como sua estomia interferiu com seus relacionamentos pessoais?” e “você está satisfeito(a) com sua aparência?”. Nas relações sexuais, mais mulheres sentiram medo de retornar às atividades sexuais após a cirurgia de estomização em comparação aos homens (Nehemiah, 2023). Em outro artigo, as mulheres destacaram que informações sobre sexualidade foram escassas. Uma mulher comentou que recebeu a informação de uma enfermeira de que não poderia esperar ficar grávida, contudo, descobriu mais tarde que não tinha ligação com a estomia (Mørkhagen; Nortvedt, 2023). Esses tópicos são muito relevantes para a vida da mulher, onde a equipe multiprofissional possui papel relevante na assistência pós-operatória tardia, ajudando as pessoas a lidar com preconceitos, esclarecendo dúvidas e dando orientações (Sobest, 2021; Brasil, 2021).

4 CONCLUSÃO

A literatura mostra que a estomia provoca mudanças significativas na vida da mulher, exigindo adaptações físicas, emocionais e sociais. A falta de informação antes da cirurgia e o impacto na imagem corporal podem gerar medo, insegurança e dificuldade de aceitação. Mesmo diante desses desafios, muitas mulheres conseguem se adaptar progressivamente, especialmente quando recebem orientações claras, apoio profissional e espaço para expressar dúvidas e sentimentos. Destaca-se o papel da enfermagem na promoção do cuidado e da saúde da mulher estomizada que, se realizado de maneira correta e considerando as suas particularidades, contribui para uma melhor adaptação ao dia a dia e uma melhor qualidade de vida.

Diante dos desafios identificados, destaca-se a importância de ampliar pesquisas, investir em práticas assistenciais qualificadas e fortalecer políticas públicas voltadas à população estomizada, em especial no território nacional. Com isso, torna-se possível oferecer um cuidado mais humano, integral e sensível às particularidades da mulher estomizada.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. **Guia de atenção à saúde da pessoa com estomia**. Brasília: Secretaria de Atenção Especializada em Saúde, 2021.

COSTA, Larissa da; *et al.*. O papel do enfermeiro nos cuidados com ostomias: uma revisão integrativa. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**, Brasil, São Paulo, v. 8, n. 19, p. e082305, 2025.

DINIZ, Iraktania Vitorino; *et al.* Perfil epidemiológico de pessoas com estomias intestinais de um centro de referência. **ESTIMA - Brazilian Journal of Enterostomal Therapy**, v.18, e2620, 2020.

HINKLE, Janice L.; CHEEVER, Kerry H.; OVERBAUGH, Kristen J. **Brunner & Suddarth - Tratado de Enfermagem Médico-Cirúrgica**. 15. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2023.

MØRKHAGEN, Andrea Emilie; NORTVEDT, Line. A qualitative study on how younger women experience living with an ostomy. **International journal of environmental research and public health**, v. 20, n. 9, p. 5627, 2023.

NEHEMIAH, Ariel; *et al.* Intimacy and survivors of cancer with ostomies: findings from the Ostomy Self-management Training trial. **The Journal of Sexual Medicine**, v. 20, n. 11, p. 1319-1324, 2023.

POTTER, Patricia A.; PERRY, Anne G.; STOCKERT, Patricia A.; HALL, Amy M. **Fundamentos de Enfermagem**. 11. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2024.

SOBEST – Associação Brasileira de Estomaterapia. **Consenso Brasileiro de Cuidado às Pessoas Adultas com Estomias de Eliminação 2020**. São Paulo: Segmento Farma Editores, 2021.

TAN, Zuo; *et al.* Living with a permanent ostomy: a descriptive phenomenological study on postsurgical experiences in patients with colorectal cancer. **BMJ open**, v. 14, n. 11, p. e087959, 2024.

USO DA TIRZEPATIDA NO MANEJO DA SÍNDROME DO OVÁRIO POLICÍSTICO: UMA REVISÃO NARRATIVA

Ludmilla Araújo Bispo dos Santos¹; Emanuela Lopes da Silva¹; Raimundo Nonato Barbosa Cunha¹; Jhennifer Erika da Costa Rosa².

Graduando em enfermagem pela Universidade Estadual do Maranhão¹, Enfermeira pela Universidade da Amazônia - UNAMA e pós-graduanda em urgência e emergência pelo centro universitário da Amazônia -UNIESAMAZ. Belém – PA².

Arajoludmilla9@gmail.com

RESUMO

A Síndrome dos Ovários Policísticos (SOP) é uma condição endócrina complexa, caracterizada por hiperandrogenismo, disfunções ovulatórias e alterações metabólicas, frequentemente associadas à resistência à insulina e à obesidade. Nos últimos anos, terapias incretínicas emergiram como alternativas promissoras para o manejo metabólico da síndrome, especialmente em mulheres com excesso de peso. Entre elas, destaca-se a tirzepatida, um agonista duplo dos receptores de GLP-1 e GIP, que tem demonstrado resultados expressivos na redução ponderal, na melhora da sensibilidade à insulina e na modulação do perfil lipídico em populações com diabetes tipo 2 e obesidade. Este estudo teve como objetivo analisar as evidências disponíveis sobre a aplicação da tirzepatida no contexto da SOP, considerando seus efeitos metabólicos, hormonais e inflamatórios. A revisão narrativa da literatura indicou que, embora os dados iniciais sejam encorajadores, a maior parte das informações deriva de estudos realizados em populações não específicas, sendo extrapoladas para mulheres com SOP. Assim, apesar de seu potencial terapêutico, ainda não há consenso sobre sua eficácia clínica na síndrome, evidenciando a necessidade de ensaios clínicos específicos, de longo prazo e que contemplem os diferentes fenótipos da SOP. Conclui-se que a tirzepatida representa uma perspectiva promissora, mas carece de comprovação direcionada.

Palavras-chave: Síndrome do Ovário Policístico; GLP-1; Resistência à insulina.

1 INTRODUÇÃO

A Síndrome dos Ovários Policísticos (SOP) é uma disfunção endócrina complexa, de etiologia ainda não totalmente esclarecida e apresentação clínica heterogênea, acometendo de 15% a 20% das mulheres em idade reprodutiva em âmbito global. O quadro clínico caracteriza-se por hiperandrogenismo, oligo-ovulação ou anovulação e morfologia policística ovariana. Além das repercussões reprodutivas, a SOP exerce impacto sobre o metabolismo, levando frequentemente ao desenvolvimento de hiperinsulinemia, resistência à insulina, síndrome metabólica, obesidade, alterações no perfil lipídico e maior predisposição ao diabetes mellitus tipo 2 e a doenças cardiovasculares (Almeida, 2019).

A resistência à insulina é considerada um dos principais pilares fisiopatológicos da SOP e manifesta-se quando os tecidos periféricos apresentam resposta reduzida à ação da insulina, exigindo maior produção pancreática para a manutenção da normoglicemia. Esse mecanismo compensatório resulta em hiperinsulinemia, a qual, além de impactar o metabolismo glicídico, estimula o aumento da síntese de androgênios pelos ovários, interferindo diretamente na ovulação e na qualidade do ambiente reprodutivo. Tal condição não apenas intensifica as

manifestações endócrinas da síndrome, mas também contribui para o desenvolvimento de múltiplas comorbidades crônicas (Munhoz, 2025).

Intervenções terapêuticas convencionais, como modificações no estilo de vida e o uso de metformina, apresentam benefícios amplamente reconhecidos; contudo, nem sempre são suficientes para promover o controle abrangente da síndrome (CENA et al., 2020). Nesse cenário, agonistas do receptor de GLP-1 têm sido investigados como alternativas terapêuticas promissoras para mulheres com SOP, particularmente aquelas que apresentam obesidade e resistência à insulina (Souza, 2025).

A tirzepatida, um agonista duplo dos receptores de GLP-1 e GIP, tem demonstrado resultados promissores no tratamento de pacientes com diabetes mellitus tipo 2 e obesidade, evidenciando reduções significativas no peso corporal e melhora substancial no controle metabólico. Esses achados indicam um possível benefício terapêutico também para mulheres com síndrome dos ovários policísticos (SOP); contudo, ainda se fazem necessários ensaios clínicos direcionados especificamente a essa população para confirmação de sua eficácia e segurança (Souza, 2025). Nesse contexto, o presente estudo teve como objetivo analisar as evidências disponíveis acerca do uso da tirzepatida no manejo da Síndrome do Ovário Policístico.

2 METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão narrativa da literatura, cujo objetivo foi analisar as evidências científicas disponíveis acerca do uso da tirzepatida no manejo da Síndrome do Ovário Policístico (SOP). A busca bibliográfica foi realizada nas bases PubMed e Google Scholar, utilizando os seguintes descritores, isolados e combinados entre si: “Síndrome do Ovário Policístico”, “SOP”, “tirzepatida”, “agonistas de GLP-1”, “resistência à insulina”, “polycystic ovary syndrome”, “tirzepatide” e “GLP-1 agonists”.

Foram incluídos artigos publicados entre 2019 e 2025, em português e inglês, com acesso ao texto completo, que abordassem aspectos fisiopatológicos da SOP, mecanismos de ação da tirzepatida, efeitos metabólicos e potenciais aplicações terapêuticas do fármaco. Excluíram-se pesquisas sobre outros agonistas incretínicos sem menção à tirzepatida e documentos não científicos, como opiniões, editoriais e resumos não acompanhados de texto completo.

A seleção dos estudos ocorreu em etapas: leitura dos títulos, triagem dos resumos e posterior avaliação integral dos textos elegíveis. As informações relevantes foram organizadas em três categorias temáticas: (1) fundamentos fisiopatológicos da SOP e sua relação com a resistência à insulina; (2) evidências científicas sobre a eficácia metabólica e hormonal da tirzepatida; e (3) lacunas existentes para o uso da tirzepatida no manejo da SOP. Esse método possibilitou a construção de uma síntese narrativa crítica, abrangendo os principais avanços e limitações da pesquisa.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os tratamentos destinados à SOP podem ter como alvo terapêutico o receptor de GLP-1, e evidências emergentes apontam para o potencial uso da tirzepatida no manejo da obesidade e da resistência à insulina. A tirzepatida consiste em um agonista duplo dos receptores do peptídeo semelhante ao glucagon tipo 1 (GLP-1) e do peptídeo insulínico dependente de glicose (GIP). Esse fármaco tem demonstrado relevância devido à sua capacidade de acionar vias de sinalização específicas e à afinidade diferenciada pelos receptores envolvidos nos processos fisiopatológicos da obesidade e da resistência insulínica. Dessa forma, hipotetiza-se

que a tirzepatida possa ampliar a eficácia tradicionalmente atribuída aos agonistas do receptor de GLP-1 (Souza, 2025).

Os benefícios metabólicos parecem ser particularmente mais expressivos em pacientes com SOP que apresentam excesso de peso ou obesidade. Nesses casos, observa-se melhora mais consistente da resistência à insulina, redução dos níveis de glicemia, além de uma modulação favorável do perfil lipídico. Tais efeitos são especialmente relevantes em contextos metabólicos semelhantes aos encontrados na SOP, nos quais o hiperinsulinismo e as alterações lipídicas desempenham papel central na fisiopatologia e na progressão das comorbidades associadas (Gracia, 2023).

Adicionalmente, a tirzepatida promove modificações favoráveis na microbiota intestinal, aspecto relevante para pacientes com SOP, uma vez que há associação entre disbiose intestinal e a fisiopatologia da síndrome, sendo a alteração da microbiota possivelmente um de seus mecanismos contribuintes. Esses achados sugerem que a tirzepatida pode ser particularmente eficaz em mulheres com SOP associada à obesidade e à síndrome metabólica, embora seu benefício possa ser limitado em pacientes com peso normal (Anala, 2023).

O potencial da tirzepatida em reduzir marcadores inflamatórios e adipocitocinas pró-inflamatórias sugere efeitos benéficos sobre a função metabólica e cardiovascular, aspecto de particular relevância para mulheres com SOP e obesidade. A modulação do estado inflamatório sistêmico, frequentemente exacerbado nessa população, pode contribuir não apenas para a melhoria do perfil cardiometabólico, mas também para a redução de riscos associados (Frias, 2021).

Apesar dos achados, observa-se uma escassez de estudos específicos que avaliem a eficácia e a segurança da tirzepatida em mulheres com Síndrome dos Ovários Policísticos. A maior parte das evidências disponíveis deriva de pesquisas conduzidas com populações portadoras de diabetes tipo 2 ou obesidade, sendo posteriormente extrapoladas para o contexto da SOP. Essa limitação metodológica impede conclusões robustas e generalizáveis, sobretudo devido às particularidades fisiopatológicas da síndrome. Assim, torna-se evidente a necessidade de ensaios clínicos bem delineados, que considerem diferentes fenótipos da SOP, variáveis metabólicas e reprodutivas e o acompanhamento a longo prazo. A ampliação do corpo de evidências é essencial para determinar o real papel da tirzepatida no manejo da SOP e orientar sua aplicação clínica de forma segura e eficaz.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Síndrome dos Ovários Policísticos é uma condição multifatorial e de elevada complexidade clínica, que exerce impacto tanto sobre a saúde metabólica quanto sobre a saúde reprodutiva das mulheres. Sua fisiopatologia envolve mecanismos inter-relacionados, como resistência à insulina, hiperandrogenismo, disfunções ovulatórias, alterações inflamatórias e desequilíbrios na composição da microbiota intestinal, o que torna seu manejo desafiador e exige abordagens terapêuticas integradas.

Nesse contexto, a tirzepatida surge como uma opção terapêutica, especialmente para pacientes com SOP associada à obesidade, resistência à insulina e síndrome metabólica. Os achados preliminares indicam benefícios relevantes, incluindo melhora da sensibilidade insulínica, redução ponderal, modulação positiva do perfil lipídico, diminuição de marcadores inflamatórios e efeitos benéficos sobre a microbiota intestinal.

Entretanto, apesar das perspectivas promissoras, a atual literatura científica carece de estudos clínicos específicos que avaliem a eficácia, segurança e aplicabilidade da tirzepatida em mulheres com SOP. Assim, torna-se imprescindível o desenvolvimento de pesquisas robustas, com metodologias adequadas, acompanhamento a longo prazo e avaliação abrangente dos diferentes fenótipos da síndrome.

Conclui-se que, embora a tirzepatida represente um avanço potencial no manejo da SOP, sua utilização clínica deve ser orientada pela prudência até que novas evidências científicas consolidem seu papel terapêutico.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Y. F.; VIANA, L. M.; CAIXETA, L. V. V.; VIEIRA, Y. A.; ALVES, B. L. R.; CARDOSO, A. S. Qualidade de vida em mulheres com Síndrome do Ovário Policístico. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, n. 35, p. 1-9, 2019.
- ANALA, A. D.; SAIFUDEEN, I. J. H.; IBRAHIM, M.; NANDA, M.; NAAZ, N.; ATKIN, S. L. The potential utility of tirzepatide for the management of polycystic ovary syndrome. *Journal of Clinical Medicine*, v. 12, n. 14, p. 4575, 2023.
- FRIAS, J. P.; DAVIES, M. J.; ROSENSTOCK, J.; et al. Tirzepatide versus semaglutide once weekly in patients with type 2 diabetes. **New England Journal of Medicine**, v. 385, p. 503–515, 2021.
- GRACIA, M. F. M.; et al. Eficacia de la tirzepatida en pacientes con diabetes mellitus tipo 2 y obesidad: un innovador fármaco dual. **Ciencia Latina Revista Científica Multidisciplinar**, v. 7, n. 1, p. 2370–2082, 2023.
- MUNHOZ, M. E. V. A.; PAVANELLO, A. A relação entre Síndrome do Ovário Policístico e distúrbios metabólicos: implicações para a saúde reprodutiva. **Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences**, v. 7, n. 7, p. 644–653, 2025.
- SOUZA, L. A. G.; BRIM, A. D. A.; FILHO, A. C. C. S.; FREIRE, M. S.; SOUZA, R. A. G.; PEIXOTO, M. C. Potencial Aplicação da Tirzepatida no Manejo da Síndrome do Ovário Policístico: Uma Revisão Narrativa. **RCMOS - Revista Científica Multidisciplinar O Saber**, Brasil, v. 1, n. 2, p. 1-12, 2025.

ALEITAMENTO MATERNO EXCLUSIVO, VULNERABILIDADE SOCIAL E INFECÇÕES RESPIRATÓRIAS AGUDAS EM LACTENTES: UMA REVISÃO DE ESCOPO

Poliana Aparecida Vitorio Machado Longo¹; Cristiano José Longo²

Mestre em Enfermagem pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro¹, Graduando
de Nutrição pela Universidade Cruzeiro do Sul².

longopoliana383@gmail.com

RESUMO

Objetivo: Mapear as evidências científicas sobre a relação entre aleitamento materno exclusivo, vulnerabilidade social e infecções respiratórias agudas em lactentes. Revisão de escopo conduzida conforme as diretrizes PRISMA-ScR. A busca foi realizada nas bases PubMed, SciELO, LILACS, Web of Science e CINAHL, incluindo publicações de 2010 a 2025. Foram selecionados estudos primários que abordassem ao menos dois dos três eixos centrais: AME, vulnerabilidade social e IRA em crianças menores de 24 meses. Entre 793 registros identificados, 16 atenderam aos critérios de elegibilidade. A extração de dados considerou características metodológicas e principais achados. Os estudos indicaram que o AME reduz a incidência e a gravidade das IRA, como pneumonia e bronquiolite, devido aos componentes imunológicos do leite materno. A vulnerabilidade social, marcada por pobreza, insegurança alimentar, baixa escolaridade e condições ambientais inadequadas, mostrou-se barreira relevante à prática do AME, aumentando o risco de adoecimento respiratório. Vulnerabilidades clínicas, como prematuridade, baixo peso ao nascer e hospitalização neonatal, também estiveram associadas ao desmame precoce. O AME é uma estratégia eficaz para prevenir IRA em lactentes, porém sua efetividade depende de condições sociais, ambientais e clínicas favoráveis. Políticas públicas que promovam equidade, apoio à amamentação e proteção social são essenciais para ampliar o AME e fortalecer a saúde respiratória infantil.

Palavras-chave: Aleitamento Materno Exclusivo; Infecções Respiratórias; Lactente; Vulnerabilidade Social.

1 INTRODUÇÃO

As infecções respiratórias agudas (IRA) representam uma das principais causas de adoecimento e mortalidade infantil, sobretudo em países de baixa e média renda, afetando especialmente lactentes devido à imaturidade imunológica e à maior exposição a agentes infecciosos (WHO, 2020). Nesse contexto, o aleitamento materno exclusivo (AME) até os seis meses destaca-se como estratégia eficaz para reduzir hospitalizações e óbitos por doenças respiratórias, uma vez que fornece imunoglobulinas, lactoferrina, oligossacarídeos, células vivas e compostos anti-inflamatórios responsáveis pelo fortalecimento da imunidade (Victoria *et al.*, 2016; Ballard; Morrow, 2013). Contudo, a prática do AME é desigual e fortemente influenciada por determinantes sociais, como pobreza, baixa escolaridade, insegurança alimentar, falta de suporte profissional e condições de trabalho inadequadas (Rollins *et al.*, 2016; Boccolini; Carvalho; Oliveira, 2015). Somam-se a esses fatores as condições clínicas que aumentam a vulnerabilidade, como prematuridade, intercorrências neonatais e necessidade de internação em UTI, que dificultam ainda mais a manutenção da amamentação (Maastrup *et al.*,

2014; Alves *et al.*, 2013). Diante da interação entre vulnerabilidades sociais, biológicas e clínicas, torna-se essencial mapear de forma sistemática a literatura sobre AME, vulnerabilidade social e IRA em lactentes, justificando a adoção de uma revisão de escopo como método para identificar evidências disponíveis, lacunas de conhecimento e direcionar pesquisas e políticas públicas futuras.

2 METODOLOGIA

A revisão seguiu as diretrizes do PRISMA-ScR e foi orientada pelo método PCC, tendo como população os lactentes, como conceitos o AME e a vulnerabilidade social, e como contexto as IRA. A busca foi realizada nas bases PubMed/MEDLINE, SciELO, LILACS, Web of Science e CINAHL, incluindo estudos publicados entre 2010 e 2025, em português, inglês e espanhol. Foram utilizados descritores DeCS/MeSH relacionados ao aleitamento, infecções respiratórias e vulnerabilidade social, combinados por operadores booleanos. A seleção incluiu estudos primários quantitativos e qualitativos que abordassem ao menos dois dos três eixos principais, excluindo revisões e documentos não originais. O processo ocorreu em três etapas: títulos, resumos e leitura completa e levou à inclusão final de 16 estudos, a partir dos quais foram extraídas informações sobre características metodológicas e principais achados.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A busca identificou 793 registros, dos quais 652 permaneceram após a remoção de duplicatas. A triagem de títulos e resumos excluiu 611 artigos que não atendiam aos critérios da revisão, resultando em 41 estudos para leitura completa. Destes, 25 foram excluídos por falta de dados relevantes, foco inadequado ou tipo de publicação não elegível. Ao final, 16 estudos atenderam plenamente aos critérios e foram incluídos na síntese da revisão.

TABELA 1 – Síntese dos 16 estudos incluídos

Nº	Autor/Ano	País	Tipo de Estudo	Tema Central	Achados Principais
1	Ladomenou et al. (2010)	Grécia	Coorte	AME e infecções respiratórias	AME reduziu significativamente IRA no primeiro ano de vida.
2	Chantry et al. (2006)	EUA	Transversal	AME e IRA	AME reduziu pneumonia e otite.
3	Duijts et al. (2010)	Holanda	Coorte	AME prolongado	AME ≥4 meses reduziu infecções respiratórias e gastrointestinais.
4	Kramer & Kakuma (2012)	Multipaíses	Revisão Cochrane	Duração do AME	AME até 6 meses diminuiu episódios de infecções respiratórias.
5	Sankar et al. (2015)	Multipaíses	Meta-análise	AME e mortalidade infantil	AME reduziu mortalidade por infecções respiratórias.
6	Victora et al. (2016)	Multipaíses	Revisão (Lancet)	Epidemiologia do aleitamento	AME protege contra mortalidade por IRA, sobretudo em países pobres.

Nº	Autor/Ano	País	Tipo de Estudo	Tema Central	Achados Principais
7	Ballard & Morrow (2013)	EUA	Revisão	Composição imunológica do leite	Leite materno contém fatores antimicrobianos que reduzem IRA.
8	Andreas et al. (2015)	Reino Unido	Revisão	Microbiota e imunidade	AME modula imunidade e protege contra infecções respiratórias.
9	Le Doare et al. (2018)	Reino Unido	Revisão	Imunidade infantil	Leite materno melhora respostas imunes contra vírus respiratórios.
10	Boccolini et al. (2015)	Brasil	Transversal	Fatores sociais do AME	Baixa renda e baixa escolaridade reduzem a chance de AME.
11	Venâncio et al. (2013)	Brasil	Populacional	Tendências do aleitamento	Desigualdade social influencia taxas de AME.
12	Pérez-Escamilla et al. (2023)	Multipaíses	Revisão	Mercado e AME	Pressões comerciais reduzem AME entre populações vulneráveis.
13	Rollins et al. (2016)	Multipaíses	Revisão	Políticas e determinantes sociais do AME	Vulnerabilidade social dificulta AME e amplia risco de IRA.
14	Piwoz & Huffman (2015)	EUA	Revisão	Marketing e AME	Marketing de fórmulas diminui AME e aumenta risco infeccioso.
15	Maastrup et al. (2014)	Dinamarca	Revisão	Prematuridade e AME	Prematuros têm maior dificuldade de AME, aumentando vulnerabilidade a doenças.
16	Alves et al. (2013)	Brasil	Coorte	UTI neonatal e AME	Internação neonatal reduz AME e aumenta risco respiratório.

Os estudos analisados mostraram de forma consistente que o AME reduz a incidência e a gravidade das IRA em lactentes, protegendo contra pneumonia, bronquiolite, infecções virais e diminuindo hospitalizações. Essa proteção é explicada pelos componentes imunológicos do leite materno, como imunoglobulinas, lactoferrina e oligossacarídeos. Contudo, os resultados também deixam claro que manter o AME depende fortemente de fatores sociais e estruturais: pobreza, baixa escolaridade, insegurança alimentar e dificuldades de acesso aos serviços de saúde diminuem a sua prática e elevam o risco de IRA. Vulnerabilidades clínicas como prematuridade, baixo peso ao nascer e internação neonatal que reforçam ainda mais esse cenário, já que dificultam o estabelecimento da amamentação em bebês que já são biologicamente mais frágeis. Além disso, políticas públicas, condições de trabalho, apoio institucional e o marketing de fórmulas influenciam diretamente a continuidade do AME. Em conjunto, os 16 estudos demonstram que, embora o AME seja altamente eficaz na proteção respiratória infantil, sua manutenção está profundamente ligada às desigualdades sociais e clínicas, exigindo ações amplas e intersetoriais para garantir sua efetividade.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A revisão mostra que o AME é uma das principais estratégias de proteção contra IRA em lactentes, reduzindo hospitalizações, pneumonia, bronquiolite e a gravidade das infecções graças aos componentes imunológicos do leite materno. No entanto, os benefícios do AME não chegam igualmente a todas as famílias: pobreza, baixa escolaridade, insegurança alimentar, moradia precária, falta de suporte profissional e políticas de trabalho inadequadas dificultam sua manutenção, sobretudo entre mães de bebês clinicamente vulneráveis, como prematuros e aqueles que passaram por internação neonatal. Essas desigualdades são agravadas por fatores sociais e pelo marketing de fórmulas, que contribuem para a interrupção precoce do AME e aumentam o risco de infecções respiratórias. A revisão também destaca que políticas públicas e ações de apoio, como fortalecimento da atenção primária, ambientes de trabalho favoráveis, ampliação da licença-maternidade e controle da promoção de substitutos do leite materno têm potencial para ampliar as taxas de AME e reduzir casos de IRA, especialmente em populações mais vulneráveis.

Assim, conclui-se que a proteção conferida pelo AME às infecções respiratórias agudas somente se expressa plenamente quando associada a condições sociais equitativas. A promoção do aleitamento materno deve ser compreendida como responsabilidade coletiva e intersetorial, exigindo a articulação entre políticas sociais, econômicas, ambientais e de saúde. Garantir condições dignas de vida, acesso a serviços de qualidade e suporte adequado às mulheres é fundamental para que todos os lactentes, independentemente de sua condição social, possam usufruir dos benefícios protetores do aleitamento materno exclusivo.

REFERÊNCIAS

- WORLD HEALTH ORGANIZATION. *Pneumonia and diarrhoea: Tackling the deadliest diseases for the world's poorest children*. Geneva: WHO, 2020. Disponível em: <https://www.who.int/publications/i/item/9789240011915>. Acesso em: 05 dez 2025.
- VICTORA, C. G. *et al.* Breastfeeding in the 21st century: epidemiology, mechanisms, and lifelong effects. *The Lancet*, v. 387, n. 10017, p. 475–490, 2016. Disponível em: [https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(15\)01024-7](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(15)01024-7). Acesso em: 02 dez 2025.
- BALLARD, O.; MORROW, A. L. Human milk composition: nutrients and bioactive factors. *Pediatric Clinics of North America*, v. 60, n. 1, p. 49–74, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.pcl.2012.10.002>. Acesso em: 04 dez 2025.
- ROLLINS, N. C. *et al.* Why invest, and what it will take to improve breastfeeding practices? *The Lancet*, v. 387, n. 10017, p. 491–504, 2016. Disponível em: [https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(15\)01044-2](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(15)01044-2). Acesso em: 03 dez 2025.
- BOCCOLINI, C. S.; CARVALHO, M. L.; OLIVEIRA, M. I. C. Fatores associados ao aleitamento materno exclusivo nos primeiros seis meses de vida no Brasil. *Revista de Saúde Pública*, v. 49, p. 91, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-8910.2015049005747>. Acesso em: 04 dez 2025.
- MAASTRUP, R. *et al.* Breastfeeding progression in preterm infants is influenced by factors in infants, mothers and clinical practice. *Journal of Human Lactation*, v. 30, n. 3, p. 241–249, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0890334414537707>. Acesso em: 05 dez 2025.
- ANDREAS, N. J.; KAMPMANN, B.; MEHRING-LE DOARE, K. Human breast milk: A review on its composition and bioactivity. *Clinical & Experimental Immunology*, v. 179, n. 1, p. 50–63, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/cei.12499>. Acesso em: 03 dez 2025.

- LADOMENOU, F. *et al.* Protective effect of exclusive breastfeeding against infections during infancy. *Journal of Pediatrics*, v. 156, n. 2, p. 296–301, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.jpeds.2009.09.033>. Acesso em: 03 dez 2025.
- CHANTRY, C. J.; HOWARD, C. R.; AUINGER, P. Full breastfeeding duration and associated decrease in respiratory tract infection in US children. *Pediatrics*, v. 117, n. 2, p. 425–432, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1542/peds.2004-2283>. Acesso em: 04 dez 2025.
- DUIJTS, L. *et al.* Prolonged and exclusive breastfeeding reduces the risk of infectious diseases in infancy. *Pediatrics*, v. 126, n. 1, p. e18–e25, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1542/peds.2008-3256>. Acesso em: 04 dez 2025.
- KRAMER, M. S.; KAKUMA, R. Optimal duration of exclusive breastfeeding. *Cochrane Database of Systematic Reviews*, n. 8, p. CD003517, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1002/14651858.CD003517.pub2>. Acesso em: 05 dez 2025.
- VENÂNCIO, S. I.; SALDIVA, S. R. D. M.; MONTEIRO, C. A. Secular trends in breastfeeding in Brazil. *Revista de Saúde Pública*, v. 47, n. 6, p. 1205–1208, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-8910.2013047004798>. Acesso em: 05 dez 2025.
- PÉREZ-ESCAMILLA, R. *et al.* Breastfeeding: Crucially important, but increasingly challenged in a market-driven world. *The Lancet*, v. 402, n. 10397, p. 105–121, 2023. Disponível em: [https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(22\)01968-6](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(22)01968-6). Acesso em: 06 dez 2025.
- SANKAR, M. J. *et al.* Optimal breastfeeding practices and infant and child mortality: a systematic review and meta-analysis. *Acta Paediatrica*, v. 104, n. 467, p. 3–13, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/apa.13147>. Acesso em: 06 dez 2025.
- LE DOARE, K. *et al.* Mother's milk: A purposeful contribution to the development of the infant microbiota and immunity. *Frontiers in Immunology*, v. 9, p. 361, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.3389/fimmu.2018.00361>. Acesso em: 04 dez 2025.
- PIWOZ, E. G.; HUFFMAN, S. L. Impact of marketing of breast-milk substitutes on WHO-recommended breastfeeding practices. *Food and Nutrition Bulletin*, v. 36, n. 4, p. 373–386, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0379572115602174>. Acesso em: 04 dez 2025.

ENVELHECIMENTO FEMININO E TRANSFORMAÇÕES FISIOLÓGICAS: DESAFIOS E CAMINHOS PARA A ASSISTÊNCIA INTEGRAL À MULHER IDOSA

Marcelle Almeida Rangel¹; João Victor Lopes Pereira Lima¹; Luísa dos Reis Rosa¹; Rafaela Rickes Lino ¹; Mariana Radtke Kruschart ¹; Bibiana Calatayud Barbosa Turri ¹; Edmar Rosa².

Graduando em medicina pela Universidade Católica de Pelotas¹, Médico pela Universidade Federal de Rio Grande ².

marcellealmeidar@hotmail.com

RESUMO

O envelhecimento feminino provoca diversas mudanças fisiológicas, sobretudo em função da queda dos níveis de estrogênio após a menopausa. Essas alterações afetam múltiplos sistemas do corpo, tornando a mulher idosa mais suscetível a doenças crônicas, fragilidade física, alterações na saúde sexual, perda de autonomia e maior risco de complicações metabólicas e cardiovasculares. As principais mudanças envolvem o sistema endócrino, musculoesquelético, cardiovascular, metabólico e geniturinário, manifestando-se por atrofia urogenital, perda óssea, sarcopenia, maior risco de quedas, hipertensão, dislipidemias, incontinência urinária e fragilidade emocional, incluindo ansiedade e depressão. Diante desse cenário, intervenções como programas de exercícios, acompanhamento ginecológico, fisioterapia pélvica, cuidados nutricionais, monitoramento cardiovascular e suporte psicológico são fundamentais para promover qualidade de vida e bem-estar na mulher idosa.

Palavras-chave: envelhecimento feminino; mudanças fisiológicas; saúde da mulher idosa;

1 INTRODUÇÃO

O envelhecimento feminino constitui um processo amplo, caracterizado por transformações fisiológicas que repercutem de modo significativo sobre a saúde e a qualidade de vida. A transição para a menopausa e o consequente declínio dos níveis de estrogênio desencadeiam uma série de modificações que afetam diversos sistemas do organismo. Essas mudanças tornam a mulher na terceira idade mais suscetível a doenças crônicas, fragilidade física, alterações na vida sexual, maior dependência funcional e redução da autonomia. Nesse contexto, a assistência à saúde deve ser cuidadosamente adaptada para atender às especificidades do envelhecimento feminino, valorizando práticas de cuidado integral, humanizado e orientado para a prevenção dessas consequências. Compreender as alterações fisiológicas que acompanham essa etapa da vida é fundamental para subsidiar ações que promovam bem-estar e dignidade. É necessário analisar a assistência à saúde da mulher na terceira idade, com ênfase nas principais mudanças fisiológicas decorrentes do envelhecimento e em suas implicações para o cuidado clínico, preventivo e multidisciplinar. Ao identificar como tais alterações afetam a saúde global da mulher idosa, busca-se oferecer subsídios para o aprimoramento das práticas assistenciais.

2 METODOLOGIA

A elaboração deste resumo ocorreu por meio de uma revisão de literatura, realizada com abordagem qualitativa. Foram consultadas produções científicas, diretrizes e documentos oficiais publicados entre 2013 e 2024, disponíveis nas bases Google Scholar e em materiais da Organização Mundial da Saúde. Os descritores empregados foram: envelhecimento feminino, mudanças fisiológicas, saúde da mulher idosa e terceira idade. Após, foram selecionadas as publicações que abordavam diretamente as transformações fisiológicas no envelhecimento e os modelos de cuidado direcionados à mulher idosa. As informações obtidas foram organizadas conforme os principais sistemas corporais afetados e as estratégias de assistência recomendadas.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A análise dos estudos revelou que as mudanças fisiológicas influenciam diretamente a assistência à saúde da mulher. As alterações endócrinas e reprodutivas incluem redução significativa dos hormônios sexuais, levando à atrofia urogenital, diminuição da lubrificação vaginal, alterações metabólicas e perda acelerada da massa óssea, aumentando o risco de osteoporose. Essas condições reforçam a importância do acompanhamento ginecológico contínuo e do cuidado com a saúde feminina. No âmbito musculoesquelético, destacam-se a sarcopenia, a redução da força muscular e a maior predisposição a quedas e fraturas, tornando essenciais programas de exercícios, fisioterapia e intervenções nutricionais. Em relação ao sistema cardiovascular e metabólico, a perda do efeito cardioprotetor do estrogênio eleva os riscos de hipertensão, dislipidemias e resistência à insulina, exigindo monitoramento e hábitos de vida saudáveis. No sistema geniturinário, cresce a incidência de incontinência urinária, prolapso pélvico e infecções recorrentes, condições que podem ser amenizadas por fisioterapia pélvica, educação em saúde e manejo clínico adequado. Aspectos cognitivos e psicossociais também se destacam, com maior suscetibilidade à depressão, ansiedade e isolamento social, sendo importante o estímulo cognitivo e o fortalecimento das redes de apoio.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desse modo, a assistência à saúde da mulher idosa deve ser fundamentada no entendimento das transformações fisiológicas do envelhecimento, reconhecendo a complexidade e a singularidade dessa fase da vida. Ações preventivas, acompanhamento contínuo, prática regular de atividade física, cuidados ginecológicos e atenção à saúde mental são fundamentais para promover um envelhecimento ativo, saudável e digno. Nesse sentido, recomenda-se a implementação de estratégias clínicas direcionadas, como o rastreamento sistemático de osteoporose, hipertensão, dislipidemias e distúrbios metabólicos; a avaliação ginecológica periódica com manejo adequado da atrofia urogenital e das repercussões na saúde sexual; o fortalecimento da fisioterapia, especialmente no cuidado pélvico e na prevenção de quedas; a adoção de intervenções nutricionais individualizadas associadas ao incentivo à atividade física para minimizar sarcopenia; e o suporte psicossocial contínuo, visando identificar precocemente sintomas de depressão, ansiedade e isolamento social. A integração

dessas medidas possibilita uma prática clínica mais sensível, resolutive e orientada para a integralidade do cuidado, contribuindo de forma significativa para a melhoria da qualidade de vida da mulher, do início ao fim.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. *Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher: princípios e diretrizes*. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Envelhecimento e saúde da pessoa idosa*. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2015. (Cadernos de Atenção Básica, n. 19).

CUNHA, L. L.; REIS, L. A. Fisiologia do envelhecimento feminino: implicações para a saúde da mulher idosa. *Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 3, p. 1–12, 2019.

NORTH AMERICAN MENOPAUSE SOCIETY (NAMS). The 2023 hormone therapy position statement of The North American Menopause Society. *Menopause*, v. 30, n. 4, p. 551–571, 2023.

SOUZA, A. C.; SILVA, M. L.; FERREIRA, G. L. Impacto das alterações fisiológicas no envelhecimento e suas repercussões na saúde da mulher. *Journal of Women's Health*, v. 10, n. 2, p. 45–57, 2020.

MANEJO NÃO HORMONAL DOS SINTOMAS DO CLIMATÉRIO: UMA REVISÃO INTEGRATIVA

Mariana Radtke Kruschardt¹; Bibiana Calatayud Barbosa Turri¹; Marcelle Almeida Rangel¹; Luísa dos Reis Rosa¹; Rafaela Rickes Lino¹; Marta Viviana Calatayud Barbosa²; Graduanda em medicina pela Universidade Católica de Pelotas; Médica ginecologista e obstetra².

mariana.radtke@sou.ucpel.edu.br

RESUMO

O climatério caracteriza-se por alterações endócrinas progressivas decorrentes da queda da função ovariana, frequentemente acompanhadas por sintomas vasomotores, transtornos do sono, alterações do humor e mudanças metabólicas. Embora a terapia hormonal seja considerada o tratamento mais eficaz para sintomas moderados a graves, seu uso é limitado por contraindicações absolutas e relativas, além de preferências individuais. Este trabalho apresenta uma revisão narrativa da literatura sobre intervenções não hormonais para manejo dos sintomas climatéricos. Evidências indicam que exercícios físicos aeróbicos e resistidos promovem melhora dos fogachos, qualidade do sono e bem-estar psicológico. Estratégias como meditação, ioga e terapia cognitivo-comportamental, demonstram eficácia especialmente na redução da frequência e intensidade dos sintomas vasomotores e na modulação do estresse. Fitoterápicos amplamente estudados - incluindo isoflavonas de soja, cimicífuga racemosa e óleo de prímula - apresentam resultados heterogêneos, embora alguns estudos mostrem benefício moderado em sintomas vasomotores. Intervenções nutricionais, com enfoque no consumo de fitoestrógenos e padrões alimentares saudáveis, também demonstram potencial terapêutico. Conclui-se que abordagens não hormonais constituem alternativas relevantes, especialmente para mulheres com contraindicação à terapia hormonal ou que optam por estratégias complementares. A escolha da intervenção deve ser individualizada e baseada em evidências atuais.

Palavras-chave: climatério; menopausa; terapias não hormonais;

1 INTRODUÇÃO

O climatério é uma fase fisiológica da vida da mulher caracterizada pela diminuição progressiva dos níveis de estrogênio e pela interrupção da função ovariana. Esse processo pode desencadear sintomas como fogachos, sudorese noturna, alterações de humor, ansiedade, distúrbios do sono, atrofia vaginal e, conseqüentemente, redução da qualidade de vida. Embora a terapia hormonal seja considerada eficaz para o tratamento dessas manifestações, nem todas as mulheres podem utilizá-la devido a contraindicações clínicas, preferências pessoais ou riscos potenciais. Nesse cenário, cresce o interesse por estratégias não hormonais que auxiliem no controle dos sintomas de forma segura, acessível e individualizada. Assim, investigar a eficácia dessas intervenções é fundamental para ampliar as opções terapêuticas e apoiar práticas baseadas em evidências na saúde da mulher.

2 METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão de literatura narrativa com foco em evidências científicas sobre o manejo não hormonal dos sintomas do climatério. A busca foi realizada entre outubro e novembro de 2025, utilizando as bases PubMed, SciELO, LILACS e Google Scholar. Foram selecionados artigos publicados entre 2006 e 2023. Foram incluídos ensaios clínicos, revisões sistemáticas, revisões baseadas em evidências e declarações de sociedade científica que abordassem intervenções não hormonais, como TCC, exercícios físicos, acupuntura, fitoterápicos e terapias nutricionais. Artigos duplicados, textos sem acesso ao conteúdo integral e estudos voltados exclusivamente à terapia hormonal foram excluídos. Ao final, foram analisados 11 estudos, que foram avaliados e organizados de maneira descritiva.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Foram analisados 11 estudos, publicados entre 2003 e 2023, incluindo ensaios clínicos randomizados, revisões baseadas em evidências, revisão sistemática da Cochrane e documentos de posicionamento de sociedades científicas. As intervenções não hormonais identificadas foram agrupadas em cinco categorias principais: terapia cognitivo-comportamental, exercício físico, fitoterápicos e suplementos, terapias complementares e novos fármacos não hormonais, cujos resultados foram:

Terapia cognitivo-comportamental (TCC) e intervenções psicológicas: Cinco ensaios clínicos randomizados avaliaram a eficácia da terapia cognitivo-comportamental, com destaque para os estudos MENOS 1 e MENOS 2. Os resultados demonstraram redução significativa da frequência e intensidade dos fogachos e suores noturnos, além de melhora do sono, do humor e da qualidade de vida. Esses benefícios foram observados tanto em intervenções em grupo quanto em modalidades de autoajuda, e inclusive em sobreviventes de câncer de mama (Mann et al.; Ayers et al.; Duijts et al.).

Exercício físico: Dois ensaios clínicos randomizados investigaram a prática de exercícios aeróbicos e resistidos (incluindo o estudo multicêntrico citado por Duijts et al.) Os resultados indicaram que programas regulares de atividade física (aeróbicos e treinamento de força) contribuem para redução de fogachos, melhora do humor e do sono, além de benefícios amplos para saúde cardiovascular e composição corporal. A eficácia isolada sobre fogachos pode variar entre estudos, mas o consenso é favorável à inclusão do exercício como parte do manejo integrado.

Fitoestrogênios e isoflavonas (soja, cimicífuga): Três estudos avaliaram o uso de isoflavonas de soja, cimicífuga racemosa e suplementos multibotânicos. Os achados foram heterogêneos. Alguns ensaios (p. ex. Nahás et al.; Newton et al.) apontam redução modesta de sintomas vasomotores com isoflavonas ou extratos de plantas, enquanto outros mostram efeito próximo ao placebo ou dependente da formulação e da dose. A variabilidade metodológica (tipo de extrato, dose, duração) e a qualidade dos estudos limitam conclusões firmes; em geral, benefícios modestos podem ocorrer em algumas mulheres.

Acupuntura: Uma revisão sistemática de Cochrane (Dodin et al. 2013) identificou evidências de efeito moderado da acupuntura sobre fogachos, porém com heterogeneidade entre estudos e possibilidade de efeitos placebo. Os resultados apontaram evidência limitada e inconsistente, com elevada variabilidade metodológica entre os estudos incluídos.

Novas terapias não hormonais farmacológicas (fezolinetante): Dois estudos de fase 3 (Johnson et al.; Lederman et al.) demonstraram que o fezolinetante, um modulador do receptor NK3, reduz de forma significativa a frequência e gravidade dos sintomas vasomotores em comparação com placebo, com perfil de segurança compatível nos prazos avaliados. Essas evidências recentes ampliam as opções não hormonais farmacológicas para mulheres com fogachos moderados a graves.

Recomendações e posição de sociedades científicas: A Declaração de 2023 da Sociedade Norte-Americana de Menopausa reconhece a validade de estratégias não hormonais (comportamentais, psicológicas, complementares e farmacológicas não hormonais) como alternativas ou complementos à terapia hormonal, especialmente quando esta é contraindicada.

Os resultados evidenciam que o manejo não hormonal dos sintomas do climatério compreende um conjunto diverso de intervenções, com diferentes níveis de evidência científica. A terapia cognitivo-comportamental destaca-se como uma das abordagens mais consistentes, apresentando benefícios significativos tanto na redução dos sintomas vasomotores quanto na melhora do bem-estar psicológico. Esses achados reforçam a influência dos fatores cognitivos e emocionais na experiência dos sintomas climatéricos. O exercício físico mostrou-se uma estratégia complementar relevante, especialmente por seus efeitos positivos sobre a saúde mental e a qualidade de vida, embora seus efeitos diretos sobre os fogachos sejam menos uniformes. Em relação aos fitoterápicos, a variabilidade das formulações e metodologias limita conclusões definitivas, indicando a necessidade de cautela em sua recomendação clínica. As terapias complementares, como a acupuntura, apresentam evidência insuficiente para indicação rotineira. Por outro lado, o desenvolvimento de fármacos não hormonais, como o fezolinetante, representa um avanço importante, sobretudo para mulheres com contraindicação à terapia hormonal, embora aspectos como custo e acesso devam ser considerados.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A síntese das evidências indica que o manejo não hormonal do climatério conta com múltiplas opções eficazes e seguras para reduzir sintomas vasomotores e melhorar a qualidade de vida. A **TCC** e intervenções psicológicas apresentam evidência consistente de benefício, inclusive em populações especiais como sobreviventes de câncer de mama. **Exercícios físicos** são benéficos tanto para sintomas quanto para saúde geral. **Acupuntura e alguns fitoterápicos** podem trazer alívio em subgrupos de mulheres, embora a heterogeneidade dos estudos recomende cautela. As **novas opções farmacológicas não hormonais** (p. ex. fezolinetante) mostram promessa clínica robusta com dados de estudos de fase 3. Em conjunto, essas alternativas oferecem caminhos úteis quando a terapia hormonal é contraindicada ou indesejada. Entretanto, persistem lacunas metodológicas - diversidade de protocolos, pequenas amostras e curto seguimento - que demandam estudos maiores e padronizados. Recomenda-se um plano de cuidado individualizado, combinando intervenções comportamentais, complementares e, quando apropriado, farmacológicas não hormonais, com base em risco-benefício e preferência da paciente.

REFERÊNCIAS

- DUIJTS, S. F. *et al.* Efficacy of cognitive behavioral therapy and physical exercise in alleviating treatment-induced menopausal symptoms in patients with breast cancer: results of a randomized, controlled, multicenter trial. *Journal of Clinical Oncology*, v. 30, n. 33, p. 4124-4133, 2012.
- BORDELEAU, L.; PRITCHARD, K.; GOODWIN, P.; LOPRINZI, C. Therapeutic options for the management of hot flashes in breast cancer survivors: an evidence-based review. *Clinical Therapeutics*, v. 29, n. 2, p. 230-241, 2007.

- NAHÁS, E. A. P. *et al.* Effects of isoflavone on menopausal symptoms and blood lipids in postmenopausal women. *Revista Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia*, v. 25, n. 5, p. 337-343, 2003.
- MANN, E.; SMITH, M.; HELLIER, J.; HUNTER, M. S. A randomized controlled trial of a cognitive behavioral intervention for women with menopausal symptoms following breast cancer treatment (MENOS 1): protocol of the trial. *BMC Cancer*, v. 11, p. 44, 2011.
- AYERS, B.; SMITH, M.; HELLIER, J.; HUNTER, M. S. *et al.* Effectiveness of group and self-help cognitive behaviour therapy in reducing problematic menopausal hot flushes and night sweats (MENOS 2): a randomized controlled trial. *Menopause*, v. 19, n. 7, p. 749-759, 2012.
- JOHNSON, K. A. *et al.* Efficacy and safety of fezolinetant for moderate to severe vasomotor menopausal symptoms: a phase 3 randomized clinical trial. *Journal of Clinical Endocrinology & Metabolism*, v. 108, p. 1981-1990, 2023.
- LEDERMAN, S. *et al.* Fezolinetant for treatment of moderate to severe vasomotor symptoms associated with menopause (SKYLIGHT 1): a randomized controlled trial. *Lancet*, v. 401, p. 1091-1101, 2023.
- NORTH AMERICAN MENOPAUSE SOCIETY. Nonhormonal management of menopause-associated vasomotor symptoms: 2023 position statement. *Menopause*, v. 30, p. 573-590, 2023.
- DODIN, S. *et al.* Acupuncture for menopausal hot flushes. *Cochrane Database of Systematic Reviews*, n. 7, 2013.
- NEWTON, K. M. *et al.* Treatment of vasomotor symptoms of menopause with black cohosh, multibotanical supplements, soy, hormone therapy, or placebo: a randomized trial. *Annals of Internal Medicine*, v. 145, n. 12, p. 869-879, 2006.
- DALEY, A.; MACARTHUR, C.; MCMANUS, R. *et al.* Factors associated with use of complementary medicine and non-pharmacological interventions among symptomatic menopausal women. *Climacteric*, v. 9, n. 5, p. 336-346, 2006.

ATUAÇÃO DO ENFERMEIRO NAS ESTRATÉGIAS DE PREVENÇÃO, DIAGNÓSTICO E TRATAMENTO DO CÂNCER CERVICAL

Raymara Forte da Guia¹; Nayara de Andrade Ferreira²; Samuel Ramalho Torres Maia³.
Graduanda em Enfermagem pelo Centro Universitário Ateneu¹, Graduanda em Enfermagem
pelo Centro Universitário Ateneu², Doutor em Cuidados Clínicos em Enfermagem e Saúde
pela Universidade Estadual do Ceará³.

raymara.forte@gmail.com

RESUMO

O câncer cervical persiste como um grande problema de saúde pública, sendo o terceiro tipo mais comum a quarta principal causa de óbito entre as mulheres no Brasil. Este estudo tem como objetivo analisar, por meio de uma revisão bibliográfica, as ações e contribuições do enfermeiro na prevenção, detecção precoce, diagnóstico e cuidado relacionados ao câncer do colo do útero. Foram consultadas as bases SciELO, LILACS, PubMed, OLEL, Portal da CAPES e BVS, considerando publicações entre 2020 a 2025. Ao final, 8 artigos foram selecionados para análise. Os achados sugerem que o papel do enfermeiro na Estratégia de Saúde da Família é crucial, participando do acolhimento, coleta e análise de exames citopatológicos, educação em saúde, orientação sobre fatores de risco e monitoramento de mulheres que apresentam alterações citológicas. Conclui-se que o enfermeiro desempenha um papel importante para fortalecer as estratégias de prevenção e detecção precoce do câncer cervical, por meio de ações educativas, realização do exame citopatológico e acompanhamento das utentes. Os achados reforçam a importância da formação contínua e da ampliação das iniciativas educativas direcionadas às mulheres em território nacional.

Palavras-chave: câncer cervical; detecção precoce; enfermagem.

1 INTRODUÇÃO

O câncer do colo do útero constitui-se entre as neoplasias ginecológicas mais frequentes, representando um importante problema de saúde pública, especialmente em países em desenvolvimento. (Ferreira *et al.*, 2022) A presença do papilomavírus humano (HPV), particularmente seus subtipos oncogênicos, é reconhecida como o principal fator de risco para o desenvolvimento do câncer cervical. Além disso, fatores como início da atividade sexual precoce, histórico-cultural de múltiplos parceiros, presença de verrugas genitais, tabagismo ativo ou passivo e baixa adesão ao exame citopatológico também contribuem para o surgimento da doença. (Ministério da Saúde, 2020).

Na fase inicial, o tumor geralmente se apresenta de forma assintomática ou com sintomas discretos, o que dificulta a busca por atendimento e favorece diagnósticos tardios. (Cardoso *et al.*, 2024). Diante desse cenário, ações efetivas de prevenção primária e secundária tornam-se essenciais para reduzir a incidência e a mortalidade pelo câncer cervical.

Nesse contexto, a enfermagem desempenha um papel central e estratégico, especialmente no âmbito da Atenção Primária à Saúde. O enfermeiro atua no acolhimento das usuárias, realização e interpretação do exame citopatológico (Papanicolau), orientação sobre fatores de risco, educação em saúde, estratégias de vacinação contra o HPV e acompanhamento

de mulheres com resultados alterados. Com isto, é perceptível ao cenário brasileiro que a identificação precoce é fundamental para diminuir complicações e óbitos que poderiam ter sido evitados. (Araújo *et al.*, 2024).

Portanto, este estudo consiste em uma revisão de literatura que tem como objetivo evidenciar as ações de enfermagem nas estratégias de prevenção, detecção precoce e cuidados voltados ao câncer do colo do útero, destacando sua importância para a redução de desfechos negativos relacionados à doença.

2 METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica descritiva, com abordagem qualitativa. A busca dos estudos foi realizada nas bases de dados SciELO, LILACS, PubMed, OLEL, Portal da CAPES e Biblioteca Virtual em Saúde (BVS). Foram considerados artigos publicados em português, inglês e espanhol, no período de 2020 a 2025, que abordassem a atuação do enfermeiro na prevenção e detecção precoce do câncer do colo do útero.

Inicialmente, foram identificados 15 estudos. Após aplicação dos critérios de inclusão (artigos completos, disponíveis gratuitamente e relacionados ao tema central) e exclusão (publicações com mais de 10 anos, duplicadas ou que não abordavam a atuação do enfermeiro), permaneceram 8 artigos para análise.

A análise dos dados ocorreu por meio de leitura exploratória, seletiva e interpretativa dos textos, permitindo categorização temática e síntese dos principais achados.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os artigos analisados apontam que a intervenção da enfermagem é significativa para a atuação no combate a esta patologia. Essa atuação se concretiza, principalmente, por meio de ações educativas, da realização sistemática dos exames preventivos e do acompanhamento contínuo das mulheres nas Unidades Básicas de Saúde. Os achados apresentados nos estudos de Silva *et al.* (2023), Benício *et al.* (2024), Macedo *et al.* (2025) e Rosário *et al.* (2023) reforçam a relevância da enfermagem como agente de promoção da saúde e prevenção de agravos, destacando sua contribuição direta no rastreamento e na detecção precoce da neoplasia cervical.

Observou-se que a adesão ao exame preventivo ainda constitui um desafio em diferentes regiões do país, especialmente em áreas de difícil acesso, com condições precárias de saneamento básico e marcadas pela vulnerabilidade social. Além das barreiras estruturais, fatores culturais também influenciam de forma significativa a baixa procura pelos serviços de rastreamento. Nesse cenário, o enfermeiro desempenha um papel estratégico como educador em saúde, elaborando e implementando ações que promovem a conscientização e estimulam a adesão das mulheres tanto às práticas preventivas quanto ao tratamento precoce do câncer do colo do útero.

A atuação multiprofissional, o uso de tecnologias educativas e a qualificação permanente dos profissionais de enfermagem configuram-se como fatores essenciais para a efetividade das intervenções. Nesse contexto, os estudos selecionados apresentam características metodológicas e resultados variados, cujas síntese, organizada por autor/ano, título, metodologia e principais achados, encontra-se sistematizada na tabela a seguir.

Tabela 1 - Panorama dos Estudos da Literatura sobre Enfermagem e Prevenção do Câncer do Colo do Útero

Autor / Ano	Título / Objetivo	Metodologia	Principais Resultados
SILVA et al., 2023	Rastreamento do câncer de colo do útero: Prática da enfermagem na Atenção Primária à Saúde em Itaguaí-RJ	Estudo qualitativo com 17 enfermeiros, utilizando entrevistas semiestruturadas e análise de conteúdo	Identificou que os enfermeiros desempenham papel crucial na captação de mulheres para rastreamento, realização de consultas ginecológicas e acompanhamento de exames alterados, apesar de desafios estruturais e recursos limitados.
ROSÁRIO et al., 2023	Desafios da enfermagem na prevenção do câncer cervical	Revisão integrativa da literatura	Apontou que enfermeiros são essenciais na implementação de estratégias educativas, políticas de saúde e detecção precoce, enfrentando barreiras culturais e estruturais.
BENÍCIO et al., 2024	Análise da cobertura da citologia cervical no Brasil: 2018-2023	Estudo descritivo com análise de dados secundários do DATASUS	Evidenciou que a atuação da enfermagem impacta diretamente na detecção precoce e prevenção de agravos relacionados ao câncer cervical, destacando a importância do enfermeiro na promoção da saúde.
MACEDO et al., 2025	Avaliação do conhecimento, atitude e prática sobre o HPV e prevenção do câncer cervical	Estudo observacional com aplicação de questionários a enfermeiros	Demonstrou que enfermeiros bem informados e capacitados aumentam a adesão das mulheres às ações preventivas, reforçando o papel da enfermagem na promoção da saúde.

Fonte: Próprio autor.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo analisado demonstra que a enfermagem desempenha um papel fundamental na criação e implementação de estratégias para a prevenção precoce do câncer uterino, estando na linha de frente do atendimento, acolhimento e cuidado, adaptando-se ao contexto social e emocional de cada paciente. Por meio de iniciativas educativas, realização e acompanhamento do exame citopatológico e orientação sobre fatores de risco, o profissional incentiva a realização de exames preventivos e o uso de preservativos. Essas iniciativas promovem a independência feminina, permitem a identificação antecipada de doenças e ajudam a reduzir a incidência de doenças e óbitos associados, enfatizando a importância da formação contínua e da ampliação das abordagens educacionais no contexto da saúde pública. Dessa maneira, a literatura revisada no estudo demonstra que o fortalecimento das ações de enfermagem, aliado a políticas públicas eficazes, pode reduzir de forma expressiva os índices de morbimortalidade por câncer do colo do útero no Brasil.

REFERÊNCIAS

- Brasil. Ministério da Saúde. **Protocolo clínico e diretrizes terapêuticas para atenção integral às pessoas com Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST)**. Brasília: Ministério da Saúde, 2020. Disponível em: https://www.gov.br/aids/pt-br/central-de-conteudo/pcdts/2020/ist/pcdt_ist_final_revisado_020420.pdf. Acesso em: 03 nov. 2025.
- Ferreira, M. DE C. M. et al. Detecção precoce e prevenção do câncer do colo do útero: conhecimentos, atitudes e práticas de profissionais da ESF. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 27, p. 2291-2302, 27 maio 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/Z3tXcyhpMP6MLcJzTCmq9bn/?lang=pt>. Acesso em: 03 nov. 2025.
- Benício, L. B. B.; Santos, J. G. dos; Caldeira, N. M. V. P.; Mendes, L. M. C.; Carbogim, F. da C.; Gomes-Sponholz, F. A.; Gozzo, T. de O.; Barbosa, N. G. Descriptive analysis of cervical cytology coverage in Brazil: a study from 2018 to 2023. **Escola Anna Nery Revista de Enfermagem**, v. 28, e20240072. 2024. Disponível em: <https://eanjournal.org/journal/ean/article/doi/10.1590/2177-9465-EAN-2024-0072en>. Acesso: 25 out. 2025.
- Rosário, T. M. B.; Naka, K. S.; Silva, T. M.; Oliveira, G. P. S.; Lima, S. S.; Sousa Cunha, M. L. de S. Challenges for nursing in the prevention of cervical cancer. **Research, Society and Development**, v. 12, n. 3, e2112340405. 2023. Disponível em: <https://rsdjournal.org/rsd/article/view/40405>. Acesso em: 17 out. 2025.
- Silva, R. B. da; Carvalho, S. S.; Silva, M. S. da; Jesus, G. A. de; Mota, A. A. Mota, G. S. C. The nurse's role in the prevention of cervical cancer. **Research, Society and Development**, v. 12, n. 14, e101121444620. 2023. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/44620>. Acesso: 18 out. 2025.
- Cardoso, L. L.; Proença, R. M de O.; Alves de Brito, C.; Paula Júnior, A.M. Vista do Câncer de Colo de Útero: Uma revisão de Literatura | **Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences**. Disponível em: <https://bjih.s.emnuvens.com.br/bjih/article/view/2033/2251> Acesso em: 03 nov. 2025.
- Araújo, A. L. A.; Nascimento, A. G. S.; Santos, C. B.; Maranhão, L. B. S.; Siqueira, F. F. F.; Santos, L. M. L.; Verçosa, B. L. A.; Nunes, B. A.; Farah, E. I.; Machado, K. C.; Miranda Neto, P. A. D.; Monteiro, S. G. Fatores de risco ao câncer de colo uterino: revisão narrativa. **Observatorio de la Economía Latinoamericana**, n. 5818, 2024. Disponível em: <https://ojs.observatoriolatinoamericano.com/ojs/index.php/olel/article/view/5818>. Acesso em: 2 nov. 2025.
- Macedo, E. N. de O.; Souza, M. R. de; Borges, C. J.; Silva, L. A. da. Avaliação do conhecimento, atitude e prática sobre o papilomavírus humano e a prevenção do câncer cervical. **Advances in Nursing and Health**, v. 7, id49926. 2025. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/anh/article/view/49926>. Acesso: 02 nov. 2025.

**ANÁLISE DA FUNÇÃO SEXUAL EM MULHERES CLINICAMENTE
DIAGNOSTICADAS COM SÍNDROME DE MAYER-ROKITANSKY-KUSTER
HAUSER (MRKH)**

Vitória Manuele Passos da Silva Rocha¹; Francisco Mayron de Sousa e Silva ²

Fisioterapeuta, especialista em fisioterapia funcional pélvica e obstétrica pela Faculdade Inspirar São Luís. Docente do Curso de Fisioterapia da Faculdade de Educação São Francisco (FAESF). ¹

Doutorando em ciências farmacêuticas²

manurochas38@gmail.com

RESUMO

INTRODUÇÃO: A síndrome de Mayer-Rokitansky-Kuster-Hauser (SMRKH), conhecida como síndrome de Rokitansky ou Aplasia Mulleriana, é uma doença congênita de origem desconhecida caracterizada pela malformação e/ou ausência de estruturas do sistema reprodutor feminino, com cariótipo e características sexuais secundárias normais, causado pela aplasia congênita nessas estruturas. **OBJETIVO:** Realizar a análise da função sexual em mulheres clinicamente diagnosticadas com SMRKH. **METODOLOGIA:** Trata-se de um estudo quantitativo de caráter observacional, transversal, descritivo de natureza epidemiológica onde os voluntários foram avaliados através de dois questionários, um semiestruturado elaborado pelos pesquisadores e outro validado e utilizado em diversas pesquisas para análise da função sexual feminina, o QS-F. **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** 39,24% dessas mulheres tiveram a criação da neovagina sem intervenção cirúrgica e 26,58% tiveram a criação apenas por método cirúrgico. A grande maioria das participantes relataram algum tipo de desconforto durante a relação sexual, de acordo com o escore do Quociente Sexual Feminino (QS-F), o padrão de desempenho sexual foi em sua grande parte classificado como ruim a desfavorável, com uma porcentagem de 50,63% ($p=0,037$). **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** A disfunção sexual é prevalente entre as mulheres com a SMRKH e pode surgir em qualquer fase da interação sexual, desde a excitação até o orgasmo.

Palavras-chave: vagina; disfunções sexuais fisiológicas; dispareunia.

1 INTRODUÇÃO

A SMRKH, conhecida como síndrome de Rokitansky ou Aplasia Mulleriana (MA), é uma doença congênita de origem desconhecida caracterizada pela malformação e/ou ausência de estruturas do sistema reprodutor feminino, com cariótipo (46 XX) e características sexuais secundárias normais, causado pela aplasia congênita nessas estruturas. Acredita-se que a malformação está associada a alterações nos ductos de *Muller*, que são os precedentes do sistema reprodutor feminino. Inicialmente acreditava-se que a síndrome acontecia de forma esporádica, que não havia relação com fatores genéticos e estava relacionada a fatores ambientais como diabetes gestacional e substâncias teratogênicas. Entretanto, não foi confirmado e, sua etiologia permanece de origem desconhecida (Cunha, 2018).

A SMRKH pode ser classificada em tipo I, que representa a forma mais isolada, com aplasia/agenesia do útero e de dois terços superiores da vagina; ou em tipo II que possui as

características do tipo I associadas com malformação renal, cervical e em alguns casos apresentam deficiências cardíacas e auditivas (MURCS). Pacientes do tipo I são muito mais comuns que tipo II, porém, ainda assim, o diagnóstico traz grande sobrecarga emocional e mental para as acometidas, principalmente pela esterilidade e incapacidade ou dificuldade em ter uma vida sexual ativa (Bruker *et al.*, 2020).

O tratamento da síndrome é posposto até que a mulher deseje iniciar sua vida sexual. No momento atual há duas opções de tratamento, com intervenção cirúrgica e com intervenção não cirúrgica. A escolha do método depende das características expressas em cada caso, ao qual o médico responsável irá ponderar e definir qual o melhor para a paciente. Quando o método cirúrgico é escolhido, a neovagina pode ser criada com uma vaginoplastia laparoscópica que é um procedimento simples e seguro, com cicatrizes mínimas e mantendo o uso de dilatadores durante alguns meses. Já sem procedimento cirúrgico, a neovagina pode ser criada com o auxílio da fisioterapia pélvica, utilizando a progressão de alargadores vaginais sem laparoscopia e métodos cirúrgicos, quando há fissura vaginal preexistente (Cunha, 2018; Kisu *et al.*, 2021).

A fisioterapia pélvica atua de forma eficaz em disfunções sexuais e reabilitação do assoalho pélvico, com técnicas de fortalecimento da musculatura do assoalho pélvico (MAP), alívio de dores, prevenção e/ou reabilitação das incapacidades físicas, proporcionando uma vida sexual ativa, saudável e prazerosa. E apesar da fisioterapia voltada ao campo da sexualidade ser uma área nova, as técnicas e recursos trazem grandes benefícios e ainda apresentam baixo custo de investimento (Campanari, 2021).

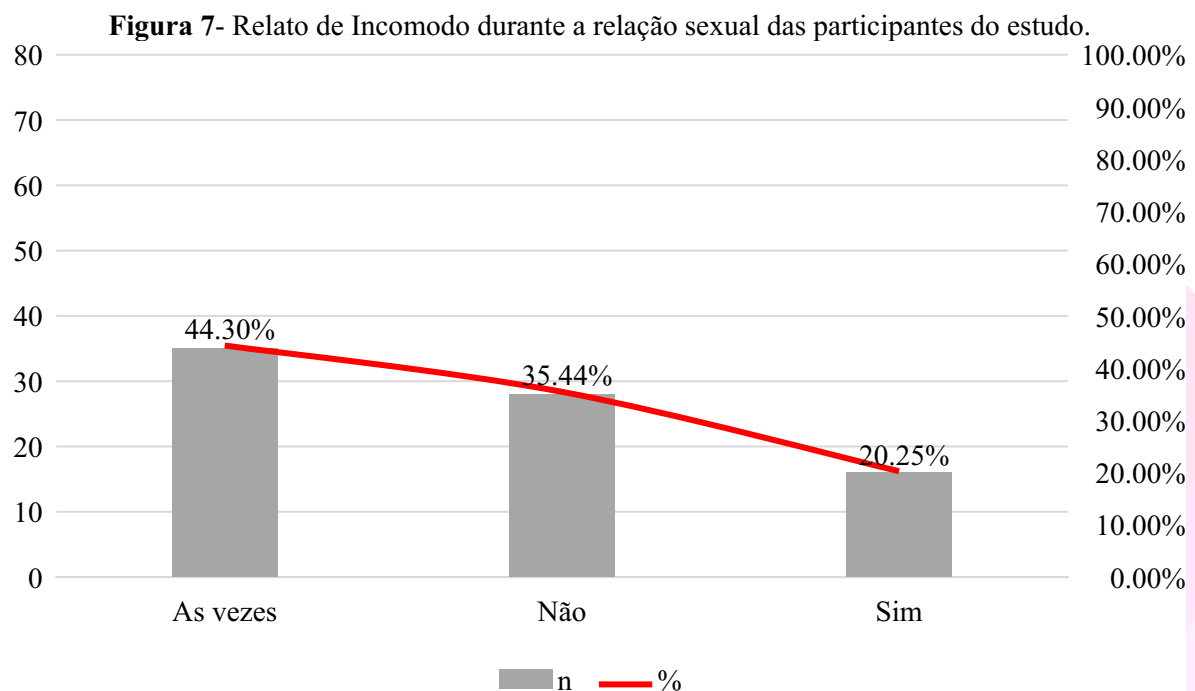
2 METODOLOGIA

Trata-se de um estudo quantitativo de caráter observacional, transversal, descritivo de natureza epidemiológica onde os voluntários foram avaliados através de dois questionários, um semiestruturado elaborado pelos pesquisadores e outro validado, e utilizado em diversas pesquisas para análise da função sexual feminina, o QS-F. A população do estudo foi constituída por mulheres que possuem a SMRKH. A amostra do estudo foi composta por mulheres que fazem parte de um grupo de apoio *online* de abrangência nacional a mulheres acometidas pela SMRKH. A amostra do estudo foi não probabilística por conveniência com as mulheres que estejam *online* e, que se dispuseram a responder no período de pesquisa. A coleta dos dados foi realizada no mês outubro de 2022, no horário das 08:00 horas às 20:00 horas. Esse horário foi escolhido para melhor segurança da pesquisa, onde as entrevistadas puderam tirar suas dúvidas diretamente no e-mail no momento ao qual o pesquisador esteve disponível para respondê-las. A coleta dos dados foi realizada de forma online, através do *Google Forms*®, (serviços de pesquisas online). O link do questionário (<https://forms.gle/CgVhEYZN4nXxhPEt6>) foi disponibilizado no grupo de apoio, via *WhatsApp*®. Para assegurar o anonimato, nas entrevistas foram designadas uma codificação, onde foi utilizado uma sigla para cada sujeito da pesquisa. Cada participante teve anonimato assegurado e assinou um TCLE em duas vias, de acordo com a resolução Conselho Nacional de Saúde (CNS) Nº 466/2012. O protocolo da pesquisa foi constituído pelo preenchimento de um questionário autoadministrado. O questionário foi subdividido em três sessões. A **primeira sessão** foi composta por variáveis relacionadas a questões sociodemográficas. A **segunda** será composta de perguntas especificamente relacionadas a alterações fisiológicas individuais da síndrome, idade do diagnóstico e modo ao qual descobriu a doença, se houve intervenção cirúrgica e/ou fisioterapêutica. E a **terceira sessão**, conteve as perguntas do questionário do quociente sexual feminino (Abdo, 2009). Os participantes do estudo aceitaram as orientações a respeito do funcionamento da pesquisa, assinaram o TCLE virtualmente e então receberam o questionário *online*, via link, enviado pelo pesquisador. O link do formulário do *Google Forms*® foi disponibilizado no grupo do *WhatsApp*® de apoio a síndrome MRKH. Após a

coleta dos dados, as informações quantitativas foram tabuladas utilizando o *Software Microsoft Office Excel®* e descritos em forma de gráficos e tabelas, a partir da distribuição percentual dos resultados para análise conforme Rodrigues *et al.* (2021) e E Silva; Gomes; Chaves (2022). A análise estatística foi realizada por meio do teste *T de Student* visando a obtenção de amostras independentes e posteriormente foi utilizado ainda, o banco de dados SPSS na versão 21.0. Para que a pesquisa fosse iniciada, foi necessário a apreciação e a aprovação da mesma, pela Plataforma Brasil e pelo Comitê de Ética em Pesquisa – CEP onde a mesma se deu com o parecer N° 5.653.395 do Centro Universitário de Ciências e Tecnologia do Maranhão (UNIFACEMA), juntamente com a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) pelos indivíduos que aceitaram participar da pesquisa. As exigências contidas na resolução n° 466/2012, do Conselho Nacional de Saúde (CNS), que rege os aspectos ético-legais das pesquisas com seres humanos, foram respeitadas, bem como que aos participantes foram garantidos os princípios da autonomia, não maleficência, beneficência, anonimato, privacidade e o direito à desistência em qualquer etapa desta pesquisa. É importante ressaltar que os dados coletados ficaram sob responsabilidade dos autores por no mínimo 5 anos.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Em sua maioria, as participantes dessa pesquisa são mulheres pardas, de nível socioeconômico médio, que já possuem a neovagina, e têm vida sexual ativa, mas possuem algum desconforto na área sexual. 39,24% dessas mulheres tiveram a criação da neovagina sem intervenção cirúrgica e 26,58% tiveram a criação apenas por método cirúrgico. A grande maioria das participantes relataram algum tipo de incomodo durante a relação sexual, de acordo com o escore do Quociente Sexual Feminino (QS-F), o padrão de desempenho sexual foi em sua grande parte classificado como ruim a desfavorável, com uma porcentagem de 50,63% ($p=0,037$).



Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Tabela 4- Padrão de desempenho sexual de acordo com o score do QF-S.

Padrão de desempenho sexual	Percentual	Média	DP	p value
Nulo ou ruim	8,86%	15,5	4,09	0,037
Ruim a desfavorável	50,63%	32,72	5,30	
Desfavorável a regular	40,51%	44,42	2,32	
Regular a bom	0,00%	0,00%	0,00%	
Bom a excelente	0,00%	0,00%	0,00%	

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A disfunção sexual é prevalente entre as mulheres com a SMRKH e pode surgir em qualquer fase da interação sexual, desde a excitação até o orgasmo. Podendo acometer as mulheres que realizaram a criação da neovagina por métodos cirúrgicos ou por meio do processo de dilatação. Na presente pesquisa, grande parte das participantes classificaram sua vida sexual como ruim a desfavorável, indicando assim uma problemática em relação à saúde sexual. Isso se dá principalmente devido a menor vascularização e inervação da neovagina e resultando em uma resposta sexual vaginal mais fraca, que pode desempenhar um papel de destaque na disfunção sexual. Diante disso, observa-se que há grande falta de conhecimento sobre o assunto, limitando a ação dos profissionais acerca da SMRKH, o que consequentemente afetará a qualidade do tratamento fornecido. Logo, torna-se imprescindível a compreensão do tema entre os profissionais fisioterapeutas e outros profissionais da saúde, para que as mulheres com a síndrome recebam intervenção de forma integral e precisa, diminuindo queixas sexuais e consequentemente melhorando a qualidade de vida dessas mulheres.

REFERÊNCIAS

- BRUCKER, Sara Yvonne et al. Rare genital malformations in women's health research: sociodemographic, regional, and disease-related characteristics of patients with mayer-rokitansky-küster-hauser syndrome. *Bmc Women'S Health*, **Springer Science and Business Media LLC** [S.L.], v. 20, n. 1, 29 jun. 2020.
- CAMPANARI, Célia Santana de Oliveira. **Atuação fisioterapêutica nas disfunções sexuais femininas**. Faculdade de educação e meio ambiente, Ariquemes, Rondônia. 2021.
- CUNHA, Gabriela Corassa Rodrigues da. **Avaliação genética em mulheres diagnosticadas clinicamente com síndrome de Mayer-Rokitansky-Küster-Hauser**. 2018. 89 f., il. Dissertação (Mestrado em Biologia Animal) — Universidade de Brasília, Brasília, 2018.
- KISU *et al.* Laparoscopic Vaginoplasty Procedure Using a Modified Peritoneal Pull-Down Technique with Uterine Strand Incision in Patients with Mayer-Rokitansky-Küster-Hauser Syndrome: Kisu Modification. *J Clin Med*. 2021 Nov 25;10(23):5510. PMID: 34884214; PMCID: PMC8658476.

MENOPAUSA E O RISCO CARDIOVASCULAR: ALTERAÇÕES HORMONAIS E PREVENÇÃO

João Pereira da Silva¹; Ester Ruth Moreira Martins¹; Carolina Lopes da Silva Cunha¹; Amanda de Lima Miranda¹; Gisele Victoria Araújo Freitas¹; Maria Carolina Dias Cerqueira Mascarenhas².

Graduando em enfermagem Centro Universitário do Distrito Federal¹, Graduanda em enfermagem Centro Universitário do Distrito Federal¹, Graduanda em enfermagem Centro Universitário do Distrito Federal¹, Graduanda em enfermagem Centro Universitário do Distrito Federal¹, Graduanda em enfermagem Centro Universitário do Distrito Federal¹, Mestre em Gerontologia pela Universidade Católica de Brasília².

joaopereirasilveira52007@gmail.com

RESUMO

Introdução: A menopausa é caracterizada por alterações hormonais importantes, especialmente pela redução do estrogênio, que promovem mudanças metabólicas e vasculares capazes de aumentar o risco de doenças cardiovasculares. Essas transformações estão associadas ao desenvolvimento de fatores como dislipidemia, hipertensão, obesidade e resistência à insulina, além de alterações no perfil lipídico e aumento da rigidez arterial. A ausência de acompanhamento adequado durante o climatério potencializa a progressão silenciosa dessas condições, comprometendo a saúde e a qualidade de vida da mulher. **Objetivo:** Analisar, por meio da literatura científica, a relação entre a menopausa e o aumento do risco cardiovascular, identificando os principais mecanismos envolvidos e as estratégias preventivas descritas. **Metodologia:** Trata-se de uma revisão integrativa da literatura realizada nas bases de dados SciELO, Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e LILACS, com artigos publicados entre 2010 e 2025, em português e inglês. Foram incluídos estudos que abordassem mulheres em período de menopausa e a associação entre alterações hormonais e risco cardiovascular. A coleta utilizou descritores combinados pelo operador booleano AND e OR e os dados foram organizados em planilha padronizada e analisados de forma descritiva e comparativa. **Resultados e Discussão:** Os estudos selecionados apontam consenso quanto ao aumento do risco cardiovascular no período da menopausa, atribuído principalmente à queda do estrogênio, que favorece o envelhecimento vascular, a disfunção endotelial e o aumento da rigidez arterial. Mulheres com menopausa precoce apresentaram maior incidência de aterosclerose, hipertensão, infarto do miocárdio e acidente vascular cerebral. Foram observadas divergências quanto à relação direta com obesidade central e à efetividade da terapia hormonal na prevenção de doenças cardiovasculares, embora haja indicação de benefícios quando iniciada precocemente, especialmente por via transdérmica. **Conclusão:** A menopausa configura-se como um período de maior vulnerabilidade cardiovascular, exigindo estratégias de promoção da saúde, educação em saúde, acompanhamento clínico contínuo e estímulo à adoção de hábitos de vida saudáveis, visando à prevenção de agravos e à melhoria da qualidade de vida das mulheres nessa fase.

Palavras-chave: Menopausa; Fatores de risco; Doenças cardiovasculares.

1 INTRODUÇÃO

Acerca do tema menopausa, destacam-se diversas alterações no organismo da mulher que podem levar a distúrbios em diferentes sistemas, sobretudo o cardiovascular. A redução dos níveis hormonais, especialmente do estrogênio, promove mudanças no metabolismo, na circulação sanguínea e na função vascular, favorecendo o desenvolvimento de fatores de risco cardiovascular. Estudos apontam que a ausência de assistência precoce a mulheres no climatério

contribui para a evolução silenciosa de comorbidades, muitas vezes sem acompanhamento adequado pelos serviços de saúde.

A menopausa caracteriza-se pela cessação permanente da menstruação e pela diminuição progressiva da função ovariana, sendo considerada um marco biológico e social na vida feminina. Esse período costuma ser acompanhado por sintomas físicos e emocionais, como ondas de calor, alterações do sono e irritabilidade, que impactam diretamente a qualidade de vida. Ademais, alterações metabólicas comuns nessa fase aumentam a incidência de condições como obesidade, hipertensão arterial sistêmica e diabetes mellitus, somando-se ao risco de desenvolvimento de doenças cardiovasculares.

A diminuição do estrogênio está associada a modificações no perfil lipídico, maior rigidez arterial, disfunção endotelial e aumento da gordura corporal, fatores que contribuem para a elevação do risco de doenças cardiovasculares, como infarto do miocárdio e acidente vascular cerebral. Dessa forma, as mulheres passam a apresentar risco cardiovascular semelhante ao dos homens após a menopausa, principalmente quando não há acompanhamento clínico contínuo e medidas preventivas são negligenciadas. Além dos aspectos biológicos, fatores socioculturais, como acesso limitado à informação e aos serviços de saúde, também influenciam negativamente o cuidado durante o climatério. A falta de orientação adequada dificulta a adoção de hábitos saudáveis e o reconhecimento precoce de alterações clínicas. Assim, compreender a menopausa em suas dimensões biológicas e sociais é fundamental para o desenvolvimento de estratégias de prevenção e cuidado integral, justificando a realização deste estudo, que busca contribuir para a promoção da saúde cardiovascular da mulher.

2 METODOLOGIA

Este estudo trata-se de uma revisão integrativa da literatura, método que possibilita a busca, a análise e a síntese de produções científicas sobre determinado tema, permitindo reunir e discutir resultados de diferentes tipos de estudos, de forma sistematizada e organizada. Esse tipo de revisão favorece a compreensão do fenômeno investigado e auxilia na construção do conhecimento científico na área da saúde, conforme orientações metodológicas descritas por (Souza et al 2010). A pesquisa foi desenvolvida de forma online, por meio de buscas em bases de dados científicas, sendo elas: SciELO, Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e LILACS. Essas plataformas reúnem periódicos nacionais e internacionais reconhecidos, amplamente utilizados em estudos da área da saúde.

A população do estudo foi composta por artigos científicos, revisões da literatura e diretrizes clínicas que abordam a temática da menopausa e sua relação com o risco cardiovascular. A amostra final foi constituída pelos estudos selecionados após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão. Foram definidos como critérios de inclusão: artigos disponíveis na íntegra, publicados no período de 2010 a 2025, nos idiomas português e inglês, que abordassem mulheres adultas em período de menopausa, relacionando alterações hormonais ao risco cardiovascular, incluindo estudos observacionais, ensaios clínicos, artigos de revisão e diretrizes científicas. Os critérios de exclusão foram estudos realizados exclusivamente com homens ou crianças, artigos duplicados, editoriais, cartas ao editor e publicações que não apresentassem relação direta com o tema proposto.

A coleta de dados ocorreu por meio de busca eletrônica nas bases de dados SciELO, BVS e LILACS, utilizando os descritores: (Menopausa OR “Menopausa Precoce”) AND (“Risco Cardiovascular” OR “Rigidez Arterial”) AND (“Alterações Hormonais” OR Estrogênio) AND (“Terapia Hormonal”).

Como instrumento de coleta foi utilizada uma planilha padronizada, elaborada para o registro das informações extraídas dos estudos selecionados, contendo: autor, ano de publicação, tipo de estudo, objetivo, principais resultados e contribuições para a temática. Esse procedimento está de acordo com as recomendações metodológicas para revisões integrativas,

conforme (Souza et al 2010). O período de coleta de dados ocorreu entre os meses de outubro e novembro de 2025. A análise dos dados foi realizada por meio de abordagem descritiva e comparativa, permitindo a organização das informações extraídas dos artigos em categorias temáticas, como: alterações hormonais na menopausa, impacto cardiovascular e principais estratégias de prevenção. Os resultados foram discutidos de forma qualitativa, buscando identificar semelhanças, diferenças e contribuições dos estudos incluídos, conforme método recomendado para revisões integrativas (Souza et al, 2010).

Por tratar-se de uma pesquisa que utilizou exclusivamente dados secundários provenientes de artigos científicos e diretrizes disponíveis publicamente, não foi necessária a submissão a Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos, conforme estabelece a Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, que dispensa avaliação ética para estudos que não envolvem coleta direta de dados com participante

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os estudos concordam entre si ao dizer que o período da menopausa aumenta os riscos de desenvolver problemas cardiovasculares, todavia, os autores discordam quanto aos mecanismos predominantes dessa relação. Os estudos que usaram marcadores subclínicos, como a rigidez arterial (analisado através da Velocidade da Onda de Pulso-VOP) e a remodelação cardíaca, mostraram que a queda do estrogênio acelera o envelhecimento vascular, reduz a vasodilatação e aumenta a rigidez vascular, como demonstrado No artigo “Efeito da menopausa precoce sobre a rigidez arterial e risco de eventos cardíacos”, em que mostra os resultados de Almeida et al. (2017) e Oliveira et al. (2019) que identificaram aumento significativo na VOP e o comprometimento endotelial conforme o avanço da menopausa. Esse mesmo artigo evidenciou um estudo conduzido por Ramos et al. (2021) que mostra que mulheres que tiveram menopausa precoce, possuem maior risco de terem infarto e Acidente Vascular Cerebral (AVC). Ademais, o artigo “Fatores de Risco Cardiovascular em Mulheres Climatéricas com Doença Arterial Coronariana” produzido por Melo et al, (2017) apresenta estudos, que comparam mulheres no climatério com e sem Doença Arterial Coronariana (DAC), e evidenciou que o climatério pode intensificar fatores de risco de doenças pré-existentes, como hipertensão, obesidade central, resistência à insulina e dislipidemia. As mulheres que faziam parte do grupo com DAC, os fatores de risco foram mais presentes.

Além disso, a relação da menopausa com a obesidade central não é unanimidade entre os artigos, esse mesmo artigo mostra que houve aumento de gordura no abdômen em mulheres pós-menopausa demonstrando que a menopausa colaborou para a obesidade central, mas o artigo “Alterações hormonais da menopausa e sua influência no risco cardiovascular” de Souza et.al (2025) afirma que ainda não existem estudos que mostram os efeitos da menopausa na obesidade ainda não são consistentes. A terapia hormonal também foi um motivo de discordância, por mais que exista um consenso de que começar a terapia hormonal nos primeiros 10 anos após a menopausa é mais benéfico, há discordância quanto à sua eficácia em prevenir doenças cardiovasculares. O artigo “O Impacto da Terapia hormonal da menopausa sobre o risco cardiovascular” de Oliveira e Cardozo (2025), compara grandes ensaios clínicos, destacando o Women’s Health Initiative (WHI), que foi interrompido precocemente por aumento do risco cardiovascular, e outros estudos que não encontraram benefício claro em desfechos cardiovasculares, como o KEEPS. Além disso, o documento relata que a terapia com testosterona não é recomendada para esse fim por falta de estudos que mostrem os seus benefícios. Ademais, o artigo escrito por Souza et al (2025) mostra que a terapia hormonal na pós menopausa ainda é controversa e que ainda não existem ensaios clínicos suficientes para a indicação de terapia hormonal no tratamento primário. Por outro lado, ambos os estudos apontam que a via transdérmica apresenta perfil de menor risco tromboembólico quando comparado à via oral, sendo frequentemente considerada quando há preocupação com

tromboses. De modo geral, os artigos mostram que a menopausa aumenta os riscos de desenvolver problemas cardiovasculares, pois combina diversas alterações. Dessa forma, para promover um melhor cuidado para a mulher no período da menopausa é necessário promover a educação em saúde, o cuidado individualizado e incentivar hábitos de vida mais saudáveis.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, a menopausa configura-se como um período crítico na vida da mulher, marcado por alterações hormonais significativas que aumentam o risco para o desenvolvimento de doenças cardiovasculares. A negligência na assistência à saúde durante essa fase pode resultar em complicações graves, como infarto do miocárdio, acidente vascular cerebral e outros agravos relacionados ao sistema cardiovascular. Nesse sentido, a oferta de informações e a promoção da conscientização tornam-se fundamentais para a redução dos fatores de risco, favorecendo a adoção de hábitos de vida saudáveis e a melhoria da qualidade de vida dessas mulheres. Além disso, ações de promoção e prevenção, associadas ao acompanhamento contínuo e às orientações sobre doenças cardiovasculares, mostram-se essenciais para garantir um cuidado integral e efetivo à saúde feminina nesse período.

REFERÊNCIAS

SOUZA, B. A. DE S. E et al. **ALTERAÇÕES HORMONAIS DA MENOPAUSA E SUA INFLUÊNCIA NO RISCO CARDIOVASCULAR. INOVAÇÕES CARDIOVASCULARES: PESQUISA, DIAGNÓSTICO E TERAPIA** VOL. 2, p. 416–430, 2025.

MORAES, M. et al. **Diretriz Brasileira sobre a Saúde Cardiovascular no Climatério e na Menopausa – 2024**. Arquivos Brasileiros de Cardiologia, v. 121, n. 7, 1 jan. 2024.

GÓES, L. E. L.; MACHADO, J. FREITAS; AGUIAR, B. G. **Efeito da menopausa precoce sobre a rigidez arterial e risco de eventos cardíacos**. Journal Archives of Health, v. 6, n. 4, p. e2756, 11 ago. 2025.

MELO, J. B. DE et al. **Cardiovascular Risk Factors in Climacteric Women with Coronary Artery Disease**. International Journal of Cardiovascular Sciences, 2017.

ESCOSTEGUY, C. **Artigo de Revisão Epidemiologia das Doenças Cardiovasculares nas Mulheres** Figura 1. [s.l: s.n.]. Disponível em: <http://sociedades.cardiol.br/socerj/revista/2002_01/a2002_v15_n01_art01.pdf>.

CUIDANDO DE QUEM CUIDA: RELATO DE EXPERIÊNCIA DE UMA OFICINA COM ACOMPANHANTES DE PACIENTES ONCOLÓGICOS

Diane Fernandes dos Santos¹; Edvan José Alves da Silva¹; Thaís Oliveira Calaça da Silva¹; Maíra de Menezes Franco²; Nayara Priscila Dantas de Oliveira²

Residente do Programa Multiprofissional em Saúde da Mulher pela Universidade de Pernambuco Campus Petrolina¹, Professora da Universidade de Pernambuco Campus Petrolina².

diane.fernandess@upe.br

RESUMO

A presença de acompanhantes no contexto do tratamento oncológico é essencial para o suporte físico e emocional dos pacientes, porém frequentemente resulta em sobrecarga física, psíquica e social, repercutindo negativamente no bem-estar desses cuidadores. A negligência do autocuidado, somada ao estresse, pode gerar tristeza, baixa autoestima e fadiga emocional, reforçando a necessidade de intervenções que promovam acolhimento e suporte. A literatura aponta que estratégias coletivas, como rodas de conversa e práticas corporais, favorecem a expressão de sentimentos e o fortalecimento da saúde mental de acompanhantes e familiares. Assim, este estudo tem como objetivo relatar a experiência de uma oficina realizada com acompanhantes de pacientes oncológicos, com foco em acolhimento, autocuidado e práticas corporais. Trata-se de um relato de experiência, de abordagem qualitativa, realizado em um hospital oncológico por residentes de Enfermagem, Fisioterapia e Nutrição. A intervenção incluiu mensagens motivacionais, escuta ativa e práticas corporais de relaxamento. Participaram 40 acompanhantes, que demonstraram envolvimento e relataram reconhecimento de suas próprias necessidades. A oficina mostrou-se viável, fortalecendo vínculos e promovendo bem-estar, além de contribuir para o desenvolvimento de competências interprofissionais dos residentes. Conclui-se que ações de acolhimento e autocuidado ampliam a qualidade da assistência oncológica, valorizando o cuidador informal.

Palavras-chave: sobrecarga do cuidador; oncologia; educação em saúde.

1 INTRODUÇÃO

No contexto do tratamento oncológico no Brasil, acompanhantes exercem papel fundamental no suporte físico e emocional aos pacientes, mas frequentemente vivenciam sobrecarga significativa que afeta sua saúde física e mental (Almeida et al., 2023). A dedicação intensa ao cuidado pode levar à negligência das próprias necessidades, resultando em irritabilidade, tristeza e baixa autoestima, situação semelhante à observada entre familiares que acompanham pacientes em cuidados prolongados (Cortes; Sitja; Balk, 2022). Estratégias de promoção de bem-estar, como oficinas, rodas de conversa e práticas corporais, demonstram potencial para aliviar tensões e fortalecer o autocuidado, sobretudo quando associadas ao acolhimento e à expressão de emoções (Antoniassi Junior et al., 2018; Toneti et al., 2019). Além disso, práticas integrativas, como relaxamento guiado e alongamentos, têm mostrado eficácia na redução do estresse e na melhora do bem-estar de cuidadores e pacientes oncológicos (Siqueira et al., 2021).

Diante desse cenário, torna-se essencial desenvolver intervenções que valorizem o cuidador informal e ampliem a integralidade da assistência. Com isso, esse estudo tem como

objetivo relatar a experiência de uma oficina realizada com acompanhantes de pacientes oncológicos, com foco em acolhimento, autocuidado e práticas corporais.

2 METODOLOGIA

Trata-se de um estudo descritivo, do tipo relato de experiência, com abordagem qualitativa, desenvolvido em maio de 2025 em um hospital oncológico no contexto da Residência Multiprofissional em Saúde. A atividade ocorreu nas enfermarias da Unidade de Alta Complexidade em Oncologia e foi conduzida por residentes de Enfermagem, Fisioterapia e Nutrição. A oficina iniciou-se com a apresentação de um painel composto por mensagens motivacionais escritas por profissionais da unidade, estratégia semelhante às práticas de acolhimento e expressão emocional utilizadas em grupos de intervenção no ambiente oncológico (Antoniassi Junior et al., 2018). Em seguida, realizou-se um momento de acolhimento verbal e escuta ativa dos acompanhantes, permitindo a expressão de sentimentos e experiências, conforme recomendado por iniciativas que valorizam o cuidado emocional de familiares (Almeida et al., 2023). A atividade foi finalizada com práticas corporais de alongamento e relaxamento guiado, reconhecidas como recursos eficazes na redução de estresse em contextos oncológicos (Siqueira et al., 2021; Toneti et al., 2019), além da entrega de um material informativo sobre autocuidado.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Participaram da oficina 40 acompanhantes, possibilitando a construção de um ambiente de acolhimento, escuta e valorização do cuidador. Os participantes demonstraram envolvimento, expressaram emoções e relataram identificação com as mensagens motivacionais do painel, reforçando a importância da comunicação afetiva e da atenção às necessidades emocionais dos familiares, aspecto também descrito por Almeida et al. (2023). A atividade promoveu reflexões sobre hábitos de vida, autocuidado e bem-estar, fortalecendo o vínculo entre a equipe e os acompanhantes, semelhante aos resultados de práticas grupais integrativas relatados na literatura (Toneti et al., 2019; Antoniassi Junior et al., 2018).

Para os residentes, a oficina contribuiu para o desenvolvimento de competências comunicativas, educativas e interprofissionais, alinhando-se à importância da formação em saúde multiprofissional apontada em estudos que abordam o cuidado compartilhado e práticas integrativas em oncologia (Siqueira et al., 2021). Essa experiência também reforça que estratégias inovadoras, como oficinas e rodas de conversa, ampliam o olhar para o cuidador informal, cuja sobrecarga e papel central no processo terapêutico do paciente são amplamente reconhecidos na literatura (Cortes; Sitja; Balk, 2022).

4 CONCLUSÃO

A oficina mostrou-se uma intervenção viável e relevante para a promoção da saúde mental e emocional dos acompanhantes, destacando a importância do cuidado compartilhado e da valorização do cuidador informal no contexto oncológico. A experiência reforça o papel formativo de práticas educativas na Residência Multiprofissional, integrando teoria e prática e qualificando o cuidado oferecido aos pacientes e seus familiares. A adoção de ações semelhantes pode fortalecer o bem-estar dos acompanhantes, reduzir a sobrecarga e potencializar o suporte integral ao paciente oncológico.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, F. A.; PARREIRA, L. H. D. D.; LIMA, A. B. C.; TROVO, M. M. O cuidado emocional de familiares e cuidadores de pessoas com câncer no hospital. **New Trends in Qualitative Research**, v. 18, p. 926–927, 2023.

ANTONIASSI JUNIOR, G.; GOMES, G. A.; BERETTA, R. C. S.; FIGUEIREDO, G. L. A. Psicodrama na promoção da saúde e do bem-estar: experiência de grupo com pacientes oncológicos. **Revista Brasileira de Psicodrama**, v. 26, n. 2, p. 133–139, 2018.

SIQUEIRA, L. R. et al. Relaxamento Guiado como Prática Integrativa para Mulheres Submetidas à Radioterapia. **Revista Brasileira de Cancerologia**, v. 68, n. 1, p. e–031326, 2021.

CORTES, M. S.; SITJA, L. E.; BALK, R. S. Perfil epidemiológico de pacientes oncológicos e seus acompanhantes assistidos por uma casa de apoio. **Interfaces Científicas - Saúde e Ambiente**, Aracaju, v. 9, n. 1, p. 257–272, 2022.

TONETI, B. F. et al. O significado de uma terapia integrativa de relaxamento guiado para mulheres com câncer de mama. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 53, p. 34-97, 2019.

ESCALA NEONATAL DE HAMMERSMITH - FERRAMENTA PARA IDENTIFICAÇÃO DO COMPROMETIMENTO NEUROLÓGICO EM PREMATUROS

Jamilly Ferreira Da Silva¹; Jôziene Ferreira Da Silva².

Graduanda em Enfermagem pelo Centro Universitário UNIFACISA - Campina Grande/PB, Brasil¹, Nutricionista, pós-graduada em Nutrição Clínica, funcional, esportiva e Nutrição na Saúde da Mulher - Campina Grande/PB, Brasil².

ferreirajamilly22@gmail.com

RESUMO

INTRODUÇÃO: A prematuridade está associada a diversas complicações, especialmente neurológicas, como hemorragia intracraniana, sepse e alterações no desenvolvimento cerebral, que podem resultar em déficits motores, visuais e cognitivos. **METODOLOGIA:** Trata-se de revisão integrativa da literatura, realizada em dezembro de 2025, nas bases LILACS/BVS, SciELO e PubMed, utilizando os descritores “Escala Neonatal de Hammersmith”, “Prematuridade” e “Exame Neurológico”. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** A escala é uma ferramenta eficaz para triagem precoce, auxiliando na definição de intervenções e no acompanhamento evolutivo. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** É essencial para qualificar a assistência neonatal, embora sua aplicação requiera treinamento adequado para garantir interpretações confiáveis.

Palavras-chave: Escala Neonatal de Hammersmith; Prematuridade; Exame Neurológico.

1 INTRODUÇÃO

O nascimento de uma criança prematura pode ter diversas complicações, como problemas no sistema respiratório, cardíaco, neurológico e risco de infecção. Além de existir um risco de vida, sendo associado principalmente com a sepse e hemorragia intracraniana, que retardam o desenvolvimento dos prematuros (Nazareth, *et al.*, 2025; Neto, *et al.*, 2025).

Além destes riscos, ainda pode ocorrer o crescimento cerebral não natural, acarretando no aumento da chance de desenvolver lesão cerebral neonatal, que pode levar a atraso no neurodesenvolvimento na infância (See, *et al.*, 2024).

As lesões cerebrais podem levar a complicações como déficits neurológicos focais, como hemiparesia ou paralisias de nervos cranianos nas áreas localizadas de lesão cerebral. Além disso, podem ocorrer distúrbios visuais (incluindo visão turva ou perda de visão) e alterações do estado mental (Ay Tuncel, *et al.*, 2025).

Como forma de conseguir realizar a avaliação neurológica, foi desenvolvida a Escala Neonatal de Hammersmith (HNNE), que permite a avaliação neurológica de recém-nascidos, amplamente utilizada para identificar riscos de atraso no desenvolvimento neuropsicomotor, especialmente nos prematuros. Sendo composta por 34 itens, que avaliam a função neurológica em seis categorias, incluindo: postura e tônus, padrões de tônus, reflexos, movimentos, padrões e sinais anormais e orientação e comportamento (do Carmo Oliveira, *et al.*, 2022).

Diante desse cenário, torna-se essencial a utilização de métodos que permitam a avaliação de forma padronizada, além da identificação precocemente dos sinais de

comprometimento neurológico. Definiu-se como pergunta norteadora para esta pesquisa: como a Escala Neonatal de Hammersmith contribui para a identificação precoce e para a classificação do comprometimento neurológico em recém-nascidos prematuros?.

Diante disso, o objetivo do estudo foi identificar como a Escala Neonatal de Hammersmith contribui para a identificação precoce e para a classificação do comprometimento neurológico em recém-nascidos prematuros.

2 METODOLOGIA

O presente trabalho trata-se de uma revisão da bibliografia integrativa, norteadada pela questão: “Como a Escala Neonatal de Hammersmith contribui para a identificação precoce e para a classificação do comprometimento neurológico em recém-nascidos prematuros?”.

A coleta de dados foi realizada no mês de dezembro de 2025, por meio de análise de artigos científicos que foram indexados nas bases de dados. As fontes consultadas incluíram as bases *Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde* (LILACS/BVS), *SciELO* e *PubMed*. Para a busca dos estudos, foram utilizados os Descritores em Ciências da Saúde (DeCS): “Escala Neonatal de Hammersmith”, “Prematuridade” e “Exame Neurológico”, intermediados pelos operadores booleanos AND e NOT.

Como critérios de inclusão foram utilizados: artigos completos, em idiomas português e inglês, publicados no período de 2020 a 2025. Já os critérios de exclusão foram: aqueles que, após leitura completa, não respondiam ao objetivo proposto.

Para a seleção dos estudos, foi realizada a leitura dos títulos, análise dos resumos e leitura completa dos artigos potencialmente elegíveis. Após isso, foram aplicados os critérios estabelecidos, permitindo assim que os estudos selecionados fossem submetidos a uma análise descritiva e narrativa, onde ocorreu a síntese dos principais achados relacionados à contribuição da escala na avaliação neurológica de recém-nascidos prematuros.

Como se trata de uma revisão integrativa da literatura, não possui a necessidade de ser submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP). Tal dispensa está em conformidade com as diretrizes éticas vigentes aplicáveis a esse tipo de delineamento metodológico.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A Escala Neonatal de Hammersmith foi inicialmente desenvolvida pela Dra. Lilly Dubowitz e pelo Professor Victor Dubowitz em 1981, posteriormente foi revisada e aprimorada para a versão atual em 1998 pelo Dr. Eugenio Mercuri. Trata-se de um instrumento que faz a análise de 34 itens, que avaliam a função neurológica em seis categorias, incluindo: postura e tônus, padrões de tônus, reflexos, movimentos, padrões e sinais anormais e orientação e comportamento (Al-Haddad, *et al.*, 2025; do Carmo Oliveira, *et al.*, 2022).

Os estudos que foram analisados permitiram compreender o consenso quanto à relevância da HNNE como ferramenta na identificação de forma precoce das alterações neurológicas, onde existe a possibilidade de classificação do desempenho neurológico ainda no período neonatal (Al-Haddad, *et al.*, 2025).

Durante a avaliação, é feita a marcação na tabela de quantos pontos cada um dos bebês adquiriram, onde definem que o se o prematuro está “ótimo” ou “avaliação normal” quando sua soma for igual ou superior a 26 pontos. Se apresentarem resultado inferior, são definidos como “subótimos” ou a “avaliação alterada”, onde essas crianças passam por investigação com o intuito de analisar o grau de comprometimento neurológico, para realizar a redução dos desfechos neurológicos desfavoráveis (do Carmo Oliveira, *et al.*, 2022).

A escala permite de forma primordial a identificação precoce das complicações das doenças neurológicas. Entretanto, a escala de Hammersmith permite a compreensão de um indicador precoce da eficácia do tratamento, permitindo, que ocorra uma triagem rápida e adaptação das condutas terapêuticas de acordo com cada um dos quadros (Burton, *et al.*, 2025).

Ainda é necessário que ocorra a integração com o histórico de risco, exames de neuroimagem, achados de análise motora geral (GMA) e avaliações motoras funcionais, para conseguir compreender qual o prognóstico e definir quais são as intervenções necessária para cada um dos pacientes (Burton, *et al.*, 2025).

Os estudos analisados convergem ao apontar que a HNNE pode ser utilizada como ferramenta eficaz para a identificação de forma precoce de alterações neurológicas nos neonatos. Apesar de a aplicação da escala ser rápida, com duração média de 15 a 20 minutos para sua aplicação, é imprescindível que os profissionais sejam treinados de maneira adequada para que não seja dado resultados errôneos, e que dificultem o tratamento e redução das complicações pela hemorragia (Al-Haddad, *et al.*, 2025).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do que foi citado acima, é possível compreender que a utilização da Escala Neonatal de Hammersmith, possui como destaque ser uma alternativa segura e eficaz de conseguir compreender o comprometimento neurológico dos recém-nascidos prematuros. Além disso, permite que tenha o diagnóstico de forma precoce e facilite o processo de terapêutica para cada um dos casos específicos.

Entretanto, para que este exame tenha o resultado adequado é necessário que os profissionais de saúde tenham treinamento, para não ocorrer o comprometimento da interpretação dos resultados e interferindo assim no manejo clínico adequado.

Estes achados são de suma importância no âmbito de pesquisa, por ser um tema de grande relevância, por permitir compreender o comprometimento neurológico dos recém-nascidos. Melhorando assim a assistência aos prematuros, permitindo que se tenha um atendimento humanizado e qualificado para as crianças.

REFERÊNCIAS

AL-HADDAD, Benjamin JS et al. *Neurodevelopmental screening for neonates less than 44 weeks gestation in low-income and middle-income countries: a systematic review*. **BMJ Global Health**, v. 10, n. 4, 2025.

AY TUNCEL, Defne; ŞAŞMAZ, Hatice İlgen; ANTMEN, Bülent. Desfecho e fatores predisponentes para hemorragia intracraniana em crianças turcas com hemofilia. **Journal of Clinical Medicine**, v. 14, n. 3, p. 689, 2025.

BURTON, Vera Joanna et al. *Longitudinal Hammersmith Infant Neurological Examination (HINE) Trajectories in Children with Cerebral Palsy Identified in High-Risk Follow-Up*. **Journal of Clinical Medicine**, v. 14, n. 5, p. 1572, 2025.

DO CARMO OLIVEIRA, Bianca et al. Atraso no desenvolvimento neurológico de neonatos sob cuidados intermediários: estudo de prevalência em um centro hospitalar. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, v. 15, n. 8, p. e10576-e10576, 2022.

MARBA, Sérgio et al. Incidência de hemorragia peri-intraventricular em recém-nascidos de muito baixo peso: análise de 15 anos. **Jornal de Pediatria**, v. 87, p. 505-511, 2011.

NAZARETH, Lorena Cristina Castro et al. BENEFÍCIOS DA MANIPULAÇÃO MÍNIMA DO PREMATURO NA PREVENÇÃO, ESTABILIDADE E REDUÇÃO DA HEMORRAGIA INTRACRANIANA: REVISÃO INTEGRATIVA DA LITERATURA. **REVISTA FOCO**, v. 18, n. 7, p. e9228-e9228, 2025.

NETO, Roberto Duarte et al. PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DA HEMORRAGIA INTRACRANIANA NO BRASIL ENTRE OS ANOS DE 2013 A 2023. **Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences**, v. 7, n. 1, p. 451-462, 2025.

SEE, Mandi Suet Ning et al. Concordância entre o Exame Neurológico Neonatal de Hammersmith (HNNE) e o Teste de Desempenho Motor Infantil (TIMP) na avaliação do neurodesenvolvimento de bebês prematuros com menos de 32 semanas de gestação na idade corrigida a termo. **Early Human Development**, v. 190, p. 105973, 2024.

APLICABILIDADE DA ULTRASSONOGRAFIA TRIDIMENSIONAL NA IDENTIFICAÇÃO DAS ANOMALIAS DOS DUCTOS DE MÜLLER

Jamilly Ferreira Da Silva¹; Jôziene Ferreira Da Silva².

Graduanda em Enfermagem pelo Centro Universitário UNIFACISA - Campina Grande/PB, Brasil¹, Nutricionista, pós-graduada em Nutrição Clínica, funcional, esportiva e Nutrição na Saúde da Mulher - Campina Grande/PB, Brasil².

ferreirajamilly22@gmail.com

RESUMO

INTRODUÇÃO: As anomalias dos ductos de Müller, estruturas responsáveis pela formação de partes fundamentais do sistema reprodutor feminino, cuja má diferenciação no período intrauterino pode resultar em malformações uterinas, cervicais e vaginais. **METODOLOGIA:** Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, realizada em bases como LILACS, SciELO e PubMed, com artigos publicados entre 2020 e 2025. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Os resultados demonstram que a ultrassonografia tridimensional apresenta vantagens em relação à bidimensional, embora ainda necessite de associação com outros exames e de profissionais capacitados. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Conclui-se que essa tecnologia representa um avanço importante no diagnóstico precoce e na assistência à saúde da mulher.

Palavras-chave: Síndrome Mulleriana; Ultrassonografia tridimensional; Saúde da mulher.

1 INTRODUÇÃO

Os ductos de Müller são a parte estrutural responsável pelo desenvolvimento de diversas partes do sistema reprodutor feminino, que são dois terços superiores da vagina, colo do útero, útero e trompas de Falópio. Entretanto na hora que ocorre a diferenciação dos ductos de Müller durante a fase intrauterino podem levar ao surgimento de diversas anomalias uterinas, cervicais e vaginais (Alsukairi, *et al.*, 2024; Souza, *et al.*, 2025).

As anomalias que podem ser encontradas no ductos de Müller, são classificadas em seis tipos, que estão relacionados com as características de fertilidade e se pode ocorrer a cirurgia, sendo as classificações (Alsukairi, *et al.*, 2024):

- Classe I - tem a canalização vaginal incompleta quando uma menina alcança a puberdade, entretanto não tem a menstruação.
- Classe II - útero possui característica unicórneo, sendo relacionado com processo de infertilidades e quadros de aborto.
- Classe III a IV - de difícil diagnóstico e o tratamento depende da aparência do contorno externo do fundo uterino.

Para ser realizado o diagnóstico é necessário a utilização de exames de imagem, como forma de realizar a avaliação dessas malformações. Dentro os mais utilizados, cabe citar: ultrassonografia, histerossalpingografia, ressonância magnética e videolaparoscopia (Albuquerque, *et al.*, 2024).

Diante disso, a ultrassonografia tridimensional foi desenvolvida como ferramenta para conseguir realizar a medição e identificação de forma mais correta. Além de permitir que ocorra

reconhecimento da morfologia do útero da paciente e para a identificação do útero (Alsukairi, *et al.*, 2024).

Considerando o exposto, pesquisas sobre formas de realizar a identificação da síndrome mulleriana de forma precoce são de suma importância, por permitirem a melhoria da saúde da mulher. Desta forma, definiu-se como o questionamento para a pesquisa a seguinte indagação: como a ultrassonografia tridimensional pode fazer o diagnóstico da síndrome Mulleriana?

Diante disso, definiu como objetivo de compreender como a ultrassonografia tridimensional pode fazer o diagnóstico da síndrome Mulleriana.

2 METODOLOGIA

O presente estudo constitui-se de uma revisão bibliográfica, de natureza integrativa, elaborada com o objetivo de responder à seguinte questão norteadora: “Como a ultrassonografia transvaginal tridimensional pode fazer o diagnóstico da síndrome Mulleriana?”.

O período de coleta de dados ocorreu no mês de dezembro de 2025, a partir da análise de artigos científicos publicados nas bases de dados. As fontes consultadas incluíram as bases Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS/BVS), SciELO e PubMed. Para a busca dos estudos, foram utilizados os Descritores em Ciências da Saúde (DeCS): “Síndrome Mulleriana”, “Ultrassonografia tridimensional” e “Diagnóstico”, intermediados pelos operadores booleanos AND e NOT.

Foram incluídos artigos publicados no período de 2020 a 2025, com acesso gratuito e texto completo disponível nos idiomas português, inglês ou espanhol, e que abordassem diretamente o tema proposto. Foram excluídas as publicações que não contemplavam o escopo da pesquisa, estavam fora do recorte temporal estabelecido ou não estavam nos idiomas definidos. Após a análise dos artigos, por meio dos critérios de inclusão e exclusão, permaneceram cinco artigos para a escrita do trabalho.

Como se trata de uma revisão integrativa da literatura, não existe a necessidade de submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) se não for necessária. Tal dispensa está em conformidade com as diretrizes éticas vigentes aplicáveis a esse tipo de delineamento metodológico.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Atualmente a ultrassonografia tridimensional é utilizado como forma de diagnóstico para síndrome mulleriana, por ser um exame não invasivo, além de permitir que a visualização simultânea de diversos pontos, como os contornos externos (superfície serosa) e internos (endometrial) do útero (Jayaprakasan, *et al.*, 2022).

Além disso a ultrassonografia permite a compreensão de como está acontecendo a vascularização na cavidade uterina, sendo essa uma das vantagens se comparada aos outros exames que são realizados, juntamente ocorre a identificação das características do septo e no planejamento das futuras intervenções cirúrgica, se necessário (Ramakrishnan, *et al.*, 2024).

Entretanto, é necessário que este exame seja associado com a histerosalpingografia ou a ressonância magnética, como forma de conseguir identificar de completa parte anatômica e morfológica completa do útero e da permeabilidade das trompas de Falópio em pacientes com infertilidade ou abortos espontâneos recorrentes (Sugi, *et al.*, 2021; Grigore, *et al.*, 2021).

Quando se compara com a ultrassonografia bidimensional, o exame possui precisão no diagnóstico de anomalias uterinas congênitas, entretanto é necessário que os examinadores tenham experiência para conseguir identificar, ou seja, acaba limitando na dificuldade em obter o plano coronal do útero das pacientes (Grigore, *et al.*, 2021).

Outra vantagem, mas que está em desenvolvimento, é a realização da impressão tridimensional, como forma de permitir fornecer feedback visível e apurar informações de maneira mais detalhada sobre a gravidade anatômica (Ludwin, A., Martins, W. P., & Ludwin, I., 2017).

Todavia, para que essa tecnologia seja utilizada de forma correta, é necessário que seja utilizado técnicas padronizadas para obter medidas corretas e diagnosticar com precisão as anomalias uterinas, para assim conseguir fazer o tratamento adequado para cada paciente (Ludwin, A., Martins, 2021).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do que foi citado acima, a utilização da ultrassonografia tridimensional mostra-se como um avanço na assistência à saúde da mulher, devido que apresenta uma alternativa menos invasiva e de fácil visualização. Sua aplicação permite que tenha a facilitação do diagnóstico por permitir a visualização simultânea de diversos pontos, como os contornos externos e internos do útero.

Por ser uma tecnologia nova, é necessário que se tenha o processo de capacitação das equipes de saúde, para saber realizar o diagnóstico de forma correta. Representando, um avanço significativo no cuidado menos invasivo e mais humanizado para as mulheres.

Estes achados são de suma importância no âmbito de pesquisas, pois é um tema de grande relevância com o intuito de melhorar a assistência à saúde da mulher. Melhorando assim a qualidade do atendimento às mulheres, para o desenvolvimento de estratégias que promovam um atendimento mais qualificado, humanizado, assegurando às mulheres uma saúde integral e humanizada.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Karen Cristina Viegas Rodrigues et al. ESTUDO SOBRE MALFORMAÇÕES MÜLLERIANAS. **REVISTA FOCO**, v. 17, n. 7 Edição Especial, p. e5713-e5713, 2024.

ALSUKAIRI, Rawan. O papel da ultrassonografia em casos de anomalias uterinas congênitas: potencial para melhores resultados na gravidez. **Journal of Diagnostic Medical Sonography**, v. 40, n. 6, p. 593-599, 2024.

GRIGORE, Mihaela et al. *The added value of three-dimensional ultrasonography in uterine pathology*. **Experimental and Therapeutic Medicine**, v. 22, n. 5, p. 1261, 2021.

JAYAPRAKASAN, Kanna; OJHA, Kamal. *Diagnosis of congenital uterine abnormalities: practical considerations*. **Journal of clinical medicine**, v. 11, n. 5, p. 1251, 2022.

LUDWIN, Artur; MARTINS, W. P.; LUDWIN, Inga. *Three-dimensional saline-contrast sonovaginocervicography or virtual speculoscopy with HDlive: potential diagnostic tool for women with intact hymen or uterovaginocervical complex malformation*. **Ultrasound in Obstetrics & Gynecology**, v. 50, n. 5, p. 669-671, 2017.

LUDWIN, Artur; MARTINS, Wellington de Paula. *Correct measurement of uterine fundal internal indentation depth and angle: an important but overlooked issue for precise diagnosis of uterine anomalies.* **Ultrasound in Obstetrics & Gynecology**, v. 58, n. 3, p. 497-499, 2021.

RAMAKRISHNAN, Karthik Krishna et al. *Comparing the diagnostic efficacy of 3D ultrasound and MRI in the classification of Müllerian anomalies.* **Cureus**, v. 16, n. 10, 2024.

SOUZA, Luís Ronan Marquez Ferreira de et al. *Comparação crítica das classificações americanas e europeia de anomalias müllerianas: prós e contras.* **Radiologia Brasileira**, v. 58, p. e20240096en, 2025.

SUGI, Mark D. et al. *Müllerian duct anomalies: role in fertility and pregnancy.* **Radiographics**, v. 41, n. 6, p. 1857-1875, 2021.

QUANDO A ENDOMETRIOSE AFETA O SONHO DA MATERNIDADE: REPERCUSSÕES NA FERTILIDADE

Jamilly Ferreira Da Silva¹; Jôziene Ferreira Da Silva².

Graduanda em Enfermagem pelo Centro Universitário UNIFACISA - Campina Grande/PB, Brasil¹, Nutricionista, pós-graduada em Nutrição Clínica, funcional, esportiva e Nutrição na Saúde da Mulher - Campina Grande/PB, Brasil².

ferreirajamilly22@gmail.com

RESUMO

INTRODUÇÃO: A endometriose é uma doença ginecológica crônica caracterizada pela presença de tecido endometrial fora da cavidade uterina, acometendo de 6 a 10% das mulheres em idade reprodutiva e associando-se à dor pélvica, infertilidade e complicações obstétricas. **METODOLOGIA:** Trata-se de revisão integrativa da literatura, realizada em dezembro de 2025, nas bases LILACS/BVS, SciELO e PubMed, utilizando os descritores “Endometriose”, “Fertilidade” e “Infertilidade”. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Os resultados demonstraram que a inflamação crônica, a resistência à progesterona, as alterações hormonais e imunológicas e os endometriomas comprometem a ovulação, a fecundação e a implantação embrionária. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** A gravidade da doença influencia diretamente os desfechos reprodutivos, sendo essencial a assistência individualizada para preservar a fertilidade e a qualidade de vida das pacientes, fortalecendo o cuidado integral e a tomada de decisões clínicas.

Palavras-chave: Endometriose; Fertilidade; Infertilidade.

1 INTRODUÇÃO

A endometriose é uma patologia ginecológica de forma crônica, benigna e possui os sintomas a cada ciclo menstrual. A patologia é definida como presença de tecido endometrial fora da cavidade uterina e do miométrio, podendo ser encontrado em diversos órgãos, como peritônio, e até mesmo nas estruturas pélvicas e extra pélvica (Rodrigues, 2022; De Mendonça et al., 2021).

De acordo com Silva (2021), 6 a 10% das mulheres mundialmente em idade reprodutiva convivem com endometriose. Quando se pensa no principal sintoma da EDM que são as dores pélvicas, cerca de 50 a 60% de adolescentes e mulheres sentem os sintomas. Além disso, encontra-se o quadro de infertilidade e complicações mais graves, variando de 20% a 68% dos casos (Moïse *et al.*, 2025).

A infertilidade na endometriose está associada a ovulação que se encontra alterada, que ocorre a modificação do conformacional do ambiente uterino, o aumento de células inflamatórias no peritônio, os endometriomas ovarianos, entre outros (Fisher, *et al.*, 2024).

Evidências atuais revelam que além da infertilidade, pode estar associada com algumas complicações tardias na gravidez, como por exemplo a pré-eclâmpsia, placenta prévia, além de complicações no próprio parto (Fisher, *et al.*, 2024; Fernandes, *et al.*, 2024).

Diante do que foi exposto acima, esta pesquisa permite a identificação dos mecanismos que relacionam a endometriose à infertilidade e aos desfechos reprodutivos, permitindo assim

a melhoria da saúde da mulher e da qualidade de vida das pacientes com endometriose. Desta forma, definiu-se como o questionamento para a pesquisa a seguinte indagação: quais alterações da endometriose provocam no processo de fertilidade da mulher?.

Diante disso, definiu como objetivo compreender como as alterações da endometriose provocam no processo de fertilidade da mulher.

2 METODOLOGIA

O presente estudo constitui-se de uma revisão bibliográfica, de natureza integrativa, elaborada com o objetivo de responder à seguinte questão norteadora: “Quais alterações da endometriose provocam no processo de fertilidade da mulher?”.

A coleta de dados ocorreu no mês de dezembro de 2025, por meio de análise de artigo indexados nas bases de dados. As fontes consultadas foram a Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS/BVS), SciELO e PubMed. Para a busca dos estudos, foram utilizados os Descritores em Ciências da Saúde (DeCS): “Endometriose”, “Fertilidade” e “Infertilidade”, intermediados pelos operadores booleanos AND e NOT.

Foram incluídos artigos publicados entre 2020 a 2025, com acesso gratuito e texto completo disponível nos idiomas português, inglês ou espanhol, que abordassem diretamente a temática proposta. Excluíram-se as publicações que não se enquadram no objetivo do estudo, que estavam fora do recorte temporal estabelecido ou que não atendiam aos critérios linguísticos definidos. Após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, cinco artigos foram selecionados para compor a construção do presente trabalho.

Por se tratar de uma revisão integrativa da literatura, não existe a necessidade de submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) se não for necessária. Tal dispensa está em conformidade com as diretrizes éticas vigentes aplicáveis a esse tipo de delineamento metodológico.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Como a endometriose é a presença de endometriose fora da cavidade uterina, levando a perturbação no meio hormonal, celular e imunológico do endométrio, que leva a influencia negativa da programação de desenvolvimento do embrião (Fernandes, *et al.*, 2024).

De forma fisiológica, a endometriose leva ao surgimento de mecanismos patogênicos diferentes da normalidade, que são:

- (1) O desenvolvimento da inflamação crônica tornando assim os vasos sanguíneos e tecidos mais friável, ocasionando assim dificuldade no momento da implantação e risco de tracionamento nas estruturas circundantes (Paiva, *et al.*, 2024, Moïse *et al.*, 2025).
- (2) Aumento da resistência a progesterona levando ao riscos de disfunções genéticas, ou seja, ocorre a resistência endometrial que leva a disfunção de genes cruciais para a implantação do embrião (Tsikouras, *et al.*, 2024).

Entretanto, as consequências para o parto dependem do quanto a endometriose atinge as mulheres, sendo divididas em (Tsikouras, *et al.*, 2024).

- (a) Endometriose leve - ocorrer a produção de citocinas pró-inflamatórias (IL-1 β , IL-8, IL-6 e TNF α), que levam ao desenvolvimento de um ambiente patológico para os folículos, que torna a mobilidade das trompas de Falópios dificultosa para o embrião se transporta para a cavidade uterina.

- (b) Endometriose moderada e grave - não possui a liberação de forma adequada do óvulo, ocorre o aumento do líquido peritoneal, que contém grande quantidade de macrófagos, prostaglandinas e proteases, levando a interfere na interação normal entre o óvulo e as trompas de Falópio.

Por conta desses níveis de endometriose, é necessário que seja adaptado a assistência de acordo com cada uma das pacientes, onde mulheres com menos de 35 anos com endometriose em estágio inicial, recomenda-se ter relações sexuais livres nos dias férteis ou com ou sem indução da ovulação. Já as com mais de 35 anos, é recomendado a inseminação com indução da ovulação e até mesmo pode ser indicado a fertilização in vitro (Tsikouras, *et al.*, 2024; Corachán, *et al.*, 2021).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do que foi citado acima, é possível identificar as principais alterações que a endometriose provoca no processo da fertilidade, sendo principalmente relacionada com inflamação crônica, às alterações hormonais, à resistência à progesterona e às modificações no ambiente endometrial, que leva ao comprometimento na ovulação e na implantação embrionária na cavidade uterina.

Por conta dessas ações que a endometriose causa nas mulheres, é de suma importância que tenha o desenvolvimento do tratamento de forma individualizada, para cada um dos casos. Sendo importante observar a idade, estágio da doença e desejo reprodutivo. Podendo ser indicado desde relações sexuais livres até mesmo a técnica de fertilização in vitro.

Estes achados são de suma importância no âmbito de pesquisa, por ser um tema de grande relevância, na qualidade de vida das mulheres portadoras de endometriose. Melhorando assim a qualidade do atendimento às mulheres, para o desenvolvimento de estratégias que promovam um atendimento mais qualificado, humanizado, assegurando às mulheres uma saúde integral e humanizada.

REFERÊNCIAS

CORACHÁN, Ana et al. Novos alvos terapêuticos para melhorar os resultados da FIV em pacientes com endometriose: uma revisão e perspectivas futuras. **Human reproduction update**, v. 27, n. 5, p. 923-972, 2021.

DE MENDONÇA, Maria Fernanda Melo et al. Endometriose: manifestações clínicas e diagnóstico–revisão bibliográfica. **Brazilian Journal of Health Review**, v. 4, n. 1, p. 3584-3592, 2021.

FERNANDES, Adilson Henrique Martins et al. RISCO OBSTÉTRICOS EM MULHERES COM ENDOMETRIOSE: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 10, n. 9, p. 1143-1151, 2024.

FISCHER, Ellen Sofia Bechara Macho et al. Repercussão da endometriose na gestação: uma revisão integrativa. **Brazilian Journal of Health Review**, v. 7, n. 2, p. e68469-e68469, 2024.

MOÏSE, Alice et al. *Endometriosis and infertility: gynecological examination practical guide*. **Journal of Clinical Medicine**, v. 14, n. 6, p. 1904, 2025.

PAIVA, Ana Clara Moreira et al. Impactos da endometriose na gravidez e suas possíveis complicações. **Brazilian Journal of Health Review**, v. 7, n. 2, p. e68043-e68043, 2024.

TSIKOURAS, Panagiotis et al. O impacto da endometriose na gravidez. **Journal of Personalized Medicine**, v. 14, n. 1, p. 126, 2024.

RODRIGUES, Luciana Abrantes et al. Análise da influência da endometriose na qualidade de vida. **Fisioterapia em movimento**, v. 35, p. e35124, 2022.

AUTOMEDICAÇÃO EM GESTANTES E A ATUAÇÃO DO FARMACÊUTICO: REVISÃO DE LITERATURA

Cícero Erison dos Santos Espíndola Melo¹.

Farmacêutico pelo Centro Universitário Tabosa de Almeida (Asces-Unita)¹.

erisonespindola031@gmail.com

RESUMO

A gravidez é uma condição fisiológica complexa, na qual o uso de medicamentos requer cautela, visto que substâncias administradas à gestante podem atravessar a barreira placentária e causar danos ao feto. Nesse contexto, a automedicação configura-se como um relevante problema de saúde pública durante o período gestacional. O presente estudo teve como objetivo descrever a ocorrência da automedicação entre gestantes e discutir a importância da atuação do farmacêutico na promoção do uso seguro de medicamentos. Trata-se de uma revisão narrativa, retrospectiva de caráter descritivo, realizada nas bases de dados Google Acadêmico e LILACS, com os seguintes descritores: automedicação, gestantes e farmacêutico. Foram incluídos artigos científicos originais publicados entre 2015 a 2025, em português e inglês, que apresentassem resultados conclusivos sobre a temática. Os resultados evidenciaram prevalências variadas de automedicação entre gestantes em diferentes regiões do Brasil, o que indica lacunas na orientação sobre o uso seguro de medicamentos durante a gestação. Conclui-se que a automedicação permanece frequente entre gestantes e representa risco à saúde, reforçando a necessidade da atuação do farmacêutico por meio da educação em saúde, orientação adequada e promoção do uso racional de medicamentos.

Palavras-chave: Automedicação; Gestantes; Farmacêutico.

1 INTRODUÇÃO

A gravidez é uma condição fisiológica complexa, durante a qual acontecem adaptações de extrema relevância em diversos sistemas para possibilitar o correto desenvolvimento fetal. A exposição da mãe a medicamentos é estendida ao feto pela circulação placentária e, por isso, a administração de fármacos no período da gestação pode provocar toxicidade fetal e resultar em abortamento ou malformações fetais. Sendo assim, a utilização de medicamentos ou outros produtos com ação medicamentosa durante a gestação deve ser cauteloso, uma vez que os princípios ativos encontrados nestes produtos podem oferecer riscos gravíssimos para a gestante e, especialmente, para o feto (MENDONÇA *et al.*, 2022).

O consumo de medicamentos sem prescrição médica, isto é, a automedicação, que tornou-se uma prática difundida mundialmente e constitui um dos principais problemas durante o período gestacional. Dessa forma, a maior preocupação do uso indiscriminado de medicamentos é o risco de intoxicação (MONTES, SILVA & SANTOS, 2016).

Diante desse cenário, o consumo de medicamentos pela automedicação em gestantes é uma questão de saúde pública, verificando a necessidade de formulações de políticas de orientações do uso seguro, como também ações que evitem o consumo elevado percebendo a viabilização de intervenções educativas que pode então proporcionar a conscientização dos riscos inerentes aos medicamentos (DOS SANTOS *et al.*, 2020).

Nessa perspectiva, o presente estudo objetivou descrever a ocorrência da automedicação entre gestantes e discutir a importância da atuação do farmacêutico na promoção do uso seguro de medicamentos durante o período gestacional.

2 METODOLOGIA

Trata-se de um estudo de revisão de literatura do tipo narrativa, retrospectivo de caráter descrito, realizado nas bases de dados Google Acadêmico e Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS). A busca ativa dos artigos foi realizada utilizando os seguintes Descritores em Ciências da Saúde (DeCS): automedicação, gestantes, farmacêutico.

A escolha pela revisão narrativa justifica-se pela necessidade de contextualizar várias abordagens sobre a automedicação no âmbito da saúde pública, o que possibilita uma investigação crítica e ampla do conteúdo disponível.

Foram incluídos no estudo artigos científicos originais, publicados no período de 2015 a 2025, nos idiomas português e inglês que abordassem a temática proposta e que apresentassem resultados conclusivos. São considerados excluídos para o estudo artigos de revisão de literatura, monografias, dissertações de mestrado, teses de doutorado ou editoriais, bem como os artigos que não condiziam com o objetivo central, não estivessem nos idiomas estabelecidos e período não equivalente. Os artigos foram referenciados segundo as regras da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT NBR 6023:2018).

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Inicialmente, foi construída uma tabela com as informações retiradas das pesquisas selecionadas, incluindo o título do artigo, objetivo e as principais conclusões, conforme tabela abaixo.

Tabela 1: Principais informações dos artigos selecionados

TÍTULO DO ARTIGO	OBJETIVO	CONCLUSÃO
Conhecimento popular e automedicação com plantas medicinais em gestantes de um município do Nordeste brasileiro	Avaliar o conhecimento popular e automedicação com plantas medicinais em gestantes do município de Juazeiro do Norte, Ceará, Brasil.	Nota-se que as gestantes utilizam plantas medicinais por influência da cultura familiar. As gestantes acreditam que as plantas medicinais ingeridas na gestação não causam efeitos nocivos por serem de origem natural, o que contribui para a automedicação. Destaca-se a importância do diálogo entre o saber popular e o conhecimento científico na construção de uma educação terapêutica que previna problemas relacionados ao uso de produtos terapêuticos na gestação.
Estudo Farmacológico: Automedicação em gestantes	Avaliar a prática da automedicação nas gestantes atendidas pela saúde pública	No estudo, não houve relatos do sobre o uso de medicamentos teratogênicos

atendidas pela saúde pública de Itumbiara – Goiás	do município de Itumbiara – Goiás.	e a pesquisa revelou que as gestantes faziam uso de medicamentos com baixo risco teratogênico.
Automedicação em gestantes de alto risco de uma maternidade de referência do estado do Ceará	Verificar a automedicação em gestantes de alto risco assistidas numa Maternidade Escola de referência do estado do Ceará.	Nesse cenário, é fato que o consumo de medicamentos pela automedicação em gestantes é uma questão de saúde pública, verificando a necessidade de formulações de políticas de orientações do uso seguro, bem como ações que previnam o consumo elevado percebendo a viabilização de intervenções educativas pode então promover a conscientização dos riscos inerentes aos medicamentos.
Automedicação em Gestantes de Alto Risco: Foco em Atenção Farmacêutica	Verificar o índice da automedicação em foco na Atenção Farmacêutica a gestantes de alto risco atendidas na Policlínica Francisco Carlos Cavalcante Roque no município de Quixadá-CE.	Portanto, sugere-se orientação farmacêutica a gestantes de alto risco com o intuito de minimizar efeitos teratogênicos e proporcionar melhoria em sua qualidade de vida.
Automedicação entre gestantes assistidas em serviço público de saúde no município de Floresta, Paraná	Investigar a prática da automedicação entre gestantes atendidas no Sistema Único de Saúde (SUS) no município de Floresta/Paraná/Brasil.	Os resultados obtidos evidenciam a importância dos enfermeiros e demais profissionais da saúde no que tange a orientação e divulgação de informações relacionadas à automedicação durante o processo gestacional.

Fonte: elaborada pelo autor.

Após a leitura completa dos trabalhos, apenas 5 atenderam integralmente aos critérios de inclusão, sendo, portanto, utilizados na construção da presente revisão.

Os artigos analisados apontaram elevados índices de automedicação entre as gestantes. Em Quixadá/CE, a utilização de medicamentos durante a gravidez pela prática da automedicação foi relatada por 33,75% gestantes, e três delas afirmaram sentir-se mal ao tomarem os seguintes medicamentos: dipirona, ibuprofeno e dimenidrinato. Em Floresta/PR, todas as participantes do estudo (28 gestantes) declararam ter feito uso da automedicação no decorrer da gravidez. Em uma Maternidade Escola localizada no estado do Ceará, apenas 10% das entrevistadas praticaram automedicação. Em Itumbiara/GO, 5% realizavam automedicação.

Esses achados demonstram que a automedicação permanece como um problema significativo entre gestantes brasileiras, revelando lacunas no acesso à informação e na orientação adequada durante o pré-natal.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As evidências analisadas demonstram que a automedicação é uma prática presente entre gestantes em diferentes regiões do país, com prevalências variáveis e uso frequente de medicamentos que podem oferecer riscos à saúde. Os dados reforçam que, apesar das orientações realizadas durante o pré-natal, ainda existem lacunas significativas no conhecimento das gestantes sobre o uso seguro de medicamentos. Diante desse cenário, a atuação do farmacêutico torna-se fundamental, seja por meio da educação em saúde, seja pelo acompanhamento farmacoterapêutico e avaliação crítica do uso de fármacos. Conclui-se que a presença ativa deste profissional contribui para a redução da automedicação, promove maior segurança no período gestacional e fortalece a qualidade da atenção pré-natal. Portanto, é imprescindível ampliar estratégias de orientação e integrar o farmacêutico de forma mais efetiva às equipes de saúde que acompanham gestantes.

REFERÊNCIAS

BARALDO, HELOISA MANTOVANI; HAYAKAWA, LILIANA YUKIE. Automedicação entre gestantes assistidas em serviço público de saúde no município de Floresta, Paraná. **Uningá Review**, v. 25, n. 3, 2016.

DOS SANTOS, Sandna Larissa Freitas *et al.* Automedicação em gestantes de alto risco de uma maternidade de referência do estado do Ceará. **Brazilian Journal of Health Review**, v. 3, n. 2, p. 3083-3097, 2020.

DOS SANTOS, Sandra Larissa Freitas *et al.* Automedicação em gestantes de alto risco: foco em atenção farmacêutica. **Journal of Health Sciences**, v. 20, n. 1, p. 50-54, 2018.

MENDONÇA, R. C. F.; RIBEIRO FILHO, J.; CALDEIRA, F. I. D.; GASQUE, K. C. S. Conhecimento popular e automedicação com plantas medicinais em gestantes de um município do Nordeste brasileiro. **Revista de Saúde Pública do Paraná**, v. 5, n. 3, p. 1-23, 22 set. 2022.

MONTES, B. C. C.; SILVA, L. F.; SANTOS, P. R. Estudo farmacológico: auto medicação em gestantes atendidas pela saúde pública de Itumbiara-Goiás. **Revista Biotecnologia & Ciência**, v. 5, n.2, p. 22-29, 2016.

ATUAÇÃO DO ENFERMEIRO NAS ESTRATÉGIAS DE PREVENÇÃO, DIAGNÓSTICO E TRATAMENTO DO CÂNCER CERVICAL

Raymara Forte da Guia¹; Nayara de Andrade Ferreira²; Samuel Ramalho Torres Maia³.
Graduanda em Enfermagem pelo Centro Universitário Ateneu¹, Graduanda em Enfermagem
pelo Centro Universitário Ateneu², Doutor em Cuidados Clínicos em Enfermagem e Saúde
pela Universidade Estadual do Ceará³.

raymara.forte@gmail.com

RESUMO

O câncer cervical persiste como um grande problema de saúde pública, sendo o terceiro tipo mais comum a quarta principal causa de óbito entre as mulheres no Brasil. Este estudo tem como objetivo analisar, por meio de uma revisão bibliográfica, as ações e contribuições do enfermeiro na prevenção, detecção precoce, diagnóstico e cuidado relacionados ao câncer do colo do útero. Foram consultadas as bases SciELO, LILACS, PubMed, OLEL, Portal da CAPES e BVS, considerando publicações entre 2020 a 2025. Ao final, 8 artigos foram selecionados para análise. Os achados sugerem que o papel do enfermeiro na Estratégia de Saúde da Família é crucial, participando do acolhimento, coleta e análise de exames citopatológicos, educação em saúde, orientação sobre fatores de risco e monitoramento de mulheres que apresentam alterações citológicas. Conclui-se que o enfermeiro desempenha um papel importante para fortalecer as estratégias de prevenção e detecção precoce do câncer cervical, por meio de ações educativas, realização do exame citopatológico e acompanhamento das utentes. Os achados reforçam a importância da formação contínua e da ampliação das iniciativas educativas direcionadas às mulheres em território nacional.

Palavras-chave: câncer cervical; detecção precoce; enfermagem.

1 INTRODUÇÃO

O câncer do colo do útero constitui-se entre as neoplasias ginecológicas mais frequentes, representando um importante problema de saúde pública, especialmente em países em desenvolvimento. (Ferreira *et al.*, 2022) A presença do papilomavírus humano (HPV), particularmente seus subtipos oncogênicos, é reconhecida como o principal fator de risco para o desenvolvimento do câncer cervical. Além disso, fatores como início da atividade sexual precoce, histórico-cultural de múltiplos parceiros, presença de verrugas genitais, tabagismo ativo ou passivo e baixa adesão ao exame citopatológico também contribuem para o surgimento da doença. (Ministério da Saúde, 2020).

Na fase inicial, o tumor geralmente se apresenta de forma assintomática ou com sintomas discretos, o que dificulta a busca por atendimento e favorece diagnósticos tardios. (Cardoso *et al.*, 2024). Diante desse cenário, ações efetivas de prevenção primária e secundária tornam-se essenciais para reduzir a incidência e a mortalidade pelo câncer cervical.

Nesse contexto, a enfermagem desempenha um papel central e estratégico, especialmente no âmbito da Atenção Primária à Saúde. O enfermeiro atua no acolhimento das usuárias, realização e interpretação do exame citopatológico (Papanicolau), orientação sobre fatores de risco, educação em saúde, estratégias de vacinação contra o HPV e acompanhamento

de mulheres com resultados alterados. Com isto, é perceptível ao cenário brasileiro que a identificação precoce é fundamental para diminuir complicações e óbitos que poderiam ter sido evitados. (Araújo *et al.*, 2024).

Portanto, este estudo consiste em uma revisão de literatura que tem como objetivo evidenciar as ações de enfermagem nas estratégias de prevenção, detecção precoce e cuidados voltados ao câncer do colo do útero, destacando sua importância para a redução de desfechos negativos relacionados à doença.

2 METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica descritiva, com abordagem qualitativa. A busca dos estudos foi realizada nas bases de dados SciELO, LILACS, PubMed, OLEL, Portal da CAPES e Biblioteca Virtual em Saúde (BVS). Foram considerados artigos publicados em português, inglês e espanhol, no período de 2020 a 2025, que abordassem a atuação do enfermeiro na prevenção e detecção precoce do câncer do colo do útero.

Inicialmente, foram identificados 15 estudos. Após aplicação dos critérios de inclusão (artigos completos, disponíveis gratuitamente e relacionados ao tema central) e exclusão (publicações com mais de 10 anos, duplicadas ou que não abordavam a atuação do enfermeiro), permaneceram 8 artigos para análise.

A análise dos dados ocorreu por meio de leitura exploratória, seletiva e interpretativa dos textos, permitindo categorização temática e síntese dos principais achados.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os artigos analisados apontam que a intervenção da enfermagem é significativa para a atuação no combate a esta patologia. Essa atuação se concretiza, principalmente, por meio de ações educativas, da realização sistemática dos exames preventivos e do acompanhamento contínuo das mulheres nas Unidades Básicas de Saúde. Os achados apresentados nos estudos de Silva *et al.* (2023), Benício *et al.* (2024), Macedo *et al.* (2025) e Rosário *et al.* (2023) reforçam a relevância da enfermagem como agente de promoção da saúde e prevenção de agravos, destacando sua contribuição direta no rastreamento e na detecção precoce da neoplasia cervical.

Observou-se que a adesão ao exame preventivo ainda constitui um desafio em diferentes regiões do país, especialmente em áreas de difícil acesso, com condições precárias de saneamento básico e marcadas pela vulnerabilidade social. Além das barreiras estruturais, fatores culturais também influenciam de forma significativa a baixa procura pelos serviços de rastreamento. Nesse cenário, o enfermeiro desempenha um papel estratégico como educador em saúde, elaborando e implementando ações que promovem a conscientização e estimulam a adesão das mulheres tanto às práticas preventivas quanto ao tratamento precoce do câncer do colo do útero.

A atuação multiprofissional, o uso de tecnologias educativas e a qualificação permanente dos profissionais de enfermagem configuram-se como fatores essenciais para a efetividade das intervenções. Nesse contexto, os estudos selecionados apresentam características metodológicas e resultados variados, cujas síntese, organizada por autor/ano, título, metodologia e principais achados, encontra-se sistematizada na tabela a seguir.

Tabela 1 - Panorama dos Estudos da Literatura sobre Enfermagem e Prevenção do Câncer do Colo do Útero

Autor / Ano	Título / Objetivo	Metodologia	Principais Resultados
SILVA et al., 2023	Rastreamento do câncer de colo do útero: Prática da enfermagem na Atenção Primária à Saúde em Itaguaí-RJ	Estudo qualitativo com 17 enfermeiros, utilizando entrevistas semiestruturadas e análise de conteúdo	Identificou que os enfermeiros desempenham papel crucial na captação de mulheres para rastreamento, realização de consultas ginecológicas e acompanhamento de exames alterados, apesar de desafios estruturais e recursos limitados.
ROSÁRIO et al., 2023	Desafios da enfermagem na prevenção do câncer cervical	Revisão integrativa da literatura	Apontou que enfermeiros são essenciais na implementação de estratégias educativas, políticas de saúde e detecção precoce, enfrentando barreiras culturais e estruturais.
BENÍCIO et al., 2024	Análise da cobertura da citologia cervical no Brasil: 2018-2023	Estudo descritivo com análise de dados secundários do DATASUS	Evidenciou que a atuação da enfermagem impacta diretamente na detecção precoce e prevenção de agravos relacionados ao câncer cervical, destacando a importância do enfermeiro na promoção da saúde.
MACEDO et al., 2025	Avaliação do conhecimento, atitude e prática sobre o HPV e prevenção do câncer cervical	Estudo observacional com aplicação de questionários a enfermeiros	Demonstrou que enfermeiros bem informados e capacitados aumentam a adesão das mulheres às ações preventivas, reforçando o papel da enfermagem na promoção da saúde.

Fonte: Próprio autor.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo analisado demonstra que a enfermagem desempenha um papel fundamental na criação e implementação de estratégias para a prevenção precoce do câncer uterino, estando na linha de frente do atendimento, acolhimento e cuidado, adaptando-se ao contexto social e emocional de cada paciente. Por meio de iniciativas educativas, realização e acompanhamento do exame citopatológico e orientação sobre fatores de risco, o profissional incentiva a realização de exames preventivos e o uso de preservativos. Essas iniciativas promovem a independência feminina, permitem a identificação antecipada de doenças e ajudam a reduzir a incidência de doenças e óbitos associados, enfatizando a importância da formação contínua e da ampliação das abordagens educacionais no contexto da saúde pública. Dessa maneira, a literatura revisada no estudo demonstra que o fortalecimento das ações de enfermagem, aliado a políticas públicas eficazes, pode reduzir de forma expressiva os índices de morbimortalidade por câncer do colo do útero no Brasil.

REFERÊNCIAS

- Brasil. Ministério da Saúde. **Protocolo clínico e diretrizes terapêuticas para atenção integral às pessoas com Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST)**. Brasília: Ministério da Saúde, 2020. Disponível em: https://www.gov.br/aids/pt-br/central-de-conteudo/pcdts/2020/ist/pcdt_ist_final_revisado_020420.pdf. Acesso em: 03 nov. 2025.
- Ferreira, M. DE C. M. et al. Detecção precoce e prevenção do câncer do colo do útero: conhecimentos, atitudes e práticas de profissionais da ESF. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 27, p. 2291-2302, 27 maio 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/Z3tXcyhpMP6MLcJzTCmq9bn/?lang=pt>. Acesso em: 03 nov. 2025.
- Benício, L. B. B.; Santos, J. G. dos; Caldeira, N. M. V. P.; Mendes, L. M. C.; Carbogim, F. da C.; Gomes-Sponholz, F. A.; Gozzo, T. de O.; Barbosa, N. G. Descriptive analysis of cervical cytology coverage in Brazil: a study from 2018 to 2023. **Escola Anna Nery Revista de Enfermagem**, v. 28, e20240072. 2024. Disponível em: <https://eanjournal.org/journal/ean/article/doi/10.1590/2177-9465-EAN-2024-0072en>. Acesso: 25 out. 2025.
- Rosário, T. M. B.; Naka, K. S.; Silva, T. M.; Oliveira, G. P. S.; Lima, S. S.; Sousa Cunha, M. L. de S. Challenges for nursing in the prevention of cervical cancer. **Research, Society and Development**, v. 12, n. 3, e2112340405. 2023. Disponível em: <https://rsdjournal.org/rsd/article/view/40405>. Acesso em: 17 out. 2025.
- Silva, R. B. da; Carvalho, S. S.; Silva, M. S. da; Jesus, G. A. de; Mota, A. A. Mota, G. S. C. The nurse's role in the prevention of cervical cancer. **Research, Society and Development**, v. 12, n. 14, e101121444620. 2023. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/44620>. Acesso: 18 out. 2025.
- Cardoso, L. L.; Proença, R. M de O.; Alves de Brito, C.; Paula Júnior, A.M. Vista do Câncer de Colo de Útero: Uma revisão de Literatura | **Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences**. Disponível em: <https://bjih.emnuvens.com.br/bjih/article/view/2033/2251>. Acesso em: 03 nov. 2025.
- Araújo, A. L. A.; Nascimento, A. G. S.; Santos, C. B.; Maranhão, L. B. S.; Siqueira, F. F. F.; Santos, L. M. L.; Verçosa, B. L. A.; Nunes, B. A.; Farah, E. I.; Machado, K. C.; Miranda Neto, P. A. D.; Monteiro, S. G. Fatores de risco ao câncer de colo uterino: revisão narrativa. **Observatorio de la Economía Latinoamericana**, n. 5818, 2024. Disponível em: <https://ojs.observatoriolatinoamericano.com/ojs/index.php/olel/article/view/5818>. Acesso em: 2 nov. 2025.
- Macedo, E. N. de O.; Souza, M. R. de; Borges, C. J.; Silva, L. A. da. Avaliação do conhecimento, atitude e prática sobre o papilomavírus humano e a prevenção do câncer cervical. **Advances in Nursing and Health**, v. 7, id49926. 2025. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/anh/article/view/49926>. Acesso: 02 nov. 2025.

QUANDO O SILÊNCIO ENCONTRA ESCUTA: O ACOLHIMENTO PSICOLÓGICO A MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Letícia Vênus Melo de Sousa¹; Eduarda Caroline Muniz de Sousa²; Maisse Leôncio Catunda³.

Acadêmica em psicologia pela Faculdade Uninassau¹, Acadêmica em psicologia do Centro Universitário Santo Agostinho – UNISFA², Psicóloga pela Universidade de Fortaleza – UNIFOR³.

leticiavenuspsi@gmail.com

RESUMO

A violência doméstica é uma grave violação de direitos humanos e um problema de saúde pública, complexo e enraizado na estrutura patriarcal. Sua natureza multidimensional exige intervenções qualificadas. A mobilização feminista, desde a década de 70, foi crucial para expor a subordinação e o silêncio imposto às mulheres. O objetivo deste estudo é analisar a contribuição do acolhimento psicológico no manejo dos impactos da violência doméstica na saúde mental de mulheres. A pesquisa utilizou uma revisão integrativa da literatura, modelo PICo, com recorte temporal de 2020 a 2025 nas bases CAPES e BVS). Dos 109 artigos identificados, seis estudos foram selecionados para análise. Os resultados confirmam que a violência se manifesta em um ciclo de trauma constante que compromete a saúde mental, resultando em ansiedade, depressão e estresse pós-traumático. Estudos empíricos apontam danos psicológicos em grande parte das mulheres que buscam apoio. A atuação do psicólogo é indispensável, pois foca na elaboração de sentimentos, ressignificação e restauração da autonomia da vítima. É essencial que o profissional possua preparação qualificada e manejo emocional. O estudo conclui que o combate à violência requer intervenções contínuas, integradas e políticas públicas eficazes, priorizando o acolhimento e a escuta para contribuir no acolhimento as mulheres.

Palavras-chave: psicologia; mulheres; violência doméstica.

1 INTRODUÇÃO

A violência doméstica constitui um problema de saúde pública e violação dos direitos humanos, que compromete a integridade física e a saúde mental das mulheres. Por isso, é dever de toda a sociedade discutir sobre essa temática, uma vez que, não é somente uma questão individual, mas sim resultado de uma cultura do patriarcado (Medina *et al.*, 2019). Assim, torna-se necessário compreender a complexidade multidimensional do fenômeno para subsidiar intervenções qualificadas e o entendimento sobre seus determinantes.

A partir da década de 1970, com os movimentos feministas, a violência contra mulheres ganhou maior discussão, ao debaterem sobre a violência contra a mulher, denunciando formas de opressão e invisibilidade social (Nascimento; Altoé; Fonseca, 2024). Diante disso, a mobilização feminista contribuiu para a produção de conhecimento crítico sobre a violência de gênero, a fim de manifestar as inquietações e silenciamento dessa dor. Esse marco evidencia que a subordinação feminina está enraizada em construções socioculturais, que moldaram normas e legitimaram regras sobre o corpo e autonomia das mulheres.

Nesse contexto, a presença de um profissional de psicologia é indispensável para o manejo e a recuperação desses sérios agravos à saúde mental causados pela violência. Nesse

viéis, é uma ação de caráter urgente pensar e implementar políticas públicas eficazes, além de expandir os espaços de acolhimento, apoio e informação jurídica às mulheres vítimas de violência doméstica (Oliveira; Gomes; Veras, 2019). Logo, o objetivo desse estudo visa analisar a contribuição do acolhimento psicológico no manejo dos impactos da violência doméstica na saúde mental de mulheres.

2 METODOLOGIA

Trata-se de revisão integrativa da literatura. A pesquisa limitou-se a estudos que abordassem especificamente os impactos emocionais da violência e as estratégias de acolhimento psicológico, buscando compreender como o suporte profissional pode contribuir para o acolhimento emocional. O presente trabalho, tomou como base a estratégia PICO (Population, Phenomenon of Interest, Context), onde a População (P) são Mulheres vítimas de violência doméstica, o Fenômeno de Interesse (I) refere-se ao acolhimento psicológico e aos efeitos desse suporte na saúde mental e o Contexto (Co) envolve o atendimento em serviços de saúde.

Na primeira etapa foi proposta como questão norteadora: “Como o psicólogo pode auxiliar mulheres vítimas de violência doméstica a lidar com os impactos psicológicos da violência?”. Dessa forma, foram realizadas buscas utilizando-se dos seguintes Descritores em Ciências da Saúde (DeCS/MeSH): (“saúde mental”) AND (“mulheres”) AND (“violência doméstica”). As bases de dados consultadas foram: Portal de Periódicos da CAPES e Biblioteca Virtual em Saúde (BVS).

Após a pesquisa, foram encontradas 109 produções. Na segunda etapa, definiu-se os critérios de inclusão e exclusão que orientaram a coleta de dados. Para o processo de inclusão, foram priorizados artigos com acesso aberto, publicados em português, indexados na íntegra nos referidos bancos de dados nos últimos 5 anos e que retratassem o assunto abordado no estudo. Como critérios de exclusão o englobaram artigos fechados, em outros idiomas e publicados fora do período estabelecido. Na terceira etapa, realizou-se a leitura dos artigos e dos resumos para a seleção final dos estudos. Essa etapa de seleção e análise de dados contribui para a credibilidade e relevância dos resultados obtido. Logo, restou 6 artigos, que será analisado nos resultados e discussões.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A violência contra às mulheres é um tema que carrega uma enorme complexidade, é preciso reconhecer que as estratégias para realmente enfrentá-la continuam sendo um caminho com diversos obstáculos a serem superados (Oliveira; Abreu, 2022). Desse modo, Silva *et al.* (2023) complementam que essa violência se apresenta em diversas formas, frequentemente começando de maneira sutil, com agressões psicológicas que são notoriamente difíceis de identificar, e evoluindo progressivamente para abusos físicos e atos de coerção. Esse processo acaba por manter as vítimas presas em um ciclo de trauma constante que impacta de forma profunda sua saúde mental e emocional.

Um estudo conduzido por Silva *et al.* (2023) investigou os impactos da violência doméstica na saúde mental de mulheres atendidas na Unidade Pará Paz-Mulher DEAM, onde foram realizados 762 agendamentos entre o período de janeiro a março do ano de 2022. A pesquisa identificou que todas as 326 mulheres que buscaram atendimento psicológico evidenciaram indícios de danos psicológico, evidenciando um impacto profundo da violência vivenciada. Ainda, vale ressaltar que muitas mulheres não chegam a relatar essas experiências por medo do estigma, vergonha ou receio de retaliação, o que sugere que a magnitude do problema e afetar os resultados das pesquisas (Gomes *et al.*, 2021).

Diante da violência que as atingem, torna-se essencial que as mulheres contem com o suporte de profissionais qualificados para que possam dar início ao processo de reconstrução de sua autonomia e autoestima, e com isso, ter acesso a novas tentativas e vivenciar novos inícios e experiências (Fortes *et al.*, 2024). Nesse cenário, o papel do psicólogo torna-se fundamental, não apenas para minimizar os efeitos imediatos do trauma, como ansiedade, depressão e estresse pós-traumático, mas também desempenham oferecendo apoio que integra cuidados emocionais e físicos. Esse acompanhamento é particularmente importante para aquelas que acumulam responsabilidades domésticas e familiares, enfrentando múltiplas pressões em seu cotidiano (Santos; Cruz, 2024).

Portanto, a preparação completa do profissional de psicologia é essencial para um melhor atendimento, exigindo que ele não apenas possua saberes e práticas específicas, mas também gerencie suas próprias emoções (Gomes *et al.*, 2021). Sendo assim, a atuação do psicólogo em situações de violência contribui ativamente para a elaboração de sentimentos e motivações, elementos fundamentais para a ressignificação da vida da mulher (Santos; Cruz, 2024). Esse suporte vai além do alívio sintomático, focando na restauração da identidade e da autonomia da vítima, e ao promover a elaboração da experiência traumática, oferece o espaço seguro para que a mulher reconstrua sua narrativa, tornando-se protagonista da própria história.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dessa forma, a violência contra mulheres possui um caráter complexo, que envolve diversos fatores, como sociais, históricos, físicos e psicológicos, consequência de uma sociedade historicamente estruturada no patriarcado. A partir dos estudos analisados, nota-se que os impactos não são apenas imediatos, mas que afetam profundamente a saúde mental, emocional e social das vítimas.

Portanto, a atuação do psicólogo é essencial ao promover acolhimento, escuta e dignidade às mulheres em situação de vulnerabilidade. O apoio psicológico não visa apenas aliviar os sintomas, mas também promover a ressignificação das experiências traumáticas, contribuindo para reconstrução da identidade e da autonomia. Entretanto, é de suma importância que o profissional possua formação qualificada e habilidades de manejo emocional, de modo a proporcionar um espaço seguro e acolhedor.

Por fim, esse estudo reforça que o combate à violência doméstica necessita de intervenções eficazes e contínuas, que integrem um olhar crítico, profissionais qualificados e políticas públicas eficientes. A pesquisa reafirma a necessidade de uma sociedade mais justa e consciente com a valorização da vida e dos direitos das mulheres.

REFERÊNCIAS

- FORTES, R. de O. T.; NASCIMENTO, M. E. B. do; ALVES, T. de O.; MELO, A. B. O. de; AGUIAR, W. A. C. de; ROSA, V. H. J. da; OLIVEIRA, F. A. C. de; ARAÚJO, M. M. M. de; NASCIMENTO, M. K. dos S.; VIANA, M. C. dos S. Impactos na saúde mental das mulheres vítimas de violência domésticas. **Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences**, v. 6, n. 3, p. 933–942, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.36557/2674-8169.2024v6n3p933-942>. Acesso em: 07 dez. 2025.
- GOMES, A. C. J. C.; SILVA, K. G. S.; COÊLHO, L. P. I.; OLIVEIRA, C. S.; SILVA, E. B.; LEMOS, A. V. L.; SAID, É. C. B.; SILVA, F. R. B.; COELHO, R. F.; SILVA, L. S.; SILVA, A. T.; SANTOS, J. A.; CHAGAS, A. F.; SANTOS, W. W. M.; VIANA, J. S. A.; MENESES, M. F.; GONÇALVES, L. L. L. S.; SANTOS, S. E. R.; MENDES, V. S.; CUNHA SOUSA, D. D.; SOUSA, F. J. da; RÊGO, M. R. de S. Practice of the psychologist in care for women victims of domestic violence: an integrative review. **Research, Society and Development**,

v. 10, n. 15, p. 1–8, 2021. Disponível em: <https://rsdjournal.org/rsd/article/view/22586>. Acesso em: 09 dez. 2025.

MEDINA, Lígia Lucena Gonçalves et al. (Org.). **Trilhando caminhos no enfrentamento à violência contra as mulheres**. Fortaleza: Escola de Saúde Pública do Ceará, 2019. 93 p. Disponível em: <https://www.esp.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/78/2019/12/Livro-Trilhando-Caminhos-WEB.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2025.

NASCIMENTO, W. F.; GATTO ALTOÉ, D. P.; FONSECA, P. A. O cuidado à mulher em sofrimento psíquico e em situação de violência doméstica: um relato de experiência. **MOITARÁ - Revista Do Serviço Social Da UNIGRANRIO**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 9, p. 185-205, 2024. Disponível em: <https://publicacoes.unigranrio.edu.br/mrss/article/view/7790>. Acesso em: 10 dez. 2025.

OLIVEIRA, A. L. X.; ABREU, L. D. P. Violência doméstica: um estudo com mulheres atendidas no Centro de Atenção Psicossocial. **Cadernos ESP**, Fortaleza, v. 16, n. 1, p. 18–26, 2022. Disponível em: <https://cadernos.esp.ce.gov.br/index.php/cadernos/article/view/543>. Acesso em: 09 dez. 2025.

OLIVEIRA, R. C.; GOMES, R. F.; VERAS, W. S. “Ele disse que me mataria...”: cultura machista, violência doméstica e impunidade. **Revista da Seção Judiciária do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 44, p. 131-144, maio 2019. Disponível em: <http://lexcult.trf2.jus.br/index.php/revistasjrj/article/view/111>. Acesso em: 10 dez. 2025.

SANTOS, R. C. dos; SILVA, M. E. B. do; ALVES, T. de O.; MELO, A. B. de O.; AGUIAR, W. A. C. de; ROSA, V. H. J. da; OLIVEIRA, F. A. C. de; ARAÚJO, M. M. M. de; NASCIMENTO, M. K. dos S.; VIANA, M. C. dos S. Os impactos psicológicos em mulheres vítimas de violência doméstica. **Cuadernos de Educación y Desarrollo**, Portugal, v. 16, n. 11, p. 1–18, 2024. Disponível em: <https://ojs.cuadernoseducacion.com/ojs/index.php/ced/article/view/6231/4423>. Acesso em: 08 dez. 2025.

SILVA, S. C. M. da; SILVA, V. A.; SILVA, L. M. H. Danos psicológicos causados pela violência doméstica contra a mulher. **Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences**, v. 5, n. 4, p. 338–351, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.36557/2674-8169.2023v5n4p338-351>. Acesso em: 07 dez. 2025.

